UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado
Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale

O CÁRCERE NA ADOLESCÊNCIA: RESSONÂNCIAS DE UMA TRAJETÓRIA

UBERLÂNDIA
2009

Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale

O CÁRCERE NA ADOLESCÊNCIA: RESSONÂNCIAS DE UMA TRAJETÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como parte das exigências para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Orientadora: Profª. Dra. Anamaria Silva Neves

Co-orientadora: Profª. Drª. Maria Lúcia Castilho Romera

UBERLÂNDIA

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V149c Vale, Juliana Maria Batistuta Teixeira, 1980-
O cárcere na adolescência : ressonâncias de uma trajetória [manus-crito] / Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale. - 2009.

302 f. : il.

Orientadora: Anamaria Silva Neves.
Co-orientadora: Maria Lúcia Castilho Romera.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.
1. Adolescência - Teses. 2. Intersubjetividade - Teses. I. Neves, Anamaria Silva. II. Romera, Maria Lúcia Castilho. III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
IV. Título.

CDU: 159.922.8

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Após percorrer a trajetória do mestrado acompanhada pelas lembranças e releitura do livro *"O Pequeno Príncipe"* de Antonie de Saint-Exupéry percebo que este trabalho não poderia ser dedicado a outra pessoa, se não à criança que cada pessoa adulta foi um dia. *"Todas as pessoas grandes foram um dia crianças. (Mas poucas se lembram disso.)"* – Antonie de Saint-Exupéry. E se existem fases peculiares ao desenvolvimento humano, dedico este trabalho não só às crianças que as pessoas grandes foram um dia, mas também aos adolescentes que cumpriram e cumprem com a difícil tarefa de transitar da infância para o mundo adulto passando pelo cárcere.

AGRADECIMENTOS

Ao dom da vida e a fé na vida que nos impulsiona a seguir adiante.

Com especial carinho e admiração agradeço à minha orientadora Profª. Drª. Anamaria Silva Neves, pela parceria humana e fiel na realização desta pesquisa, que extrapola o espaço acadêmico e se reafirma no compromisso com uma causa – a defesa dos direitos da infância e da adolescência. A partir de sua notável sensibilidade e senso de justiça pudemos enlaçar Psicologia e Serviço Social, sendo que qualquer distância alimentou sempre a aproximação do pensar juntas. Foi um prazer e uma preciosidade conhecer a Psicanálise em sua companhia.

Agradeço imensamente à minha co-orientadora Profª. Drª. Maria Lúcia Castilho Romera, que me acolheu em uma relação denominada por ela de *triunvirato,* imprescindível à facultação de algumas rupturas de campo. Sua colaboração foi essencial à minha iniciação no campo psicanalítico, acentuando minha estima e gratidão por seu acolhimento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E à secretária do PGPSI-UFU, Marineide, sempre pronta a nos ajudar.

Ao Centro de Estudos em Violência e Segurança – CEVIO, no qual meu projeto esteve vinculado, por todos os momentos de estudo compartilhado, em especial à Profª. Drª. Eliane Schmaltz Ferreira, à Profª. Drª. Flávia Bonsucesso Teixeira e Profª. Drª. Karla Bessa.

Aos queridos companheiros de mestrado, Priscila, José Alberto e Márcio, pelas trocas de aprendizado e pela amizade construída em bases sólidas.

À Faculdade Católica de Uberlândia e às salas de aula que instigam meu investimento no ensino, pesquisa e extensão universitária. Em especial agradeço ao coordenador do curso de Serviço Social, Pedro Fernades, pela confiança.

À equipe do Centro Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente – CEMAIA, com a qual além do enfrentamento das situações de risco de crianças e adolescntes, compartilhei o respeito, a amizade e os conflitos.

Com muito amor agradeço à minha família, que por vezes teve que compreender a minha ausência. À minha mãe Cristina, pelo amor incondicional e tolerante. Ao meu pai Marcelo, pelo amor incondicional e impulsionador diante de qualquer adversidade. Aos meus irmãos, Cristiano e Fabiano, que mesmo longe estão sempre perto me apoaindo. Às minhas cunhadas, Júlia e Mariana, pela amizade. E aos meus sobrinhos, verdadeiros tesouros, Bárbara, Rafael e Clarissa, crianças que nos contagiam com a alegria de sua presença.

Agradeço aos meus avós maternos Maria e José, e à minha avó paterna Lêda, por toda doçura de serem pais com açúcar e oferecer colos de veludo.

Os agradecimentos se estendem para todos os familiares, mas não poderia deixar de citar duas pessoas que foram extremamente especiais nesse processo. Tia Bisse, psicanalista, que desde a seleção deste mestrado foi uma co-orientadora deste processo, além de acompanhar a minha vida. E, Tia Diva, terapeuta, que amparou minhas dores e angústias, sempre me ensinando sobre renascer em vida. Salve a presença dessas mulheres em minha vida.

A todos os amigos que puderam acompanhar o meu casulo, de longe e de perto, com especial destaque para Mel - incrível companheira de todas as horas, Rosita – amirável mulher de fases, Ritinha – minha pequena imensa, Iza – por sua razão e sensibilidade, Midori e Marcela – pelos velhos e eternos tempos, Eduardo, Rogério, Dinha, Vanete, Teresa, César, Walquíria, Eleandra, Gabi, Maria Alice, Filipe, Tiago, Pedro e a tantos, tantos outros...

Aos adolescentes em conflito com a lei que tive a oportunidade conhecer, por tudo que me ensinaram com sua transgressora rebeldia diante do mundo. Muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender alguns dos múltiplos significados das trajetórias de vida de adolescentes autores de ato infracional que vivenciaram o cárcere. Foi utilizado como referencial teórico uma abordagem transdisciplinar, no intuito de potencializar o entendimento sobre o tema, aproximando diferentes formações profissionais. A pesquisa partiu de minha experiência como assistente social no acompanhamento de medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional. A metodologia esteve pautada na perspectiva qualitativa. Durante a fase exploratória, foi utilizada a fotografia como recurso metodológico para acessar o universo da pesquisa. Para isso, a investigação esteve acompanhada de registros em um diário de campo, no qual relatei passagens sobre um grupo de atendimento psicossocial com adolescentes que haviam deixado o cárcere juvenil e relatavam suas memórias e sentimentos, o que me levou a revisitar a instituição de privação de liberdade que se encontrava em fase de desativação, realizando registros fotográficos deste lugar. Os rastros dos adolescentes estavam nos desenhos e dizeres que estavam nas paredes da instituição que ruía. Depois de concluída a etapa de contextualização sócio-cultural do cárcere na adolescência, foi adotado o estudo de caso como forma de conhecer a trajetória de vida de adolescentes em conflito com a lei. Esta etapa foi dividida entre a análise documental de instituições que atenderam a família do caso escolhido, com a finalidade de apresentar o cenário familiar permeado por diferentes formas de violência social e doméstica, sendo que posteriormente foram realizadas entrevistas com o personagem central da história que foi narrada. As interpretações das informações primaram pelo método psicanalítico de análise. Foi possível apreender que adolescentes em conflito com a lei e em situação de risco têm suas vidas atravessadas por diferentes instituições que muitas vezes são impotentes em suas intervenções, contribuindo para percursos mórbidos em vida.

Palavras-chave: Adolescência, Delinquência; Cárcere; Direitos Humanos.

ABSTRACT

This study aims to understand some of the multiple meanings of life trajectories of adolescents who have committed an act of infraction and faced prison. A transdisciplinary approach was used as a theoretical reference in order to enhance the understanding of the subject, bringing together different professional formation processes. This qualitative research came from my experience as a social worker in the monitoring of socio-educational measures applied to adolescent offenders. During the exploratory phase, resources pertinent to the ethnographic method were used to access the survey. For this reason, the investigation was performed taking as a basis the records of a field diary, which registered the extracts of a group of psychosocial care to adolescents who had left the juvenile prison. The reports of their memories and feelings in detention led me to revisit the institution, which was in the process of closing down, taking photographic registers of the area. The traces of the adolescents were in the drawings and sayings that were on the walls of the institution in ruins. After completing the socio-cultural contextualization of the prison in adolescence, a case study was used as a way to learn from life trajectory of adolescents. This step has been split between the analysis of documents of the institution that assisted the family of the studied case with the purpose of presenting the familiar scenario permeated by different forms of social and domestic violence. Later interviews with the central character in the story were also made. Interpretations of the information were carried out by the psychoanalytic method of analysis. It was understood that adolescents in conflict with the law and at risk have experienced various institutional interventions which are often powerless and contribute to morbid and unhealthy paths in life.

Keywords: Adolescence, Delinquency, Prison, Human Rights.

O meu guri
Chico Buarque/1981

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice ele um dia me disse
Que chegava lá
Olha aí
Olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega

Chega suado e veloz do batente
E traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega

Chega no morro com o carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos tá um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega

Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço
Fazendo alvoroço demais
O guri no mato, acho que tá rindo
Acho que tá lindo de papo pro ar
Desde o começo, eu não disse, seu moço
Ele disse que chegava lá
Olha aí, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri.

SUMÁRIO

Introdução..... 12

Capítulo I

A proposta transdisciplinar..... 25

1.1– A construção do referencial teórico e o mundo contemporâneo 25

1.2 – Objetividade e subjetividade: a articulação de uma análise capaz de minimizar a construção da dicotomia..... 33

Capítulo II

Entendendo a Adolescência: considerações teóricas..... 37

2.1 – Políticas públicas destinadas à adolescência brasileira: a situação de risco e a ênfase no conflito com a lei..... 44

2.2. - A delinqüência em face aos aparatos da Sociedade do Poder Disciplinar e da Sociedade do Controle..... 50

2.3 – Cárcere de Adolescentes: a Psicanálise como um campo profícuo à produção de sentidos..... 55

Capítulo III

O Serviço Social como profissão interventiva no mundo em que vivemos 61

3.1 – A profissionalização da ação social: entre as perspectivas psicanalítica e sociológica..... 70

3.2 – Serviço Social no Brasil: um caminho entre o conservadorismo ou a renovação a ser trilhado pela categoria profissional 76

3.3 – O Serviço Social em contexto de neoliberalismo: encontro com a velha indiferença frente à questão social..... 86

Capítulo IV

O universo da pesquisa: enfoque metodológico..... 96

4.1- A teoria e o método 98

4.2 – Dos passos desta pesquisa: a sondagem de campo e os procedimentos adotados..... 107

4.3 – Compondo as cenas: a apresentação das informações reunidas e interpretadas 116

4.4 – A História..... 119

4.5 – *Ato I*: Trajetória profissional e o encontro com a posição de pesquisadora 120

4.5.1 – *Cena I*: O grupo dos adolescentes..... 120

4.5.2 - *Cena II*: As fotografias do cárcere..... 143

4.6– *Ato II* – "Sobrevivendo no inferno": os embaraços da rede institucional de atendimento - Júnior, de casa para o presídio..... 189

4.6.1 - Intermezzo I: A escola e sua (des) função de proteção..... 199

4.6.2 - Intermezzo II: A escuta da criança e do adolescente pelo judiciário e os seus danos.... 214

4.6.3 – Intermezzo III: O Ventre, as cólicas da alma e a questão de gênero..... 227

4.7 – Ato III: "Só quem veio de lá": o reencontro e as lembranças reativadas pelas entrevistas 255

4.7.1 – Intermezzo IV: O retorno do príncipe destronado..... 269

4.8 – Ato Final: Considerações sobre uma história que não chegou ao fim..... 289

Referências..... 293

Anexos

Anexo A..... 300

Anexo B..... 301

Anexo C..... 303

Introdução

Pessoas atendidas pelas políticas de proteção social possuem em comum a marca da vulnerabilidade social, da situação de risco e precárias condições de inclusão social na sociedade de consumo. Trata-se de um campo heterogêneo, apresentando demandas e necessidades protetoras diferenciadas, conforme faixa etária, gênero, etnia, inserções sócio-econômicas, culturais e subjetivas. As histórias de vida, contadas por adolescentes em situação de risco e conflito com a lei, relatadas nos atendimentos técnicos realizados por profissionais atuantes na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente, são atravessadas por questões reveladoras da sociedade em que vivemos.

O objetivo central do presente estudo é compreender alguns dos múltilpos significados das trajetórias de vida de adolescentes autores de ato infracional que vivenciaram o cárcere. Os relatos das vivências do cárcere, apresentados pelos adolescentes nos atendimentos técnicos, podem apontar para um caminho de compreensão sobre o fenômeno observado: a adolescência aprisionada e a lógica das relações sociais na contemporaneidade.

Os objetivos específicos visam considerar sobre a posição social ocupada pelo adolescente autor de ato infracional na sociedade; analisar os impactos da instituição de privação de liberdade sobre a construção da subjetividade dos adolescentes em conflito com a lei e reconhecer as funções sociais implícitas na instituição de privação de liberdade, observando as práticas profissionais.

A sociedade brasileira é marcada pela injustiça social. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, baseado no levantamento feito pela Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, divulgou em 2007 uma queda na desigualdade social de 4%, a maior nos últimos

trinta anos[1]. Entretanto, o coeficiente GINI[2], indicador que mede a concentração de renda, alerta que o Brasil se aproxima dos índices de seis países da África e da Guatemala, fazendo com que a sociedade brasileira tenha sido classificada como a 8ª posição no ranking da desigualdade social no mundo pelo Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU.

Entretanto, em 2009, mesmo com a crise financeira internacional que gerou encolhimento da economia a desigualdade social no Brasil continuou diminuindo, atingindo um GINI 0,493. A redução pode estar relacionada " *à perda de valor real das maiores rendas do trabalho como à proteção de renda na base da pirâmide social brasileira, com o aumento do salário mínimo e políticas de transferência de renda"* afirmou Pochmann, presidente do IPEA e complementou: "*Acima de 0,4%, ainda está alto. Mostra traços de um país pouco civilizado. Ainda estamos longe dos países mais avançados*".

Mesmo vivendo um momento mais favorável, é preciso estar alerta quanto aos problemas sociais que assolam a população brasileira, pois o IPEA, ao adotar como metodologia de mensuração da pobreza a renda per capita familiar de até meio salário mínimo, em que são consideradas pobres aquelas famílias cuja renda per capita se encontra abaixo de meio salário mínimo mensal, revelou que vivem em condições de pobreza cerca de 31,1 % da população brasileira.

O absurdo é que muitos dos benefícios assistenciais de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional têm como critério de inclusão os princípios mínimos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Nº 8.742 de 1993), como no caso do polêmico Benefício de Prestação Continuada - BPC, cuja renda mensal per capita

---

[1] Pesquisa realizada em endereço eletrônico http://ipea.gov.br, em 13/11/07

[2] O índice de Gini é um coeficiente criado pelo italiano Corrado Gini em 1912 para medir a desigualdade social, e varia de 0 a 1. Nesse cálculo, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade, e quanto mais próxima de zero, melhor a distribuição de renda

precisa ser igual ou inferior a ¼ do salário mínimo para que uma pessoa seja contemplada, bem como o programa de transferência de renda *"Bolsa Família"* que também se aproxima muito desse cálculo. Nesse sentido, segundo o que o IPEA considera pobreza, a política de assistência social não atende aos pobres e sim aos abaixo da linha da pobreza, os miseráveis brasileiros.

A conjuntura inerente ao sistema capitalista de produção imposto pelo mundo do trabalho em tempos de neoliberalismo agrava essa realidade. Para Iamamoto (1998), os interesses econômicos são priorizados, gerando acumulação de riquezas para uma pequena parcela da população e mazelas sociais para a grande maioria. Embora o sistema sócio-econômico brasileiro vigente seja meio para o acirramento das desigualdades sociais, o modelo em questão está posto na ordem social mundial; sendo que, freqüentemente, podemos vê-lo associado à noção de desenvolvimento. Porém, o Brasil, apesar do potencial produtivo e ascensão econômica conquistada, apresenta uma acentuada disparidade de renda, que acirra os problemas sociais.

De acordo com o UNICEF (2007), o Brasil tem uma população de 180 milhões de pessoas, na qual 62 milhões têm menos de 18 anos de idade. É importante destacar que as crianças e adolescentes são especialmente vulneráveis à violação de direitos, à pobreza e à iniqüidade do país, numa realidade em que o índice de pobreza entre as crianças chega a 44%.

O processo constituinte que outorgou a atual Carta Magna de 1988, por meio de intensa luta política do povo brasileiro, assegurou questões importantes dentro de um projeto constitucional dominado por interesses do grande capital. Foi possível garantir constitucionalmente a universalização dos direitos sociais e a política de Seguridade Social, mas que após duas décadas ainda não responde a contento. (Boschetti, 2007)

A política de Seguridade Social[3], que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade é destinada à proteção social amparada pelos pilares das políticas de saúde, previdência e assistência social. A Seguridade Social é respaldada por leis complementares criadas posteriormente à Constituição, dentre elas, a compreensão do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é imprescindível para a realização do trabalho que foi desenvolvido pela presente pesquisa.

O ECA (Doutrina de Proteção Integral), lei nº. 8.069, foi resultado da emenda popular Criança Pró-Constituinte. Sua promulgação ocorreu em 13 de julho de 1990, com o propósito de regulamentar o artigo 227 do Estatuto Supremo, que pela primeira vez assegurou à criança e ao adolescente seus direitos como prioridade absoluta – princípio jurídico da prevalência, sendo responsáveis pela concretização dos mesmos, a família, a sociedade e o Estado.

No entanto, após praticamente duas décadas da promulgação do ECA, suas diretrizes e pressupostos ainda não se consolidaram. Isso demonstra que as leis são necessárias, mas que não bastam leis para garantir que, de fato, a política de atendimento à criança e ao adolescente se torne um direito efetivo e rompa com a herança brasileira de décadas de populismo, assistencialismo e clientelismo. Por outro lado, é necessário reconhecer que, a modificação no texto constitucional é um instrumento imprescindível para reivindicar legitimidade aos direitos garantidos em lei.

O ECA, em seu artigo 4º, preconiza à criança e ao adolescente:

> É dever da família, da comunidade e da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

---

[3] Está localizada na Constituição Federativa do Brasil de 1988, Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo II – Seguridade Social, onde estão lançados seus princípios e diretrizes.

Na tentativa de compreender o sentimento da sociedade em relação à infância,[4] sobretudo na realidade brasileira, confronta-se com uma legislação que perdurou durante décadas preconizando a punição às crianças e aos adolescentes vítimas de um sistema desigual, para as quais a sociedade não reservou projetos de vida.[5] Frente ao panorama histórico brasileiro, ainda há muito o que construir em defesa da efetivação dos direitos infanto-juvenis.

Ao buscar aspectos históricos que possibilitem analisar a origem do sentimento de infância, Ariès (1978) destaca que na Idade Média não existia uma compreensão do universo infantil, visto que as crianças eram retratadas como adultos em miniatura e, tão pouco havia lugar para um período intermediário entre a fase infantil e a adulta.

Já a Idade Moderna representou um marco para a transição que possibilitou a valorização da vida infantil, adotando medidas profiláticas e práticas de higiene capazes de reduzir a mortalidade infantil. Se até então a morte das crianças era desprezada pela população, as mudanças introduzidas caracterizavam-se como um fator importante para a história dos sentimentos em relação aos *infantes*. A infância passava a ser delimitada pela puberdade, a partir da qual se iniciou o processo de reconhecimento da adolescência.

Ainda hoje há muita polêmica na conceituação sobre adolescência e juventude. Para a Organização Mundial de Saúde - OMS, a adolescência constituiria um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas da pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e da adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). Já o conceito de juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o

---

[4] ARIÈS Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
[5] PRIORE, Mary Del. História das Crianças no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos[6].

Interessa ressaltar a consideração de Ariès (1978) que afirmou ser o sentimento de família, dentre outros aspectos, conseqüência do sentimento moderno em relação à infância, que também evoluiu para a noção de intimidade delimitando fronteiras entre vida pública e vida privada.

O conhecimento produzido por Ariès está localizado no continente europeu e foi resultado da sociedade burguesa e iluminista. Ainda assim, foi capaz de influenciar outros países devido aos processos de colonização. Porém, há que se considerar as particularidades de cada povo em seus aspectos culturais e em sua constituição sócio-política e econômica quanto à análise do sentimento moderno com relação à infância, para nós, especialmente, quanto ao sentimento do povo brasileiro em relação à infância e adolescência.

Para Priore (2000), a evolução da intimidade, o sentimento de família e a posição desta em relação à criança foram precários na sociedade brasileira. A autora cita que a escravidão, a pobreza material, os lares monoparentais, as migrações internas capazes de alterar o equilíbrio familiar, a proliferação de cortiços e mais tarde de favelas, foram fatores que alteraram a noção de privacidade e que, portanto, diferenciaram o cotidiano brasileiro do europeu.

É necessário levar em consideração que, durante a constituição do capitalismo, a simples existência e/ou as estratégias de sobrevivência dos meninos batedores de carteira causavam incômodo à população brasileira, passando a evidenciar as mazelas provocadas pelo sistema emergente, contexto em que a privação de direitos

---

[6] É o que informa o Mapa da Violência de 2008 ao conceituar sobre o tema. Pesquisa realizada em endereço eletrônico http:// www.oei.org.br/mapadaviolência.pdf, em 13/11/07.

fundamentais passou a ser nomeada e estigmatizada como delinqüência juvenil no século XIX.

As crianças que fugiam do controle familiar e ameaçavam a ordem pública, passaram a ser segregadas em instituições. Essa prática desencadeou a discriminação, o aprisionamento, o controle do tempo e da liberdade, o comportamento submisso ao autoritarismo, o propósito de incutir nessas crianças o amor ao trabalho e a conveniente educação moral sob perspectiva higienizadora.

A criança ou adolescente que se encontrasse nas ruas na chamada *"situação irregular"* era recolhida às instituições na condição de delinqüente ou menor abandonado. Esses modelos, contencional e disciplinador, foram experimentados durante a história da legislação brasileira, o que mais tarde resultou nos Códigos de Menores de 1927 e de 1979. Portanto, essa prática institucional focada na conduta desviante dos *"menores"* era aplicada desconectada dos aspectos sociais que, na maioria das vezes, pode ser considerada um fecundo contribuinte para a fabricação do comportamento que ficou conhecido como delinqüência juvenil.

Assim, a realidade brasileira apresentou uma legislação que perdurou, durante décadas, preconizando a punição às crianças e aos adolescentes submetidos a um sistema desigual. Por essa razão, vive-se na atualidade um choque entre a concepção correcional dos antigos Códigos e os direitos assegurados pela legislação vigente, o ECA.

Para enfrentar a violação dos direitos das crianças e adolescentes, o ECA prevê a aplicação de Medidas de Proteção e Medidas Socioeducativas[7], dentre outras diretrizes. Diante da amplitude da referida legislação, o presente estudo pretende chamar a atenção para a distinção existente entre medidas de proteção e medidas socioeducativas.

---

[7] Previstas no ECA, Livro II Parte Especial – Título II – Das Medidas de Proteção; Título III – Da Prática do Ato Infracional, Capítulo IV – Das Medidas Socioeducativas (1998).

As medidas de proteção são aplicadas quando os direitos da criança e do adolescente encontram-se ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta. Conforme o art. 101 as medidas de proteção podem ser:

> I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante, termo de responsabilidade;
> II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
> III – matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
> IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
> V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
> VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
> VII – abrigo em entidade;
> VIII – colocação em família substituta.
> (ECA, 1998)

Em contrapartida, serão aplicadas medidas socioeducativas quando verificada a prática de ato infracional, ou seja, conduta descrita como crime ou contravenção penal por parte do adolescente[8]. Para o adolescente autor de ato infracional, são previstas sete medidas sócio-educativas no artigo 112 do ECA:

> I - advertência;
> II - obrigação de reparar o dano;
> III - prestação de serviços à comunidade;
> IV - liberdade assistida;
> V - inserção em regime de semiliberdade;
> VI - internação em estabelecimento educacional;
> VII - qualquer uma das previstas no artigo 101, I a VI.
> (ECA, 1998)

Dentre as medidas socioeducativas, a internação pode ser considerada como a mais severa para o adolescente. O artigo 121 do ECA esclarece que, consiste em uma medida de privação de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

---

[8] Conforme o artigo 2º do ECA, é considerada criança a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Porém, as instituições responsáveis pela internação muitas vezes revelam as dificuldades no cumprimento da função socioeducativa, uma vez que as experiências demonstram a desarticulação da concepção de proteção do adolescente.

> Os adolescentes em conflito com a lei não encontram eco para a defesa de seus direitos, pois, pelo fato de terem praticado um ato infracional, são desqualificados como adolescentes e rotulados como infratores, predadores, delinqüentes, perigosos e outros adjetivos estigmatizantes que constituem uma face da violência simbólica. (Volpi, 2001, p.14).

Volpi (2001) destaca que o estabelecimento institucional responsável pela privação de liberdade abandona sua função educativa e se transforma em mero instrumento punitivo que submete internos às práticas violentas em suas múltiplas faces.

Com o propósito de avaliar a realidade das instituições responsáveis pela internação no território brasileiro, foi realizada a Inspeção Nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei em 2006, organizada pela Comissão dos Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros e Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

O relatório das visitas realizadas simultaneamente em 21 estados brasileiros e no Distrito Federal, no dia 15 de março de 2006, documento produzido pela inspeção, verificou os níveis de efetivação dos direitos deferidos aos jovens nessa condição, com o objetivo de suscitar o debate e propor ações. Foi apontada a urgência em desconstruir o modelo *"correcional-repressivo"* cristalizado que permite um cárcere juvenil desumano.

Embora não seja possível tornar as grades um exemplo educacional, a lei prevê a internação para adolescentes em estabelecimento educacional e não no presídio. O cárcere sem uma intenção verdadeiramente educativa pode submeter os sujeitos reclusos às precárias condições de existência e em não raros casos, há situações de maus tratos que acontecem sob a tutela do Estado agravando ainda mais a dura realidade.

O UNICEF aponta que cerca de 30 mil adolescentes recebem medida de privação de liberdade a cada ano, apesar de apenas 30% terem sido condenados por crimes violentos. Assim, reforça a urgência em promover reformas nas políticas e práticas de proteção e na justiça juvenil, com o objetivo de reduzir a institucionalização e a violência contra a população infanto-juvenil.

A crise social instaurada na contemporaneidade tem provocado altos índices de violência e criminalidade, sendo que os jovens emergem como a parcela mais vulnerável dessa realidade. A Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura – OEI divulgou em 2006 o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. Esse estudo foi produzido a partir dos registros de óbitos do Sistema de Informação do Ministério da Saúde[9]. Segundo os resultados, a taxa de homicídios da população de 15 a 24 anos para cada 100.000 jovens saltou de 30 para 51,7 entre 1980 e 2004. Nas demais faixas etárias o índice passou de 21,3 para 20,8 no mesmo período. O Mapa trazia outra constatação preocupante, as vítimas mais comuns dos homicídios são jovens negros, do sexo masculino, sendo a faixa etária que mais cresce entre 14 e 16 anos. Essa realidade fez com que o Brasil ocupasse o 3º lugar com maior índice de jovens vítimas de homicídio, dentre os 84 países envolvidos na pesquisa, evidenciando a herança escravagista de nossa constituição sócio-histórica, com destaque para as categorias de classe, raça e gênero.

O autor da pesquisa, WAISELFISZ[10], chamou a atenção para a responsabilidade das políticas públicas para reduzir os índices, pois a maior parte dos jovens não tem acesso a benefícios sociais básicos, tais como educação, trabalho e saúde. É preciso considerar

---

[9] Pesquisa realizada em endereço eletrônico http:// www.oei.org.br/mapadaviolência.pdf, consulta realizada em 13/11/07.

[10] O autor da pesquisa publicou a obra: WAISELFISZ, J. Mapa da Violência. Brasília: Unesco, 2004. Essa pesquisa continuou sendo realizada nos anos seguintes.

o efeito da exclusão social provocado pela desigualdade social e a precariedade das ações dedicadas à proteção social da população em situação de vulnerabilidade e risco.

O Mapa da Violência de 2008 apresentou um declínio dos homicídios no período de 2004 a 2006, com queda de aproximadamente de um percentual de 2,9 anuais. Os organizadores da pesquisa creditam esse avanço à campanha do desarmamento e as políticas focadas na juventude, entretanto, reforçam que o índice ainda é altíssimo, pois o Mapa da Violência – 2008 apontou que *"na década 1996/2006, o número total de homicídios registrados pelo SIM passou de 38.888 para 46.660, o que representa um incremento de 20%, levemente superior ao crescimento da população, que foi de 16,3% nesse mesmo período*" (Mapa da Violência 2006).

Uma sociedade que não é capaz de garantir o acesso aos direitos fundamentais que exercem importante função de proteção para suas crianças e adolescentes, reconhecidos como o futuro do Brasil, tem urgência em questionar e problematizar a realidade de adolescentes em situação de risco e em conflito com a lei.

Mário Volpi (2001), no livro *"Sem Liberdade, Sem Direitos: A privação da liberdade na percepção de adolescentes"* propõe o seguinte questionamento: Até que ponto a privação de liberdade consegue dar conta do papel de ressocialização do adolescente que praticou um ato infracional? O autor considerou que as pesquisas produzidas não apresentaram um estudo aprofundado sobre a percepção do adolescente quanto a sua experiência de privação de liberdade. A proposição da reflexão é extremamente relevante, pois devem ser considerados os índices de reincidência de jovens na prática delituosa que, por esse motivo, retornam para as instituições de internação para adolescentes. Ou ainda, aqueles que, por permanecer na criminalidade e ao completar dezoito anos, ingressam no sistema prisional destinados aos sujeitos com maioridade e passam a não mais somar aos índices de reincidência na área da adolescência, engrossando outras estatísticas.

A reclusão de adolescentes é vivenciada no que Goffman (1977) chamou de instituição total, onde todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local, sob uma única autoridade, com permanente vigilância dos internos, efetuando uma barreira à relação social com o mundo externo.

Moreira (1997), no estudo sobre os sujeitos que vivenciaram o cárcere e que registraram suas experiências em obras literárias, revelou aspectos importantes desse universo. Trata-se das obras memorialistas do brasileiro Graciliano Ramos em *"Memórias do Cárcere"* e do italiano Antonio Gramsci em *"Cartas do Cárcere"*. Moreira conseguiu estabelecer um paralelo entre a vida e as obras dos autores que tiveram os corpos adoçados pelo amaro da intolerância. O autor considerou que a definição de instituição total feita por Goffman adquire maior solidez quando apoiada à compreensão política dos corpos dóceis de Foucault (1977), em que o poder e a disciplina oferecem técnicas utilizadas para que traços de identidade social sejam perdidos para outros convenientes à instituição. Goffman chamou esse processo de mutilação do eu, "*são as estufas para mudar as pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu*" (Goffman, 1977, p. 22), reforçados através de inúmeros instrumentos simbólicos, deixando marcas psíquicas consideráveis.

É fato que há uma grande distância entre Graciliano Ramos e Antonio Gramsci - presos políticos, quando comparados aos adolescentes pobres do Brasil autores de ato infracional, uma vez que se trata de pensadores ilustres com capacidade plena de análise crítica do cárcere. Entretanto, Brandão (2007) pode auxiliar na tentativa de uma aproximação, pois ao abordar o filósofo Nietzsche e os tipos psicológicos - entre a moral e a psicologia - considera que há distância entre os tipos fortes e fracos de homens, em que os fortes são aqueles que não se submetem. Para a psicologia nietzschiana:

> ... o que a civilização sempre fez foi condenar tipos fortes em prol dos fracos. Por exemplo: "O tipo criminoso é o tipo do ser humano forte em condições desfavoráveis, um homem forte que tornaram doente... Suas virtudes foram proscritas pela sociedade... (Crepúsculo dos ídolos, Incursões de um extemporâneo, p.45) (Brandão, 2007, p.58)

Ao pensar no homem que vai contra a Lei como sujeito forte também podemos pensar no adolescente que, ainda em fase peculiar de desenvolvimento, não se submete a determinadas regras sociais e manifesta sua rebeldia ao extremo. Ou ainda, que sua rebeldia é expressiva das condições adversas às quais se encontra submetido.

O cárcere deixa suas marcas, seja em presos políticos ou em transgressores comuns. Tais marcas foram consideradas pela autora Kiffer (2006). Ela afirma que Graciliano, ao falar sobre suas memórias, discute a lei, "*ele nos revela não as grandes e heróicas marcas, mas o detalhe e a sutileza das forças que marcaram e construíram eternos prisioneiros*" (p. 279). Portanto, as lembranças dos adolescentes, da mesma forma, podem nos auxiliar a pensar sobre o conflito com a lei que vivem em suas trajetórias de vidas.

Dessa forma, interessa refletir sobre o campo de interpretação que é provocado pelo cárcere na vida dos adolescentes pois a memória afetiva dos adolescentes encarcerados não encontra eco mesmo quando relatada nas instituições, e pode permanecer também aprisionada sem produzir um significado social. O desejo de realizar este estudo emergiu essencialmente das memórias de minha trajetória profissional e o elo com a arte que nos auxiliam na compreensão do mundo. Percebi que a escuta investigativa e criativa pode contribuir para o entendimento do significado das trajetórias de vida de adolescentes autores de ato infracional que vivenciaram o cárcere. Este trabalho tem como propósito produzir abalos na apreensão rotineira da realidade de meninos em conflito com a lei para reivindicar o resgate da dignidade humana para essas pessoas, a partir da construção de uma poética de sustentação científica na defesa dos direitos da adolescência em conflito com a lei.

Capítulo I – A proposta transdisciplinar

As ciências, depois de romperem com o senso comum devem se transformar em novo e esclarecido senso comum, mas têm como desafio permanente a produção de conhecimentos em diferentes áreas do saber (Boaventura de Souza Santos, 1987). Para a presente reflexão interessa, sobretudo, as interlocuções possíveis com teorias capazes de viabilizar o entendimento e interpretação do mundo em que vivemos.

Para aprofundar na análise, estabeleceu-se uma mediação capaz de contemplar questões sociais numa perspectiva ampliada. Tem-se como propósito articular aqui uma abordagem interdisciplinar temática, a partir do conhecimento produzido pela Teoria Social Crítica, a Filosofia e a Psicanálise.

1.1 – A construção do referencial teórico e o mundo contemporâneo

> O sétimo planeta foi pois a Terra.
> A Terra não é um planeta qualquer! Contam-se lá cento e onze reis (não esquecendo, é claro, os reis negros), sete mil geógrafos, novecentos mil negociantes, sete milhões e meio de beberrões, trezentos e onze milhões de vaidosos – isto é, cerca de dois bilhões de **pessoas grandes**. (grifo nosso)
> (O Pequeno Príncipe, Antonie de Saint-Exupéry, 1984, p.58)

Para pensar a vida em sociedade na contemporaneidade é necessário contextualizar a conjuntura social atual. Toma-se como imprescindível abordar o agravamento das relações sociais em um mundo altamente mercantilizado e destaca-se que os relacionamentos humanos estão sendo tratados como mercadorias descartáveis. O sujeito social está reduzido à condição de coisa e em constante expropriação dos seus sentidos (Guareschi, 1996). Decorre daí que, todo fenômeno observado deve levar em consideração o processo histórico, que é o caminho de sua própria construção.

A apropriação de alguns conceitos foi esquadrinhada com a finalidade de promover uma pluralidade teórica que ampare a análise proposta por este trabalho. O objetivo

maior desta reflexão nos leva a um recorte da realidade frente à inquietação surgida diante de uma questão básica: pensar sobre a repercussão da questão social na construção da subjetividade de adolescentes autores de ato infracional inseridos na conjuntura atual em contexto de miséria, associado à política social que está especificamente voltada para esse segmento. Tal empenho é necessário pois, ao deparar-me com a legislação de proteção aos *"infantes"* reconheço nela uma questão política que contribui para que nada mude mesmo que pareça mudar

Pensar a contemporaneidade implica em articular análises das estruturas implantadas pelo modelo sócio-econômico e político vigente, uma vez que o capitalismo é capaz de reorganizar o caos constantemente em torno da chamada lógica de mercado, haja vista o avanço da ofensiva neoliberal. Nesse referido esquema econômico, o mercado assume a posição central de regulador das relações sociais, da vida das pessoas, de forma que ainda seja capaz de trazer reflexos também para o campo da subjetivação e da intersubjetividade, contribuindo de maneira a promover o enfraquecimento dos laços sociais.

A conseqüente sociedade de consumo das produções capitalistas, na qual permanentemente são criadas necessidades e mercadorias a serem adquiridas pela população, que passa a ocupar a condição prioritária de consumidora, é resultado da lógica neoliberal desse sistema. Como afirma Guattari (1990), o objeto do capitalismo mundial é integrado em um só bloco *"produtivo-econômico-subjetivo"*. A dimensão subjetiva é seqüestrada por um mundo que prioriza o ter e o poder aquisitivo, na criação de pseudonecessidades para se viver.

Garnault (1966) destaca que a mercadoria, práxis do poder, é um modo de representação do mundo e uma forma de ação sobre ele. Ele complementa que, em face da concretude do real, a diferenciação que pode ser introduzida é a subjetiva. Nesse

sentido, o sujeito mercantilizado assume posição central frente a um mundo marcado por contradições e antagonismos sociais.

A modernidade contribuiu de maneira decisiva para a fomentação desse sistema. Com o passar do tempo, foi possível observar a complexificação e sofisticação que o capitalismo atingiu e vem atingindo, devido à quebra de condições pré-existentes, pois para a manutenção do controle não há mais a necessidade de espaço, tempo e forma definidos. Assim, já se fala em pós, hiper e alta modernidade.

Na Filosofia, Lipovetsky (2004) refere-se à contemporaneidade através da expressão *tempos hipermodernos*. Segundo o autor, nossa sociedade está vivenciando a experiência do superlativo frente ao binômio produção-consumo. A pós-modernidade provocou o abalo da racionalidade e o fracasso de grandes utopias da história, marcando o aqui-agora. O processo de seu desenvolvimento encontra pouca resistência organizacional e ideológica, seguindo uma lógica desinstitucionalizadora e sem regulação, com grandes mudanças nas estruturas institucionais.

O mesmo autor enfatiza o presenteísmo com diferentes temporalidades e que são características do que ele chamou de neocapitalismo. As relações são caracterizadas pela concorrência econômica e democrática, competência técnica e direitos do indivíduo, prioritariamente o indivíduo consumidor.

A descrição do mundo hipermoderno e o destaque dado para o ceptismo quanto à possibilidade de mudança social, política e econômica, faz com que o destino da humanidade esteja entregue às ciências e às tecnociências alimentando a posição da indiferença. Devemos reconhecer que a Filosofia não pode ser considerada como um caminho para a felicidade como destacou Lipovetsky, porém restringi-la à inteligibilidade do real poderá entregá-la definitivamente ao liberalismo econômico e, por sua vez, a uma filosofia liberal. A realização de uma análise a respeito do mundo

contemporâneo requer o exercício da crítica acerca da imobilidade das grandes desigualdades sociais.

É fundamental atentar pois, a desregulação e a desistitucionalização poderão provocar cada vez mais a fragilização e a ruptura de laços sociais já percebidos em nossa sociedade. E como já descrito anteriormente, fortalecerá a lógica do mercado e da competência técnica no indivíduo que, cada vez mais se distancia de seus pares, e assim passa a estabelecer relações sempre mais superficiais, descartáveis e vazias de substancialidade.

Guareschi (2002) argumenta que o pressuposto do neoliberalismo é que o progresso e o desenvolvimento só são possíveis através da competitividade, mas também ressaltou que os dogmas do liberalismo reduzem o ser humano a um ser isolado e egoísta, com processos de competição que geram exclusão, com a culpabilização do sujeito individual.

No que se refere à questão social, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso quanto à inserção no mundo moderno é transferida quase exclusivamente para o sujeito, deixando de ser consideradas as determinações sociais e a história de vida das pessoas que se encontram à margem dessa esfera posta pelo capital e o consumo.

Diante da crítica da concretude do real, é preciso atentar para o fato de que homens e mulheres não são passivos em tal processo, pois historicamente assumem a posição de produtores da realidade, demonstrando que é preciso valorizar a análise em torno do indivíduo. Porém, na cultura estão presentes determinações sociais entendidas como interferências na produção dos sujeitos e representantes da ideologia dominante, provocando consideráveis impactos à sociedade diante da injustiça social. Bock ao unir psicologia e sociedade dedica-se a estabelecer a dialeticidade do elo que não desassocia o mundo social da subjetividade:

> O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem. A linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade. O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social. (Bock, 2007, p. 67)

A ideologia dominante é um processo de significação que visa legitimar a realidade imposta por essa ordem societária[11]. Por esse motivo, muitas expressões da questão social não permanecem em seu aspecto singular e subjetivo, mas sim na forma de questão universal, que atinge a sociedade como um todo, ainda que sejam resguardadas as particularidades dessas expressões (Pontes, 2002)**.**

Ainda segundo Guareschi (2002), neste modelo capitalista e neoliberal, as pessoas são individualmente responsabilizadas por situações econômico-históricas adversas e cruéis. O Estado foi *"assaltado"* pelo mercado, senhor absoluto que dita às regras de sobrevivência social.

Frente à identificação da complexidade nas relações de classe e de poder, depara-se com um movimento dialético. As relações mediadas pelo Estado instituído não devem ser deslocadas da realidade e da intersubjetividade.

Em meio a esse contexto, problematizações emergem relativas ao tema identidade, questão importante para a juventude, visto que o adolescente encontra-se em fase peculiar de desenvolvimento, construindo suas identificações. Autores psicanalíticos como Herrmann (1997) reforçam que a identidade é a representação do desejo, ou seja, aquilo que move o ser.

---

[11] No marxismo, a ideologia corresponde a um sistema articulado de idéias e valores, organizado como corrente de pensamento e instrumento de luta política, como expressão das relações entre as classes sociais. Trata-se de um conjunto das formas de consciência social que tem por finalidade legitimar a classe dominante ou em direção oposta, os interesses revolucionários da classe operária.

Hall (1995) aponta para a crítica da contemporaneidade frente ao des-centramento do sujeito. Esse autor parte do princípio de que as antigas identidades que sustentaram o mundo social na pré-modernidade estão em declínio, de forma a contribuírem assim para a fragmentação do sujeito moderno.

> (...) um tipo distinto de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final deste século, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade que nos deram localizações sólidas como indivíduos sociais. Estas transformações estão também modificando nossas identidades pessoais, enfraquecendo o próprio sentido de nós mesmos enquanto sujeitos integrados. Esta perda de um 'sentido de self' é algumas vezes chamado de deslocamento ou des-centramento do sujeito. Este conjunto de deslocamentos duplos – descentrando indivíduos tanto de seu lugar no mundo cultural e social, quanto de si mesmos - constitui a 'crise de identidade' para o indivíduo. (Hall, 1995, p. 09)

Não se pode afirmar que na história tenha existido um modelo de sujeito centrado, porém, as constantes e intensas transformações no mundo social têm levado a uma acentuação evidente das crises identitárias. O autor desloca o seu olhar do sujeito para a sociedade e provoca questionamentos na seguinte vertente: Não será a modernidade em si que está sendo modificada? Atualmente, após inúmeras mudanças no modo de vida das pessoas, não é possível ao sujeito pós-moderno conceber uma identidade fixa, pois, a identidade assume aqui seu caráter histórico e não biologicamente definido, ainda considerando os sistemas culturais do entorno e as diferentes posições do sujeito nessas conjunturas.

A identidade assume certa flexibilidade, sobretudo em fases da vida como a adolescência, tornando reducionista a utilização de uma denominação como o termo delinqüente aos adolescentes autores de ato infracional, com conotação diagnóstica rígida. Ainda de acordo com o autor, a identidade deve ser entendida como contraditória, visto que frente à multiplicidade, um "*self coerente*" torna-se uma fantasia (Hall, 1995, p.12). O autor complementa que a questão de classe não é mais suficiente para suprir os interesses das pessoas. A identidade se modifica de acordo com

o modo pelo qual o sujeito é representado, de forma a concretizar a passagem para uma política da diferença, e assim, politizar ainda mais essa questão da identidade.

Frente a essas ponderações, a terminologia utilizada adolescente em *"conflito com a lei"* provoca uma inquietação. Se existe uma política da diferença, com qual lei o adolescente se encontra em conflito podemos nos perguntar? Diante do mundo em que vivemos, ouso apontar para a lei da indiferença diante desse segmento social. Muitas vezes os adolescentes em conflito com a lei são representados socialmente como trombadinhas ou bandidos perversos, sinalizando para a acusação de falhas de caráter, deslocando o sujeito do contexto maior.

Hall (1995) utiliza o termo a*lta modernidade* para caracterizar a sociedade marcada pela diferença, marcada por antagonismos sociais produtores de diferentes posições do sujeito, enfatizando aspectos como a descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocamento e também ressalta a importância das conseqüências políticas da fragmentação ou "pluralização" de identidades nos jogos de poder. Isto porque, a partir da criação de uma cultura nacional, acentua-se o fenômeno da *"homogeneização cultural"*, que é popularmente conhecido como cultura de massa, e que pode acarretar uma perda subjetiva e ainda a perda da criticidade por parte do sujeito.

Destacam-se os cinco grandes avanços na Teoria Social e nas Ciências Humanas evidenciados pelo autor, e que tiveram grande impacto na metade do século XX no que se refere ao descentramento do sujeito.

O primeiro desses avanços diz respeito à tradição marxista, que afirma que o homem faz a história a partir das determinações sociais. Em segundo, diz respeito à terceira ferida narcísica, ou seja, o abalo que a descoberta do inconsciente por Freud causou ao conceito do sujeito racional. Esses aspectos ainda são atuais no desafio de encontrar uma conjugação capaz de conciliá-los, já que podem ser classificados como dicotômicos

e divergentes, desconsiderando o caminho dialético em potencial para ambos. O terceiro des-centramento referiu-se à linguagem e sua amplitude de significação, pois as palavras estão carregadas de significados embutidos em nossos sistemas, cultural e lingüístico. O quarto está contido no trabalho do filósofo e historiador Michael Foucault, que trata do *"poder disciplinar"* e das instituições que regulam e vigiam a população. Por último, o quinto, enfoca os novos movimentos sociais, especialmente o feminismo, que tratam de afirmações, tanto no que se refere às posições subjetivas quanto às posições objetivas da política. Esses cinco pontos foram determinantes para abalar a identidade na pós–modernidade, ampliando as questões contemporâneas que se encontram em constante movimento.

Ao analisar o campo político de uma das questões mais atuais das ciências humanas, a identidade, retoma-se o pressuposto de que o mundo se complexificou com os avanços colocados pelas questões culturais que garantem os interstícios de realidades que se cruzam e tornam mais complicada a problematização do social. Entretanto, as contradições primárias e fundamentais permanecem e a desigualdade social sustenta a divisão de classes. Certamente, hoje, essa desigualdade é mais eficiente em seu disfarce e na tentativa de maquiar e silenciar a ainda presente e velada luta de classes.

Após o enfraquecimento das utopias revolucionárias e sob a *"ditadura"* da lógica do sucesso e da produtividade em uma era considerada extremamente moderna, as tecnociências foram capazes de alterar formas de comunicação e relacionamento entre as pessoas, de oferecer o produto de seu conhecimento ora em benefício, mas não raro, também em malefício da sociedade, principalmente em relação aos sujeitos que se encontram na condição de desamparo pessoal e social.

Diante das importantes referências para a contemporaneidade, pode-se perguntar agora com um enfoque mais específico ao fenômeno da adolescência em situação de

conflito com a lei sobre quem é o adolescente autor de ato infracional na contemporaneidade e como esse sujeito está representado no imaginário social e na política brasileira.

1.2 – Objetividade e subjetividade: a articulação de uma análise capaz de minimizar com a construção da dicotomia

O célebre texto *Mal Estar na Civilização* de Freud (1929), rompe com as teorias desenvolvimentistas da humanidade, e aponta que, para além da psicogênese infantil, o ser humano está submetido à psicogênese cultural e ao desamparo da vida civilizada.

Conforme Birman (2003), a Psicanálise é colocada à prova do social pois o silêncio acrítico frente ao real tem a capacidade de suprimir do discurso teórico as dimensões ética e política, restringindo-a a uma mera perspectiva terapêutica, com a finalidade de harmonizar o sujeito no social**.** Birman segue destacando que o mal-estar e o desamparo são fundamentos intrínsecos da modernidade e ainda presentes na atualidade, no conflito incessante entre pulsão e civilização. Nessa perspectiva, a Psicanálise passa a oferecer uma contribuição inestimável para as teorias críticas, tal qual o materialismo histórico dialético, à medida que revela as relações conflituosas próprias da civilização e suas organizações societárias, que dificilmente serão superadas devido a sua condição estrutural.

Essa análise não deve focalizar o cerne da estrutura social analisando apenas o indivíduo, de maneira a efetuar uma análise isolada, visto que, o processo sócio histórico é também condicionante para a constituição dos sujeitos, mantendo assim um movimento dialético.

Na contemporaneidade muito se fala sobre as novas psicopatologias, como a depressão, a síndrome do pânico e o desamparo, a anorexia, bulimia e obesidade mórbida, a toxicomania, a cultura do excesso e a narcisista, dentre outras. Herrmann (2004 a) afirma:

> Nossa psicopatologia vem de um tempo em que se concebia a doença individual como oposição à sociedade; hoje, é forçoso pensá-la como expressão pontual dessa mesma sociedade, como sintoma de campos culturais inconscientes. (Herrmann, 2004, p. 04)

A restrição da interpretação das manifestações psíquicas frente ao mundo em que vivemos, permeada por problemas sociais, pode resultar em certa miopia diante de sintomas localizados na sociedade, provocadores de mal-estar não apenas no indivíduo e sim, na coletividade. A questão social pode ser identificada como sintoma de nossa organização societária. Levando em consideração a sociedade democrática e o Estado de Direito, Rodriguez (1988) afirma que se *"caminha na recuperação de um estado de direito que constitui um campo no qual é possível ler sintomas sociais"* (p. 176), pois há que se produzir entendimento a partir da estrutura social e do comportamento do indivíduo e da massa em situações limite.

Se a Psicanálise prima pelo método interpretativo, caminho que acena para a possibilidade de imprimir significado ao mundo, então considera-se imprescindível à pesquisa que invista na compreensão política das relações sociais geridas pelas políticas públicas. O Estado é executor de políticas públicas que interferem diretamente na vida do sujeito e da coletividade. É nesse emaranhado que também se encontram os interstícios reveladores do mundo em que vivemos.

Neves (1999) em seu texto *O Psicólogo e o Paciente-Instituição,* alerta para o efeito da contratransferência em relação às instituições. É demonstrado que na instituição estão presentes implicações sociais, culturais, políticas e psicológicas. A partir dos textos de Freud citados pela autora, tais como Mal Estar na Civilização (1929) e Totem

e Tabu (1913), a autora resgata a vivência em grupo como inerente à existência humana e que por esse motivo, o homem partilha de inúmeras mentes grupais.

Nessa perspectiva, a instituição assume uma posição reveladora da forma como são reguladas as relações humanas. Por isso a importância dos movimentos de transferência e especialmente os de contratransferência assumindo outras possibilidades analíticas para além do setting padrão. A possibilidade de associar a Psicanálise com a Psicologia Institucional viabilizou a interpretação da instituição como paciente, favorecendo o que Neves chamou de produção do saber legítimo, que não se destina meramente a reproduzir os padrões instituídos.

Diante do desvelamento possibilitado pela referida abordagem entre o analista-pesquisador e o paciente-objeto-instituição, vislumbra-se a possibilidade de deslocar esse caminho interpretativo para o campo das políticas públicas e a repercussão na vida do demandatário delas. Para tal, esta pesquisa assumiu como objetivo implícito a posição de interpretar o fenômeno presente na relação entre o cidadão e o Estado instituído que se efetiva através de seus aparatos institucionais e burocráticos, que não necessariamente cumpre com a função de proteção de sua população. A relação estabelecida entre o Estado e a população tem provocado crises de desamparo em cidadãos que não se sentem representados pelo poder instituído, como será verificado no que se refere aos adolescentes em situação de risco e conflito com a lei.

O exercício desta reflexão aponta para a urgência de produção de conhecimentos interdisciplinares significativos, e até mesmo para o que foi chamado por Morin (2000) de estudos *"inter-poli-transdisciplinar"*. Os saberes tradicionais reforçaram a fragmentação, especialização e disciplinarização e foram submetidos a processos reducionistas, que impedem de ver tanto o global quanto o essencial. Diante da complexidade, que na origem etimológica no latim significa *"aquilo que é tecido em*

conjunto” é preciso unir as áreas do conhecimento, pois nenhuma ciência é absoluta e auto-suficiente em sua capacidade de suprir as exigências do mudo atual em suas problematizações.

Capítulo II – Entendendo a Adolescência: considerações teóricas

> As pessoas grandes não compreendem nada sozinhas, e é cansativo, para as crianças, estar toda hora explicando. (O Pequeno Príncipe, Antonie de Saint-Exupéry, 1984, p.10)

O Estatuto da Criança e do Adolescente destaca a peculiaridade do desenvolvimento trazido pela fase da infância e da adolescência, muito embora a legislação não esclareça sobre o desenvolvimento adolescente, o que provoca inúmeras discussões e divergências. Contudo, a Psicologia e de maneira enfática a Psicanálise contribuem intensamente para argumentar sobre essa questão.

É preciso investir na abordagem do tema adolescência e na gestão pública de ações voltadas para esse segmento social uma vez que, os representantes desse segmento social correspondem a 31,5 % da população segundo os dados do UNICEF. A diversidade cultural presente no universo adolescente traz em seu bojo não aspectos universais e padronizados, mas sim particularidades que garantem o espaço para a singularidade e subjetividade, salientando os desafios da compreensão desse momento da vida.

O tema permaneceu silenciado durante longo período, contudo podemos notar o crescimento de produções teóricas que passaram a tratar dessa fase da vida, revelando uma polêmica conceitual decorrente de diferentes concepções em torno da produção desse saber.

Na maioria das vezes, autores com maior visibilidade possibilitada pela mídia, tal como Tiba (1996) abordam a adolescência como fase difícil que pode trazer problemas e que, por isso, precisa ser superada. É possível perceber uma apropriação massificada sobre o tema que usa costumeiramente o trocadilho que se refere a esse processo como *"aborrecência"*, referindo-se às chateações que os adolescentes causam nas *"pessoas grandes"* a sua volta.

Citou-se anteriormente que na Idade Moderna a puberdade aparece como um importante marco que passa a representar uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, iniciando o processo de reconhecimento da adolescência (Ariès, 1978). Entretanto, Outeiral (1994) ressalta a importância de se distinguir a palavra adolescência do termo puberdade, embora sejam questões relacionadas. Ele destaca que a puberdade é uma palavra derivada do latim que se caracteriza pelo surgimento de uma atividade hormonal. Significa sinal de pêlos, barba, penugem; é, portanto, um processo biológico que resulta no desenvolvimento dos chamados *"caracteres sexuais secundários"* (p. 05). Já a adolescência é compreendida como um fenômeno psicológico e social e não está restrita à puberdade.

> Esta maneira de compreendê-la nos traz importantes elementos de reflexão, pois, sendo um processo psicossocial, a adolescência terá diferentes peculiaridades conforme o ambiente social, econômico e cultural em que o adolescente se desenvolve (Outeiral, 1994, p. 05).

Para o mesmo autor, a adolescência também deriva de adolescer, origem da palavra adoecer:

> Temos assim, nesta dupla origem etimológica, um elemento para pensar esta etapa da vida: aptidão para crescer (não apenas no sentido físico, mas também psíquico) e para adoecer (em termos de sofrimento emocional, com as transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa da vida) (Outeiral, 1994, p.06).

Devido às dimensões psíquica e social para este estudo, será adotada uma análise crítica a partir da perspectiva sócio-histórica, que entende a adolescência como uma construção social, contrapondo-se às concepções naturalizantes, ou seja, a adolescência será entendida como uma produção social, a partir de sua natureza histórica.

Tomar-se-á como ponto de partida o artigo produzido por Bock (2007), resultado da pesquisa que visou analisar a literatura destinada a levar um saber mais especializado aos pais e educadores de adolescentes, e que parte de uma retrospectiva teórica em torno de autores que se dedicaram ao tema adolescência.

A autora ressalta a grande contribuição da Psicanálise para a construção do conceito e entendimento do tema, tomando a adolescência como objeto de estudo atentando para as crises e conflitos atrelados à sexualidade.

Porém, foi Erickson (1976 apud Bock 2007) que institucionalizou a adolescência como fase especial no processo de desenvolvimento em que há confusão de papéis e dificuldades em torno da identidade. Na América Latina merecem destaque as produções de Aberastury e Knobel (1989). Os referidos autores tratam do normal e do patológico durante essa fase da vida. Nesse intento, Knobel descreveu as características da adolescência normal através de uma série de manifestações de conduta, nomeando *"síndrome da adolescência normal"*.

Nessa perspectiva, a adolescência é entendida como uma etapa natural e inevitável, de caráter universal no desenvolvimento humano. A concepção semi-patológica teve como conseqüência uma visão naturalizante dos conflitos, sem que a cultura tenha interferência direta nesse processo.

> Nessas construções teóricas, encontramos a visão de que o homem é dotado de uma natureza, dada a ele pela espécie e, conforme cresce, se desenvolve e se relaciona com o meio, atualizando características que já estão lá, pois são de sua natureza. A adolescência pertence a esse conjunto de aspectos. Suas características são decorrentes do "amadurecer"; são hormônios jogados na circulação sanguínea e o desabrochar da sexualidade genital os fatores responsáveis pelo aparecimento da sintomatologia da adolescência normal. (Bock, 2007, p. 64)

Tiba (1985 apud Bock 2007) autor amplamente popularizado no Brasil, não delimita a fase de duração da adolescência, mas reforça seu disparo pela puberdade e afirma se tratar de uma maturação programada do aparelho reprodutor. Dessa forma, os aspectos sociais e culturais não são entendidos como constitutivos da adolescência.

Esse padrão de compreensão vem sendo paulatinamente questionado com a construção de posturas mais críticas. Levinsky (1995 apud Bock 2007) conceitua a adolescência como um desenvolvimento evolutivo, em que são consideradas as condições ambientais e a história pessoal de cada sujeito, apontando para a natureza

psicossocial desse processo. Todavia, mantém atrelado o surgimento da fase à puberdade e ao desenvolvimento cognitivo, aspectos importantes, mas ainda reducionistas do fenômeno. De qualquer forma, o autor avança ao afirmar que a adolescência é caracterizada pelo modo que a sociedade a representa, pois *"A sociedade e a cultura agravam a crise dos adolescentes com sua hipocrisia e paradoxos, introjetando no adolescente seus defeitos de forma projetiva"* (Levinsky, 1995 apud Bock, 2007, p. 65).

Ainda nessa direção, Outeiral (1994) problematiza a questão em torno da identidade, uma vez que a adolescência inicia com um sentimento de impotência frente ao mundo e à realidade, decorrente das inevitáveis transformações corporais. O período é intensamente marcado pelo choque de gerações entre pais e filhos, pois requer o estabelecimento de novos vínculos com a família e a sociedade. A busca pela emancipação, processo denominado como necessidade de se *"independizar"* acarretará uma desvalorização dos pais, para que assim os filhos sintam que se afastam sem perder muito. Por outro lado, a adolescência é extremamente mobilizadora na família, pois quando um membro familiar adolesce os demais tem seus *"elementos adolescentes"* ativados. Para os pais, trata-se de um processo doloroso que pode mesmo provocar o sentimento de inveja percebido na diferente conjugação de tempos verbais: o adolescente vai ser, vai fazer, enquanto o adulto foi e fez e passa a sentir o impacto dos anos vividos. *"A confusão do adolescente é "altamente contagiosa" e seria ingênuo supor que só o adolescente se identifica com o adulto: este também se identifica com o adolescente"* (Outeiral, 1994, p. 73).

Nesse sentido, podemos minimamente perceber um caráter processual e bidirecional quanto ao fenômeno adolescência, que se constrói na relação com o adulto. O término desse período é mais dificilmente demarcado do que o início, porém há uma forte

inclinação em ser adquirido um outro status através da identidade profissional e o almejado reconhecimento social derivado da independência financeira. Há, portanto, uma sinalização para as pressões mercadológicas vividas pelos sujeitos nessa etapa da vida. Em outras palavras, há que se levar em consideração os fatores externos concretos sócio-culturais desse processo.

Bajot e Franssen (1997 apud Bock 2007) apontam para a força da sociedade organizada em torno do mundo do trabalho e a repercussão deste na vida do adolescente. A adolescência está relacionada à necessidade de inserção no mercado de trabalho, assumindo um momento decisivo na definição da identidade do jovem.

> ... a referência ao trabalho tradicional se tornou impraticável por sua dificuldade de inserção, sendo esta degradação vivida como crise. Eles (Bajot e Franssen) realizaram um estudo interessante, mostrando como em cada grupo social esta crise é vivida diferentemente. Em jovens do meio popular a representação do trabalho está mais ligada a normas tradicionais e o desemprego é vivido como exclusão; já, entre os jovens da classe média desvalorizam o trabalho assalariado preferindo um projeto de auto-realização e o desemprego é vivido como tempo para redefinição de projetos existenciais. (Bock, 2007, p. 65)

Calligaris (2000) desconsidera o critério da maturação física para pensar sobre a adolescência. O autor compreende que a adolescência é uma fase instituída em nossa cultura em decorrência do olhar do adulto que não reconheceu ainda os sinais de transição para a vida adulta. O autor analisa as dificuldades que os jovens encontram nesse processo justamente por não se ter bem definida a especificidade do que é ser adulto, o que faz com que atuem em conseqüência do desejo do adulto.

> Numa sociedade em que os adultos fossem definidos por alguma competência específica, não haveria adolescentes, só candidatos e uma iniciação pela qual seria fácil decidir: sabe ou não sabe, é ou não é adulto. Como ninguém sabe direito o que é um homem ou uma mulher, ninguém sabe também o que é preciso para que um adolescente se torne adulto. O critério simples da maturação física é descartado. Falta uma lista estabelecida de provas rituais. Só sobram então a espera, a procrastinação e o enigma, que confrontam o adolescente – este condenado a uma moratória forçada de sua vida – com uma insegurança radical... (Calligaris, 2000, p.21).

Mas, para Bock, embora a contribuição de Calligaris seja muito valiosa, ele retoma uma concepção abstrata da adolescência, quando atribui que a fonte da adolescência está nos desejos dos adultos e não nas formas de vida. A perspectiva crítica alerta para a importância da produção de conhecimentos vinculados à totalidade na qual o fenômeno foi produzido.

> Criticar a perspectiva naturalizante se torna uma necessidade, pois a Psicologia, ao desenvolver perspectivas naturalizantes, deixa de contribuir para leituras críticas da sociedade e para a construção de políticas adequadas para a juventude, responsabilizando, com sua leitura, o próprio adolescente e seus pais pelas questões sociais que envolvem jovens, como a violência e a drogadição. (Bock, 2007, p. 66)

Para o objetivo desta pesquisa interessam as repercussões do saber na concretude de ações políticas, visto que o entendimento em torno do adolescente será gerador de formas de tratamento a esta parcela da população, inclusive pelas políticas públicas. A perspectiva sócio-histórica pensa a adolescência sendo constituída historicamente como período do desenvolvimento humano, e entendida como construção social com implicações para a subjetividade do homem moderno, pois "c*onstruídas as significações sociais, os jovens têm então a referência para a construção de sua identidade e os elementos para a conversão do social em individual*" (Bock, 2007, p.68). Esse período de vida assume significado a partir das mudanças corporais, mas não se restringe às mesmas, portanto; não é um fato natural e sim um fenômeno social. O corpo adolescente é significado culturalmente.

Clímaco (1991 apud Bock 2007) além de fatores sociais e culturais introduz o fator econômico em suas produções sobre o tema. A autora avalia que as revoluções industriais vividas pela sociedade moderna trouxeram significativas modificações nas formas de vida, inclusive para os mais jovens. Ela se refere à moratória desse período da vida como uma fase de latência trazida como necessidade da sociedade capitalista que precisou adiar a entrada do jovem para o mundo do trabalho.

A tecnologia implicou em maior sofisticação do trabalho, enquanto a ciência prolongou o tempo de vida dos trabalhadores. As atividades laborativas passaram a demandar maiores preparo técnico para a inserção no mercado e os pais puderam permanecer por maior período em atividade produtiva. O desemprego entra em cena, sendo preciso retardar a entrada dos jovens como mão de obra disponível. Como os filhos passam a permanecer mais tempo sob a tutela dos pais, a extensão da formação escolar foi a saída encontrada para a necessidades dessa nova realidade. As instituições de educação viabilizaram a convivência desses pares, na qual emergiu um novo grupo social com *"padrão coletivo de comportamento"*. Bock (2007) acrescenta que essa permanência na espera aumentou o vínculo de dependência em relação aos adultos, apesar de o adolescente já ter condições de estar na sociedade de outro modo.

Paralelamente, essa conjuntura manteve situações permeadas pela utilização do trabalho infanto-juvenil. Alguns grupos sociais ficam excluídos da escola, e ingressam cedo no mundo do trabalho e se *"adultizam"*, não tendo acesso à adolescência como uma condição e direito social (Santos 1996 apud Bock 2007). Ao se adultizar, fazem o que não era pra ser feito, como no caso do envolvimento com a criminalidade.

Por esses motivos, a denominação *"síndrome da adolescência normal"* de Knobel (1989) amplamente difundida traz tanto incômodo, pois não se pode entender a adolescência como doença e tão pouco como normal. Quando se passa a compreendê-la como fenômeno social abandona-se a idéia de patologia e de natural.

Por fim, o investimento de Bock (2007) ajuda a perceber a adolescência como criação constituída na relação com os adultos, a partir das exigências dessa sociedade. À medida que a adolescência se configurou, foi registrada socialmente, passando a abarcar significado, conceito, descrição de suas características, tais como a crise de identidade, confusão de papéis, choque entre gerações, atitude social reivindicatória dentre outros,

porém todos esses aspectos são resultados do processo sócio-histórico e não devem ser tomadas como natural. Deve-se estar atento, pois *"não há uma adolescência enquanto possibilidade de ser; há uma adolescência enquanto significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas"* (Bock, 2007, 70).

Alguns programas de atendimento referente às políticas de proteção social têm como usuário dos serviços os adolescentes. É necessária atenção para entrar em contato com esse demandatário que possui diferentes formas de ser, pensar e agir.

2.1 – Políticas públicas destinadas à adolescência brasileira: a situação de risco e a ênfase no conflito com a lei

Alguns autores têm se dedicado a recuperar a história da infância brasileira. Este resgate é comumente atravessado pela questão social em suas múltiplas expressões que nos remetem à origem escravocrata, à desigualdade social, ao abandono de *"menores"* no Brasil.

Nesse universo, Santos (2004) chama a atenção para o Brasil do século XIX, em que a modernidade e os novos padrões de convivência derivados da industrialização, da urbanização e da crescente pauperização da população, passaram a evidenciar a presença de *"menores"* [12] nas ruas, na prática de vadiagem e gatunagem (p.211). Ou seja, a presença de crianças e adolescentes na criminalidade crescia à medida que a crise social se acentuava.

[12] Eventualmente, o termo *"menor"* poderá ser utilizado neste texto devido ao emprego amplamente difundido do termo antes do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, período histórico que está sendo enfatizado neste item. Esclarece-se que, o uso desta palavra ainda é encontrado na atualidade, sobretudo no âmbito jurídico, porém ressalta-se a incorporação de significados pejorativos ao seu uso que são combatidos pelo reconhecimento da terminologia criança e adolescente, sujeitos de direitos conforme preconizado na legislação.

Santos complementa que, *"desde o século XIX, quando se passou a elaborar estatísticas criminais em São Paulo, o menor de idade estava sempre presente"* (Santos, 2004, p.214). Entretanto, é importante esclarecer que os crimes cometidos por menores eram de natureza distinta dos praticados por adultos, devido ao reduzido poder ofensivo de suas práticas. O autor insiste:

> Assim como o menor em São Paulo era iniciado precocemente nas atividades produtivas que o mercado proporcionava, tais como fábricas e oficinas, também o era nas atividades ilegais, numa clara tentativa de sobrevivência numa cidade que hostilizava as classes populares. Desta maneira o roubo, o furto, a prostituição e a mendicância tornaram-se instrumentos pelos quais estes menores proviam a própria sobrevivência e a de suas famílias." (Santos, 2002 p. 218)

Marcilio (2002) enfoca que desde as últimas décadas do período Imperial já se podia perceber um clamor por soluções à crescente criminalidade juvenil e ao abandono de crianças nas ruas das cidades.

A autora destaca que há registros de 1884, como o da conferência de abertura da Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, em que estiveram presentes o Imperador e a Princesa Isabel, o conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho propôs a criação de uma Associação Protetora da Infância Desamparada, apontando como urgente a criação de asilos com educação primária, ensino profissional e a aprendizagem de um ofício para *"menores"* sem pais ou cujos pais não foram *"capazes"* de educá-los. Por outro lado, para os "contaminados pelo crime", foi sugerida a fundação de escolas correcionais, nas quais os regulamentos disciplinares deveriam ser mais severos do que os aplicados nos asilos.

Tal acontecimento demonstra a distinção remanescente em que a prática de ato infracional por menores de idade passa a ser desassociada das situações de risco em que se encontram esses jovens, uma vez que as políticas destinadas a essa população assumem uma face basicamente repressora e punitiva. Em outras palavras, são políticas destinadas aos *"menores"* que não tinham e não têm garantias básicas de sobrevivência.

Ainda conforme Marcilio (2002), com a instauração da República, foi adotada como medida a medicina higiênica, pois acreditava-se num projeto civilizatório por meio da educação da infância. A recuperação de infratores passou a ser pensada por meio de um ambiente *"sadio e virtuoso"*. O jurista Franco Vaz recomendava o internato antes mesmo da prática do ato infracional como medida profilática, sendo necessário combater os *"vagabundos"*; ou seja, os jovens passaram a ser punidos por sua condição de ociosidade. Nesse intento, sabe-se o quanto práticas como a capoeira, manifestação cultural brasileira, sofreu descriminação e preconceito sendo os capoeiristas perseguidos pela polícia (Areias, 1983).

O Decreto 145 de 11 de julho de 1893 autorizava a instituição de colônias correcionais para delinqüentes e abandonados e abriu caminho para as casas de correção ou de detenção para menores nas cidades maiores. É o caso da colônia de Dois Rios (1902) e a Escola Premonitória XV de Novembro, ambas no Rio de Janeiro; o Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1902), ou o Instituto João Pinheiro, em Belo Horizonte (1909), dentre outros.

> "Esses reformatórios, como eram também chamados, isolavam os "desviantes da ordem" para prevenir a "contaminação" e ensinar aos internos a necessidade de comportamentos e disciplinas. Regras de conduta eram prescritas como meio e como fim em si mesmas, pelas quais internos e seus guardiães aprendiam a viver harmoniosamente. Requeria-se absoluta obediência e os funcionários estavam prontos a enfrentar a insubordinação com castigos físicos. Punições corporais eram a norma: internos eram espancados ou colocados em solitárias quando não se conformavam ao regime diário. Um dos meios para obrigar a obediência, a disciplina e a ética da ordem a cada interno foi a imposição de elaboradas rotinas diárias, que começava desde o raiar do dia. (Marcilio, 2002, p. 172)

Em 1921, criou-se o Serviço de Proteção à Infância Abandonada e Delinqüente, depois do efervescente debate em torno da ausência de um plano nacional de controle e de política em relação ao *"menor"*; porém, tal iniciativa apresentou baixa eficácia e quase nenhuma ação efetiva. Ainda assim, foi reconhecido o mérito por demonstrar a urgência em estabelecer um plano geral de ação e de controle das instituições destinadas

à proteção ao *"menor desvalido"*. No ano de 1924, criou-se pelo Decreto nº. 16.388 o Regulamento do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinqüentes.

O primeiro Código de Menores foi sancionado em 1927 e definiu um novo projeto jurídico e institucional para a assistência à menoridade. A implantação da idade penal foi elevada para dezoito anos, sendo criada uma justiça especial para os jovens autores de ato infracional. A assistência foi reorganizada tornando-se mais ampla e sistemática.

Cabe ressaltar o Serviço de Assistência aos Menores – SAM, implantado em 1938 pelo Decreto nº. 9.744. As ações eram comandadas pelo Ministério da Justiça e abrangiam todo o território nacional com a função de organizar o tratamento aos menores. Mas o SAM passou a ser conhecido pelos terríveis maus-tratos a que submetia os usuários de seus serviços. Paulo Nogueira Filho, citado por Marcilio (2002), ex-diretor geral do SAM, escreveu um livro sobre a Instituição, no qual denunciou a vida dos internos em "asilos": *"Havia um corredor com celas para rebeldes e os difíceis. Nelas eram atirados nus, após surras de estrondos que abalavam a casa, e, não raro, quebravam ossos, mutilando as vítimas"* (Nogueira Filho apud Marcilio, 2002, p. 173). Dentre outras denúncias também revelou o forte esquema de corrupção na instituição e o comércio de fugas.

Com a Ditadura Militar, o SAM teve sua extinção em 1964 e foi substituído pela Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor – FUNABEM, entidade autônoma, financeira e administrativamente, diretamente subordinada à Presidência da República, imbuída de funções normativas e da elaboração de uma nova política no âmbito nacional. Seu idealizador e primeiro presidente, Mário Atenfelder, demonstrou–se sensível aos princípios previstos na Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU de 1959.

> "É tempo de reeducação. Vai se tornando repugnante a idéia de castigo violento, da repressão brutal, do aproveitamento de capatazes, de capitães-do-mato, da colocação de ineptos em cargos ligados aos Serviços de Menores. Deseja-se um tratamento à base de compreensão, da disciplina consentida, da ação de professores à altura, de psicólogos capazes, de gente que realmente goste de menores, de pessoal escolhido e treinado para uma missão tão elevada (...) Saber que alguns enriquecem à custa do sofrimento dessas crianças infelizes é identificar um crime que brada aos céus. Reconheço que tem faltado ao Brasil uma política que realmente apresente condições de equacionar o problema. Essa política no entanto acaba de surgir com a Fundação. Bastará segui-la e os resultados serão certos.
> (Carneiro, 1966, p. 11 apud Marcilio, 2002, p. 175).

A FUNABEM (1976) previa em suas diretrizes e normas promover um atendimento voltado às *"necessidades básicas"* dos menores e elencou saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social como prioridades.[13]

Porém, esse ideário não se concretizou, pois não foram constatados atividades preventivas para alcançar a participação da juventude para a prevenção da delinqüência juvenil. O resultado foi o avanço e crescimento da marginalização. Em 1976, a Câmara dos Deputados realizou a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do menor, que constatou as mesmas falhas ocorridas no extinto SAM.

No que tange ao estado de São Paulo, em 1948 o aumento da criminalidade juvenil provocou a organização de uma ação conjunta entre o Tribunal de Justiça do Estado, a Procuradoria Geral de Justiça, os juízes de menores e o Serviço Social do Estado para organizar as Semanas de Estudos dos Problemas do Menor. Essa foi uma experiência fértil que teve continuidade até 1974, ano em que foi sugerida a criação da Fundação Pró-Menor, para gerir e executar a política de atendimento ao menor, o que deu origem à Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM.

A discussão internacional sobre o tema acarretou repercussões para o Brasil. Importantes documentos como a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e seus desdobramentos: Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça

---

[13] FUNABEM, Diretrizes e Normas para a Aplicação da Política de Bem-Estar do Menor. Rio de Janeiro, Funabem, 1976, p. 07.

da Infância e da Juventude (Regras de Beijin – 1988); Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989); Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinqüência Juvenil (1990) e das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990) passaram a orientar uma perspectiva de direitos.

A década de 1990 deve ser ressaltada como um marco de avanços e conquista dos direitos da infância e juventude, pois resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente.

> ... o processo lento tem produzido frutos na mudança de visão e de olhar sobre a infância. Em relação ao jovem que cometeu algum delito, todos esses documentos, internacionais e brasileiros, enfatizam a afirmação de que o menor só deve ser confinado em caso extremo, como último recurso pelo mínimo período de tempo necessário, além de que seus direitos e seu bem-estar devem ser garantidos e se deve promover a integração do jovem na sociedade. (Marcilio, 2002, p. 176-7)

Porém, a medida de internação tem sido utilizada mesmo para autores de ato infracional de reduzido poder ofensivo, ou seja, crimes contra o patrimônio e não contra a pessoa. São alarmantes as discussões geradas em torno da redução da maioridade penal e que podem desconstruir as conquistas preconizadas pela legislação vigente.

É valioso notar que essas instituições significaram muito para a trajetória dos atendimentos de crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil e ocuparam um lugar de destaque no conhecimento e imaginário da população, tanto que chegam a ser objeto de produções artísticas que têm a sensibilidade de ressaltar que muitas vezes a infância e adolescência que percorreram esse caminho não tiveram alternativas de vida para *"tocar o seu destino"* e não se tornar um *"problema social"* como na letra da música "Problema Social"[14], que trata da fala de uma pessoa que passou pelas Instituições da FUNABEM:

> Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
> Não seria um peregrino nesse imenso **mundo cão**

[14] Composição de Guará e Fernandinho, lançada em 2005 no Cd Ao Vivo de Ana Carolina e Seu Jorge, cantada por Seu Jorge, artista negro e atuante em produções que abordam aos problemas sociais brasileiros.

Nem o bom menino que vendeu limão
Trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendia as maldades que essa vida tem
Mataria a minha fome sem ter que lesar ninguém
Juro que nem conhecia a famosa FUNABEM
Onde foi minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocar em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em um colégio legal
Muitos me chamam pivete
Mas poucos me deram apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social. (grifo nosso)

2.2. - A delinqüência em face aos aparatos da Sociedade do Poder Disciplinar e da Sociedade do Controle

Foucault, em *Vigiar e Punir* (1977) aponta para a sociedade do poder disciplinar - identificada com maior ênfase entre os séculos XVIII a XX. No princípio daquilo que se reconhece como sociedade disciplinar, as punições eram reconhecidas como diretamente físicas. O corpo era marcado e provocava no réu o sofrimento simbolicamente apresentado como principal forma de repressão penal para o restante da população. A partir do momento em que a punição do corpo suplicado passa a ser vista como ato de violência e selvageria, a punição vai se transformando na parte mais velada do processo judicial.

O corpo assume uma nova posição no ato de castigar, visando privar o indivíduo de sua liberdade. As infrações são introduzidas no campo de objetos dos conhecimentos científicos, legitimando que a punição não recaia sobre ato infracional, mas sobre os indivíduos. Essa mudança justificou a necessidade de incorporar técnicos no ato de julgar e na constituição de provas, pois o juiz se esquiva de ser aquele que castiga, e, para isso, compartilha a responsabilidade do julgamento com a equipe técnica que pode indicar a repressão ou o tratamento, que vieram para banir a figura do carrasco. Assim, os juízes passam a julgar não o crime, mas a alma dos criminosos.

Abolida a figura do carrasco, Foucault (1977) questiona a noção jurídica e psiquiátrica frente ao saber, poder e verdade, refletindo sobre a velha linguagem. O autor apresentou grande colaboração ao elaborar o que pode ser considerada uma genealogia referente ao homem moderno, sobre algumas questões fundamentais como o poder, a loucura e a sexualidade. Isto é, apanhar a descontinuidade para explicar determinada singularidade. Ao desconstruir o percurso do poder entre centro e periferia, ele destaca que o poder nunca é a coisa em si e sim a relação com a coisa, priorizando o *"entre"* das relações, ou seja, aquilo que, segundo ele, foi nomeado como a *"microfísica do poder"*.

O momento histórico das disciplinas, que descobriu no corpo um objeto de poder, primava pelo adestramento do corpo manipulável, enquadrando-o na condição dos *"corpos dóceis"*. Entretanto, em meados do século XX, as fórmulas gerais de dominação e as disciplinas instituídas passam a deslocar para a sutileza do controle.

O filósofo Deleuze (1992) afirma que as práticas disciplinadoras tiveram sua crise principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial. A crise generalizada dos meios de confinamento, como a prisão, o hospital, a fábrica, a escola e a família, caminhou em direção à sociedade de controle, nome que se dá à substituição de antigas disciplinas que operavam em sistemas fechados.

Tomar-se-á como exemplo o caso da fábrica citado pelo autor, que assumida como empresa, estabelece uma competitividade entre aqueles funcionários que almejam e lutam pelo mérito de um salário melhor, estabelecendo uma nova forma de controle. E também o exemplo das prisões, que iniciam a busca por penas *"substitutivas"*, ou seja, alternativas, ao menos para os crimes de menor poder ofensivo e acrescenta-se, também para aqueles que a conquistam pelo bom comportamento - docilização de seu corpo.

O autor considera a sociedade de controle não uma evolução tecnológica sem propósito, mas uma mutação do capitalismo dirigida para o produto e não para as pessoas, no qual o marketing torna-se um eficaz instrumento de controle na contemporaneidade, em que há aceleramento de produções e consumos, processo de distanciamento do essencial como nos desperta o seguinte diálogo estabelecido com uma criança:

> - Bom dia, disse o principezinho.
> - Bom dia, disse o vendedor.
> Era um vendedor de pílulas aperfeiçoadas que aplacavam a sede. Toma-se uma por semana e não é mais preciso beber.
> - Por que vendes isso? Perguntou o principezinho.
> É uma grande economia de tempo, disse o vendedor. Os peritos calcularam. A gente ganha cinqüenta e três minutos por semana.
> - E que se faz, então, com cinqüenta e três minutos por semana?
> - O que a gente quiser...
> "Eu, pensou o principezinho, se tivesse cinqüenta e três minutos para gastar, iria caminhando passo a passo, mãos no bolso, na direção de uma fonte..."
> (O Pequeno Príncipe, Antoine de Saint-Exupéry, 1984, p.77)

Com as novas tecnologias a senha assume posição de destaque nas comunicações, marcando o acesso à informação e mantendo os sujeitos, incluídos ou excluídos, controlados por computadores ou máquinas de informática, nas quais o risco é a interferência, o vírus e pirataria.

> O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos de humanidade, pobres demais para a dívida, números demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão de guetos e favelas. (Deleuze,1992, p. 224)

Deleuze encerra seu texto com a seguinte metáfora, "*os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira"* (Deleuze, 1992, p. 226). Que a teia é bem costurada para envolver o sujeito nas relações postas pela sociedade de controle não resta dúvida. Entretanto, há ainda que se pensar nos buracos e na toupeira, ou seja, pensar sobre parte da população que ainda vive excluída do acesso à sociedade do controle e, em decorrência, está submetida às antigas formas do exercício do poder

disciplinar entrelaçada aos anéis sutis da lógica de produção das relações da sociedade de controle, como no caso dos adolescentes que vivenciam a privação de liberdade.

Ao falar em sociedade disciplinadora e em sociedade controladora, está colocada uma discussão sobre a transição, em um movimento de mudança em direção ao novo, mas que mantém aspectos remanescentes. A permanência de práticas disciplinadoras junto aos adolescentes autores de ato infracional no Brasil amplia o debate e os questionamentos sobre os rumos das condutas.

De modo geral, quando se fala em prática de ato infracional estamos falando da transgressão de leis instituídas e não de seu potencial instituínte. Ao analisar o ato infracional praticado pelo adolescente, freqüentemente ainda tem sido deixada de lado a realidade na qual os jovens brasileiros estão mergulhados.

Vivemos uma transição entre a sociedade do poder disciplinar e a sociedade do controle, sendo que esta última sugere a cultura dos acessos, galgando uma maior hegemonia na atualidade. Contudo, devemos atentar para alguns aspectos relevantes sobre a realidade do adolescente autor de ato infracional. Adolescentes que vivenciam a privação de liberdade, em sua grande maioria, são oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo. Assim, o consumismo muito estimulado na sociedade do controle e a tentativa desses indivíduos de se inserirem nessa lógica, ainda que de maneira ilícita, remete nossa realidade a padrões estabelecidos por séculos passados, a sociedade do poder disciplinar. Para isso, cita-se a Inspeção Nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei realizada em 2006, na qual foi apontada a urgência em desconstruir o modelo “correcional-repressivo” cristalizado que permite um cárcere juvenil desumano.

Essas reflexões não têm a pretensão de contemplar todas as questões que envolvem a problemática do cárcere juvenil no Brasil, pois, esse é fruto de um processo histórico

cuja trajetória se inicia com a nossa colonização. Porém, espera-se contribuir com algumas possibilidades de análise dessas questões de modo menos reducionista.

Transformar a construção em desconstrução é um desafio. Ainda assim, esse caminho tem sido adotado por autores pós-estruturalistas que se dedicam a analisar os jogos de verdades que são feitos pelas estruturas de poder. A desconstrução argumenta que não se pode transmitir um significado absoluto e a interpretação nunca pode ser definitiva, desconcertando a velha linguagem. Assim, Foucault (1977) adota esse procedimento com relação ao discurso e às relações de poder. Derrida (2000) foca sua análise nas escrituras, ou seja, para a linguagem e a relação entre o significado e a hierarquia valorativa do significante.

A delinqüência assume seu significado quando está associada aos jovens com um comportamento anti-social, transgressor ou *"desajustado socialmente"*, mas exige atenção quanto aos aspectos que contribuíram para a construção desse significante e os códigos que o acompanham.

Para se pensar o sentimento de infância e adolescência em situação de risco no Brasil é necessário pensar a respeito do lugar ocupado pelas crianças e adolescentes ao longo dos anos em nossa sociedade, pois como descrito anteriormente, no século XIX ficou evidente a problemática em torno dos indivíduos que, ainda na infância e adolescência, viviam na pobreza e não eram produtivos. Sendo assim, é freqüente encontrar na literatura a associação de meninos em situação de rua e em situação de conflito com a lei.

Consideradas as diretrizes sócio-históricas, a utilização do significante delinqüência para pessoas que ainda estão em fase de desenvolvimento e praticam ato infracional denota uma imaturidade teórica e um aprisionamento semântico. Nessa direção, complementa-se com os estudos de Bhabha (1998), que chamam a atenção para o risco

de uma psiquiatria sócio-diagnóstica, que classifica o comportamento do sujeito sem considerar as condições de sua existência: *"O que se coloca não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas"*. (Bhabha, 1998, p. 81)

Volpi (2001) opta pelas expressões adolescentes em conflito com a lei ou adolescente autor de ato infracional, pela capacidade delas representarem uma circunstância de vida e não uma categoria valorativa, pois *"A expressão adolescente infrator é comumente reduzida a infrator, tornando o adjetivo mais importante que o substantivo, imprimindo um estigma irremovível*" (Volpi, 2001, p.21)

O termo menor infrator guarda grande proximidade com o significado atribuído historicamente ao delinqüente e ao desajustado socialmente, aliviando a análise crítica em torno do ambiente, contexto em que se tecem relações sociais de dominação ao transferir a responsabilidade exclusivamente para o sujeito sobre suas condições de vida.

2.3 – Cárcere de Adolescentes: A Psicanálise como um campo profícuo à produção de sentidos

É muito comum encontrarmos os termos *"transgressores"* e *"delinqüentes"* associados à idéia de contenção dessas manifestações. O psicanalista Bloss (1979) realizou seus estudos sobre a delinqüência a partir do acompanhamento de meninos "delinqüentes" julgados pela Justiça, devido à prática de atos infracionais.

O autor aborda a existência de múltiplas delinqüências, que são atravessadas por duas características comuns: o envolvimento do sistema de ação na resolução de problemas e o uso do ambiente como regulador da tensão. Assim, o *"acting out"*, ou

seja, o ato em si, é a principal marca da delinqüência, pois a ação assume a posição de principal veículo de comunicação, tornando-se uma linguagem simbólica frente à distorção entre a ação e o pensamento verbalizado. Isto posto, a transgressão ou ato infracional passa a revelar a possibilidade de condensação de determinantes perceptuais, cognitivos e afetivos. Em outras palavras, a história de vida e o conflito adolescente convergem para uma forma de conduta denominada por Bloss como *"concretização"*.

> Com base nestes padrões característicos desta subespécie particular de conduta acting-out, denominei-a concretização. Esse termo tem seu lugar estabelecido na teoria da psicose. Entretanto, aqui proponho utilizá-lo como uma referência de desenvolvimento. Neste contexto, o pensamento concreto e abstrato descrevem fases na ontogênese da compreensão e interação com o mundo externo. A concretude da ação e da representação das coisas, sua transição para a linguagem simbólica e formação de conceitos representam um ponto de desenvolvimento fundamental, do qual depende não só o modo individual de comunicação, mas sua progressiva utilidade para o controle adaptativo do mundo interno e do externo. (Bloss, 1979, p. 188)

O autor conclui que a concretização de uma infração não é um deslocamento, mas sim uma interação comunicativa com o ambiente; seus estudos indicam o diálogo entre o self e o ambiente. Esse ambiente pode se tratar de um universo mais próximo como é o caso da família, mas também das relações sociais em suas características contemporâneas.

Considerações sobre a existência de adolescentes autores de ato infracional frente à teoria da delinqüência, mas que também devem ser entendidos como sujeitos de direitos, fez com que se buscasse uma expressão mais adequada e despida de estigma e preconceito. A defesa dos direitos infanto-juvenis passou a empregar a expressão *"conflito com a lei"*. Estará o adolescente autor de ato infracional em conflito com qual lei? Da lei como um instrumento jurídico que determina a verdade entre saber e poder, da lei que instaura a ordem em um limiar entre o instituído e o instituínte ou da lei capaz de despertar o sentimento de culpa? Insisto no conflito com a **lei da indiferença** às situações de vida enfrentadas por esse segmento social.

Na tentativa de produzir sentido sobre um fenômeno, a ciência psicanalítica revela sua possibilidade de desvelamento. Por essa razão retoma-se o texto de Freud, Totem e Tabu (1913), que demonstra como o ato se constitui como sendo um substituto do pensamento. Nesse clássico, Freud faz um estudo a partir dos povos primitivos que vivem em um sistema totêmico, demonstrando a semelhança entre os antigos tabus e as proibições morais.

Para essa abordagem, pode-se entender por sistema totêmico o resultado das condições em jogo no Complexo de Édipo, em que o filho se posiciona de maneira ambivalente em relação ao pai, que representa a autoridade, assim como nas sociedades patriarcais. Dessa maneira, este filho ora admira o pai por sua força, ora quer ocupar o seu lugar e romper com a lei imposta por este pai. O texto avança em direção à análise do caso dos irmãos que juntos conseguiram derrubar o poder paterno em decorrência do parricídio, mas que ao realizar esse grande desejo ficaram imersos no remorso, o que deu origem ao sentimento de culpa ainda atual em nossa sociedade, o **filho culpado**.

A produção traz, como uma das suas principais contribuições, o reconhecimento da ambivalência emocional frente ao desejo, visto que adotamos mecanismos repressores de alguns instintos primevos.

Para a questão posta por esta reflexão interessa-nos o seguinte trecho:

> A fim de sofrear a tentação o transgressor invejado tem de ser despojado dos frutos de seu empreendimento e o castigo, não raramente, proporcionará àqueles que o executam uma oportunidade de cometer o mesmo ultraje, sob a aparência de um ato de expiação. Na verdade, este é um dos fundamentos do sistema penal humano e baseia-se, sem dúvida corretamente, na pressuposição de que os impulsos proibidos encontram-se presentes tanto no criminoso, como na comunidade que se vinga. Nisto, a psicanálise apenas confirma o costumeiro pronunciamento dos piedosos; **todos nós não passamos de miseráveis <u>pecadores</u>**. (grifo nosso) (Freud, 1913, p. 94)

Foucault (1979) ao retratar a sociedade do poder disciplinar da mesma forma demonstra o quanto a Justiça pode ser vingativa, quando equiparou a selvageria da

condenação de suplícios aos próprios atos dos condenados e também quando deixou de focar o corpo e o ato infracional para se dedicar a julgar a alma dos criminosos.

É sabido que Freud continua a instigar os autores contemporâneos. O filósofo Bhabha (1998), na reflexão sobre os interstícios conflituosos entre representação psíquica e realidade social destaca que:

> como princípio de identificação, o Outro outorga uma medida de objetividade, mas sua representação – seja ela o processo social da Lei ou o processo psíquico do Édipo – é sempre ambivalente, desvelando uma falta. (Bhabha, 1998, p. 86)

Pensando na instauração da Lei, remete-se aos processos primários de construção de limites. Osório (1996) destaca Lacan, que considera a importância do pai devido à necessidade de representar o distanciamento entre mãe e filho, a fim de que este possa dar prosseguimento ao seu processo de individuação. Em outras palavras, o pai representa a autoridade que realiza o interdito.

Na Psicologia Jurídica, Goldenberg (1991) também se utiliza de uma leitura lacaniana e enfatiza que, quando a figura paterna está morta na vida intrapsíquica da criança, a falta da entrada da lei paterna no lar é um fator crucial que impulsiona a transgressão, comum em adolescentes que cometem o ato infracional, pois é a forma encontrada de buscar a lei, ou seja, o limite através do pai simbólico.

O conflito que vive um adolescente que pratica um ato infracional é reflexo de um drama maior do que o conflito com a lei e a jurisdição, conseqüência de um ato condenável socialmente. É legitima a atitude de não responder a esses adolescentes de maneira transgressora. Não cabe à sociedade, perplexa diante de tantas atrocidades, reagir de maneira emocionada, sem considerações às questões singulares e universais que sustentam a chamada infração.

Os atos infracionais, algumas vezes entendidos como perversos, provocam a urgência de uma reação transformadora e não vingativa. Desse modo, este estudo

mantém o interesse em decodificar e aprofundar a discussão sob parâmetros que articulem diferentes contribuições das ciências. A questão posta sustenta um novo *"itinerário"*, que leva à transdisciplinaridade como possibilidade de orientar ações.

Adota-se como caminho a Teoria Social Crítica, matriz teórico-metodológica hegemônica e norteadora do Serviço Social, para contemplar as determinações sociais de uma sociedade desigual. A Filosofia favoreceu o entendimento da contemporaneidade para analisar novas manifestações de um mundo que caminha para o desenvolvimento desenfreado, objetivando o produto e não as pessoas, o que pode resultar no des-centramento do sujeito e na perda subjetiva.

Para complementar, foram consideradas as diferentes formas do poder a ser exercido, seja na análise do discurso ou na da escritura, na sociedade Disciplinar ou de Controle. Por fim, a Psicanálise contribui para o entendimento do desamparo do sujeito em uma sociedade que vive o enfraquecimento dos laços sociais com as mais diversas instituições.

Um novo itinerário para as análises pensa o adolescente e a prática do ato infracional de maneira ampla e aprofundada, questiona a obviedade e pensa esse adolescente não como vítima, e nem tão pouco como condenado, mas sim como sujeito de direitos e não um mero objeto de controle social.

Tem-se assistido a uma constante associação da violência à juventude, muitas vezes transferindo ao jovem um potencial originariamente destruidor, propondo respostas moralizantes do sujeito. Entretanto, para se trabalhar com essas questões é necessário retirar o vértice moral, pois aspectos relativos à agressividade e a violência são nomeados pelo observador. Todavia, a cultura nos exige que seja analisado o que foi destruído, sem que se busque compreender os atos de uma pessoa tomada pelo mal-estar, seja ele um conflito pessoal, social ou associados. Os referenciais psicanalíticos

advertem que a agressividade é um recurso importante para a sobrevivência em sua dupla face: a sobrevivência subjetiva e a objetiva.

A concretização proposta por Bloss (1979) pode ser entendida como um ato de evasão ou alívio instantâneo e tende a buscar cada vez mais o primitivo. A violência primitiva é ausência de pensamento, pois pensar é mobilizar o instrumental para lidar com a frustração. A violência é uma exacerbação da agressividade como saída a não capacidade de pensar. É lidar com a angústia de forma violenta. A violência sempre surge na falência da continência[15], capacidade de não realizar determinados atos ou de não seguir impulsos.

É pertinente a reflexão sobre os mecanismos de continência presentes em nossa sociedade, tais como as políticas públicas destinadas aos adolescentes em situação de risco pessoal e social e a decorrente situação de conflito com a lei.

[15] A elaboração referente à violência primitiva e continência é decorrente do curso promovido pelo Centro de Estudos e Eventos Psicanalíticos de Uberlândia – CEEPU, *"O Adolescer da Vida Emocional"* ministrado pelo psicanalista Dr. Alceu Casseb, no 5º módulo intitulado *"Entendendo o mundo adolescente: violência, delinquência e agressão"*, realizado no dia 01/03/08.

Capítulo III – O Serviço Social como profissão interventiva no mundo em que vivemos

É por isso que preciso de tudo ousar
Sem nunca ter descanso,
Não fiquemos calados
Sem nos querer realizar
Não nos submetamos silenciosos e
Crédulos ao jogo humilhante
Pois que nos restam o desejo e a paixão
Pois que nos resta a ação.
(Karl Marx)

Este capítulo tem como objetivo assumir a posição que ocupo como assistente social pesquisadora, muito embora o percurso realizado por este trabalho tenha primado pelo pluralismo teórico, transformando este empreito em uma iniciativa híbrida ao buscar fusionar social e psíquico. Ainda assim, reconheço como imprescindível a iniciativa de apresentar algumas questões fundamentais e estruturantes para o Serviço Social, que prima pela intervenção transformadora e não apenas pela compreensão do mundo em que vivemos.

Serão utilizados principalmente autores do Serviço Social que têm como referencial histórico, teórico e metodológico o Materialismo Histórico Dialético e que por esse motivo almejam alcançar a práxis profissional, visando uma ação transformadora que interfira na ordem social instituída pelo capitalismo. São defensores de uma causa: a emancipação do sujeito histórico. Portanto, a discussão está situada dentro de uma questão presente no Serviço Social crítico que sustenta o argumento cravado na luta contra a injustiça social e que, por mais messiânico que possa parecer, é uma proposta real.

A trajetória histórica da profissionalização do assistente social percorreu um longo período de construção, pois foi iniciada a partir da secular manifestação da prática de caridade para com os pobres. Desenvolveu como técnica de trabalho formas de aproximação com pessoas em dificuldades de sobrevivência, sendo que sua prática

tornou-se capaz de revelar muito sobre as famílias em situação de desamparo social devido à proximidade que estabeleceu com o cotidiano da população atendida por seus serviços.

Como todas as profissões que surgem para responder às necessidades dos homens, o Serviço Social é uma profissão legitimada socialmente, mas para tratá-la como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, de caráter interventivo na realidade social, é prudente apontar para uma breve retrospectiva histórica quanto ao enfrentamento das expressões da questão social. Martinelli esclarece:

> Por questão social entende-se o amplo espectro de problemas sociais que decorreram da instauração e da expansão da industrialização capitalista. É a "expressão concreta das contradições entre o capital e o trabalho no interior do processo de industrialização capitalista" (cf. Cerqueira Filho, 1982:58) (Martinelli, 1993, p. 63)

Assim, busca-se apontar para a razão do surgimento da profissão, suas metamorfoses, sua relação com o capitalismo[16] e o agravamento da realidade social em virtude da política pública de orientação neoliberal que traz desastrosos impactos para as políticas públicas, que podem ser entendidas como mecanismos de continências no combate aos problemas sociais e à violência urbana.

> A teoria mais aceita contemporaneamente sobre a gênese do capitalismo e sua ascensão é aquela descrita por Karl Marx onde o capitalismo é um sistema de produção que não é marcado somente pelas trocas monetárias, mas também pela separação da sociedade em duas classes, uma formada pelos donos dos meios de produção e outra formada pelos donos da força de trabalho. É a partir desse contexto descrito por Karl Marx que se deve buscar os nexos de articulação entre o capitalismo e o Serviço Social. (Martinelli, 1993, p. 29-30)

Para os autores que adotam uma perspectiva crítica sobre a profissão, é impossível pensar sobre o Serviço Social desconectado dos nexos de articulação com o surgimento das condições pré-capitalistas que irromperam durante a transição do feudalismo para o

[16] Martinelli (1993) aponta que na historiografia sócio-econômica há pelo o menos três grandes vertentes que devem ser examinadas para se compreender o capitalismo. Interessa para o Serviço Social de orientação crítica a terceira vertente apontada pela autora, que diz: *"o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção"*, é uma *"forma específica e peculiar de relações entre os homens, e entre esses e as forças produtivas, relações mediatizadas pela posse privada dos meios de produção"*. (p. 29)

capitalismo. O surgimento e valorização da propriedade privada face à emergência da burguesia favoreceram a acumulação primitiva de capital acirrando as competições de mercado, provocando uma lógica mercantilista nas relações entre as pessoas, acirrando as desigualdades sócio-econômicas que desencadearam em episódios de extrema violência contra a classe trabalhadora.

O trabalhador, transformado em mão-de-obra *"livre"* e assalariada, passou a depender do salário para prover a reprodução da vida. Porém, logo foi possível perceber que o discurso da liberdade do trabalhador era forjado em interesses econômicos de uma classe favorecida pela posse privada dos meios de produção.

Os trabalhadores eram sempre excluídos das decisões sobre sua vida, seu trabalho e seu salário. Para isso, a emergente burguesia passou a apoiar-se em resquícios medievais de uma *"legislação draconiana"* empregada a favor do capital em detrimento da vida humana, promulgadas principalmente durante o reinado da dinastia Tudor – séculos XIV a XVI. O Estatuto dos Trabalhadores de 1349 proibia reclamações de salários. O Estatuto dos Residentes e a Lei do Assentamento de 1563 impediam os trabalhadores de transitar pelas aldeias, sem a permissão do senhor local por escrito. No mesmo ano, foi sancionado o Estatuto dos Aprendizes que impedia qualquer tipo de associação entre os aprendizes. Aos trabalhadores restava apenas a má remuneração, as precárias condições de vida e trabalho, o desgaste físico e a *"liberdade"*.

Sem alternativas de vida, foi preciso aderir às condições postas pelo capitalismo, pois a legislação favorecia os capitalistas e oprimia os trabalhadores. As alterações na legislação, em geral, eram medidas de proteção ao capital e aos seus possuidores, enquanto que as pessoas que necessitavam de assistência social chegavam até mesmo a perder o título de cidadão. Promulgada em 1597 na Inglaterra, a Lei dos Pobres mantinha todos aqueles que precisavam ser atendidos pela assistência confinados nas

chamadas Casas de Correção e isolados do restante da sociedade já que a pobreza era entendida como um problema de caráter. Àqueles que se recusassem a trabalhar alegando baixos salários e más condições poderiam ser denunciados às autoridades. Reclusos, os pobres realizavam qualquer tipo de trabalho sem a devida remuneração, chegavam a ser marcados com ferro em brasa, tinham suas orelhas cortadas e podiam receber a pena do enforcamento.

> As alternativas do trabalhador empobrecido em face das condições de trabalho que os donos do capital estabelecia, eram sombrias: ou se rendia a lei geral da acumulação capitalista, vendendo sua força de trabalho a preço de concorrência cada vez mais vis, ou capitulava diante da draconiana legislação urbana, tornando-se dependente do Estado e, no mesmo instante, declarado "não cidadão", ou seja, indivíduo destituído da cidadania econômica, da liberdade civil. (Martinelli, 1997, p.57)

A realidade a que estavam submetidos passou a ser causa da preocupação dos trabalhadores, que já sentiam as conseqüências avassaladoras do sistema. As insuportáveis condições de vida atingidas no século XVII levou à necessidade de organizar o movimento operário, sendo que dentre as reivindicações estava presente a revogação da Lei dos Pobres. Até mesmo os membros da Igreja, tanto protestante quanto católica – fiéis apoiadores da burguesia - justificavam a pobreza naturalizando o antagonismo entre as classes. O pastor anglicano Joseph Townsend afirmou em 1786 que a fome era um importante instrumento de pressão e pacificação da classe trabalhadora e se dedicou a uma análise intitulada: "*Uma reflexão sobre a Lei dos Pobres"* reeditada em 1817 formulando o seguinte:

> Parece uma lei natural que os pobres até certo ponto sejam imprevidentes, o que proporciona a existência de indivíduos para exercerem os ofícios mais servis, mais sórdidos e mais ignóbeis da comunidade. A cabedal da felicidade humana é ampliado quando os mais delicados ficam isentos do trabalho servil e podem realizar sua vocação superior sem interrupções (...) A lei de assistência aos pobres tende a destruir a harmonia e a beleza, a simetria e a ordem desse sistema que Deus e a natureza criaram no mundo. (Towsend, J. 1786, p.750 apud Martinelli, 1997, p. 82)

A referida lei foi reformulada em 1834, mas atendeu os interesses dos capitalistas e não dos trabalhadores. Para substituir as Casas de Correção foram criadas as Casas de

Trabalho, nas quais era oferecido abrigo em troca de trabalho. Surgiram as Caixas dos Pobres, que através do inspetor da Lei dos Pobres e de seu minucioso inquérito da vida pessoal e familiar dos trabalhadores concedia auxílio semanal ou mensal para aqueles que, em situação vexatória, tinham sua pobreza apurada e aprovada. Essas ações alimentavam a dependência e se distanciavam de propostas emancipatórias frente ao mundo do trabalho.

Nesse terreno contraditório entre a lógica do capital e a lógica do trabalho, a questão social não representou só as desigualdades sociais, mas também o processo de resistência e luta dos trabalhadores produzindo um novo entendimento:

> A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (Iamamoto; Carvalho, 1998, p. 77)

A exploração dos trabalhadores intensificou à medida que as forças produtivas sofreram transformações radicais. As máquinas surgiram como um impulsionador da produção em benefício da burguesia na busca incessante do aumento das taxas de lucro. O homem foi transformado em acessório da máquina em uma paulatina *"desumanização"* da produção. A Revolução Industrial no século XIX promoveu a ascensão do capitalismo industrial, intensificando a extração da mais-valia[17] e dispensou parte dos trabalhadores da produção, contribuindo para a redução do preço da força do trabalho, o que caracterizou o exército industrial de reserva, pois o trabalhador que estivesse insatisfeito seria prontamente substituído por outro sem renda nenhuma.

[17] O Capital compra a força de trabalho do homem em troca do salário, o trabalhador leva certo tempo para obter o valor de sua remuneração, porém seja pelo aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ou pelo uso de tecnologia (mais-valia relativa), ele é obrigado a trabalhar além do trabalho socialmente necessário correspondente a seu salário, caracterizando o excedente de sua força de trabalho, em outras palavras, são horas de trabalho não pagas.

Durante o surto da industrialização, a classe trabalhadora se tornou instrumento de empoderamento e enriquecimento da burguesia. Reunidas em precárias vilas operárias a população crescia tão aceleradamente quanto o capital, em condições de intenso pauperismo. O desprezo pelas condições de vida da classe trabalhadora, a falta de investimentos em infra-estrutura urbana, a ausência de políticas de habitação e saúde, alimentavam a disseminação da pobreza, em uma realidade em que a expectativa de vida era curta e a mortalidade infantil era alta. Ainda assim, aqueles que detinham poder e riqueza só enxergavam a classe trabalhadora como mercadoria, passível de venda e compra, em um progressivo processo de desvalorização do homem como ser humano.

Existem registros de vários momentos históricos sobre a resistência dos trabalhadores contra a exploração, sendo que seu marco mais significativo ocorreu justamente no cenário da Revolução Industrial em decorrência do conseqüente agravamento da questão social. Tomados por revolta e indignação os trabalhadores intensificaram seu protestos. Em princípio as ações eram espontaneístas e desorganizadas, sendo preciso transitar da *"condição de classe"* para a chamada *"consciência de classe"* para assumir uma postura mais combativa. Há destaque para a Revolução Francesa – século XVIII, dentre outras consideradas uma revolução burguesa, que despertou muitos ideais de luta para os trabalhadores.

Já no final do século XVII foram identificadas práticas do movimento Luddita, que se rebelou não contra os exploradores, mas contra o instrumento simbólico da exploração. Os trabalhadores puseram-se a destruir as máquinas e foram perseguidos por isso. Posteriormente, passaram a lutar pelo direito político de formar suas associações, prática necessária para a organização do movimento operário e altamente combatida pela classe dominante. Seguiram em busca dos direitos sociais sempre negados pela classe dominante. O movimento Cartista foi um desdobramento do

documento divulgado em 1838 como a *"Carta do Povo"*, que afirmava a condição de oposição à burguesia, reclamando uma base democrática no Parlamento, questões trabalhistas como o salário legal e a redução da jornada de trabalho para dez horas, a abolição da Lei dos Pobres. O documento atingiu milhões de assinaturas, mas essa prática também entrou em refluxo. Os trabalhadores passaram a realizar paralisações de atividades e greves. A organização alcançada pelos trabalhadores fez com que a política adotada tivesse uma condução branda, através de concessões como a tão reclamada redução da jornada de trabalho para dez horas.

Em 1847 fora divulgado pela Liga dos Comunistas, associação operária internacional, o Programa redigido por Marx e Engels conhecido como *Manifesto do Partido Comunista*, que contribuiu para alimentar os ideais da classe trabalhadora por todo o mundo.

Ainda de acordo com Martinelli (1989), diante das contestações populares face ao domínio do capital sobre o trabalho, a burguesia precisou organizar uma contramarcha diante da marcha do proletariado. A pobreza e a miséria eram importantes combustíveis para alimentar o movimento dos trabalhadores, os problemas sociais cresciam tão aceleradamente que passaram a ser uma ameaça à ordem social. A assistência não podia mais se restringir às iniciativas particulares da Igreja. A classe dominante passou a aproximar-se dos agentes sociais apropriando-se das práticas sociais para submetê-la aos seus propósitos. Usou-as como estratégia de afirmar a sujeição dos trabalhadores, divulgando o modo capitalista de pensar e criando bases para a sustentabilidade do capitalismo como sistema irreversível. Havia na ocasião duas tendências produzidas pelos economistas da época: A Escola Humanitária e a Escola Filantrópica, sendo que a primeira era solidária aos trabalhadores e a segunda, pouco comprometida com alterações substanciais na ordem social.

Prevaleceu o interesse da burguesia em empregar esforços na racionalização da assistência amparada pelos princípios da Escola Filantrópica. Formou-se um reacionário bloco de poder composto pela burguesia, Estado e Igreja – os reformistas sociais. Em 1869 foi inaugurada a Sociedade de Organização de Caridade de Londres que logo se expandiu pela Europa e Estados Unidos em decorrência dos fluxos migratórios, fazendo com que a face da prática social fosse identificada como a face da burguesia. Surgiram no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, *"como uma mistificada ilusão de servir"*:

> As condições peculiares que determinaram o seu surgimento como fenômeno histórico, social e como atividade profissional, e em que se produziram seus primeiros modos de aparecer, marcaram o Serviço Social como uma criação típica do capitalismo, por ele engendrada, desenvolvida, e colocada permanentemente a seu serviço, como uma importante estratégia de controle social, uma ilusão necessária para, justamente com muitas outras ilusões por ele criadas, garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica. O Serviço Social já surge, portanto, no cenário histórico com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas – repressoras e controlistas – e dos mecanismos e estratégias produzidos pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista. (Martinelli, 1989, p. 66)

Raichellis (2005), ao recuperar os caminhos da publicização, em que os interesses coletivos da população ganham visibilidade na cena pública reafirma que a esfera pública no contexto das transformações capitalistas não deve estar desvinculada da formação da sociedade burguesa. Assim, o desenvolvimento da cultura material burguesa provocou a consolidação das relações de mercado e posteriormente, a necessidade de implementação de políticas de regulação.

Portanto, com o advento da modernidade, afirmou-se a ordem burguesa provocando uma ruptura com a estrutura de poder absolutista e traçando novas possibilidades de relação entre as questões públicas e as questões privadas. A estruturação do Estado Moderno fez com que questões que antes pertenciam à esfera privada, como a reprodução da vida social, transformassem-se em interesse coletivo. Raichellis cita Arendt (1991) *"para destacar a moderna relação da esfera pública com a esfera*

privada, engendrando o nascimento do social. A sociedade agora é a instância de dependência entre os homens" (p.62) - *e*sse foi o princípio de organização dos Estados burgueses.

Iamamoto e Carvalho (1998) destacam que é indispensável um mínimo de unidade à aceitação do capital pelos membros da sociedade, para que ele sobreviva e se renove e cita autores que fazem análises radicais como Lênin:

> Como o Estado nasceu da necessidade de refrear as oposições de classe, mas mcomo nasceu ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é, via de regra, o Estado da classe mais poderosa, daquela que domina do ponto de vista econômico e que graças a ele se torna também classe politicamente dominante e adquirem assim novos meios para explorar a classe oprimida. (Lênin apud Iamamoto; Carvalho, 1998, p. 107)

O Estado Liberal-Burguês passou a exigir um conjunto de mediações políticas que proporcionasse a legitimidade da ordem social que foi buscada na experiência parlamentar, momento em que a sociedade civil passa a assumir funções legislativas. Entretanto, essa prática estava pautada no liberalismo clássico que creditava principalmente ao mercado a função de regular as relações sociais, priorizando a livre iniciativa, as leis da livre concorrência e a lógica do laissez-faire. Essa perspectiva construiu uma opinião pública que partia do pressuposto de que todos os cidadãos encontravam-se em condições iguais para conseguir uma posição segura e confortável na luta pela sobrevivência, encobrindo a questão social e a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas a partir de uma falsa consciência como realça Marx (apud Raichellis 2005), "*na medida que oculta de si mesma seu caráter de máscara do interesse de classe burguesa"*. (p. 53)

> Desta forma, em vez de uma sociedade constituída de pequenos proprietários, forma-se uma sociedade de classes, na qual a ascensão do trabalhador assalariado à condição de proprietário é cada vez mais inviabilizada. Os mercados conformam-se de modo oligopolista e, nas chamadas formas de liberdade contratual burguesa, reproduzem-se novas relações de poder, especialmente entre proprietários e trabalhadores assalariados. Esta crítica destrói todas as ficções sobre a idéia de esfera pública burguesa: a dissolução das relações feudais de dominação no interior da burguesia não representa a pretendida dissolução de toda a dominação política em geral, mas sua perpetuação em outra forma. Desvela-se assim, o

> caráter ideológico do Estado de Direito e a esfera pública como princípio de sua organização. (Raichellis, 2005, p. 53-4)

Sendo a economia uma instância de correlação de força, a organização da base social ficou reservada à escassa parcela da população que assume a posição de cidadãos-proprietários, e que transformaram a esfera pública em um espaço para os seus interesses comuns. O resultado foi a apresentação de argumentos privados na perspectiva de um consenso sobre a aparência de um interesse universal. Ou seja:

> O poder é posto em debate por uma publicidade politicamente ativa, que se desenvolve a partir da apresentação pública de argumentos privados na perspectiva de um consenso sobre o interesse universal. Este processo consubstancia-se na Constituição, lei fundamental que estabelece as funções da esfera pública por meio de um conjunto de direitos fundamentais: liberdade de opinião e expressão, de imprensa, associação, liberdade de voto, liberdades individuais, proteção à propriedade, igualdade de todos perante a lei. (Raichellis, 1998, p.52)

Porém, com a disseminação da miséria foi necessário repensar a função estatal na reprodução da vida social, visto que é necessário manter sob controle os conflitos entre as classes sociais. A ineficiência da economia como reguladora da sociedade levou à passagem do Estado Liberal-Burguês para a necessidade de intervenção social do Estado, não como ruptura das tradições liberais, mas sim como uma continuidade e aprimoramento, pois as novas funções assumidas pelo Estado convertem-se gradativamente em suporte de legitimação da ordem social.

3.1 – A profissionalização da ação social: entre as perspectivas psicanalítica e sociológica

Foi determinante para o processo de institucionalização da profissão do Serviço Social a ampliação da responsabilidade estatal na reprodução da vida dos trabalhadores, passando a recrutar cada vez mais agentes sociais na implementação de serviços sociais. O crescente contingente de pessoas que realizavam a prática social passou a demandar

formação especializada para o desenvolvimento de seus trabalhos, que até então, estavam pautados apenas no espírito de caridade alimentado pela fé cristã.

As damas de caridade, reconhecidas como as primeiras *"assistentes sociais"* da história surgiram como mão-de-obra *"especializada"* na questão social e empregava-se cada vez mais em instituições como a Sociedade de Organização da Caridade. Tratava-se de uma prática alienada e alienadora, pois os agentes sociais que em princípio não eram nomeados como assistentes sociais, tinham uma frágil consciência social e tinham a ilusão de servir aos pobres desprotegidos; entretanto, suas ações foram apropriadas pela classe dominante como forma estratégia de divulgação do modo capitalista de pensar (Martinelli, 1989).

> Transitando contraditoriamente entre as demandas do capital e trabalho, e operando sempre com a **identidade que lhe fora atribuída pelo capitalismo**, o Serviço Social teve roubadas as possibilidades de construir formas peculiares e autênticas de prática social, expressando-se sempre como um modo de aparecer típico do capitalismo, em sua fase industrial. (grifo meu) (Martinelli, 1989, p. 67)

A trajetória de profissionalização do Serviço Social seguiu diferentes perspectivas na Europa e nos Estados Unidos durante o século XX, período de desenvolvimento do capitalismo financeiro e monopolista. É válido lembrar que após a I Guerra Mundial (1914 – 1918) a Europa encontrava-se diante de um processo de intenso pauperismo e já não conseguia mais sustentar sua hegemonia, sendo que os Estados Unidos vinham assumindo destaque de referência no mundo capitalista. O processo de empoderamento norte-americano fez com que a burguesia americana acreditasse que pudesse controlar o processo social, assim como ocorria com o econômico, e priorizavam as atividades reformadoras de caráter com ênfase nos atendimentos individuais:

> A **"questão social",** nesse enfoque, era vista de forma bastante reducionista, como **manifestação de problemas individuais**, passíveis de controle através de uma prática social cada vez mais nitidamente concebida como uma atividade reformadora do caráter. Assim, nos Estados Unidos enfatizou-se muito a busca de conhecimentos científicos especialmente no contexto da Psicologia, da Psicanálise, da Medicina e até mesmo do Direito. A ênfase na abordagem individual e a apreensão do Serviço Social como atividade reformadora do caráter demandavam segurança na utilização de teorias,

> conhecimentos e conceitos produzidos naquelas áreas. (grifos meus) (Martinelli, 1989, p.115)

Grande colaboradora para a institucionalização do Serviço Social nos Estados Unidos, Mary Richmond expressou a ênfase no indivíduo para o mundo, e especialmente na América Latina. Ela ingressara na Sociedade de Organização da Caridade como tesoureira e chegou a ocupar o cargo de Secretária-Geral da instituição. Mesmo sem formação em curso superior, sentiu necessidade de preparar as pessoas para realizar os trabalhos sociais, grande passo para a profissionalização dos agentes sociais. Em 1919, a Escola de Filantropia Aplicada - primeira escola de Serviço Social - foi incorporada à Universidade de Colúmbia em Nova York. As obras mais divulgadas de Richmond foram *"Diagnóstico Social"* e *"O que é Trabalho de Casos?"* que colaboraram muito para a sistematização de metodologias no Serviço Social. Com forte tendência fenomenológica, foi considerada conservadora ao propor o reajustamento do indivíduo com ausência de críticas para a estrutura social e destaque para a organização da classe trabalhadora. As críticas foram severas, pois a luta dos trabalhadores não era individual e sim política, envolvendo toda uma classe que reivindicavam por sua dignidade humana. Vieira (1984) recupera alguns dos dizeres de Richmond, que entre o indivíduo e o ambiente, nega o reconhecimento do potencial coletivo:

> O campo de *"trabalho social de casos"* é "o desenvolvimento da personalidade pelo ajustamento consciente e compreensivo das relações sociais". Neste campo, o assistente social tanto se preocupa com as anormalidades do individual, como das de seu ambiente: "não se pode negligenciar nem um, nem outro". A abordagem do assistente social vai ao indivíduo através do seu ambiente, e **um ajustamento sempre deve ser realizado de indivíduo a indivíduo e não pela massa**; alguma forma de trabalho de casos é e sempre será necessária". "Enquanto seres humanos e ambientes compuserem o mundo, difícil é imaginar uma situação onde ambos – homem e mundo – não precisarem de ajustamento e reajustamento recíprocos." (grifo nosso) (Vieira, 1984, p. 80)

Já na Europa a linha psicanalítica/psicológica seguida no contexto norte-americano não teve grande adesão. Ao invés de agir sobre os indivíduos na tentativa de mantê-los

ajustado socialmente, os líderes da Sociedade de Organização da Caridade entendiam que era preciso agir sobre a sociedade:

> Mais importante do que controlar os conflitos ou desajustes individuais era obter clareza na **compreensão da estrutura da sociedade e dos problemas sociais que nela ocorriam, ou sobre ela incidiam**. Fazia-se necessário buscar teorias, conhecimentos e conceitos que, **superando o limite do aparente e do individual, permitissem a penetração no contexto social** e a apreensão dos problemas em suas manifestações mais amplas. Para tanto, as Sociedades de Organização da Caridade européias trataram de buscar reforço nas ciências sociais, notadamente na Sociologia, na Economia, e depois na Pesquisa Social. (grifos meus) (Martinelli, 1989, p. 115)

Entretanto, no início do século XX, o universo científico era conservador e extremamente positivista, dominado pelas idéias de Auguste Comte, Fréderic Le Play e Émile Durkheim, da mesma forma a linha sociológica pregou o ajustamento:

> O pensamento conservador, associado ao forte vínculo com a Igreja católica, que foi tornando-se presença no Serviço Social europeu, trouxe para a prática social, ainda com maior ênfase, a dimensão do controle, da repressão e do ajustamento aos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa constituída. (Martinelli, 1989, p.116)

Todavia, já havia sido incorporada nos discursos a justiça social, embora sem materialidade prática. As encíclicas papais norteadoras da prática social eram proclamadas como humanistas e omitiam o fascismo da doutrina social da Igreja. A Rerum Novarum fora proclamada em 1891 pelo papa Leão XIII, e a Quadragésimo Anno pelo papa Pio XI em 1931 e dedicavam-se a oferecer soluções para restauração e aperfeiçoamento da ordem social.

Ainda como contraponto ao contexto norte-americano é válido considerar a experiência inglesa de implantação dos centros sociais. Na passagem do século XIX para o XX destacou-se a experiência vivida por um casal ligado à Igreja anglicana, os Barnett. O Canon Samuel Barnett aceitou assumir uma paróquia no subúrbio de Londres, onde todas as espécies de problema podiam ser encontrados: *"povoada por criminosos e corrompida pelo excesso de esmolas"* afirmou o bispo quando fez a proposta ao pastor (Vieira, 1984, p. 49). Vieira relata que o casal percebeu que os problemas da população eram apenas sintomas de uma doença social mais grave: *"uma*

ajuda individual não era suficiente, pois, além de motivos religiosos, era necessário uma conscientização maior da sociedade" (Vieira, 1989, p. 49). Assim, foi criado o centro social Toynbee Hall, também chamado de residência, orientado pelo princípio da observação participante de Fréderic La Play (1806 – 1882) – grande expoente das "*leis sociais de observação"*. Os estudantes de Cambridge foram mobilizados para atuar diretamente com os moradores sob perspectiva comunitária, na intenção de *"fornecer ao Governo dados reais como prova da existência dos pobres, antes de se pensar em projetos de lei"* (p. 50), pois para legislar, Barnett, que recebia influência de idéias socialistas, considerava que era preciso conhecer as aspirações do povo.

É preciso ressaltar que a experiência da Toynbee Hall atravessou o oceano e foi retomada nos Estados Unidos, em Chicago, por Jane Addams – dissidente de Mary Richmond. Ao visitar os centros sociais americanos Barnett criticou muito a *"filantropia em exagero"*, afirmando que: *Alguma coisa pode ser feita, como mudanças nas leis, porém o mais importante é a educação da consciência das classes. A ansiedade em fazer alguma coisa ou a compaixão para com o sofrimento dos outros não é suficiente.* (Vieira, 1984, p. 53). O centro social favorecia a realização de pesquisas sociais que contribuíam para a educação popular, elo essencial para a organização social.

Embora a situação nos Estados Unidos fosse um pouco diferente da Inglaterra no fim do século XIX devido à crescente industrialização, a miséria também era grande. As iniciativas sociais do governo americano eram mínimas e toda a responsabilidade assistencial recaia nos municípios através das igrejas e obras privadas. O intercâmbio entre a Inglaterra e os Estados Unidos era intenso. Jane Addams, amparada pelas experiências inglesa dos Barnett, implantou em Chicago os *"centros de vizinhança"*: *"O que Jane Addams e suas colaboradoras queriam era conscientizar os residentes e a*

população e levá-los a obter do governo os serviços que lhe competia manter e a organizar por si os demais necessários ao bem estar da comunidade.”, uma vez que acreditava que o estado caótico da classe operária era causado pela falta de organização de classe. (Vieira, 1984, p. 59)

A partir das experiências relatadas pode-se retomar Martinelli (1989), que apontou para a divergência entre a chamada perspectiva psicanalítica e perspectiva sociológica. Tais perspectivas passaram a confrontar-se, o que estabeleceu uma rivalidade entre seus seguidores comprometendo a possibilidade de uma fusão aperfeiçoadora.

> A confusão entre os partidários de cada movimento era inevitável e devia opor face a face dois expoentes dos trabalhos sociais da época: Jane Addams tinha “horror a tudo que cheirava caridade” e Mary Richmond criticava abertamente os métodos empregados pelos residentes. (Vieira, 1984, p. 65)

Muitos outros precursores e pioneiros do Serviço Social que tinham o humanismo como essência dos trabalhos sociais poderiam ser citados. No entanto, as questões apresentadas são suficientes para representar um ponto polêmico e permanente ao compor equipes técnicas psicossociais para o enfrentamento das expressões da questão social no mundo contemporâneo. Mesmo imbricados, um fio de navalha separa o social do psíquico diante da dimensão política.

Pensar em *“tipos de desajustamento biopsicosocial”* pode ser uma interpretação muito interessante para o capitalismo e conveniente para a moral burguesa, pois permite sustentar as relações capital-trabalho, desresponsabilizando a conjuntura sócio-econômica das condições de vida da população. Ou seja, culpabiliza apenas o indivíduo por sua incompetência ou por seu triste fadário passando a:

> psicologizar os problemas sociais, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo (é então que emergem, com rebatimentos práticos-sociais de monta, as estratégias, retóricas e terapias de ajustamento etc. (Netto, 1996, p. 37)

Netto (1996) pondera que muitas vezes ocorre a conversão dos problemas sociais em patologias sociais, como se não existissem razões políticas para determinada população vivenciar condições de pauperismo. Portanto, ainda que as questões singulares e particulares sejam extremamente relevantes diante de um *caso social* é imprescindível atentar para as questões universais que atingem a sociedade em sua totalidade e não apenas indivíduos.

3.2 – Serviço Social no Brasil: um caminho entre o conservadorismo ou a renovação a ser trilhado pela categoria profissional

Para abordar a questão social no âmbito brasileiro parte-se do pressuposto que as raízes coloniais e escravistas são consideradas como origem da formação sócio-histórica do Brasil. Na Velha República a escravidão tinha chegado ao fim com generalização do trabalho livre e assalariado, tanto no campo quanto na cidade, acelerando o processo de urbanização e evidenciando as mazelas sociais. O Brasil passou a participar do cenário internacional como país agro-exportador em contexto de capitalismo tardio.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1991), para sobreviver os trabalhadores sucumbiram à exploração desmedida do capital, sendo que sua existência e reprodução só se tornaram possível através de uma *"verdadeira guerra civil"* que travaram com a classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência.

O liberalismo excludente do Estado fazia com que a produção estivesse totalmente dependente do mercado consumidor externo, pois as exportações giravam em torno do café. Em 1917 e 1919 aconteceram as primeiras manifestações grevistas feitas pela classe operária que passou a ocupar o cenário político com reivindicações trabalhistas. Essas mobilizações foram reprimidas, mas desencadearam grandes movimentos sociais

de luta por cidadania. O final da década de 1920 foi marcado pela crise cafeeira e teve seu agravamento em função da crise mundial de 1929. As burguesias divergentes passaram a pressionar para que uma nova política econômica corporativista fosse adotada tendo em vista a expansão e acumulação capitalista. Para conter e desmobilizar o movimento operário algumas concessões foram realizadas em benefício dos setores populares abrindo caminho para a intervenção do Estado na regulamentação do mercado de trabalho.

Assim como na Europa, a luta defensiva do operariado passou a ser vista como uma ameaça *"a moral, a religião e a ordem pública"*, impondo a necessidade de controle social. Para que o trabalhador recebesse *"ajuda"* deveria ser bem disciplinado e não apresentar ameaça à ordem social. Da mesma forma que no continente europeu, as primeiras práticas sociais foram realizadas como manifestação de grupos particulares da sociedade civil e da Igreja, que recrutavam agentes sociais para o trabalho. Mais tarde, esses trabalhadores sociais foram incorporados pelo aparato estatal que precisou impor uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho proclamando as leis sociais. Essas políticas demarcaram os limites dentro dos quais surgiu e atuou o Serviço Social, entre a caridade e a repressão. Nesse sentido, diante da conjuntura histórica que determinou a implantação do Serviço Social existia a ausência de legitimidade pela população alvo de suas ações:

> Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição. (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 127)

Há que se considerar sobre a Reação Católica nesse período, que buscava recuperar privilégios e prerrogativas perdidas com o fim do Império. Instituições sociais foram

criadas para promover a caridade, com destaques para a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro (1920) e a Liga das Senhoras Católicas de São Paulo (1923). Ou seja, nas décadas de 20 e 30 ocorreu uma intensa mobilização do laicato, predominantemente feminino e integrante de famílias burguesas, para a implantação do Serviço Social, estabelecendo uma absoluta colaboração entre o Estado e a Igreja.

O Estado Novo implementado no pós-30 por Getúlio Vargas, configurou-se como conciliador de interesses entre elites e classes subalternas, possibilitando que a Igreja fosse chamada a intervir na dinâmica social de forma ampliada. A situação do operariado e do exército industrial de reserva passou a ser alvo das ações, pois se buscava a harmonização entre capital e trabalho, por meio de controle político e ideológico. Iamamoto e Carvalho (1991) afirmam que a política social formulada pelo novo regime foi delimitada pela legislação sindical e trabalhista e, sem dúvida, ocupou o lugar de elemento central para a institucionalização do Serviço Social na esfera pública.

Em 1932 foi criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, representando a necessidade de uma formação técnica especializada para a prestação de assistência. A instituição promoveu o primeiro curso de formação no Brasil: *"Curso Intensivo de formação social para Moças"*. Após o curso, duas fundadoras do CEAS foram para a Europa estudar a organização e ensino do Serviço Social, sob forte influência franco-belga. Em 1936 foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo - primeira no Brasil, para atender a demanda da própria ação social católica e de determinadas instituições estatais.

O Estado impôs uma proposta corporativista laica, canalizando interesses divergentes entre as frações dominantes e as reivindicações dos setores populares -

caracterizando-se como Estado interventor, passando a regular as relações entre capital e trabalho através de legislações e instituições prestadoras de serviços sociais.

Em 1930 ocorreu a criação do Ministério do Trabalho e em 1943 a constituição do Código das Leis Trabalhistas – CLT. Essas ações não ocorreram apenas por pressão dos trabalhadores, mas também por parte da pequena burguesia, que necessitava realizar concessões à classe trabalhadora para se fortalecer como classe hegemônica, pois estava se sentindo ameaçada diante do comunismo, visto que as lutas operárias eram influenciadas por migrantes europeus anarquistas, socialistas e também pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, que havia se formado em 1922.

O surgimento do Serviço Social no Brasil, assim como no mundo, estabeleceu nexos com os problemas sociais decorrentes do capitalismo e fortalecimento da hegemonia burguesa, tendo como contribuição a forma como a Igreja se posicionou em relação a tais questões. A política social pública emergiu na constituição de 1934 com a regulamentação da Previdência Social, concebida como *"seguro social"*.

Em 1940, o Brasil passou por uma transição da influência do conhecimento conservador europeu para a sociologia conservadora norte-americana (Netto, 1996). Diante do agravamento da questão social, nas décadas de 40 e 50, o Serviço Social se legitimou como profissão a partir da criação de inúmeras instituições de atendimento à população vulnerabilizada, respaldadas teoricamente pelo discurso ético-moral reformista conservador.

> O Estado Novo então instituído, defronta-se com duas demandas: absorver e controlar os setores urbanos emergentes e buscar, nesses mesmos setores, legitimação política. Para isso, adota uma política de massa, incorporando parte das reivindicações populares, mas controlando a autonomia dos movimentos reivindicatórios do proletariado emergente, através de canais institucionais, absorvendo-os na estrutura corporativista do Estado. (Silva, 1995, p.24)

Mesmo que a política econômica relegam a política social a segundo plano, o Serviço Social conquistou uma presença significativa no projeto de desenvolvimento nacional. Durante a década de 50, a Organização das Nações Unidas – ONU, divulgou o Desenvolvimento de Comunidade – DC como forma de integrar a população aos planos de desenvolvimento. Entretanto, o interesse no DC pautava-se predominantemente em uma visão acrítica e aclassista, como forma de amenizar os conflitos gerados pela desigualdade social produzidas pelo modelo vigente.

Na década de 50, o Brasil começou a estreitar relações com o exterior e a economia apresentou taxas de crescimento, desenvolvendo assim, uma política de industrialização amplamente divulgada pelo governo de Juscelino Kubitscheck, o que configurou um novo caráter de dependência da economia, através da entrada de multinacionais e capital estrangeiro no território brasileiro.

Nos anos 60, com a crise do modelo desenvolvimentista vivido por toda a América Latina, o Serviço Social Tradicional passou a ser questionado pelo chamado Movimento de Reconceituação, que se orientava pela superação da miséria e do subdesenvolvimento nos países periféricos.

Alguns assistentes sociais experimentaram outras formas de vinculação da ação profissional às lutas por mudanças. O governo João Goulart, contrapôs-se ao processo de internacionalização da economia, o que fortaleceu o espaço para mobilização no contexto da luta política.

> Verifica-se nessa conjuntura, um período de gestação da consciência nacional-popular, com engajamento de amplos setores sociais na luta por reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a presença da ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Ação Popular e outros. (Silva, 1995, p. 27)

O Serviço Social passava a ser cada vez mais absorvido pelo Estado, sendo que a Doutrina Social da Igreja perdia espaço para as correntes psicológicas e sociológicas. Uma parcela dos profissionais foi influenciada pelo posicionamento dos cristãos de esquerda orientados por correntes como a *"Teologia da Libertação"*, que fizeram da politização e da tomada de consciência ações essenciais para as mudanças estruturais. Tal posicionamento permitia uma análise crítica da sociedade, em que se percebem as injustiças, as contradições e a necessidade de mudanças radicais. Dessa forma, passaram a refletir sobre a função do Serviço Social na reprodução da realidade, fazendo com que DC fosse empregado com uma nova abordagem política – crítica e classista, reconhecendo que as comunidades têm suas realidades constituídas a partir de relações sociais de dominação.

Porém, um governo capaz de apresentar ameaça à ordem social logo despertou resistência, pois desde a posse os militares opunham-se ao governo de Goulart. Abruptamente, essa fase foi interrompida pelo golpe militar de 1964. A política se voltou novamente para o capital externo, passando a economia a ser determinada pelos órgãos internacionais. O poder, centralizado à presidência, justificava suas ações alegando "razões de segurança nacional".

O Estado buscava uma modernização conservadora, resultando em uma burocratização dos serviços instituídos. Bravo (1996), ao abordar as lutas sociais e as práticas profissionais destaca que as agências formadoras se ampliaram para as universidades, rompendo com o paroquialismo. Viveu-se a laicização no Serviço Social a partir da preocupação com técnicas-profissionais orientadas pelas ciências sociais, onde anteriormente existia ausência de tradição intelectual e investigativa. Contudo, entre a perspectiva desenvolvimentista e a orientada pelo trabalho social crítico, prevaleceu no Brasil o Serviço Social importado dos Estados Unidos, com práticas

assistencialistas, ajustadoras e neutralizadoras dos protagonistas sócio-políticos. O Estado de Segurança não permitia a difusão de idéias que questionassem a estrutura de poder. O positivismo e o funcionalismo continuaram ganhando espaços e respaldando métodos tradicionais de Serviço Social de caso e Serviço Social de grupo. O assistencialismo, em sua forma paternalista e promotora da dependência do usuário, teve destaque nas políticas sociais passando a ser utilizado como novas estratégias de controle social, resultando em uma extensão quantitativa de quadros técnicos do Serviço Social.

Devido à ditadura militar o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil precisou camuflar sua vertente crítica, que foi impedida de questionar social e politicamente a estrutura do poder, em função da censura estabelecida, fato que atrasou o debate no país.

> Diante do clima repressivo, os assistentes sociais refugiavam-se mais em uma discussão "interna" sobre os elementos que, por si, supostamente lhe conferiam um perfil-objetos, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção caindo nas amarras do fetiche do metodologismo. (Iamamoto, 1998, p.215)

No primeiro momento do Movimento de Reconceituação foi realizado o Encontro de Araxá em 1967 que sustentou a associação do Serviço Social vinculado aos interesses da autocracia burguesa. Em seguida, o Encontro de Teresópolis em 1972 propôs modos de operação dessa ideologia, afirmando metodologias que marcaram o esforço da categorial profissional em torno da sistematização das ações. Ambos os encontros não representaram ruptura com a herança conservadora, pois se configuravam de movimentos atrelados a programática desenvolvimentista nacional.

Foi na década da expansão econômica difundida como *"milagre"* que ocorreu um salto qualitativo na análise feita pelos assistentes sociais. Durante a distensão política nos anos 70 a crise instaurada no Brasil repercutiu na profissão. A perspectiva

modernizadora teve reduzida a sua influência, emergindo novas formas de renovação no Serviço Social. Bravo (1996) aponta para a reatualização do conservadorismo, em que as dimensões da subjetividade fundada na ajuda psicossocial recuperaram a herança histórica e conservadora que era apresentada pelo pensamento católico tradicional, que ressurgia com o verniz da modernidade presente na fenomenologia. Por outro lado, a autora destaca que a literatura em perspectiva crítica transpôs as barreiras da censura da ditadura militar, resultando em 1972 no que foi chamado *"Método de Belo Horizonte"*- primeiro projeto sob ponto de vista teórico-metodológico e político que pretendia romper com o Serviço Social tradicional.

O *"método de BH"* foi nomeado por Netto (1991) como *"intenção de ruptura"* com o conservadorismo, proporcionado pela aproximação com a tradição marxista. No entanto, mesmo reconhecendo os louros do referido método inúmeras imprecisões foram apresentadas em decorrência da incorporação *"vulgar"* dos conceitos marxianos.

> A despeito dos inúmeros enganos percebidos no tocante ao entendimento do método, nos é claro perceber que em ambos – Teresópolis e Belo Horizonte, embora por caminhos e intenções completamente antagônicas, pairava sobre o Serviço Social a forte influência do neopositivismo, gerando sobretudo no "Método BH", "*uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita*", conforme alertava Lukács (IN: IAMAMOTO,1999:213). Tal influência impedia a apreensão do método tal como concebido pelo próprio Marx – "um método de duas vias". (Ortiz, 2005, p. 07)

Muitas práticas foram caracterizadas nesse momento da reconceituação. Por um lado, ocorreu a burocratização dos serviços como forma de controle e de outro, o discurso revolucionário que buscava a ruptura com o tecnocentrismo. Entretanto, esses pensamentos e ações levaram a uma equivocada apropriação da proposta marxista de reconceituação pelo Movimento:

> A junção de um marxismo positivizado e de uma ação política idealizada são as novas capas de um velho e sempre mesmo problema que perpassa a trajetória do Serviço Social, segmentando o campo dos valores implicados na ação profissional, redundando em uma materialização às avessas, dos dilemas postos pela herança conservadora do Serviço Social. (Iamamoto, 2001, p. 224)

O segundo momento do Movimento de Reconceituação mobilizou segmentos da categoria profissional que passaram a buscar o rompimento com a vinculação histórica da profissão ao bloco hegemônico no poder, retomando a proposta crítica reprimida na década de 60 – em que a ideologia do trabalho tornou-se predominante entre a vanguarda profissional. No entanto, há que se considerar o hiato existente entre a produção teórico-metodológico dos profissionais de vanguarda e a base da categoria.

O agravamento da questão social face ao fracasso das políticas sociais provocou a mobilizações da população, que começava a questionar o imperialismo norte-americano, a dívida externa, a concentração de renda, a propriedade da terra. Tem-se como exemplo o surgimento das Ligas Camponesas que lutavam pela libertação nacional e foram duramente reprimidas no período da ditadura. Estes movimentos sobreviviam na clandestinidade.

A aquisição de uma formação política, econômica e social, respaldadas pelo marxismo através da concreticidade histórica, incentivou a elaboração de pesquisas como forma de romper com o pragmatismo, resultando em uma nova perspectiva teórico-metodológica, calcada nas categorias do materialismo histórico dialético. Assim, foi possível se desvencilhar da falsa neutralidade que o assistente social assumia desde a gênese da profissão.

Durante o processo de redemocratização brasileira em que se vivia um clima de ampliação das liberdades democráticas, a intenção de ruptura se fortaleceu. A crise social instaurada nos anos 80 trouxe à tona um clima de efervescência política, sendo que o Serviço Social já se encontrava cada vez mais politizado e combativo. A prática institucional do assistente social era revista a partir das demandas e interesses da classe trabalhadora. A categoria apoiava os movimentos sociais que clamavam pela redemocratização brasileira e apresentavam outras pautas de reivindicações

concernentes às políticas sociais – locus prioritário de nossa atuação profissional. O descompasso entre a vanguarda e a base da categoria começava a ser minimizado.

A efervescência política resultou no outorgamento da Constituição Cidadã, que universalizou os direitos sociais assegurando conquistas importantes dentro de um projeto constitucional dominado por interesses do grande capital. No Serviço Social, foram formadas entidades de organização da categoria que buscavam dar um novo direcionamento à profissão, buscando compromisso ético-político com o usuário como prevê o Código de Ética profissional de 1993, que dentre os onze princípios fundamentais da ética profissional no Serviço social destaca-se o oitavo: *"Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero"*. Assim, mesmo cometendo o engano do abandono do espaço institucional como um campo de luta, por reconhecê-lo como instrumento de dominação, parcelas do Serviço Social passam gradualmente a reassumi-lo sob a perspectiva da transformação social.

> A década de oitenta consolidou, no plano ídeo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Entendamo-nos: essa ruptura não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa, apenas, que – graças a esforços que vinham, pelo menos, de finais do anos setenta, e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira – posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. (...) Nunca será exagerada a significação dessa conquista, num corpo profissional em que o doutrinarismo católico inseriu, originariamente, uma refinada e duradoura intolerância. (Netto, 1996, p. 111)

O trânsito do conservadorismo para a intenção de ruptura caminhou em direção à análise crítica das relações sociais travadas no mundo capitalista. A importância desta reflexão recuperadora da trajetória histórica de institucionalização e profissionalização do Serviço Social não se restringe à questão social como desdobramento da estrutura econômica, que tanto denuncia as precárias condições de vida da população, mas, sobretudo procura enfatizar a dimensão política como raiz da organização da vida

societária, na qual podemos identificar no jogo político uma crueldade que pode ser remetida aos aspectos de uma lógica perversa oo mundo em que vivemos.

3.3 – O Serviço Social em contexto de neoliberalismo: encontro com a velha indiferença frente à questão social

A passagem da década de 1980 para a de 1990 foi um marco para a as políticas sociais desempenhadas sob a responsabilidade estatal. Raichellis (2005) considera que a revitalização da sociedade civil na luta pela democratização *"colocou em cheque"* não só o Estado ao dar visibilidade às demandas populares, mas *"a rede de instituições autoritárias que atravessa a sociedade e caracterizava as relações entre os grupos e as classes sociais"* (p. 72). Entretanto, as conquistas em torno da retomada democrática no Brasil e na América Latina vieram acompanhadas pelo agravamento da questão social. Os anos 80 no Brasil foram considerados a *"década perdida"*, com recessão econômica, altíssimos índices inflacionários, crise fiscal do Estado e miséria. Portanto, após a promulgação da Constituição de 1988 tiveram início as ofensivas à materialidade do recém-nascido projeto constitucional.

A grande dificuldade de operacionalização dos preceitos constitucionais para a estruturação da política de proteção social (Seguridade Social) foi decorrente do descompasso entre os avanços brasileiros e a conjuntura internacional. A Constituição apontou para a construção de um Estado forte e interventivo em contexto de desmantelamento das concepções que levaram às propostas de regulação do Estado.

As políticas intervencionistas foram sugeridas na Inglaterra em 1930 pelo economista político John Keynes com vistas à construção de um Estado de Bem-Estar Social como forma de aperfeiçoar o sistema capitalista. A regulamentação dos direitos

sociais fez com que o Estado interventor, com suas políticas de regulação keynesiana na economia, recebesse muitos nomes em contextos diferentes.

> O termo seguridade social deve ser compreendido em sentido heurístico e deve ser distinguido de termos que o circundam, como os apresentados, que podem ate determinar sua configuração, mas que, inegavelmente, não são sinônimos. Conceitos como *welfare state* (anglo-saxão), *Etat-Providence* (francês) e *Sozialstaat* (alemão) são utilizados em cada nação para designar determinadas formas de intervenção estatal na área social e econômica, embora seja comum encontrar na literatura anglo-saxônica a utilização do termo *welfare state* para designar genericamente os países que implementaram políticas sociais sob a orientação fordista-keynesiana. Também é usual encontrar, na literatura brasileira, esse mesmo movimento ou então utilizar sua tradução (estado de bem-estar) para explicar a realidade brasileira. Encontra-se, ainda, mas de modo menos freqüente, a utilização do termo Estado Providência para designação genérica da ação social do Estado. (Boschetti, 2007, p. 91)

Entretanto, a lógica intervencionista rapidamente foi colocada em questão em decorrência dos ditames da sociedade capitalista, que apresentou uma nova roupagem para os interesses econômicos disseminados pelo ideário neoliberal. Foi atribuído o termo neoliberalismo a partir de 1960 à doutrina econômica que prima pela absoluta liberdade de mercado e a uma restrita intervenção estatal sobre a economia, reafirmando valores e princípios do liberalismo clássico. Os partidários do neoliberalismo apontaram o modelo keynesiano como responsável pela crise estatal ao onerar o orçamento público com despesas pertinentes aos serviços sociais.

Os governos pioneiros na implantação de princípios neoliberais foram Pinochet no Chile na década de 70 e Margaret Thatcher na Inglaterra a partir de 1980, irradiando-se pelo globo em tempos de economia globalmente liberalizante. Contudo, há que se destacar o componente político-ideológico presente na escolha do sistema neoliberal feito pelas elites político-econômicas mundiais, pois para Raichellis (2005), para analisar o Estado é preciso:

> Assim, analisar o Estado implica necessariamente remetê-lo as suas relações com a sociedade, mas não como faz a perspectiva neoliberal, reduzindo-o a uma questão métrica, de Estado mínimo ou máximo. Aliás, se formos partir dessa baliza, o que temos historicamente no Brasil é uma forma híbrida de Estado mini-max (Sader, 1996; 13) – ou seja, mínimo no que se refere aos

> interesses do trabalho e máximo em relação aos interesses do capital. (Raichellis, 2005, p. 70)

A Carta Magna de 1988, ao assegurar direitos sociais à população, pela primeira vez proclamou a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, assumindo o status de política pública de proteção social componente do tripé da Seguridade Social junto com a Saúde e a Previdência Social, fator importante para romper com a concepção da caridade presente nas ações assistenciais que repercutem diretamente sobre a profissão do Serviço Social. Porém, a legislação maior passou a sofrer ofensivas do capital sob a alegação da ingovernabilidade proposta pela legislação. As políticas sociais ficaram comprometidas pela emergência do neoliberalismo na América Latina, que impõe medidas de ajuste estrutural. Tais medidas foram estabelecidas pelo Consenso de Washington de 1989, nome dado ao plano de ajustamento das economias periféricas proposto pelo Fundo Monetário Internacional - FMI -, pelo Banco Mundial - BIRD -, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e pelo governo norte-americano, inaugurando a introdução do projeto neoliberal em mais de sessenta países em todo o mundo (Raichellis, 2005).

> Apesar da adoção deste conjunto de medidas pela maior parte dos países da América Latina, ressalvadas as particularidades que assumem em cada um, é hoje consenso inegável que na maioria dos casos este processo de ajuste trouxe efeitos altamente regressivos, dando lugar a verdadeiro apartheid econômico e social, agravando as dificuldades, aumentando a pobreza e provocando profunda dualização da sociedade, com rebatimentos nas formas de **violência social** sem precedentes, ao mesmo tempo que reforçou a vulnerabilidade dos já frágeis estados nacionais. Como alternativas para o enfrentamento da crise econômica e social, as propostas de flexibilização do trabalho e de desregulamentação do estado têm levado ao aprofundamento das diferentes formas de precarização do trabalho, crescimento do desemprego e enorme ampliação do mercado informal, que passa a ser visto hoje não como sinal da crise, mas como perspectiva de solução. (grifo nosso) (Raichellis, 2005, p. 74

A orientação de desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais durante a reestruturação do processo de acumulação do capital globalizado feita pelos organismos internacionais indica a tendência de que os mesmos

passassem a ser gestados pela iniciativa privada, em uma clara transferência de responsabilidades, sobre o forte apelo da solidariedade. Esse movimento de desresponsabilização estatal propõe um retrocesso avaliado como *"refilantropização da assistência social"* que retoma as práticas sociais desenvolvidas na órbita da sociedade civil, despolitizando-as. Ao invés de um Estado Providência passa-se a contar com a Sociedade Providência (Falcão, 1989). O objetivo passa a ser diminuir os gastos com as políticas sociais, retirando o Estado do campo social e promovendo o encolhimento do Estado ampliado (gramsciano) para o Estado Mínimo (neoliberal). Couto (2006), ao analisar o período de redemocratização brasileiro, após anos de ditadura militar, afirma que essas orientações opõem-se aos princípios dos direitos garantidos pela Constituição, no entanto, vão ao encontro da herança histórica brasileira patrimonialista e autoritária dos governos no que se refere à compreensão das responsabilidades do Estado.

As alterações no mundo do trabalho, a globalização e a instauração do Estado mínimo levaram a necessidade de repensar o Serviço Social. Montãno (1997) considera que o Serviço Social frente ao neoliberalismo sofreu mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional, uma vez que o Estado constituiu-se no maior empregador desse profissional e passa por encolhimento de suas ações. Entretanto, profissionais atuantes na linha de frente da manifestação das expressões da questão social dificilmente se tornariam prescindíveis, pois vivem o redimensionamento de suas funções diante do processo de liberalização profissional. Nesse contexto, enfrentam o desafio:

> ...romper com o imobilismo operatório, com a realidade subalterna e subalternizante do Serviço Social, que frente a esse contexto atual tende a se aprofundar, representa a incorporação das novas demandas surgidas de problemáticas emergentes, de tal forma que esses novos desafios convoquem **alternativas originais de intervenções e de estudos rigorosos e críticos,** desencadeando uma preocupação para que a profissão apreenda esses fenômenos, investigando, dialogando e debatendo com quem produz conhecimento original desde as diversas disciplinas sociais. (grifo nosso) (Montãno, 1997, p. 121)

Um alerta se faz necessário. Segundo Guerra (2001) não se pode esquecer o passado profissional sob pena de repetí-lo, como bem nos demonstra a psicanálise. Para isso, é preciso analisar sobre as mudanças macrosocietárias operadas pelo movimento das classes sociais no capitalismo atual, sobretudo nos países periféricos, onde se desenvolveu o capitalismo dependente e excludente. As transformações no mundo do trabalho provocam demandas e perspectivas inovadoras, com implicações objetivas e subjetivas para o exercício do assistente social, condicionando as respostas profissionais. A instrumentalidade profissional requer promover vínculos com um projeto ético-político em defesa dos direitos sociais e da democracia diante da crise contemporânea:

> As abordagens totalizantes da crise contemporânea a consideram uma crise global com dimensões amplas, diversificadas, que afeta tanto as formas de produção/valorização do capital quanto as de reprodução/regulação social dos dois sistemas sociais vigentes no século XX: o socialismo real e o Estado de Bem Estar Social (Hobsbawn, 1992 e 1995; Netto, 1993 e 1996). Apresenta-se como uma **crise do processo civilizatório**, daqueles projetos societários pelos quais este último século se consolidou, das sociedades organizadas por iniciativas de economias planejadas, dos Estados intervencionistas, enfim, das alternativas à **barbárie social**. (Hobsbawn, 1992 e 1995; Netto, 1993; Frederico, 1994) (grifos nossos) (Guerra, 2005, p. 8)

A referida autora reforça que a política social neoliberal reporta-se a uma política destituída da condição de direito social, fazendo com que as demandas das classes subalternizadas sejam remetidas ao mercado, tomadas como objeto de responsabilidade individual, submetidas à benevolência e a solidariedade. A política do favor recupera a cena uma vez que o mercado não reconhece os direitos sociais da população valorizando apenas o poder de compra, sendo que a questão social é novamente entregue ao assistencialismo, predominantemente desenvolvida pelas instituições públicas não estatais. *"Acentua-se a tendência neoconservadora, focalista, controlista, localista, de abordagem microscópica das questões sociais, transformadas em problemas éticos-morais"* (Guerra, 2001, 23). A retomada conservadora e reformista, características típicas da ordem burguesa reatualiza práticas que se acreditavam superadas: *"Isso tem insuflado*

a instituição Serviço Social a manter um movimento instaurado desde a sua gênese: o de subsunção do antigo ao moderno" (op. cit. p.23).

O risco de predominar a velha concepção de Serviço Social como instrumento auxiliar na manutenção da ordem social explica a resistência da categoria profissional dita de perspectiva crítica diante das propostas psicológicas aplicadas ao social.

> ...corre-se o risco de um retrocesso da profissão as suas origens, de operarmos uma redução psicologista do projeto profissional. Em outras palavras, a medida que a ambiência cultural atual é bastante propícia a deixar os indivíduos a cargo de si mesmos, a resgatar as soluções individuais, a enfatizar os relacionamentos e as soluções interpessoais, a criatividade, a razão subjetiva e instrumental, a concepção de sociabilidade individualista do "salve-se quem puder", o projeto profissional fica refém das suas investidas na sua psicologização. (Guerra, 2001, p. 25)

Para não permitir que a sociedade contemporânea culmine na completa barbárie social Guerra (2005) destaca que é urgente valorizar as conquistas da filosofia clássica, aproximando as classes sociais com laços de solidariedade, na luta por valores democráticos universais.

Como nenhuma categoria profissional é capaz de alterar substancialmente a lógica do mundo em que vivemos isoladamente é fundamental estabelecer alianças entre profissionais de diferentes áreas na defesa dos direitos humanos e amplo acesso aos serviços sociais. Assim como o Serviço Social viveu um processo de amadurecimento sobre a análise da sociedade e da realidade, outras profissões viveram processos similares. A Psicologia avançou muito para além de suas teorias comportamentalistas e pode ser severamente crítica e politizada quando aplicada às questões sociais. Reafirmo minha postura híbrida ao procurar minimizar a dicotomia entre social e psíquico frente às demandas emergentes que desafiam as práticas profissionais, especialmente porque as equipes técnica mínima têm sido nomeadas como psicossocial.

Diante de tantas questões postas sobre a sociedade em que vivemos é inevitável o encontro com o tema da violência. Para pensar sobre esse fenômeno é necessário

aproximar-se de seu conceito, questionando-o como produção natural ou sociocultural, deparando-se com suas manifestações e, no caso deste trabalho, analisando a sua relação com a pobreza e a adolescência neste contexto.

Muitos autores tratam a violência como uma questão social, mas suas diferentes formas de manifestação e conseqüências se tornaram tão alarmantes que passaram a ser consideradas um problema de saúde pública reconhecido pela Organização Mundial de Saúde que afirma que a violência é o maior e mais crescente problema de saúde pública que atravessa o mundo.

> A violência, em si, faz parte das grandes questões sociais, sendo o setor da saúde tambor de ressonância das resultantes desse fenômeno. O setor da saúde é uma encruzilhada para onde convergem todas as lesões e traumas físicos, emocionais, espirituais produzidos na sociedade. (Minayo, 2003. p.12)

Sem a mínima pretensão de saturar o tema, algumas premissas básicas referenciam direções para a compreensão da violência. Costa e Pimenta (2006), ao recuperarem autores que tratam sobre a violência encontram dificuldades quanto à unanimidade do conceito teórico.

> ... essa dificuldade se dá pelo caráter polifônico, plural, multifacetado, idealista das manifestações violentas no decorrer do processo histórico de constituição das relações do homem em sociedade, e definir violência não seria um mero ato de aproximar um conceito "absoluto" de uma expressão ou de um fato que poderia tornar idênticos a palavra e o fenômeno. Ou seja, em suas manifestações multifacetadas há muitos modos de compreensão do que venha a ser violência, não se podendo excluir as dinâmicas dos diferentes tempos espaços e culturas. (Costa e Pimenta, 2006, p. 6)

Michaud (1989 apud Costa e Pimenta 2006) retoma o significado etimológico da palavra derivada do latim, que na tradução remete a tudo que abrange a força, com o objetivo de analisar o processo civilizatório, que mesmo com disciplinas e racionalizações não conseguiu impedir a barbárie. Chauí (1998 apud Costa e Pimenta, 2006) com a intenção de estabelecer um caráter social e moderno para o termo, acrescenta os aspectos éticos e destaca que é "*tudo que abrange a força para ir contra*

a natureza de algum ser" (p. 7), e considera violência tanto os abusos físicos quanto os psíquicos, as diversas formas de opressão, a disseminação do medo e do terror entre as pessoas. Nessa direção, Zaluar (apud Costa e Pimenta, 2006) pontua sobre o emprego da vis (do latim, força):

> Para Zaluar, esta força ganha a dimensão de violência quando ultrapassa limites socialmente estabelecidos em acordos tácitos, regras ou convenções que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. A autora incorpora "atos" ou "estados" de violência no âmbito das sociedades democráticas, como sendo um descumprimento das regras, entendendo que é a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento ou não, com variações culturais e históricas. (Costa; Pimenta, 2006, p. 7)

Esses argumentos demonstram que a violência pode ser praticada tanto por indivíduos quanto por grupos sociais, instituições, pelo Estado etc. O Estado e suas políticas sociais são para este trabalho ponto de destaque.

Mesmo em uma conjuntura com a forte presença do neoliberalismo a legislação preconiza que está instituído no Brasil o Estado de Direito Democrático. O artigo 1º da Constituição assegura fundamentos como à cidadania e a dignidade da pessoa humana, delineando a ênfase para o social. Entretanto, a legislação é confrontada com a concretude da realidade brasileira, sendo possível estabelecer uma contraposição apresentada por Wacquant (1999), em que o *"Estado Providência"* sucumbe ao *"Estado Penitência"*.

O *"Estado Penitência"* impera para a população que não consegue se enquadrar com sucesso na lógica do mundo perverso em que vivemos. A perversidade do Estado Penal leva a deparar com a existência de cenas do cotidiano de pessoas em que o estar no mundo, lutando pela sobrevivência, estabeleceu situações concretas de como estar na civilização, também chamadas de expressões da questão social, como foi apresentado. Trata-se de sua existência em uma lógica mortífera de sociedade.

O Estado Penal não identifica o humano e suas necessidades, apenas reprime os sintomas sociais não admitidos socialmente. Esses sintomas costumeiramente estão presentes nas histórias de vidas de adolescentes com trajetória pela prática de ato infracional, em que a grande maioria vivencia a esfera de um mundo marginalizado, colocado na periferia do sistema e que potencializa a violação de direitos e a posição de violador de direitos. Na periferia, caracterizada pela falta de acessos, há a presença explicitada da miséria e ausência de efetivas políticas públicas de proteção social, ou seja, ausência da materialização dos direitos sociais fundamentais à vida e dignidade humana.

O ato infracional praticado pelo adolescente é reconhecido no imaginário social como crime: “Quem comete crime é bandido e bandido merece cadeia”. O crime é um ato transgressor de uma ordem instituída. É preciso encarar o questionamento sobre qual ordem instituída o adolescente autor de ato infracional está deslegitimizando. Para que este exercício seja uma atividade profícua é essencial contemplar dimensões sociais e psíquicas com a finalidade de alcançar a transversalidade que abrange tanto questões universais quanto singulares no confronto com a lei da indiferença social.

A ordem social é a representação de uma lei instituída. A lei nos remete à imposição. A imposição de leis pode ser considerada um instrumento de poder que pode ser usado contra a população e os interesses coletivos, contribuindo para a não concretização de garantias fundamentais em defesa da vida humana. Algumas trajetórias de vida e instituições de aprisionamento podem ser consideradas caminhos de mortes. Mortes de direitos e possibilidades que passam a ser negado para a população.

Dentre as possibilidades de interpretação, este trabalho adota a violência, prioritariamente, como resultado da dinâmica social e enxerga na vida das pessoas respostas a esse contexto. É preciso uma visão de totalidade e muita sensibilidade para

apreender como a violência social posta pela estrutura social repercute diretamente na vida do adolescente em conflito com a lei, trazendo ressonâncias para sua trajetória.

Capitulo IV - O universo da pesquisa e o enfoque metodológico

> Teoria, Método e Criatividade são os três ingredientes ótimos que, combinados, produzem conhecimentos e dão continuidade à tarefa dinâmica de sondar a realidade e desvendar os seus segredos. (Minayo e Souza, 1994, p. 07)

Para melhor esclarecer o universo desta pesquisa e a metodologia adotada é importante discorrer sobre o caminho percorrido, sob a perspectiva teórica e vivencial, buscando destacar os *"ingredientes"* que quando combinados, compuseram o presente estudo.

Foi determinante para este trabalho a teoria correspondente à produção dos estudos qualitativos e suas metodologias, assim como a realização da pesquisa bibliográfica referente ao tema proposto. As etapas vivenciais da profissional-pesquisadora levaram ao encontro de condições necessárias para a realização desta pesquisa. O caminho teórico e vivencial, alinhavados, foram responsáveis por tecer o método que foi empregado. Por fim, é preciso destacar o fator criatividade, entendendo-o como a maneira particular do pesquisador expor o resultado de suas análises.

Almejo dar clareza e transparência a este percurso que versou sobre a minha trajetória profissional como assistente social, com dedicação à área da infância e adolescência em situação de risco. Em outras palavras, hoje compreendo que o desejo de produzir esta pesquisa tem como fonte a minha trajetória profissional, com a possibilidade de imersão no tema aqui apresentado. É legítimo registrar que esta pesquisa é desdobramento da posição que ocupei nas ações voltadas para meninos (as) em situação de rua e meninos (as) autores de ato infracional, nos serviços sociais públicos de Minas Gerais.

O ponto de partida para esta pesquisa tem como alvo prioritário pensar e refletir sobre a adolescência em conflito com a lei a partir da minha memória afetiva como profissional, por meio das lembranças dos inúmeros casos que atendi e que permitiram

acessar vidas e lembranças dos adolescentes que vivenciaram o cárcere. As histórias de vida dos adolescentes, seus relatos e memórias provocaram em mim uma mobilização investigativa já e que por vezes apontaram para a impotência da intervenção técnica. À medida que essas lembranças emergiam a pesquisa encontrava seu sentido de ser.

O contato com as vidas e mortes desses adolescentes, em decorrência da responsabilidade que é atribuída à condição de profissional representante das políticas públicas, viabilizou enxergar dois campos muito distintos e imbricados simultaneamente. Refiro-me às expressões da questão social, como minha categoria profissional costuma denominar; e as formas de subjetivação, a partir do efeito dessas expressões nas vidas das pessoas. A primeira delas, em sua concretude, são condições sociais que podem ser visualizadas a olho nu nas cenas de miséria e desigualdade social as quais todos estão expostos, seja como expectadores, seja como personagens. E a segunda delas pode ser apreendida, pois deve ser sentida e compreendida a partir do contato direto viabilizado pelos atendimentos técnicos direcionados às famílias pobres brasileiras, que vivenciam as tão discutidas situações. Dessa forma, emergiu o anseio de propor uma forma de olhar para o fenômeno social tendo como foco a repercussão das determinações sociais na construção da subjetividade ou a própria imbricação entre esses dois campos.

Eis que se apresentou um caminho a ser percorrido na busca por compreender as lógicas das trajetórias de vida de adolescentes autores de ato infracional articulados aos sentidos do cárcere juvenil.

4.1 - A teoria e o método

Em princípio foi necessário escolher um caminho para a realização do estudo, sendo que a abordagem qualitativa se apresentou como alternativa pertinente à proposta desse trabalho na busca pela compreensão e interpretação sobre as trajetórias de vida de adolescentes em situação de conflito com a lei e o cárcere.

Segundo Thiollent (1987), o método qualitativo é mais apropriado para a captação da informação na intercessão do social e do psicológico, estabelecendo a proximidade entre as manifestações individuais com os fenômenos sociais. Dessa forma, a pesquisa qualitativa se torna um caminho possível e profícuo para quem busca entrelaçar formas de conhecimento da realidade.

Esta pesquisa tem natureza essencialmente qualitativa, pois se trata de uma reflexão em que a lente para a análise foi ajustada a partir de uma caminhada profissional que viabilizou o aprofundamento do estudo de um caso e a análise do contexto no qual o mesmo estava inserido. Não é esperado produzir um estudo que imponha racionalismo, reaplicabilidade e generalizações, mas sim, a apresentação de questões que possam trazer à tona novos questionamentos, desconsertando antigas concepções.

A razão para essa escolha foi derivada do imperativo no desenvolvimento das ciências, no qual durante muito tempo os estudos quantitativos amparados pelo modelo cartesiano tiveram prevalência, sendo adotados como regra uma vez que rompiam com o dogmatismo, revelavam o novo e também, dados altamente relevantes da realidade pesquisada. Devidamente amparados por estatísticas e recursos matemáticos de comprovação do fenômeno abordado adquiriram o status de cientificidade, o que foi chamado por Boaventura de Souza Santos (1987) de paradigma dominante - ordem científica hegemônica, pautado por um modelo totalitário sob o domínio das ciências

naturais, que estabelece leis que visam prever o comportamento futuro do fenômeno observado.

Quanto ao tema desta dissertação, que tange essencialmente à defesa dos direitos da criança e do adolescente, reconheço que as pesquisas quantitativas (em grande parte realizadas conforme os princípios epistemológicos e as regras metodológicas estabelecidas pelo paradigma dominante) contribuíram para o reconhecimento da situação de risco. Os estudos publicados passaram a incentivar a prática de denúncias traduzindo percentualmente as incidências de violação dos direitos da criança e do adolescente, viabilizando a sistematização de bancos de dados necessários para nortear o planejamento de intervenções. O Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência - SIPIA, registro e tratamento das informações sobre a garantia dos direitos fundamentais preconizados pelo ECA, é utilizado como instrumento dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direito da Infância e Adolescência[18]. O conhecimento da realidade quanto à violação de direitos infanto-juvenis exigiram a implantação de programas de proteção e, compuseram a argumentação necessária para a criação de políticas públicas de atendimento especial a essa população.

Entretanto, a emergência de uma crítica amplamente difundida quanto à pesquisa quantitativa apontou como um limite dentro das ciências humanas a restrição e o aprisionamento das pessoas nas estatísticas e números produzidos pelas pesquisas, acentuando o positivismo lógico. Produzir recortes da realidade por meio de dados estatísticos muitas vezes acabou por silenciar uma face que é cara para a compreensão do outro, sobretudo quando amparados por referenciais psicanalíticos. Trassi (2006)

[18] Referente aos princípios constitucionais de controle social e co-gestão no que diz respeito às políticas públicas, o artigo 88 do ECA aponta como diretriz da política de atendimento: II – criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; portanto, é mais sensível à elaboração e fiscalização das ações governamentais, enquanto que, segundo o artigo 131 do ECA o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no ECA.

enfatiza que *"muitas variações sutis e detalhes significativos se revelam fora da estatística, no "desvio padrão" ou, como diz Lahire, "o que os dados estatísticos não podem ver (...) é, muitas vezes, determinante" (1997: 38)."* (p.24). As respostas que não correspondiam a uma universalidade levaram à abertura de novas metodologias que passaram a incluir o sujeito que estava excluído pela ciência.

Com o auxílio das reflexões de Trassi far-se-á possível identificar uma das características que valorizam os estudos produzidos sob a perspectiva qualitativa de conhecer o real. A autora destaca que os estudos quantitativos são construídos por dados e medições em um momento histórico específico. Mas, quando não se está amparado exclusivamente por números, suas combinações e variáveis, é possível produzir uma pesquisa atemporal com revelações para além do explícito. É o que também argumenta Boaventura de Souza Santos (1987) ao analisar o rigor científico da pesquisa quantitativa inserida na lógica do paradigma dominante:

> Deste lugar central da matemática na ciência moderna derivam duas conseqüências principais. Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objeto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade. O mundo é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou. (Boaventura de Souza Santos, 1987, p28)

O presente estudo não tem a pretensão de travar um duelo entre as pesquisas quantitativas e qualitativas com a finalidade de eleger a excelência em produção de conhecimentos inquestionáveis, visto que o elo entre ambas as modalidades no aprimoramento da investigação dos fenômenos sociais apresenta-se como mais viável e produtivo. Todavia, é fundamental o reconhecimento da posição que ocupada pela proposta qualitativa de investigar sobre o cárcere na adolescência a partir de trajetórias singulares.

As ciências sociais ou as chamadas humanidades tornaram-se o pólo catalisador da crise, já que pretendem "*recusar todas as formas de positivismo lógico ou empírico ou de mecanicismo materialista ou idealista"*, como diz Boaventura de Souza Santos (1987, p. 20). Outros autores abordam esse impasse:

> O campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições. E para nomear apenas uma de suas controvérsias que aqui nos interessa, citamos o grande embate sobre a cientificidade das ciências sociais, em comparação com as ciências da natureza. Há os que buscam uniformidade dos procedimentos para compreender o natural e o social como condição para atribuir o estatuto de "ciência" ao campo social. Há os que reivindicam a total diferença e especificidade do campo humano. (Minayo, 1994, p.10-11)

Teóricos que trabalham com o tema da adolescência já apontaram para essas questões. Volpi (2001) destaca que, pesquisas às quais *"teve acesso não apresentam um estudo aprofundado da percepção do adolescente quanto à sua experiência de privação de liberdade"* (p.18), e complementa que o que se apresenta é sempre uma perspectiva incompleta:

> A bibliografia disponível é rica em análise institucional, em entrevistas com dirigentes, educadores e especialistas no tema. A voz dos próprios adolescentes, quando aparece, é apresentada como um ator a mais, aparentemente sem coerência e, na maioria das vezes, relativizada pela "natural contrariedade do adolescente em estar preso", e fica diluída num conjunto de declarações mais estruturadas. (Volpi, 2001, p. 18)

A partir das colocações de Volpi é necessário lançar mão de um olhar investigativo sobre o adolescente autor de ato infracional, porém levando em consideração não só o que está posto no real, mas as formas como esses sujeitos contornam esse real ou o representam, enxergando suas vidas. Esse sujeito que esteve sem direito a voz possui variadas formas de expressão e comunicação, considerando não apenas a linguagem verbalizada, mas o não-dito, a repetição daquilo que vive e outras formas como seus desenhos e cartas.

Trassi (2006) considera que os dados estatísticos auxiliam na categorização do fenômeno, mas especificamente destaca a respeito das fontes da investigação :

> Nesta concepção – em que todos os dados são importantes – o caso particular, o detalhe de uma biografia não detectado em uma pesquisa estatística acaba por demonstrar aspectos das práticas e formas de relação social que podem conduzir à apreensão das transformações do fenômeno. (Trassi, 2006, p. 19-20)

São esses alguns dos argumentos mobilizadores para a realização de uma pesquisa com abordagem qualitativa, ou seja, a decodificação do que está velado nos indicadores sociais quantitativos e a possibilidade de produção de novos sentidos.

O caso da Psicanálise é emblemático ao reivindicar o reconhecimento de seu lugar nas Ciências. Falar em Psicanálise necessariamente nos leva a falar em produção de pesquisa qualitativa. Entretanto, na elaboração do *"paradigma emergente"*, nova ordem científica como defende, Boaventura Santos (1987) enfrenta resistência no seu reconhecimento científico por uma academia por vezes conservadora. Alguns formatos de investigação qualitativa foram duramente criticados nos templos do saber, tanto que autores que utilizam como caminho de conhecimento a Psicanálise sucumbiram a alguns ditames da pesquisa quantitativa de cunho positivista. Lowenkron (2005) alerta:

> O que atualmente se chama de pesquisa empírica em psicanálise é a que procura imitar o modelo positivista de erradicação de desvios interpretativos do pesquisador. Sendo assim, melhor chamar de pesquisa controlada, ao invés de pesquisa empírica, uma vez que presidem esse tipo de pesquisa a verificação objetiva e o controle estatísticos do resultado. (Lowenkron, 2005, p. 4)

É o que também afirma Herrmann (2004 b) sobre exigência da comprovação objetiva quanto à eficácia da análise psicanalítica. É preciso estar atento ao que o autor chamou de *"fetichismo da técnica"*. O termo fetiche, tão especial à análise marxiana, está diretamente relacionado à alienação e aos seus enganos, características não desejadas em uma investigação científica. Ainda de acordo com Herrmann essa relação nostálgica de substituir o método psicanalítico pelo método de verificação quantitativa está sob o efeito do retorno do reprimido, que nesse caso ele chama de *"retorno epistemológico do superado"*.

> o problema central da convivência entre psicanálise e pesquisa controlada reside na tendência desse tipo de pesquisador em acreditar demasiado nos

> rituais de coleta de dados e demonstração de hipótese, deixando de lado a significância heurística de seu estudo. (Herrmann, 2004, p. 79)

Ainda nessa direção, que questiona o nível de envolvimento do pesquisador na produção de suas análises, é possível ressaltar nos *"desvios interpretativos"*, um elemento potencializador presente no encontro e na relação transferencial estabelecida entre o pesquisador e o objeto pesquisado. A investigação qualitativa ascende e tem como uma de suas contribuições justamente a aproximação com o objeto da pesquisa. Para a elaboração dos projetos, é preciso identificar o objeto do estudo, que nas ciências humanas pode se tratar das pessoas e suas relações sociais. Então já não temos um objeto e sim um sujeito(s) da pesquisa. Se há um sujeito para além do pesquisador, significa que esse sujeito-objeto não é só passivo nesse processo. Tais considerações são extremamente relevantes, sobretudo para os profissionais que pesquisam a própria prática face às suas intervenções psicossociais. Minayo fala da possibilidade de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios somos agentes:

> Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelecem definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto, aos resultados do trabalho e à sua aplicação. (Minayo, 1994, p. 15)

É importante ressaltar que a pesquisa qualitativa está intrinsecamente ligada à pesquisa social que, não raro, tem por traz de si a militância, sem se distanciar da cientificidade que lhe cabe. Ao abordar fenômenos sociais Trassi adverte sobre uma postura política por parte do pesquisador:

> A abordagem desse tema implica a explicitação de um pressuposto: **não há neutralidade possível frente à violência**. É necessário produzir um conhecimento solidário, aquele que se aproxima, que está ali onde à dignidade humana está ameaçada, onde não existe a palavra. (Trassi, 2006, p. 17)

Uma pesquisa não precisa ser meramente contemplativa pode ser um espaço de envolvimento político para o pesquisador, que entende que não se trata de apenas conhecer a realidade; ela precisa ser compreendida sob perspectiva menos moralista e

mais ética, tornando-a comprometida com a preservação e ampliação dos direitos humanos. Recentemente, em uma palestra dedicada aos docentes da instituição na qual leciono para o curso de Serviço Social, pude ouvir que segundo a *"a educação de nível superior deve estar a serviço da produção de conhecimentos que atendam eminentemente aos problemas sociais"*[19], percepção de mundo com a qual compartilho, pois é preciso que o conhecimento tenha uma função social pública, de bem-estar para a coletividade. Kahn Marim (2002) posiciona-se: "*Acredito que um trabalho acadêmico deva contribuir na busca de uma sociedade mais justa, que lute contra as diversas situações de exclusão e sofrimento"* (p.13).

Hobsbawn (apud Trassi, 2006, p.26) adverte que a principal tarefa na produção de conhecimentos não é a do julgamento, mas sim a da compreensão, com o desafio de nos despir tanto de nossas convicções apaixonadas quanto da experiência do processo histórico que formou antigas formas de olhar. Buscar-se-á compreender e não julgar simplesmente, as trajetórias de vida de adolescentes em situação de conflito com a lei e a repercussão do cárcere na vida de um adolescente, ainda em fase peculiar de desenvolvimento. Um alerta se faz necessário:

> ADORNO e CASTRO (1994) chamam a atenção para o fato de que, na maioria das vezes, a aproximação com as abordagens qualitativas acabam se restringindo apenas à apropriação de técnicas. Estes autores consideram que a metodologia qualitativa, ao possibilitar um exercício reflexivo de apreensão da realidade, exige mais do que a incorporação pura e simples de técnicas. Como resultado do "enquadre" da realidade que manifesta a relação sujeito/objeto, a relação estabelecida nesta apreensão requer o desenvolvimento de uma outra sensibilidade, na qual o pesquisador precisa estar disponível para rever conceitos e concepções, estabelecendo uma comunicação com a multiplicidade de perspectivas que cercam os membros desta relação. (Dalmolin, Lopes, Vasconcellos, 2002, p.20)

Este trabalho não pretende se restringir meramente ao método, mas sim ao *"exercício de uma sensibilidade que atenda a transposição de mundos"* conforme

[19]Palestra intitulada "Docência no Ensino Superior" proferida pelo cubano e Prof. Dr. Roberto Valdés Puentes, membro da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Uberlândia em fevereiro de 2009, realizada na Faculdade Católica de Uberlândia.

chamam a atenção Adorno e Castro. A pesquisa qualitativa aqui se destaca por se tratar de uma abordagem que possibilitará uma compreensão do significado das trajetórias de vida de adolescentes que vivenciam o cárcere a partir de minha trajetória profissional, como profissional-pesquisadora que ao revisitar as histórias de seus atendimentos permeadas e após inúmeras reflexões depreendeu-se com um caso que tomei em consideração, aprofundando-o em sua análise.

Mezâncio (2004) deduz que a pergunta é o método e que deve produzir recortes no objeto de estudo, *"uma boa pergunta avaliza um projeto de pesquisa"*. A autora ainda considera que por esta razão, uma pesquisa universitária não se permitirá fazer todas as perguntas ainda que sua ânsia seja a de tudo saber. Porém, *"a psicanálise demonstra que qualquer tentativa de dizer toda a verdade está fadada ao fracasso"* (p. 110). Não será buscada toda a verdade e sim questões essenciais que muitas vezes escapam aos olhos[20].

A busca pelo desvelamento não se restringe em repetir saberes estabelecidos em sua totalidade mas sim, a partir de um aparato conceitual, reinventar e teorizar sobre os dados ou informações reunidas. Por esse motivo, questionar sobre o cárcere de adolescentes para além do já sabido é de grande relevância, visto que, *"as lacunas do texto levam às perguntas, e o método psicanalítico ensina que a verdade está aí e não na resposta"* (Mezâncio, 2004 p. 112). Nesse sentido autores de diferentes campos do saber são convergentes:

> As condições epistêmicas das nossas perguntas estão inscritas no avesso dos conceitos que utilizamos para lhes dar resposta. É necessário um esforço de desvendamento conduzido sobre um fio de navalha entre a lucidez e a inteligibilidade da resposta. São igualmente diferentes e muito mais complexas as condições sociológicas e psicológicas do nosso perguntar. (Santos, 1987, p. 19)

[20] Na obra "O Pequeno Príncipe" (Antonie de Saint-Exupéry, 1984) há uma delicada passagem de um diálogo travado entre o príncipe e a raposa permeado por belas metáforas. A raposa ensinava sobre criar laços e apresenta para o príncipe o seguinte segredo: *"O essencial é invisível para os olhos"* (p.74).

Tal como diz Herrmann (1997), este estudo foi constituído pelo o que se pode descrever como *"deixar que surja e tomar em consideração"*, articulado com o método etnográfico.

> Tomar em consideração configura um estado de detenção do espírito, que faz permanecer diante de nós aquilo que merece consideração, considerando-o sob vários aspectos, imparcialmente, pelo o tempo que merece. Num jardim, passeando distraído, você encontrou uma flor, pára e examina-a. (Herrmann, 1997, p. 53)

A trajetória de vida de adolescentes autores de ato infracional foi o fenômeno social observado por uma *"atenção livremente flutuante"*. Como afirma o trecho célebre de Mário Quintana: *"O que mata o jardim não é o abandono, o que mata o jardim é esse olhar de quem por ele passa indiferentemente"*. Meu empenho se dá em direção ao enfrentamento dos problemas sociais vividos pela adolescência brasileira e que são tratados com extrema invisibilidade social. Busquei utilizar a dimensão subjetiva para tecer a análise crítica sobre a sociedade e suas instituições, corroborando com Birman (2003) que, ao analisar o mal-estar na modernidade, considera que a Psicanálise deve ser colocada à prova do social. Para o autor, é possível pensar o uso deste método para compreender para além do setting padrão, buscando a interpretação dos fenômenos sociais em suas manifestações cotidianas.

Essa postura epistemológica encontra respaldo nas apreensões feitas por autores como Herrmann (1997), que argumenta que o analista deve *"abandonar a passividade receptiva por uma receptividade ativa"*. A clínica psicanalítica, que vem empregando a metapsicologia freudiana na investigação do sentido humano, também oferece a possibilidade de voltar suas análises e interpretações para o que o mesmo autor chamou de *"psique do real"*. Para alcançá-la, é preciso investimentos na denominada *"clínica extensa"* que coloca o divã em trânsito por lugares onde sempre deveria ter estado; - sendo assim, *"o real humano, o lugar onde se produzem o homem individual, o homem*

coletivo, a sociedade e a cultura inteira, pode ser estudado de muitas maneiras" (Herrmann,1999, p. 145).

É possível lançar a investigação na busca de sentido humano para o mundo em que vivemos, ou seja, para a psique cultural e ao sentido psíquico do mundo, em que a perspectiva plural considera os campos do inconsciente individual e social. O estudo dos fenômenos sociais confronta a interface posta pela psique individual e a psique social, questões convergentes aos interesses deste trabalho. Este estudo tomou em consideração a adolescência em conflito com a lei, como manifestação social, fazendo-se compreender a partir de singularidades face à desigualdade social.

Diante dessas questões a indagação fundamental permanece, mas transfigurada e revisitada depois de incursões por mares turbulentos: Há sentido no cárcere na adolescência? O exercício profissional crítico como assistente social permitiu o contato com histórias de vida de adolescentes em conflito com a lei que vivenciaram o cárcere e suas biografias demonstram o quanto essas ações voltadas para este segmento social têm sido falidas.

4. 2 - Dos passos desta pesquisa: sondagem de campo e os procedimentos adotados

Esta pesquisa contou com uma extensa e rica fase exploratória, pois a posição profissional garantiu experiências imprescindíveis para pensar o tema proposto, a partir do acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, especialmente através da coordenação de um trabalho de grupo, no qual pude entrar em contato com as memórias do cárcere vivido pelos adolescentes e seus significados. Tal grupo me conduziu para a urgência de revisitar o lugar tão falado em nossos encontros, a instituição responsável pela privação de liberdade. Emergia, à medida que o tempo

passava, a imperiosa necessidade de revisitar o lugar físico do cárcere que nas suas relações desencadeia tantas questões vividas e sentidas por quem a vivencia por detrás das grades em sentido literal.

Fui a campo, realizando o experimento de olhar por trás da lente fotográfica como recurso metodológico de pesquisa, fase importante e muito mobilizadora. Fotografei detalhadamente a instituição de privação de liberdade onde os adolescentes que atendi estiveram institucionalizados e que, exatamente naquele momento, passava por fase de desativação após aproximadamente 12 anos de funcionamento.

Posteriormente, analisando o material que tinha em mãos, fotografias denunciadoras da vida aprisionada, foi possível perceber que aquele seria um dispositivo facilitador. Segundo Mauretti e Tittoni (2008), fotografias podem ser utilizadas não apenas como material ilustrativo, mas como recurso metodológico na associação entre fotografia e subjetivação, como forma de potencializar olhares e depoimentos. Essas etapas vivenciais contribuíam para a delimitação do campo da pesquisa:

> Incorporar o campo como um espaço que não está dado, que vai tomando sentido, se singularizando a partir do mergulho, das possibilidades criadas pelo conjunto (pesquisador e pesquisados) no decorrer da pesquisa, elemento central em pesquisas dessa natureza é um desafio para o pesquisador. Esse processo sinuoso e complicado é um exercício que requer tempo, sensibilidade e muita paciência, principalmente para suportar a ansiedade de quem aprendeu a negociar individualmente com o(s) seu(s) sujeito(s) de pesquisa. (Dalmolin; Lopes; Vasconcellos, 2002, p.32)

Imersa nesse universo, eu realizava registros em meu diário de campo, sobretudo o que era experimentado pela minha posição que transitava de profissional para pesquisadora.

> Os diários de campo, são registros sistemáticos das atividades em campo, nele são anotadas descrições, trechos de fala, impressões, sentimentos, este material é lido e relido durante o processo da pesquisa para que novas interpretações sejam feitas ou questões sejam aprofundadas. (Dalmolin; Lopes; Vasconcellos, 2002, p.25)

Quanto à delimitação do campo, alguns apontamentos feitos por pesquisadores amparados pela Antropologia oferecem uma rica contribuição, possibilitando novas

leituras sobre o objeto de pesquisa, desconstruindo aquilo que já estava cristalizado a partir da vivência no campo. *"Entrar nessa dinâmica é sujeitar-se a correr riscos e ter que construir novas ferramentas para a compreensão dos nossos objetos de pesquisa"* (Dalmolin, Lopes e Vasconcellos, 2002, p.24).

Este era o desafio que estava posto. Equipar-me com ferramentas e recursos transdisciplinares capazes de potencializar a compreensão do campo. De fato, o campo - instituição de privação de liberdade fotografada, é mais do que a dimensão concreta que está sendo focalizado, e isso foi percebido a partir da relação que estabeleci com o diário quantos aos registros que fiz sobre a instituição. Registrei tanto aspectos referentes aos meus atendimentos com os adolescentes quanto às abordagens institucionais no estabelecimento responsável pela privação de liberdade na ocasião em que realizava as fotografias, com o intuito de registrar as condições em que se encontrava a instituição destinada ao cárcere juvenil, que ora estava sendo desativada.

Aquele instrumental gradativamente foi desnudando minha implicação de pesquisadora nesse processo de aproximação do sujeito do estudo. As reflexões e sentimentos expressos viabilizaram o caminho para novas construções vividas no processo de elaboração da pesquisa. Sobre as abordagens institucionais no cárcere juvenil que me levaram a fotografar o lugar consta no diário:

> Não existia um motivo muito concreto para essa visita. Na verdade eu estava provocando esse momento, pois de concreto mesmo existia o meu desejo de entrar em contato com esse local, do qual estava pretendendo falar. Eu queria ir lá sentir o lugar, era isso... (Diário de campo pessoal, 27/06/07)

Tendo como disparador a experiência profissional e amparada por proposições como a de Trassi (2006), pesquisadora do binômio adolescência-violência, que questiona as potencialidades metodológicas em um modo de conhecer o fenômeno, caminhei rumo à escolha de um caso, acrescida da análise documental das instituições nas quais esse mesmo caso fora atendido, para expressar detalhes sobre o significado do cárcere na

vida de um adolescente e de sua família. Pois, pensar a reclusão não se restringe a pensar o adolescente no cárcere, uma vez que para chegar a esse lugar, adolescentes percorrem um vasto itinerário institucional que envolve suas Famílias, Conselhos Tutelares, Programas de Proteção Social, Viaturas Policiais, Delegacia de Polícia, Ministério Público e Juizado da Vara da Infância e Juventude. Portanto, compreender suas trajetórias de vida inevitavelmente também nos coloca frente a essas instituições.

Sobre a potencialidade do estudo de caso, destaco:

> Qual a metodologia de trabalho investigativo mais pertinente possível para capturar um objeto em movimento, em construção, um objeto "vivo" que produz novos e complexos acontecimentos no mundo das relações que o transmutam? Como capturar um objeto que se constrói recíproca e ininterruptamente porque articulado, imbricado com todos os aspectos da vida social? Quais os procedimentos para circunscrever este objeto que revela a si e àquilo que está para a circunscrição, que reverbera? (Trassi, 2006, p.19)

O estudo sobre o caso traz consigo a possibilidade da construção de um resultado inovador por apreender dimensões universais e singulares.

> A escolha da história de vida como núcleo de articulação dos dados remonta aos bons ensinamentos da antropologia e da psicanálise. A antropologia, enquanto vertente que se interessou pela compreensão das questões da personalidade e da cultura, fez uso produtivo do material coletado através de biografias (...) Já a psicanálise se constrói a partir dos casos clínicos – histórias de vida contadas aos pedaços, fragmentos, por associação livre, com lapsos, atravessadas pelas fantasias, sonhos, pelos conflitos em que o real adquire outro estatuto (a realidade subjetiva) que determina o modo de ver o mundo e a si próprio e de se comportar frente a ambos, mesmo quando vê a vida como ela não é. O analista é aquele que, na busca de sentido para o que escuta, realiza construções: a história de vida do indivíduo. **Um exercício constante de tecer um fio da história, nomear, uma prática que muito auxiliou na tarefa de construir, desconstruir, reconstruir as histórias dos personagens**. (em negrito grifos meus) (Trassi, 2006, p. 21)

Para que a escolha do caso fosse originária da minha trajetória profissional, comecei a revisitar os diversos casos de adolescentes que atendi ao longo dos anos. Nesse exercício, ocorreu uma reconexão com a primeira modalidade de atendimento com a qual trabalhei e que permitiu um reencontro e a descoberta do sujeito da pesquisa. Falo sobre os meninos em situação de rua, que por utilizarem a rua como espaço de moradia, trabalho e lazer têm sua situação de risco agravada pelo envolvimento na criminalidade.

O caso selecionado para análise se destacou pelo desafio que propôs às diversas equipes psicossociais de variados programas de proteção à infância e adolescência em situação de risco no período de 2001 a 2009. Para eleger o caso, foi levado em consideração que esse pudesse ter a expressão de um caso clássico, pois embora esta pesquisa não seja uma tentativa de alcançar respostas que correspondam à universalidade, é preciso reconhecer que a grande maioria dos adolescentes em situação de conflito com a lei no Brasil enfrenta questões como a baixa condição sócio-econômica, a violência doméstica, a exclusão educacional, a drogadição, o aliciamento etc.

O estudo sobre o caso implicava em uma pesquisa documental. Trassi (2006) considera que a documentação demonstra ser um procedimento importante de análise, pois os registros institucionais incluem relatos sobre adolescentes em situação de risco, os profissionais que acompanharam os casos, relatos e documentos que contextualizam sobre as práticas das instituições responsáveis pelo atendimento. Esse conjunto de informações permite compor um mosaico capaz de capturar o fenômeno sob um novo olhar.

Como esta escrita implica em pensar a trajetória de vida que conduz um adolescente ao cárcere, a análise de documentos de instituições que atenderam adolescentes em conflito com a lei foi uma forma de enriquecer a compreensão do sujeito e foi orientada por consultas aos processos e aos prontuários de atendimentos das seguintes instituições:

a) Conselho Tutelar: órgão responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente e que deve ser acionado em caso de violação dos mesmos conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

b) Programas de Proteção: instituições do poder público destinadas ao atendimento da criança e do adolescente em situação de rua; e das vítimas de violência doméstica;

c) Programa de atendimento responsável pelo acompanhamento da medida socioeducativa em meio aberto de liberdade assistida: organização não-governamental que havia assumido a responsabilidade no atendimento dos adolescentes, que foi desativada, mas manteve seu arquivo morto vinculado à organização religiosa a qual estava ligada;

d) Instituição prisional: responsável pela reclusão de pessoas com maioridade.

O estudo sobre o caso será apresentado em uma perspectiva longitudinal, viabilizada pela análise documental de diferentes instituições, que revisita a história de um ex-interno do cárcere juvenil - sujeito dessa pesquisa - que a partir de sua trajetória de vida revela demais sujeitos institucionais.

A reunião de informações provenientes da análise documental das referidas instituições favoreceu a composição de um cenário e elenco de personagens nas histórias que serão apresentadas adiante. Esse empenho atravessou dificuldades. Na maioria das instituições era reconhecido o valor da pesquisa para elas, porém, houve morosidade, e também exigências extremamente burocráticas de algumas instituições no processo de autorização para a realização das consultas nos documentos institucionais. Não foi possível realizar a pesquisa documental nas seguintes instituições:

e) Ministério Público da Vara da Infância e Juventude: representante da sociedade com autonomia em relação às autoridades e poderes e que deve manter consonância com as legislações, e nesse caso, em especial com o ECA;

f) Juizado da Vara da Infância e Juventude: poder responsável por determinar medidas socioeducativas para adolescentes autores de ato infracional, também em convergência com o ECA;

g) Estabelecimento educacional responsável pela medida socioeducativa de privação de liberdade: instituição governamental administrada pelo poder municipal e desativada em 2007.

No caso da instituição de privação de liberdade desativada, a dificuldade se acentuou. Antecedeu ao desligamento dessa instituição um acordo político, que era administrada pelo poder municipal, mas a responsabilidade por administrar medida socioeducativa em meio fechado foi *"repassada"* ao governo estadual em uma reunião solene e pública. Para isso, o governo estadual inaugurou uma nova instituição para cumprir com a medida socioeducativa máxima destinada aos adolescentes em conflito com a lei, de modo que não foi possível localizar os registros do antigo cárcere juvenil.

Enquanto fotografava a instituição tive a oportunidade de flagrar a falta de cuidado com os documentos institucionais que compunham os registros sobre a vida de seus internos e ex-internos, como denuncia a fotografia que será apresentada.

Fotografia 1 – Documentos institucionais do cárcere juvenil
Autoria: Vale (2007)[21]

Os documentos institucionais utilizados para fornecer informações sobre o caso de **Júnior** – pseudônimo dado a um dos sujeitos centrais desta pesquisa - são referentes aos arquivos das instituições mencionadas nas quais a autorização correspondeu ao prazo para a realização da pesquisa. As instituições receberam nomes de fantasia mais adiante quando seus registros são apresentados no intuito de construir o cenário da vida do personagem.

Em 2001, Júnior estava com cuatorze anos e vivia em situação de rua, foi levado para o cárcere juvenil e em 2009, aos vinte e um anos, encontra-se detido em um presídio. Sua família continua sendo atendida pelos programas de proteção à infância e adolescência, pois o filho caçula de dezesseis anos de idade sofreu formas de violação de direitos, que serão denunciadas na história que será contada ao leitor.

Após realizar as consultas documentais, foram realizadas duas abordagens domiciliares com sua família. Não me refiro às inúmeras feitas por mim durante o exercício profissional, e sim em relação à que foi necessária para viabilizar as

[21] Como descrito na metodologia as fotografias foram por mim tiradas e serão identificadas por um número, ano da foto e nome da pesquisadora-fotógrafa. Da mesma forma será feito com os desenhos feitos pelos adolescentes.

entrevistas com Júnior para esta pesquisa. O cenário da casa torna-se um recurso rico pela possibilidade de revelação da intimidade, tanto que o Serviço Social legitimou essa prática em suas abordagens de intervenção.

As entrevistas estavam pautadas em roteiro temático mínimo (Anexo A). Porém, a entrevista assumiu um formato aberto, espontâneo, favorecendo o processo das livres associações. As conversas foram realizadas no presídio no qual ele se encontra, em sala disponibilizada pelo diretor com prévia autorização do Juiz da Vara de Execução Penal. Foram desenvolvidas mediante a autorização do sujeito, após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- Resolução 196/96 (Anexo B).

Para compreensão e interpretação das informações reunidas o método psicanalítico interpretativo inspirou e alicerçou todo o movimento da investigação, sendo necessário apontar as razões para essa escolha. Retomando Herrmann:

> Por definição, a pesquisa existe em todas as ciências. Porém, não há duas que a façam igual; se houvesse, seriam a mesma ciência. Por definição. A ciência da psique, a Psicanálise, irmã das ciências do espírito, prima das ciências humanas, contraparente da medicina, ocupa-se em investigar o sentido humano, nas pessoas – nos pacientes em particular -, nos grupos e organizações dos homens, na sociedade e em suas produções culturais. (Herrmann, 2004, p.61)

Ainda assim, a análise do material reunido primou pela transdisciplinaridade, uma vez que para maior aprofundamento nas questões propostas objetivou-se construir uma articulação capaz de contemplar o entrelaçamento das relações sociais, familiares e institucionais. Como assistente social atentei para a repercussão da questão social na história de vida da família em questão.

> O fenômeno – adolescência-violência – é multideterminado, multifacetado; portanto, o deciframento deste objeto/movimento implica um conhecimento transdisciplinar. Uma única área de saber não dá conta, vê uma face, reduz o fenômeno a um fato: fato econômico, fato antropológico, fato histórico, fato político, fato psicológico ou cultural ou jurídico ou.... É necessário transitar por vários saberes, várias especialidades. (Trassi, 2006, p. 24)

A partir da transdisciplinaridade transita-se pela multiplicidade dos sentidos humanos. Para a apresentação das informações reunidas e interpretações será adotado um formato que será descrito no item subseqüente.

4.3 – Compondo as cenas: a apresentação das informações reunidas e interpretadas

Pablo Picasso disse algo como *"a arte imita a vida e a vida imita a arte"*. Desta forma, a escolha de uma linguagem menos técnica e mais literária para a apresentação dos fenômenos vivenciados pretende investir sensibilidade na compreensão do que será relatado. Tal escolha justifica-se pela minha paixão, familiaridade e atuação amadora no campo das artes cênicas e musical. Nesse sentido, alguns recursos serão utilizados para compor o estudo que será apresentado sustentado por princípios psicanalíticos como a livre-associação e interpretação:

> Na pesquisa de todas as ciências, há uma parcela de arte combinada; na nossa, a arte envolvida é predominantemente a literatura, a qual, muito antes de nós, soube apreender e revelar o labiríntico e contraditório sentido da existência dos homens. Freud explorou com excelência essa combinação, onde enquanto ciência, **a Psicanálise é arte, mas sempre faz ciência, quando é literatura.** (em negrito grifo meu) (Herrmann, 2004, p. 61)

A narrativa foi utilizada como recurso para apresentação das informações reunidas que visam amparar o estudo do caso. A construção de uma ficção científica a partir de uma história verídica, reanalisada pelo prisma deste estudo, tem a intenção de facilitar ao leitor a entrada no universo pesquisado, com o objetivo de embalá-lo diante da contação de uma história feita pelo narrador-pesquisador.

> Em muitos momentos do estudo, as dificuldades na construção, organização e descrição dos dados dizem respeito à implicação do investigador no objeto que vai se construindo. Como se deslindar das paixões? De concepções e convicções arraigadas que deram sentido para o percurso profissional e pessoal? Como olhar de novo? (Trassi, 2006, p.23)

Para esse novo olhar, o texto será dividido em três grandes atos, aproximando-se da estrutura de uma peça de teatro:

> A organização de uma peça de teatro é feita por atos e cenas. Um ato significa os momentos de uma obra em que corresponde a tudo o que acontece em um mesmo período, no mesmo dia ou no mesmo ano. Os atos podem se dividir em cenas que são indicadas pelas entradas e saídas dos personagens, a aparição ou desaparição de um personagem no palco, marca o princípio de uma dada cena ou o final de outra. (Alves, 2007, sem página)

O *Prólogo* é responsável pela cena inicial que tem a função de explicar e expor o tema da obra, portanto, costuma ser a abertura da peça teatral. Neste caso, será uma abertura da história, na tentativa de sensibilizar o público para o drama que será contado.

O *Ato I* será marcado pela minha trajetória profissional, em que viso emprestar minha experiência como forma de ajustar a lente para olhar o fenômeno que está sendo analisado. Na *Cena I* serão apresentados relatos do grupo de adolescentes que coordenei e na *Cena II* será apresentada a descrição da instituição de privação de liberdade desativada em 2007 a partir das fotografias e suas interpretações.

O *Ato II* será dedicado à análise documental composta por registros pertencentes aos documentos das instituições que atenderam o caso escolhido para subsidiar o estudo sobre a posição do adolescente autor de ato infracional na contemporaneidade, assim como, pela apresentação dos personagens institucionais e familiares que compõem o elenco da história. Durante o *Ato II* serão apresentados três *Intermezzos*. O *Intermezzo* costuma ser uma peça musical executada entre os atos de uma peça de teatro ou ópera, que aqui terá a função de promover alguns esclarecimentos com a inserção de conceitos de questões consideradas cruciais para o real entendimento da história em foco.

O *Ato III* será dedicado ao reencontro com o “caso”, a partir de entrevistas que foram realizadas com o sujeito da pesquisa e abordagens domiciliares na residência de seus familiares. Nele haverá a inserção de um *Intermezzo.*

O *Ato Final* será responsável pelas considerações finais acerca da história contada. Ao fechar as cortinas fica a pretensão de que o leitor tenha descortinado para si questões de extrema relevância quanto à vida de adolescentes autores de ato infracional, as medidas adotadas em relação a eles nas políticas públicas e a repercussão destas na vida das pessoas e da sociedade de modo geral.

4.4 – A História

PRÓLOGO

Eu tinha fome
E vocês fundaram um clube humanitário
Para discutir minha fome
Agradeço-lhes.

Eu estava na prisão
E vocês foram à igreja
Rezar pela minha libertação
Agradeço-lhes.

Eu estava nu,
E vocês examinaram,
seriamente,
as conseqüências morais da minha nudez
Agradeço-lhes.

Eu estava doente
E vocês ajoelharam
E agradeceram a Deus
O dom da saúde
Agradeço-lhes.

Eu não tinha casa,
E vocês pregaram sobre o amor de Deus.
Vocês pareciam tão piedosos
Tão perto de Deus!
Mas eu continuo com fome,
Continuo só,
Nu,
Doente,
Prisioneiro
E tenho frio.

(poeta anônimo de Malauri – África)

Mais do que estar encarcerado em uma instituição total, atrás de grades e privado de liberdade, é preocupante o encarceramento na negação de direitos e possibilidades, de vidas que são a justa medida daquilo que não puderam ser, resultando em um encarceramento independente de grades.

4.5 - *Ato I*: Trajetória profissional e o encontro com a posição de pesquisadora

O primeiro ato será dividido em duas cenas.

A *Cena I* é dedicada a um episódio profissional, ocorrido no final de 2007, quando ainda trabalhava atendendo os adolescentes em conflito com a lei, pois em fevereiro de 2008 me afastei dos trabalhos desenvolvidos no Programa de atendimento das medidas socioeducativas. Essa passagem foi responsável por desencadear os pensamentos mobilizadores da pesquisa.

A *Cena II* corresponde a um dos procedimentos metodológicos utilizado para investigar o universo pesquisado. As informações reunidas foram resultado de um trabalho de campo como pesquisadora, no qual realizei registros fotográficos da instituição de privação de liberdade que internava os adolescentes que eu atendia.

4.5.1 - *Cena I*: O grupo dos adolescentes

Na ocasião em que ingressei no mestrado em Psicologia estava atendendo cerca de trinta casos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, tanto em atendimentos individuais quanto em grupo em um município do estado de Minas Gerais. Dentre os adolescentes recebidos pelo Programa de atendimento, muitos tinham passagem pela medida máxima - a internação, e eram encaminhados para acompanhamento psicossocial como progressão de medida socioeducativa.

Os atendimentos individuais eram pautados em orientações sociais necessárias para o cumprimento da determinação judicial, bem como para o planejamento de um novo

projeto de vida protagonizado pelo o adolescente, em que se atentava para a co-responsabilidade familiar.

Os atendimentos em grupo de adolescentes era realizado em uma instituição pública do poder municipal e coordenado por uma dupla de técnicos – psicólogo e assistente social – que tinham como função mediar reflexões e debates que pudessem re-significar a situação de conflito com a lei, o cárcere, a liberdade, viabilizando a interpretação da medida socioeducativa em meio aberto para os adolescentes. Essa modalidade de atendimento fora criada porque via de regra os adolescentes, mesmo tendo passado por audiência judicial, chegavam ao Programa muito mal esclarecidos sobre o significado dessa determinação judicial em suas vidas e o acompanhamento psicossocial que seria realizado por no mínimo seis meses. Conforme afirma Volpi *"existe, atualmente, uma ação descolada entre o aplicador das medidas (Poder Judiciário) e o executor dos programas de atendimento (Poder Executivo)* (2006, p. 49), fato que muitas vezes compromete a qualidade dos serviços.

Como forma de enfrentar a resistência dos adolescentes no que se refere à internalização das regras ao chegarem ao Programa, logo eram encaminhados para atendimento em grupo. Para tanto, trabalhávamos com grupo fechado e previsão da realização de oito encontros, o equivalente a dois meses de trabalho. Após esse trabalho, as intervenções seguiam para o foco particular, nas questões individuais e singulares, tal como mediar conflitos familiares e identificar potencialidades e aptidões nos adolescentes com o objetivo de inseri-los em atividades culturais, esportivas e cursos de qualificação profissional. Em algumas situações acionávamos alguns serviços da rede de atendimento para tratamentos complementares e essenciais, como no caso dos usuários de drogas ou demandatários do serviço em saúde mental.

A participação na coordenação desses grupos possibilitava, a nós técnicos, a observação participante. Nosso objetivo principal era partir das memórias do cárcere, ou seja, lembranças das vivências daqueles adolescentes que estiveram em reclusão na instituição de privação de liberdade[22], fomentando a possibilidade de que eles projetassem sua vida para o rompimento da situação de conflito com a lei. Para isso, utilizávamos filmes, músicas, produção de painéis, depoimentos e outros.

Com a finalidade de introduzir as informações que compõem este estudo, destacarei a experiência vivida com um grupo composto por dez adolescentes que haviam permanecido maior tempo em reclusão no estabelecimento educacional de privação de liberdade, em outras palavras, haviam permanecido por um período superior ao provisório de noventa dias. Em nossos encontros, os relatos sobre a *"detenção"* versavam sobre suas experiências e davam vazão às memórias daquele lugar. Entre os adolescentes participantes estava um a quem chamarei de Killer, garoto que contribuiu de forma determinante para a realização desta pesquisa devido à relação estabelecida entre nós. Killer, um ex-interno, tinha a mim como técnica de referência na instituição responsável pela medida de liberdade assistida em meio aberto.

Aos 15 anos destacava-se por ter passado sete meses recluso após ter sido apreendido com uma moto roubada. Esse era o maior período de cárcere em relação aos demais integrantes do grupo. Surpreendeu-nos o fato de assumir a liderança entre os colegas justamente por acumular histórias e vivências no cárcere mesmo sendo o caçula

[22] É preciso ressaltar que a instituição que foi responsável pela medida socioeducativa de privação de liberdade dos adolescentes inspiradores deste trabalho estava chegando ao seu ponto final em 2007, após aproximadamente 12 anos de atividade. Ela se encontrava em processo de desativação quando realizei três abordagens institucionais, que complexificaram ainda mais a delimitação do problema e escolha do sujeito, que ora se direcionava para os adolescentes, ora apontava para a própria instituição como o grande sujeito da pesquisa. Tal conflito temperou ainda mais a necessidade de aprofundamento nas tramas constituivas desse universo que se descortinava a partir de um olhar menos técnico e mais investigativo sobre a vida de adolescentes que vivenciam o cárcere.

do grupo. Sua fala era permeada por relatos do cotidiano institucional e denúncias de violência entre os internos e entre funcionários e internos.

Sob o ponto de vista técnico, nossa intenção era partir das memórias do cárcere para promover reflexões, e não focar e ressaltar a reclusão em instituição fechada como um espaço de pertencimento. Em nosso primeiro encontro, para instigar o debate apresentamos em um cartaz o verso de Cecília Meirelles (1953)[23] que diz, ***"Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda"*** *(*grifo meu). Mesmo sendo palavras de uma poetisa que dificilmente seria do conhecimento dos adolescentes habituados ao contato apenas com a cultura marginal, tínhamos a expectativa de ampliar o foco para além das grades, mobilizando-os a refletir sobre o significado da liberdade, contrapondo-se com a realidade de uma liberdade assistida.

Entretanto, na tentativa de corresponder ao *"comando"* e pensar sobre liberdade o oposto se apresentou. Por mais que tentássemos avançar e retirar o cárcere do foco das discussões, esse tema se tornava recorrente e era pauta da discussão entre os garotos durante o grupo, como também nos corredores e rua afora. A psicanálise ajuda a compreender que é inútil negar o reprimido, ele virá à tona até que seja reconhecido. Foi o que ocorreu nesse grupo, foi preciso falar sobre o cárcere enfaticamente. Cada lembrança que nos parecia dura e cruel era compartilhada pelos adolescentes com muita excitação, nas falas alteradas, nos gestos exagerados, nas raivas descritas; enfim, no modo particular de cada um contar sobre seu sucesso ao avesso, rindo de si mesmo, da própria condição em que se encontrava. Claramente, demonstravam a forte marca dessa

[23] Cecília Meireles, em 1953, publicou a obra Romanceiro da Inconfidência. Reconhecida por sua inovadora abordagem temática histórica, rompeu com uma suposta crítica da alienação da autora quanto à realidade brasileira. Ela produziu a chamada poesia social, inspirada pelo Movimento da Inconfidência Mineira, seus versos curtos exprimem o "drama" da liberdade em sua luta contra os poderes tirânicos.

passagem em suas vidas. Lembrar, relembrar, vivenciar se apresentavam como caminhos de possíveis elaborações.

Killer expressava a marca da internação de forma muito nítida nos momentos grupais na sua tentativa de demonstrar força e indiferença frente às violências familiares e institucionais, porém, nos atendimentos individuais o retrato era outro.

Nos atendimentos individuais semanais, Killer demonstrava envolvimento, o que favoreceu a construção do vínculo entre ele e eu. Em nossos atendimentos falávamos de muitos assuntos, sendo que a família era um tema costumeiro. É possível considerar que os atendimentos individuais cumpriam com a função de consolidar o vínculo de confiança. Sua fragilidade e desamparo emergiam em nossas conversas, tendo sido revelada a perda do pai, com quem mantinha um contato limitado. O pai lhe deixara uma pensão como benefício previdenciário, fazendo com que após a morte sua presença continuasse viva nos conflitos de família. Esse benefício passou a ser motivo de disputa entre os familiares maternos. A avó materna era quem criava o garoto, mas com o falecimento do pai, a mãe passou reivindicar a presença do filho em sua companhia, desencadeando a acentuação dos conflitos, tudo isso gerado pelo desejo de usufruir da pensão.

Tensos eram os momentos em que o adolescente falava sobre o ódio que sentia pela mãe e as suas manifestações de omissão, negligência, violência. Há relatos de familiares que diziam que essa mãe chegou a deixar o filho, ainda bebê, abandonado em internação hospitalar, revelando que os episódios de conflito familiar eram de longa data, assim como o ódio que o adolescente cultivava frente às atitudes de rejeição da mãe.

Antes de ter sido conduzido para a internação, Killer passou a maior parte de sua vida com a avó materna na região leste da cidade, bairro em que se envolveu com a criminalidade, chegando a sofrer ameaças de morte por grupos rivais. Já na instituição

de internação, para ser liberado do meio fechado para o aberto, foi determinado que Killer fosse para a casa de uma tia materna em outro extremo da cidade - a região norte, como forma de minimizar o seu contato com antigos laços, as práticas ilícitas e assim, proteger a sua vida das ameaças.

Essa tia apresentava-se como responsável por Killer diante do Programa de Liberdade Assistida e emergia como a como a principal referência de autoridade e afetividade para Killer fazendo com que meu trabalho como assistente social se remetesse sempre a ela, na tentativa de dar andamento às providências necessárias à *"ressocialização"* do adolescente. Ela alegava que havia se comprometido a ser a responsável pelo sobrinho perante o juiz por amor, para protegê-lo da dura vida que levava.

Em atendimento familiar relatou que, certa noite a sua irmã, mãe de Killer, estava dormindo em sua casa, acordou no meio da noite e não encontrou Killer no quarto. Ao procurá-lo, encontrou o garoto sentado do lado de fora da casa, gelado e trêmulo. Quando questionado sobre o que estava fazendo ali no meio da noite, ele respondeu que não ficaria debaixo do mesmo teto em que estava *"aquela mulher"*, sua mãe. Com dificuldades, a tia conseguiu colocá-lo para dentro de casa.

A cena descrita foi um indicador do quão comprometidos estavam os laços afetivos na relação entre a mãe e o filho. Em nome dessa relação, Killer se dedicava a falar do desejo de que, em um futuro próximo ao atingir a maioridade, pudesse tomar de sua genitora a guarda de seus irmãos menores, para protegê-los das mesmas formas de violência que viveu. Killer pretendia ocupar o lugar de mãe-pai e para isso, planejava seu futuro e correspondia à proposta institucional de elaborar outro projeto de vida, demonstrando desejo de romper com a *"vida do crime"*. Estudar e trabalhar eram citados como formas de alcançar a vida que sonhava.

Alguns encaminhamentos estavam sendo feitos, como reinserí-lo no ensino formal, bem como orientá-lo e encaminhá-lo para atendimento ortopédico e fisioterápico nos serviços de saúde da rede pública municipal. O garoto contou que, enquanto esteve internado na instituição de privação de liberdade, recebia visitas de sua mãe, sendo que esses encontros se tornavam torturantes, pois encontrar-se com ela representava a marca do abandono. Após uma das visitas, enfurecido pelas atitudes da mãe, que ele considerava provocativas, Killer publicamente disse a ela que não retornasse mais para vê-lo.

Após o término da visita, o adolescente contou que fora agredido pelos agentes socioeducativos, caído no chão, recebeu chutes sob a alegação de que o castigo era para que ele aprendesse a respeitar a mãe. Após essas agressões, com intenção duvidosamente *"educativa"*, Killer foi levado para o pronto-socorro, foi atestado que seu joelho estava quebrado. A instituição e nela os que trabalham, já deveriam ter atentado para a ineficiência da repressão e violência como forma de realizar a reeducação/ressocialização de adolescentes para a vida em sociedade, sobretudo quando há como um dos objetivos a promoção da recuperação de laços afetivos da família. A prática de abuso de poder e torturas acontecendo sob a tutela do Estado já deveriam ser um passado histórico superado, afinal, *"é preciso lembrar que espancamento e tortura são crimes e não instrumentos pedagógicos"* (Volpi, 2006, p. 32). Desde então, o adolescente passou a sentir dores no joelho. Contou-me isso para justificar que, por causa das dores, não estava conseguindo ir de bicicleta do seu bairro para o Programa da Medida Socioeducativa que aconteciam na região central da cidade.

Passagens da história de vida apresentada propõem alguma revisão das práticas institucionais, sob pena de continuarem evocando modelos de práticas correcionais como no tempo da legislação dos Códigos de Menores. Há sempre que pensar em

família quando se fala em crianças e adolescentes, e hoje, já é possível pensar em diferentes arranjos e formatos de família, que reconhecem que as relações se transformam nos cotidianos familiares. Não havia sentido em Killer respeitar a genitora, visto que a mesma não era reconhecida como mãe pelo adolescente. As pessoas que mais se aproximaram com o cumprimento da função materna para Killer foram a sua avó e uma tia materna, o reconhecimento não era dirigido à mãe biológica. Tal contexto agrava ainda mais a violência praticada pelos funcionários. Além dos castigos físicos, existia uma leitura equivocada ao pedido de Killer de que a mãe, ou *"aquela mulher"* – como dito por ele, não voltasse mais nas visitas para vê-lo. Ela não era a pessoa que representava a sua mãe, por certo.

Embora Killer revelasse muito sobre seus sentimentos familiares durante os atendimentos individuais, a vivência do atendimento em grupo potencializava o alcance do entendimento sobre sua condição de vida. Temas como o *"Mundão e a Vida Loka*[24]*"* surgiam como conteúdo dos grupos e se tornavam uma constante durante os encontros. Inegavelmente, aqueles adolescentes tinham como elo entre si a construção de suas identidades e formas de subjetivação, perpassadas pelas experiências da criminalidade e da violência no mundo, **Mundo-Cão**, diga-se de passagem.

O uso de códigos e disputas travadas entre os adolescentes surgiram de imediato, quando fazíamos a apresentação dos integrantes. Impregnados pela vida infracional, apresentavam seus nomes seguido do código referente ao ato infracional que haviam praticado ou relatavam fatos que deveriam promover o seu status diante dos colegas:

[24] "Mundão" e "Vida Loka" são expressões muito utilizadas na linguagem cantada nos rap, nas manifestações de cultura marginal, apropriada como dialeto de gueto e incorporada como filosofia de vida, inclusive de adolescentes. Referem-se a estar no mundo de peito aberto, sem medo, levando uma "vida perigosa" para sobreviver e contribuir no sustento da família.

"Eu sou "fulando de tal", fiz um 157 usando uma PT"[25], *"Eu sou "fulano de tal" e já passei duas vezes pela internação* (e diz o nome da instituição de privação de liberdade)*"*, *"Eu sou fulano e tenho uma bala alojada no meu pescoço"* , como se quisessem impressionar em virtude da intimidade e do risco que a vida em conflito com da lei oferece.

Mesmo esclarecendo que não era necessário expor o ato infracional praticado, essa linguagem apresentou-se como uma primeira possibilidade de romper com barreiras e praticar um canal de comunicação e expressão. As histórias se confundiam, condensavam e se implicavam em um recorte do real: o adolescente e o ato infracional – uma identidade ou um sintoma? Eles expressavam a condição em que viam possibilidade de forjar uma identidade. Um caminho a ser pesquisado começava a despontar...

A linguagem empregada para descrever suas realidades era bastante diferente dos tratamentos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Embora o ECA assegure o cumprimento de uma medida socioeducativa em um estabelecimento educacional, seus relatos evidenciavam que se viam em uma prisão, como prisioneiros pagando pena, *"... paguei sete meses"*, ou *"...fulano tá puxando o X3*[26]*"*. Revelavam a apropriação de uma linguagem prisional como códigos de linguagem, não só em sua forma verbal, há também entre esses adolescentes a linguagem de sinais e escrita de forma codificada.

Ainda no primeiro encontro, ao rememorar sobre o cárcere o grupo assumiu um clima de *"velhos amigos"*, reunidos para lembrar o passado e rir das histórias vividas. Achavam graça de tudo, do alojamento conhecido como a segurança (alojamento ou

---

[25] Cumpre esclarecer que 157 corresponde ao Código Penal, nos crimes praticados contra o patrimônio, roubo. E a "PT" refere-se a uma pistola semi-automática que agremia arma e munição com seus 15 cartuchos, e é uma arma muito valorizada por apreciadores de arma.

[26] A expressão "X" diz respeito ao alojamento ou "cela" na qual se encontra o "interno-prisionaeiro".

cela, qual termo fica realmente mais apropriado?); do banho frio; do respeitado 121 - garoto que conforme o Código Penal havia praticado um homicídio e por isso havia se tornado temido e respeitado; também se lembravam dos agentes socioeducativos, alguns vistos com respeito, outros lembrados pela crueldade e covardia, mas sempre vistos como carcereiros e agentes penitenciários, nunca como educadores.

Diante de tanta excitação uma intervenção foi feita. Foi questionado se a internação era então um lugar para se fazer amizades, na tentativa de provocá-los para uma reflexão menos alienada, tendo em vista que ali parecia estarmos entre grandes e velhos amigos. A recusa da afirmativa foi imediata, unanimamente negaram-se a concordar sobre os laços de amizades. Killer falou em nome do grupo ao dizer que *"ali dentro só tem espinho, não dá pra confiar em ninguém, não dá nem pra dormir em paz"* e foi apoiado pelos colegas. Foram pegos em uma situação flagrante de contradição, o real estava sendo encoberto, fantasiado. Seguiu-se o silêncio e não exemplificaram com fatos reais, mas é sabido que na vida do crime é preciso tomar muito cuidado com a *"trairagem"*, os *"alcaguetas"*, os *"X9"*, pois como dizem *"é muita treta"*.

Mais uma vez a condução técnica do grupo propôs nova reflexão com a finalidade de retomar a crítica. Foi solicitado aos adolescentes que eles pensassem no isolamento em relação às suas famílias, suas mães, pais, irmãos, avós, seja lá qual fosse o arranjo familiar ao qual pertenciam. Novas feições surgiram, o tema era delicado e caminhávamos para falar sobre o momento das visitas, momento em que o interno tem contato com o mundo externo através das pessoas que não lhe deixam depositado e abandonado na instituição total.

Esse foi o momento encontrado por Higor para se inserir no debate. Higor, 16 anos, usuário de drogas, com menor vivência no crime e com marcante superproteção da família, a ponto de comprometer a percepção do adolescente quanto às

responsabilidades de seus atos, apresentou a dor. Ele, que estava retraído, tomou a palavra para falar da cena que mais lhe afetou e contou sobre a reação de seu pai quando foi visitá-lo preso. *"Quando meu pai me viu algemado começou a chorar"*. As cabeças estavam baixas e pensativas até que um dos adolescentes fez o corte, na tentativa de ridicularizar Higor e retomar o clima de agitação e deboches, - *"Zoando"* disse: *"Aí você começou a chorar também"*. Higor, ainda embalado por suas memórias não recuou e confirmou o fato: *"Chorei"*. Sua espontaneidade e honestidade foram certeiras. Ao invés de uma chacota, permaneceu o silêncio respeitoso. Algumas cabeças levemente balançavam e confirmavam esse sentimento, atestando sobre experiências similares. Os adolescentes estavam aos poucos se conectando com suas dores, vínculos familiares e questões internas.

A dor pode ser insuportável para alguns. Killer mais uma vez surpreendeu e recuperou a liderança do grupo ao propor novo corte, estabelecendo uma espécie de censura ou recalque para os demais, bloqueando outras possibilidades de manifestações. Desabafou, talvez na tentativa de interromper lembranças muito duras do seu universo familiar, dizendo enfaticamente: *"Que chorar o que, eu não me importo com as visitas, não precisa nem ir, eu só quero saber de pagar e sair, eu não choro, eu fico é rindo..."* Diante dessa fala é inevitável questionar, - Killer ria de que? Nesse momento, intercedeu o psicólogo do grupo interpretando a fala de Killer: *"Pois eu acho que você ri é pra não chorar e deveria saber disso"*, recuperando o direito do sentimento da dor para os demais integrantes do grupo, e situando o adolescente sobre a condição de seu próprio desamparo.

Esse foi o momento em que o debate do primeiro encontro foi encerrado, de maneira bastante reticente. Antes do término de fato, os adolescentes produziram um cartaz de apresentações, que foi composto de símbolos como a folha da maconha, o desenho de

um cachimbo (símbolo de usuários de crack), números correspondentes aos delitos (121 – homicídio) e mensagens como *"Deus é meu juiz"*, *"Vida é difícil, mas não vou chorar"*, *"Vida Loka"*.

A realização do encontro do grupo havia mobilizado um grande interesse em compreender mais sobre o cárcere, ao perceber que estávamos diante de memórias de *"adolescentes prisioneiros"*. No dia em que realizaríamos o segundo encontro, ao chegar para trabalhar recebo a seguinte notícia: *"A tia de Killer ligou para avisar que ele não virá para o atendimento porque ele foi morto"*.

Ao procurar confirmar as informações, fui informada pelos familiares de que Killer tinha saído de casa por volta das 19 horas. Uma das regras da medida socioeducativa é que o adolescente, durante o período do cumprimento, não saia de casa desacompanhado de um responsável, todavia, Killer havia saído para comprar um cartão telefônico para sua tia em uma loja de conveniência localizada em um posto de gasolina de seu bairro. No percurso foi atingido por um tiro na nuca. Os familiares afirmaram que, aparentemente, tinha sido um *"acerto de contas"* feito entre gangues rivais, - e destacaram inclusive que o tiro não era para Killer, mas sim para um vizinho, outro adolescente muito engajado na vida do crime que eu também já havia atendido. Tal informação trouxe dúvida, pois, como justificar tamanha precisão da bala que atingira um ponto fatal? As dúvidas se acentuaram durante o velório. Ao entrar em contato com a vizinhança, fomos informados que havia quem acreditasse que a morte do garoto se tratava de *"queima de arquivo"* feita pela polícia.

Atuando na área da infância e do adolescente em situação de risco assisti muitas perdas. Dentre elas, Killer foi o terceiro garoto que morreu exterminado e que estava sob meu acompanhamento. Em nossa equipe de trabalho, sempre que recebíamos uma notícia como essa nos deparávamos com o paradoxo. Os casos mais graves, aqueles que

mais desafiam os profissionais e as instituições, dificilmente tinham outro critério de desligamento do acompanhamento psicossocial que não fosse a morte ou a prisão, reflexo de uma total impotência diante da realidade dessas vidas e das possibilidades de intervenções sociais.

Eu estava no processo de construção do projeto de pesquisa sobre adolescentes autores de ato infracional e não pude mais esquecer a fala da tia de Killer quando cheguei ao velório: *"Vem ver o que fizeram com o nosso menino"*. Senti que se tratava realmente do nosso menino, da tia que lhe acolhia de forma maternal e da assistente social responsável pelo seu acompanhamento socioeducativo, ambas com função de proteção, de zelar por seus direitos para um adolescer frutífero. Pude perceber o quanto era significativo o meu envolvimento com aquele caso, com aquele adolescente, em que o enquadre profissional fazia de mim uma das pessoas mais próximas de Killer desde a sua saída da internação. Sentir que ele buscava em nossos encontros apoio para solucionar seus problemas provocava em mim um grande desejo de compreendê-lo, na tentativa de contribuir para mudar parte de sua história.

O psiquiatra psicanalista Fábio Herrmann, durante a fase embrionária do que resultou no conceito sobre a Teoria dos Campos, arriscou uma parceria com a assistente social Leda Affonso Figueiredo Herrmann, sua esposa. O casal preparou um texto destinado aos profissionais do Serviço Social intitulado *Entrevista em Serviço Social de Casos*, publicado na revista da PUC-SP em 1970.

De acordo com os autores, os assistentes sociais devem estar atentos às condições emocionais dos indivíduos usuários dos serviços sociais. É destacado que como o objetivo da referida categoria é proporcionar condições favoráveis para mudanças situacionais, mais do que mudanças na estrutura da personalidade, trata-se de uma intervenção mutativa – propícia a mudanças. Portanto, as intervenções devem jogar com

o todo emotivo-intelectual do sujeito, no sentido de mudar o seu modo de agir frente a determinada situação.

No grupo dos adolescentes que ainda estava em andamento, a notícia da morte de Killer enfatizou ainda mais a sua figura e as lembranças do cárcere. Paradoxalmente, Killer destacava a sua presença a partir de sua ausência.

A notícia chegou pouco antes do que seria o segundo encontro do grupo dos adolescentes. Ao comunicar aos integrantes o ocorrido, ressoaram, *"agora que o moleque tinha mudado, tava de boa..."*, seguido de silêncio. A conversa foi retomada e começou a rondar o tema da morte de forma curiosa. Os adolescentes começaram a falar de forças ocultas como assombrações, espíritos desencarnados, o "Tranca Rua" (também conhecido como Exu), trazendo arrepios e pavor em suas manifestações, que podemos considerar ser uma forma de expressar seus sentimentos diante do impacto da notícia de morte de um companheiro.

Como organizadores do grupo fizemos algumas considerações pontuando que o *"destino"* de Killer era um perigo ao qual cada um dos participantes estava submetido. Como forma de encerrar a reflexão, foi proposto ao grupo elaborar um cartaz dedicado ao Killer.

O referido cartaz não poderá ser apresentado abaixo em sua completude, pois revelaria o verdadeiro nome de Killer, porém serão apresentadas algumas imagens que compuseram a produção do grupo dos adolescentes, do qual Killer era integrante.

Desenho 1 – "Chuckie" – o cartaz
Autoria: Grupo de adolescentes (2007)

Essa foi a imagem mais impactante contida no cartaz construído pelos adolescentes em homenagem ao *"finado Killer"*, como eles passaram a dizer. Essa proposta tinha o objetivo de ser uma homenagem ou uma despedida, tendo como resultado uma surpreendente expressão da realidade desses adolescentes. Há grande evidência para um boneco, cheio de marcas, costuras, tatuagem, piercing, tintura no cabelo, bem como existem também marcas deixadas em suas memórias pelas experiências de vida desses adolescentes, como a violência, a criminalidade, o cárcere, os conflitos familiares. Os adolescentes, ao olharem para a arte-criação, logo fizeram associações e deram o nome para a criatura de *"Chuckie – o boneco assassino"*, numa clara vinculação a uma das mais clássicas histórias de terror que o cinema apresentou. O filme *"Chuckie – O boneco assassino"*[27] conta a história de um serial killer que após morrer, através de conhecimentos vodu, transfere sua alma para um boneco, que passa a aterrorizar uma criança. Considerado um clássico do terror, foi um marco para a geração de crianças dos

[27] Produzido nos Estados Unidos em 1988, pelo diretor Tom Holland, o filme corresponde ao gênero do terror, intitulado "Chid's Play" no país de origem.

anos noventa. Os adolescentes do grupo viam nesse boneco recriado o mesmo potencial violento e aterrorizante, ouso a dizer assassino, já que assim o batizaram e qualificaram.

Porém, se olharmos uma segunda vez para sua aparência assustadora é possível realizar outras leituras e interpretações. O boneco está todo costurado, inclusive sua boca, o que sugere uma espécie de mordaça, típico de quem perde o direito de falar, de gritar e pedir socorro. Seus olhos parecem atordoados e miram cada um em uma direção, demonstrando uma clara falta de rumo na vida. Perdido, pode percorrer qualquer caminho, até mesmo aqueles que levam à morte.

Esse boneco *"do mal"* se contradiz, uma vez que traz tatuado em seu peito um pedido de paz ainda que de forma um tanto quanto codificada. Após ouvirmos os adolescentes narrando sobre o boneco assassino, pontuamos que esse boneco parecia muito mais assassinado do que assassino, e afinal de contas, o tema para aquela criação tinha sido justamente o assassinato de Killer. Essa possibilidade de interpretação modifica a compreensão do adolescente autor de ato infracional. A privação de liberdade pode produzir Chuckies às avessas, adolescentes com potencial destruidor, mas assassinados em suas potencialidades e possibilidades, tornando-se eternos prisioneiros.

Essa reflexão me colocou em contato com outra imagem que sempre vinha a minha mente quando pensava nesses adolescentes, sobretudo para a grande parte deles que se tornam usuários de drogas, em especial o usuário do crack. Falo da imagem de um zumbi, com suas aparências cadavéricas. Quando trabalhamos com adolescentes o corpo é um importante indicador sobre a intensidade de situação de risco na qual se encontram, pois em geral ficam muito magros, olhos fundos, descuidados, sujos e alheios. É como se estivessem em um universo paralelo, no qual as convenções sociais não têm quase nenhum alcance. Tornam-se **mortos-vivos,** com suas feridas afetivas

expostas, suportando uma vida à espreita de sua entrada no sistema penal, vivem em **carne viva**. Nessas situações percebo estar diante da morte simbólica, que acredito ser mais dolorosa do que a física, uma vez que ela se dá ainda em vida. Os relatos dos adolescentes repetidamente manifestam a falta de controle que tinham sobre suas vidas. E freqüentemente afirmavam que se tivessem que morrer não haveria nada há fazer para que esse *"destino"* fosse evitado. Chegavam mesmo a viver baseados na lei *"é matar ou morrer"*, em vigor no mundo do crime.

Essas considerações me assustavam muito, pois via minha pesquisa traçando um percurso mortífero, mórbido, caminhava para um pessimismo diante do fenômeno da adolescência em situação de risco e o mal-estar social no qual estamos todos inseridos. Esses sentimentos que não podiam mais ser contidos ou negados certamente poderiam me levar à imobilidade profissional. Deixar de acreditar na possibilidade de vida diante dessas histórias sem dúvida nenhuma levaria à descrença na defesa intransigente dos direitos infanto-juvenis como prioridade absoluta. Nesse movimento fiquei durante algum tempo, experienciando a dor de ter a potencialidade e a possibilidade da minha pesquisa negada, assim como esses garotos por muitas vezes também se vêem.

Passado um longo período, voltei a olhar para esse cartaz, e como num insight percebi que aquilo que se apresentava como morte para mim, na verdade, ocultava a vida. O drama vivido com a morte de Killer havia me impedido de enxergar que, além do boneco assassino e assassinado, havia também uma linguagem menos explícita mascarada, pelas formas de subjetivação dos adolescentes frente ao fenômeno da violência. Ali naquele mesmo cartaz havia pedido de liberdade, justiça e paz, questões que sempre foram caras ao meu exercício profissional. A liberdade, a paz e a justiça social. Ressignificando a vivência percebi que se tratava de vidas pelas quais lutar. As perspectivas de vida e morte haviam sido refiguradas.

Depois de longos meses, retomei a leitura interpretativa do cartaz. Embebida pela nova vivência, fui gradativamente descobrindo novos elementos que me encorajavam a repensar o meu projeto de pesquisa no mestrado. Hoje percebo que precisei elaborar alguns lutos, inclusive a morte de Killer. Em casos de adolescentes que vivem penosas trajetórias de vida a morte pode representar algo da liberdade, ao interromper suas vidas trágicas.

Desenho 2 – Fragmentos do cartaz
Autoria: Grupo de adolescentes (2007)

Um dos adolescentes apresentou a palavra liberdade acompanhada de olhos bastante expressivos, um misto de lágrimas e raiva. Liberdade pode se referir tanto à ausência de liberdade a qual Killer ficou submetido ao ter sua vida interrompida, quanto pode ser assumida como uma palavra de ordem - uma reivindicação desses adolescentes. Ou ainda, pode-se interpretar que a liberdade pode estar na própria morte: Há a morte em vida e a vida em morte.

Desenho 3 – Fragmentos do cartaz
Autoria: Grupo de adolescentes (2007)

No desenho há um círculo e nele um espaço negro em luto e triste, em paralelo a ele, há um espaço claro e em aberto pedindo que *"seja feita"* alguma coisa, que procuro atender a partir da produção dessa pesquisa na busca por um saber a ser constituído.

Associado à palavra justiça na lateral soa como um pedido diante da morte que ocorreu. Entretanto, o caso de Killer não teve continuidade, sem maiores evidências, permaneceu na impunidade e sem esclarecimentos gerais. Mas os esclarecimentos micro-cósmicos puderam ser inscritos nestes cartazes, registros não tão rupestres – marcas de vida em meio à morte.

Como já foi dito anteriormente, a cultura Hip Hop é muito presente no universo desses adolescentes, sendo uma de suas principais manifestações o grafite, em que os desenhos e mensagens são feitos com o uso de tinta spray aerosol. Essa prática muitas vezes é identificada socialmente de forma pejorativa com atos de vandalismo como a pichação. Entretanto, pichação e grafite trazem consigo uma diferença conceitual, pois embora ambas apresentem a possibilidade da transgressão, o grafite tem conquistado

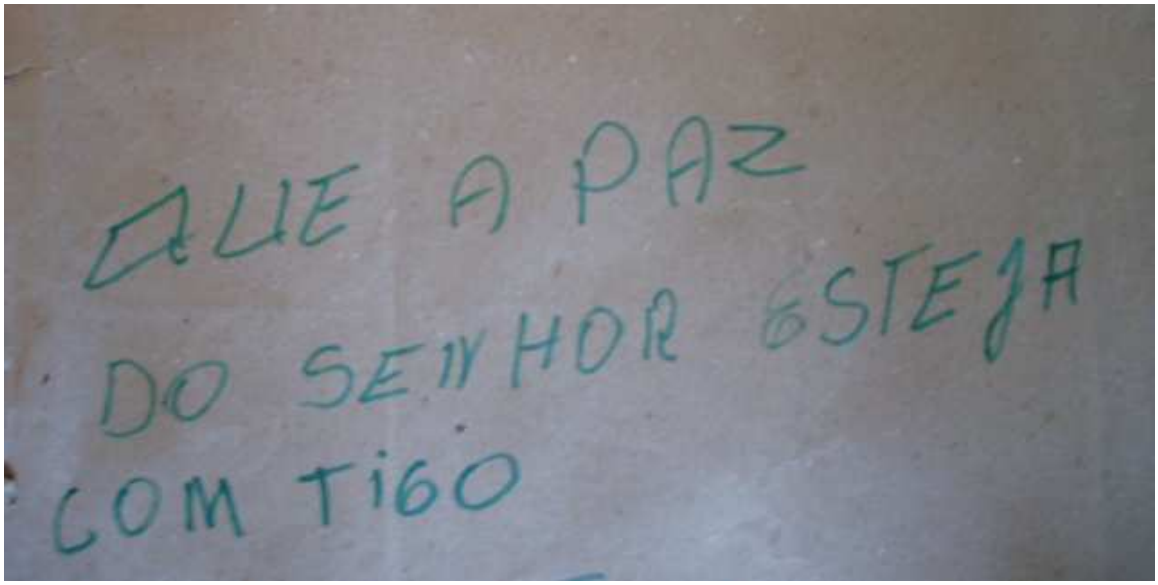
sua aceitação como forma de expressão artística contemporânea, enquanto a pichação é considerada como visualmente agressiva. Eis que estas manifestações apareceram no cartaz dedicado ao Killer.

Desenho 4 – Fragmentos do cartaz
Autoria: Grupode adolescentes (2007)

Com traços ainda muito próximos aos costumeiramente encontrados nos desenhos infantis, um dos adolescentes registrou a importância do spray para transmitir sua mensagem. Seu boneco tem pés exagerados, grudados no chão do real e está grafitando a codificação referente ao homicídio no Código Penal - 121. Ao pintar o **1**2**1** o adolescente destacou o 2 ladeado por **1** e **1** destacados, como se o código do homicídio apresentasse duas possibilidades no confronto entre vida e morte. Sua expressão parece estar localizada em um rolo de um filme, de uma história já conhecida pelos adolescentes. Imediatamente é possível pensar que o adolescente está se identificando com quem pratica o homicídio, mas por outro lado, também há margem para considerar que sua identificação é com as vítimas de homicídios, ou do homicídio em questão. Aos olhos de quem vê, essa ação seria facilmente interpretada como uma atitude de

vandalismo, mas pode ser entendida como uma possibilidade de comunicação por meio da arte do grafite.

Diante do fenômeno da violência, esses jovens assumem dupla posição, ora como vítima, ora como agente. No cartaz buscou-se por espaço para mensagens de paz.



Desenho 5 – Fragmentos do cartaz
Autoria: Grupo de adolescentes (2007)

Mesmo diante de adversidades concretas do mundo real, a maior parte dos jovens mantém e manifesta a confiança em Deus e em seu poder de ser justo e pai de todos os pecadores, ainda que isso não aconteça na Terra.

Diante das manifestações e homenagens ao Killer, fui tomada pelo desejo de também me manifestar. Senti necessidade de expressar simbolicamente, através de um desenho, o sentimento de perda profissional, face à impotência diante de algumas situações com as quais nos defrontamos no acompanhamento socioeducativo dos jovens. No decorrer desta pesquisa, o singelo desenho assumiu um significado muito claro.

Desenho 6 – Fragmentos do cartaz
Autoria: Grupo de adolescentes, fragmento desenhado pela pesquisadora (2007)

A vida de Killer e seu trágico fim certamente alimentaram o solo da minha pesquisa, como num ciclo vital em que com a morte surge vida. Aquilo que pôde ser compreendido como o fim viabilizou o recomeço de minhas inquietações como profissional-pesquisadora, alimentando a busca pela vida. Killer não era o primeiro adolescente que precisei enterrar trabalhando nessa área, mas certamente me fez compreender que sua partida precisava trazer aprendizagem além de dor e lamento. Assim como eu, "o céu como testemunha", lamenta e chora a morte de um adolescente que tentava resgatar sua dignidade. Os galhos que saem do coração de Killer secaram, mas, deixaram um broto que, iluminado pelo sol, germinando elaborações, pode trazer força para o renascimento das práticas profissionais.

No encontro seguinte, o terceiro deles, foi solicitado aos adolescentes que se empenhassem em reconstruir Chukie, o nosso boneco assassino e assassinado. A intenção era buscar aprofundamento e tornar conscientes algumas reflexões que o boneco possibilitava. Foi a confirmação sobre os percursos dolorosos dos adolescentes. Enquanto utilizavam cola colorida para desenhar o cartaz, que estava afixado na parede, suas cores começaram a escorrer; sugerimos então que ele fosse colocado no chão para

não danificá-lo. Os adolescentes foram unânimes em querer que a tinta continuasse a escorrer, era como se aquela ferida precisasse sangrar e permanecer exposta. Um novo Chuckie surgiu ainda mais atropelado pela vida.

Desenho 7 – “Chuckie redesenhado” – novo cartaz
Autoria: Grupo de adolescentes (2007)

Após esse dia, terceiro encontro do grupo, Killer foi realmente enterrado, embora sua história tenha permanecido viva na memória de muitos. O grupo seguiu com o objetivo de fomentar instrumentos para que os adolescentes pudessem compreender a determinação judicial de cumprir medida socioeducativa de liberdade assistida.

Esse episódio foi uma importante etapa vivencial, me permitindo refletir sobre o sentido do cárcere para o adolescente, as marcas vivenciais e as memórias. Passei a mergulhar nas marcas deixadas pelo cárcere na vida desses garotos e na minha vida profissional. Entrar em contato com os fatos reais a partir da história de vida desses adolescentes instalou a dúvida se há verdadeiramente a função educativa nesse processo.

> Todos os argumentos trazidos para o debate e as tentativas de reconceituação do sistema vão esbarrar na máxima de que os sistemas de privação de liberdade serão tanto mais eficientes quanto menos fechados forem. O confinamento, a reclusão, a privação de liberdade só se sustentam como

> alternativa de alienação e castigo. Como forma de ressocialização, de recuperação de vínculos sociais positivos ou de possibilidade de inclusão social, a privação de liberdade constitui-se em uma contradição frontal a qualquer desejo pedagógico. (Volpi, 2001, p.55-56)

O caso de Killer e seu assassinato foi um disparador para pensar sobre as memórias e memórias póstumas de adolescentes que vivenciaram o cárcere. Sua memória teve uma grande contribuição mobilizadora desse trabalho, já que o destino de Killer é idêntico ao de milhares de jovens no Brasil[28].

4.5.2 - *Cena II* – As fotografias do cárcere

Na mesma instituição de privação de liberdade relatada na *Cena I* - O grupo dos adolescentes - realizei uma abordagem institucional. Pude percorrer todo o espaço da instituição, tanto a parte administrativa quanto a parte reservada à reclusão dos adolescentes. Cabe ressaltar que eu já havia estado ali outras vezes como profissional, porém, a entrada no campo como pesquisadora tocou-me de maneira especial, aguçando os sentidos e possibilitando novas construções simbólicas.

Eu havia preparado um documento solicitando autorização ao diretor da instituição para fotografar o espaço físico. Ainda sem muita clareza de como esse material poderia ser utilizado, argumentei que aquele se tratava de um momento histórico que a cidade estava vivendo, a transição de um velho lugar para uma nova instituição e suas promessas de um novo tempo no que dizia respeito ao tratamento em meio fechado do adolescente autor de ato infracional. Enfatizei que seria importante documentar a estrutura física de um lugar que deixaria de existir, mas que ainda traria repercussões.

---

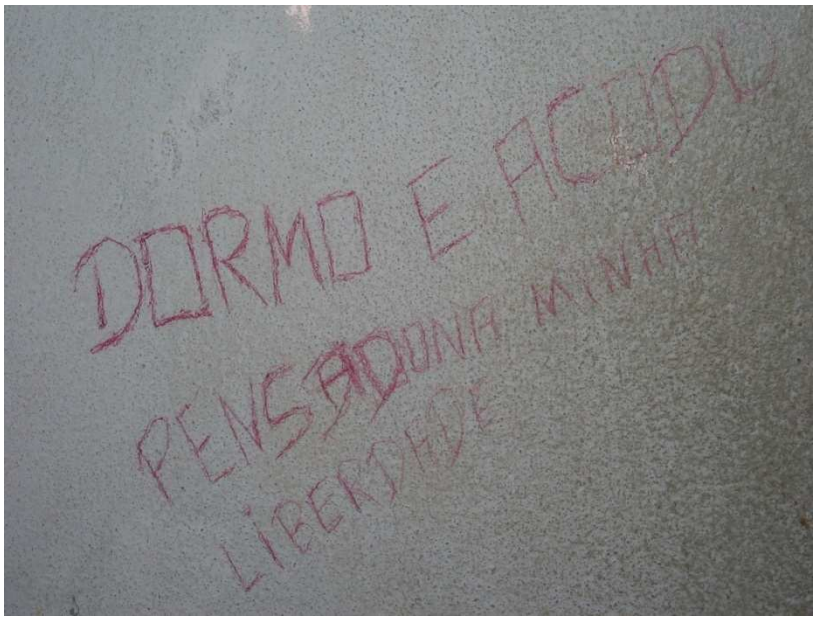
[28] No dia 21/07/09 foi divulgado o Índice de Homicídios na Adolescência – IHA, que apresenta o risco dos adolescentes serem vítimas de assassinatos em cidades com o porte superior a 100.000 habitantes. O estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens, coordenado pelo Observatório de Favelas, realizado em conjunto com o UNICEF e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH. Teve como resultado o indicador que os homicídios representam 46% de todas as causas de morte dos cidadãos brasileiros na faixa etária de 12 a 18 anos.

Existia uma expectativa de ter esse pedido negado, pois a população obtinha pouco acesso sobre o que acontecia para dentro dos muros e portões da instituição, mas o diretor não apresentou resistência e sinalizou positivamente. Essa autorização teve como desdobramento mais duas abordagens institucionais em que estive em campo para fazer registros fotográficos e no diário de campo (ver anexo da autorização).

O lugar, o cárcere, parecia falar por si. Os registros feitos pelos adolescentes nas paredes gritavam. Nas pichações e grafites estavam as marcas dos desabafos.

Foram feitas 254 fotografias que ajudaram a compor um cenário para as vivências descritas pelos adolescentes. Diante de tantas fotos foi necessário pensar nas relações que esses registros estabeleciam com os adolescentes e o que representavam. Dentre inúmeras fotografias instigantes, algumas evocavam temas comuns possibilitando seus agrupamentos. Foram elencados 11 grupos temáticos e para buscar o encontro com o universo ao qual eu me debruçava, retomei o olhar para 42 fotografias e por elas me senti entrevistada.

> Enquanto percorria o alojamento procurei fotografá-lo de ângulos diferentes, subi em uma beliche e fotografei a visão da janela por detrás das grades que dava para um campo de futebol, lá encontrei a seguinte frase escrita próxima do que seria a cabeceira:” (Diário de Campo, 03/07/07)



Fotografia 2 – Paredes da instituição carcerária
Autoria: Vale (2007)

> "*Durmo e acodo pensando minha liberdade*". Nesse momento, senti que estava em contato com sentimentos e histórias dos adolescentes através de seus vestígios nas paredes, elementos denunciadores de suas trajetórias" (Diário de Campo, 03/07/07)

Essas palavras passaram a rondar os meus pensamentos, imaginava um adolescente encarcerado e que todo o dia após viver a dura realidade institucional ao colocar a cabeça na cama pensava e sonhava sua vida para além das grades e apesar das grades.

Apresento a seguir os temas expressivos nas fotografias retiradas na instituição e as respectivas análises:

Tema 1 – A ESTRUTURA PANOPTISTA:

Ao iniciar a sessão de fotografias, a estrutura destinada ao cárcere juvenil chamou a atenção de imediato por seu desenho que se assemelha a uma fortaleza, tanto que comecei a fotografar a instituição de fora para dentro.

Fotografia 3 – Muros da instituição carcerária
Autoria: Vale (2007)

Do lado de fora, a visão era de uma única entrada, uma porta para as pessoas e um portão para veículos. Cercando essa entrada, existiam muros muito altos e cerca de

arame farpado como acabamento neles. Nos extremos de cada muro estavam as torres de controle, mas que não estavam ocupadas por nenhum funcionário, pareciam abandonadas.

Fotografia 4 – Torre de controle do cárcere
Autoria: Vale (2007)

Olhando com maior proximidade para as torres, é possível verificar nelas o mau estado de conservação, vidros quebrados, sendo que sequer existiam lâmpadas nos bocais de energia para seu funcionamento. Entretanto, ainda assim, as torres cumpriam a função de advertir sobre a vigilância que fazia parte daquele local.

É dado o nome de panoptismo ao projeto arquitetônico que permite observar todo o interior de uma construção. Do grego *"pan"* significa tudo e *"opikos"* visão, formando a grosso modo, a *"visão de tudo"*. Esse modelo de edificar instituições foi determinante para a formação da sociedade disciplinar, na organização de vigilâncias e controles[29]. Essa estrutura favoreceu o exercício do poder disciplinar e o fortalecimento da

[29] Segundo Foucault (1975), o modelo panoptista não foi adotado apenas pelas prisões, mas também por fábricas, escolas, quartéis, hospitais.

hierarquia, poderosos instrumentos de sujeição. Foucault, ao analisar as instituições e o *"Panóptico de Betham"*, diz[30]:

> Daí o efeito mais importante do panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos em uma situação de poder de que eles mesmos são portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente. (Foucault, 1975, p.166)

É interessante considerar que em uma conversa que tive com um ex-funcionário da instituição em questão[31], ele me disse que desde a concepção da mesma, existia muita expectativa em saber quem iria ocupar as torres, se seria a polícia militar ou uma guarda própria. Ele acrescentou que nos razoáveis anos em que acompanhou a instituição, nunca houve uma ocupação das torres e, de fato, estavam abandonadas quando as fotografei, confirmando a importância de sua presença muito mais do que sua capacidade operativa, como apontou Foucault.

Do lado de dentro, percebe-se cada vez mais o fechamento da instituição:

---

[30] Foucault analisa o Panoptismo a partir dos trabalhos de Bentham, na obra *"Panopticon, Works, Ed. Bowring"*. Panóptico de Betham se refere ao responsável pela sistematização desta proposta arquitetônica tomada como máquina que fabrica poder.

[31] Nas primeiras etapas desse trabalho, cheguei a realizar entrevistas com ex-funcionários da instituição, porém, a escolha em focar para o universo do adolescente fizeram com que eu não utilizasse esse material colhido, muito embora, ele tenha contribuído muito para aguçar a minha percepção.

Fotografia 5 – Muros do lado interno
Autoria: Vale (2007)

Cercada por muros, o interior da instituição formava uma paisagem semelhante a de um campo de concentração, concentração de vidas de adolescentes autores de ato infracional. Embora não seja apropriado associar pobreza e criminalidade na adolescência como uma relação de causa e conseqüência, tendo em vista que esse fenômeno transcende a desigualdade social, é preciso compreender que o caos econômico-social contribui incisivamente para a entrada dos adolescentes para a criminalidade.

Nesse sentido, mesmo com o cuidado para não propor um estudo determinista e fatalista, é impossível não deixar de considerar as contribuições de Wacquant (1999) ao falar sobre as *"Prisões da Miséria"* e contextualizar a realidade brasileira. O autor ressalta que o Brasil não faz jus ao título de Estado de Direito, e a *"penalidade neoliberal"* é mais rigorosa quando aplicada a países atingidos por fortes desigualdades sociais. O tratamento social da miséria transforma-se em um tratamento penal, em que a ditadura sobre os pobres faz com que a carceragem se assemelhe a verdadeiros campos de concentração não apenas na arquitetura.

> Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará buscar no"capitalismo de pilhagem" da rua (como diria MaxWeber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano. O crescimento espetacular da repressão policial nesses últimos anos permaneceu sem efeito, pois a repressão não tem influência alguma sobre os motores dessa criminalidade que visa criar uma economia pela predação ali onde a economia oficial não existe ou não existe mais. (Wacquant, 1999, p.5)

Tal passagem do autor colaborou para a sensação de concentração de expressões de um contexto macro econômico-político e social que traz repercussões diretas para as vidas desses adolescentes.

Ao adentrar ainda mais na instituição surgem as grades e o que se pode ver é que a torre construída no modelo panóptico é o limite da visão que se tem por quem está atrás das grades. O controle também precisa estar no campo visual do encarcerado como será mostrado na foto a seguir.

Fotografia 6 – Visão a partir de uma grade no alto de uma parde do alojamento
Autoria: Vale (2007)

As análises de Foucault (1975) são muito críticas ao afirmar que esse sistema *"arquitetural e óptico"* é na realidade uma tecnologia política e que, através dela se

constrói um tipo de sociedade, que faz aumentar o poder direto e físico que os homens exercem uns sobre os outros, sendo constantemente renovada por nós mesmos - suas engrenagens. Essas questões recuperam as relações de poder e as formas de sujeição.

Ao aproximar-nos da torre é possível perceber com mais clareza o desenho e as cores que estão aos seus pés. Trata-se de um grafite. É imprescindível lembrar que os grafites encontrados na instituição são produções feitas pelos adolescentes encarcerados e resultado de oficinas de grafite que tiveram com educadores sociais durante a reclusão. Com certeza, um registro legítimo deixado pelos adolescentes na instituição.

Fotografia 7 – Grafite dos adolescentes
Autoria: Vale (2007)

Nesta foto é possível associar o desenho a uma fogueira feita no pé de uma torre de vigiar a vida dos internos. Grafite bastante expressivo, seu impacto permite pensar em protestos silenciosos e talvez inconscientes, feitos a esses modelos pelos adolescentes.

Volpi (1997) ao discutir o projeto arquitetônico utilizado na aplicação da medida socioeducativa de internação, analisa que deverá haver barreiras arquitetônicas para

impedir a evasão dos internos e para inviabilizar a invasão do prédio por indivíduos vindos de fora[32]. Mas, sobretudo, insiste nos princípios educativos:

> Vale o princípio de que a infra-estrutura é meio para consecução de um projeto pedagógico e que arquitetura reflete da mesma forma uma concepção de mundo e de organização social. Assim sendo o projeto arquitetônico deve refletir os princípios estabelecidos pelo ECA para a privação de liberdade, com toda dignidade e respeito aos direitos humanos. (Volpi, 1997, p. 38)

Esperar que instituições carcerárias, concebidas como máquina de poder, assegurem o direito ao respeito e dignidade humana foi se revelando um ideal distante. O art. 17 do ECA preconiza:

> O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (Capítulo II – Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, ECA)

Os muros, cercas, torres e grades eram imperiosos o bastante para executarem com primazia o aprisionamento. Se a função social das prisões prevê o interdito e a ressocialização como meta, há que se considerar a existências de funções subjacentes e divergentes do discurso oficial.

Tema 2 – AS GRADES E OS ALOJAMENTOS:

A instituição contava com um total 12 alojamentos[33] e era dividida por quatro núcleos: - os dois alojamentos externos voltados para o pátio central; - o chamado *"quadrado"* - antigo castigo onde havia três alojamentos sem janelas; - os dois alojamentos laterais de isolamento, que funcionavam como segurança e - o grande pavilhão, onde havia um corredor com os cinco maiores alojamentos.

---

[32] Em cidade vizinha, ocorreu o fato de um adolescente ter sido morto dentro das dependências da instituição, por uma pessoa que a invadiu. O conflito e tensão continuou por uma rixa travada entre adolescentes internos e sujeitos externos. Na cidade onde ocorreram os fatos descritos nesta pesquisa, um adolescente foi morto por outro dentro do mesmo alojamento. Esses trágicos episódios refletem que não é preciso pensar apenas na segurança da comunidade externa.

[33] Alojamento é a área onde o interno passa a maior parte do tempo. Utilizar essa palavra contribui para combater a idéia de prisão para adolescentes, porém, na prática cumpre com as mesmas funções que a cela prisional, ou seja, é o local onde se encerram os adolescentes reclusos e prisioneiros.

As grades se apresentavam como uma barreira concreta do acesso à liberdade. A imagem de um cadeado na fechadura da grade de um alojamento, também protegido por uma grade e outro cadeado, dava a impressão de segurança.

Fotografia 8 – Tranca do alojamento
Autoria: Vale (2007)

No interior desses alojamentos havia escassez de iluminação, ventilação e de acesso ao mundo externo.

Fotografia 9 – Visão do pátio através da grade de um alojamento
Autoria: Vale (2007)

Alguns alojamentos já se encontravam desocupados na época destas fotos, pois parte dos adolescentes já havia sido transferidos para uma nova instituição. Pude então adentrar os distintos espaços e vivenciar o grande vazio proporcionado pelo confinamento. Com a grade fechada só há paredes, não é de se admirar que os registros mais vivos dos adolescentes estejam nos *"rabiscos"* que nelas existiam, como na foto abaixo.

Fotografia 10 – Alojamento desocupado
Autoria: Vale (2007)

O próximo alojamento que será apresentado fazia parte do chamado *"quadrado"*, antigo *"seguro"*, que naquela ocasião já tinha sua função extinta.

> Ponto polêmico que deve ser enfrentado é a necessidade de existência de cela de isolamento. As experiências avaliadas e as discussões até o momento realizadas contestam essa necessidade. A experiência e proposta pedagógica podem prescindir das celas, "cafuás", quartinhos escuros. Contudo a experiência também tem demonstrado que é preciso prever espaços de isolamento e reclusão exclusivamente nos casos em que há grande ameaça à integridade física do adolescente ou uma ameaça à integridade física do grupo. Quando este tipo de contenção for requerido, que respeite a dignidade humana. (VolpiI, 1997, p. 40)

O "*quadrado*" era responsável por isolar os internos que haviam praticado atos infracionais mais graves e também os delatadores ameaçados pelo restante dos internos.

Eram considerados ainda mais fechados, sem janelas, só tinham como visão parede e mais grades. Neles a iluminação e ventilação eram mais escassas, acentuando um cheiro característico do ambiente, de lugar úmido e abafado, um recinto mofado em condições precárias de salubridade. Por esse motivo, os funcionários da instituição alegavam que eram alojamentos evitados; entretanto, no ato da abordagem estavam todos os três ocupados.

Fotografia 11 – Alojamento sem ventilação e sem entrada de luz solar
Autoria: Vale (2007)

Portanto, ainda que não houvesse o castigo propriamente dito, era um castigo permanecer nesse alojamento, quando comparado com outros recintos que recebiam luz solar, como o caso dos alojamentos externos que serão apresentados na próxima fotografia.

Fotografia 12 – Alojamento com melhores condições de captação de ventilação e luz solar
Autoria: Vale (2007)

A foto acima, mostra dois alojamentos vizinhos, os únicos que tinham suas *"portas"* voltadas para o pátio da instituição e que, por essa razão, tinham maior visão sobre o movimento que ocorria na instituição. Observam-se as manifestações do Hip Hop grafitadas em suas paredes externas: *"LIBERDADE, HIP HOP, PAZ"*.

Dentro do maior *"pavilhão"* o corredor que dava acesso aos alojamentos com capacidade para maior número de internos, era sombrio e lúgubre. A única visão possível para o interno era a do alojamento em frente, em que o adolescente via sua situação exposta na imagem do outro, funcionando quase como que um espelho na projeção de identificações.

Fotografia 13 – Corredor de alojamentos
Autoria: Vale (2007)

As paredes cinzentas, devido à falta de cuidados na manutenção e conservação do local, provocavam a sensação de abandono e esquecimento da instituição e, por conseguinte, daqueles que nela se encontravam.

Tema 3 - A FAIXA AMARELA:

A faixa amarela merece destaque. Ela era pintada no chão e na parede de modo a demarcar um território concreto e simbólico simultaneamente.

Fotografia 14 – Faixa amarela
Autoria: Vale (2007)

A faixa amarela pode ser considerada um traço de militarismo educacional. A partir da faixa amarela existiam dois alojamentos que eram chamados de *"segurança"*. Um deles pode ser visualizado na foto e o outro ficava corredor adentro. Eram encaminhados para esses alojamentos os adolescentes considerados indisciplinados. A faixa amarela era usada para demarcar o limite dos adolescentes, pois para os demais internos não era permitido ultrapassar aquela linha para os demais internos, sob pena de se juntar ao isolamento e perder em direitos como o banho de sol e a participação nas demais atividades, como as partidas de futebol.

Tema 4 – AS CAMAS:

A próxima foto que será apresentada foi tirada de um alojamento que já estava vazio durante o processo de desativação.

Fotografia 15 – Camas I
Autoria: Vale (2007)

Consta no diário de campo:

> ...tive a impressão de estar entrando em um mausoléu, um conjunto de sepulcros. As prateleiras de alvenarias, nas quais eram colocados os colchonetes mais pareciam covas, um buraco no concreto na parede que esfarelavam na instituição em ruínas. (Diário de campo, 03/07/07)

As palavras mausoléu, sepulcros, ruínas, utilizadas para caracterizar as cenas com as quais me deparava reforçam sobremaneira em meu imaginário as condições de abandono institucional.

> Para fotografar com o máximo de sensibilidade, eu pretendia fotografar o lugar com os olhos de um interno, era a isso que eu estava me propondo, capturar o máximo possível de ângulos vistos pelos adolescentes durante a reclusão... (Diário de campo, 03/07/07)

Mas, dos diversos ângulos de visão nos alojamentos, as imagens se mantinham em paredes, grades e sepulcros.

Fotografia 16 – Camas II
Autoria: Vale (2007)

Nos alojamentos que ainda se encontravam ocupados por adolescentes que ainda não haviam sido transferidos para o novo centro, as imagens não eram muito diferentes a não ser pela presença de alguns pertences espalhados dos internos.

Fotografia 17 – Camas ocupadas I
Autoria: Vale (2007)

Essa ocupação evidenciava ainda mais o quanto a convivência em situação de cárcere pode se tornar difícil, visto que estão todos amontoados, favorecendo um cotidiano estressante, - pois, como dizem os adolescentes com os quais trabalhei, *"lá só tem espinho"*[34].

Fotografia 18 – Camas ocupadas II
Autoria: Vale (2007)

E se só tem espinho, quanto mais próximos uns dos outros, maior a probabilidade de estranhamento entre eles, pois podem se ferir mutuamente[35].

Tema 5 – OS BANHEIROS:

O espaço para dormitório e passagem das horas era acoplado ao banheiro, comprometendo muito a intimidade dos internos.

[34] Expressão utilizada por Killer durante encontro do grupo de adolescentes e apoiada pelos demais adolescentes. Reforço que, durante meu exercício profissional por vezes escutei relatos dos adolescentes contando que não dormem bem durante a reclusão, pois é preciso manter um dos olhos bem aberto.
[35] Afirmar que o *"clima"* da reclusão é de desconfiança e desavenças não significa que os adolescentes não construam vínculos de amizades e grupos parceiros dentro da instituição.

Fotografia 19 – Cortina improvisada pelos adolescentes para conseguir alguma privacidade no banheiro
Autoria: Vale (2007)

Na tentativa de promover uma mínima privacidade, os internos improvisavam uma *"porta"* feita de uma coberta amarrada na divisória entre o banheiro e o resto do espaço do alojamento, prática frequente nos demais alojamentos. Se a falta de privacidade pode ser um incômodo para a higienização, ela é ainda maior em relação à satisfação das necessidades fisiológicas.

> ... registraremos a exposição e a sujeição do corpo do internado – no caso o detento penitenciário – no ato de defecar (ou urinar). De modo geral, prisões e quartéis dispõem de equipamentos horizontais (às vezes de porcelana), dotados de um orífício centralizado. Dotado também, de duas saliências para, agachado, o usuário fixar os pés com alguma segurança, no momento de defecar. Tais equipamentos, que substituem, nas instituições totais, os vasos sanitários convencionais no mundo externo, provocam certo incômodo aos usuários ocidentais. No entanto, conferem satisfação ao exercício do poder, vez que o desconforto reduz o tempo de permanência de cada interno, nos sanitários. Quanto menor tempo "livre", mesmo quando usado na saistação de necessidades fisiológicas, (defecar, urinar) e também físicas (comer, tomar sol etc.), melhor para o esquema de poder. (MoreirA, 1997 p.45)

Fotografia 20 – Sanitário I
Autoria: Vale (2007)

De fato, foi assustador encarar, mesmo com a lente fotográfica, o sanitário. Além da precariedade não há higienização adequada, um verdadeiro atentado aos princípios do sanitarismo[36].

Fotografia 21 – Sanitário II
Autoria: Vale (2007)

[36] Por sanitarismo compreendem-se as medidas e ações determinantes para a promoção de saúde pública.

Para considerar sobre a instituição total e seu poder de mutilação do eu, Moreira (1997) cita passagens da obra de Graciliano Ramos. As memórias do cárcere do escritor versaram sobre a situação vexatória à qual foi submetido como interno, em uma cruel paisagem desumana do sistema penitenciário brasileiro dos anos 1930 e que, de lá pra cá, continua se desumanizando com uma violência brutal:

> Pendiam do teto alguns chuveiros, quatro ou seis, e junto a uma parede se alinhavam igual número de latrinas sem vasos, buracos apenas lavados por freqüentes descargas rumorosas. Em todas viam-se homens de cócoras, e diante deles estiravam-se filas, esperando a vez, cabisbaixas na humilhação, torcendo-se, a exibir urgências refreadas a custo. Essa mostra indecorosa, a falta da mínima dignidade, encheu-me de vergonha e medo, tolheu-me a ação... As pessoas agachadas contorciam-se em longos tenesmos, retardavam-se arfando; limpavam-se em farrapos, lenços, fraldas de camisas, erguiam-se exaustas, e ao cabo de minutos várias iam de novo contrair-se numa cauda de fila. (RAMOS apud MOREIRA, 1997, p. 45)

A realidade dos adolescentes não era idêntica àquela descrita por Graciliano Ramos, mas algumas questões nos servem de parâmetro quanto ao banho e os sanitários da instituição fotografada. Segue a foto do chuveiro associada a uma passagem presente em meu diário de campo.

Fotografia 22 – Chuveiro
Autoria: Vale (2007)

Sobre os banhos, há no diário de campo uma passagem reveladora das condições das instalações. O fato descrito ocorreu na primeira abordagem que fiz, antes de iniciar os registros fotográficos:

> Nossa visita estava ocorrendo por volta das 17 horas, horário em que alguns adolescentes estavam tomando banho. Dentro do grande corredor do pavilhão na última "cela"[37] à direita passamos para conversar com alguns adolescentes que demonstraram grande ansiedade em falar sobre o mundo externo, o juiz, as medidas socioeducativas, o programa de egresso. Fiquei surpresa com um adolescente que enrolava um cigarro com aparência de um baseado, mas era resto de pitucas. Após alguns instantes, sentimos o cheiro de queimado e imaginei que o descuido com o cigarro aceso poderia ter colocado fogo em roupas ou colchão. Os adolescentes riram e nos tranqüilizaram, disseram que o cheiro vinha do chuveiro, pois quando tomavam banho os fios exalavam aquele odor de queimado – explicaram com naturalidade, denunciando a naturalização da precariedade das instalações, entendida como normal. (Diário de campo, 28/06/07)

Sobre os banheiros afirma Volpi (1997): *"Ainda que não sejam totalmente fechados, devem preservar a intimidade – meia porta, parede incompleta"* (p. 39-40). Ainda que as latrinas não estivessem enfileiradas como na cena descrita por Graciliano Ramos, ainda assim é possível verificar o quanto eram incômodas, visualmente desagradáveis e sujas.

Fotografia 23 – Divisórias entre os sanitários
Autoria: Vale (2007)

[37] Utilizei a palavra cela e não alojamento para ser fiel ao registro do diário de campo e demonstrar o quanto é forte a identificação com a linguagem prisional.

Esta foto corresponde ao banheiro de um dos maiores alojamentos. Nesse banheiro havia um espaço para quatro sanitários e os alguns chuveiros. Se por um lado, podemos conferir a existência das paredes incompletas na tentativa de minimizar a exposição, por outro, há a acentuação da falta de higiene com pedaços de jornal espalhados pelo local, indicando que os jornais estavam sendo utilizados em substituição ao papel higiênico.

Todas essas questões relativas ao banho e às necessidades fisiológicas não esgotam a discussão sobre a privacidade dos internos, pois seria necessário abordar também questões como a sexualidade e a intimidade com o próprio corpo.

Tema 6 - A SEXUALIDADE:

Em contraste com o polimorfismo que caracteriza a sexualidade infantil, na adolescência acontece o amadurecimento dos órgãos genitais que se preparam para exercer a função da reprodução, emergindo o que Freud chamou de genitalidade.

Dentre os princípios pedagógicos norteadores da organização da vida cotidiana, Volpi (1997) destaca que: *"A organização da vida cotidiana deve propiciar um espaço sadio para a vivência do direito à sexualidade e à afetividade. A educação e a saúde sexual são imprescindíveis neste processo educativo"* (p. 34)

Os adolescentes se revelavam muito talentosos ao desenhar mulheres em poses sensuais.

Fotografia 24 – Desenhos que expressam a sexualidade I
Autoria: Vale (2007)

Porém, de modo geral, os desenhos para expressar a erotização trabalhavam com imagens femininas estereotipadas e colaboram para a visão das mulheres como mero objeto de prazer.

Fotografia 25 – Desenhos que expressam a sexualidade II
Autoria: Vale (2007)

Volpi (1997) também afirma que as questões de gênero devem constar permanentemente na agenda das ações educacionais, pois, *"a relação homem/mulher*

traz conteúdos fundamentais para se trabalhar a condição de ser homem e ser mulher" (p. 33), para se discutir as diferenças e combater as discriminações. A adolescência é um período de redescoberta da sexualidade diante da passagem pela puberdade e de bombardeios hormonais, sendo um período em que essas discussões não devem ser negligenciadas.

Tema 7- AS DROGAS:

Nas paredes da instituição, fazia parte dos registros dos internos o culto às drogas. O desenho que representa a erva denominada cientificamente por *"cannabis sativa"* e popularmente conhecida como maconha é uma constante, em diferentes tamanhos, formas e cores nos diversos alojamentos.

Fotografia 26 – Maconha
Autoria: Vale (2007)

Sobre a polêmica que abarca esse tema, deve-se poderar que o uso de droga é muitas vezes considerado uma atitude contestatória, sendo que já existe no Brasil a tímida e abafada discussão quanto à legalização do uso da maconha. Como não é objetivo deste trabalho aprofundar nesta questão, a intenção é destacar que seu uso pode contribuir

para preconceitos e discriminação social, agravados quando combinados com a desigualdade social. As drogas são ilegais e quando utilizadas em espaços públicos, como ruas e praças da cidade, o risco de ser apreendido acentua-se muito, porém, esse mesmo risco é minimizado quando seu uso acontece dentro de casas noturnas e outros estabelecimentos frequentados por adolescentes que pertencem a uma classe social mais favorecida economicamente.

Algumas considerações são indispensáveis para ampliar o enfoque sobre o tema em questão independente da posição social ocupada pelo usuário. Perlongher (1990) afirmou que *"sair de si"* são formas de o indivíduo escapar de sua condição em sua existência cotidiana, ao menos por um tempo e de maneira imaginária, ou seja, *"de deixar de ser aquilo que se é no circuito da vida convencional"* (p. 2). O autor recupera que o êxtase/droga não é idéia recente, é uma prática universal de se modificar o *"estado de consciência"*[38]. Através do psiquismo é proporcionada uma mudança qualitativa da percepção do espaço e do tempo, da imagem do corpo e da identidade pessoal. O autor ainda destaca que o uso de substâncias, como no caso dos alucinógenos, pode provocar efeitos distintos de acordo com o fator cultural.

> Os índios que tomam peyote no contexto institucional de um rito tradicional, experimentam sentimentos de tipo exático, continuam respeitando suas regras de vida social e reafirmam, a partir dos conteúdos de visão, sua fé religiosa. Contrariamente os brancos apresentam uma grande instabilidade de humor que oscila entre a euforia e a depressão, tendem a manifestar condutas desinibidas de ruptura com as regras sociais e não superam o nível puramente alucinatório da experiência. (Perlongher, 1990, p. 4)

Perlongher ainda avança apontando que a repressão legal feita contra as drogas impedem a *"programação da viagem"* e desencadeia principalmente a prática da *"experimentação selvagem"* do êxtase/droga, o que pode comprometer a qualidade da experiência do *"transe"*. Em outras palavras, a repressão às drogas impede que

[38] Expressão utilizada por G. Rouget (1980 apud Perlongher, 1990)

aconteça uma preparação para seu uso e provoca o contrário, o despreparo total para o uso.

O autor citado, menciona Xiberras que sugeriu uma simplificação diante da amplitude das denominações médico-policiais das drogas: *"Segundo ela, no mundo (no imaginário) da droga, coexistiram: 1 - uma parte de sonho, de utopia e de criatividade; 2 – uma parte maldita, de pesadelo e de morte."* (p. 6). Ela ainda ressalta a crítica hedonista individualista da sociedade ocidental do consumo e o laissez faire generalizado instaurado. Amparado por Deleuze (1979 apud Perlongher, 1990) Perlongher aponta:

> Então é prudente diferenciar, de um lado, o aspecto de experimentação vital, que instaura conexões, abre conexões, pode implicar inclusive certa auto-destruição, mas não é suicida. De outro lado, como um reverso sombrio, o caráter de empresa mortífera, que é "o contrário das conexões, é a desconexão organizada". Tudo rebate então sobre uma linha suicida: "narcisismo, autoritarismo das drogas, chantagem e veneno." (Perlongher, 1990, p. 8)

Guattari (1979 apud Perlongher, 1990) chama a atenção para o fato de que as drogas não criam sua própria expressão: *"Certos meios de usuários de drogas desenvolvem uma certa cultura, mas não se pode inferir que as drogas produzam um modo de expressão específico"(*p. 218). Guattari diferencia a *"droga solitária do capitalismo"*, de outras práticas coletivas, a exemplo do xamamismo.

Uma das grandes dificuldades de trabalhar com adolescentes envolvidos com a criminalidade é a associação com a drogadição como potencializadora da prática da infração, sendo muito comum a tentativa de encaminhar adolescentes autores de ato infracional e usuários de drogas para tratamentos de recuperação em comunidades terapêuticas.

Miller e Rollnick (2001) ao propor uma *"Entrevista Motivacional"* para preparar as pessoas para a mudança de comportamentos adictivos, afirmam que há nos usuários uma espécie de contemplação da droga, uma certa paixão pelo prazer que é por ela

proporcionada, sendo desconsiderados os riscos e perigos que seu uso pode causar em nossa sociedade.

A iniciação no *"mundo das drogas"* pelos adolescentes das camadas populares facilita que o adolescente entre também para o tráfico de drogas, em princípio, na prestação de pequenos serviços, como no caso dos *"aviõezinhos ou olheiros"*[39] em troca de uma quantidade de droga para seu próprio consumo. Há uma tendência em passar a comercializar o excedente, aplicando a lógica do lucro e criando alternativas de geração de renda diante de uma realidade de privação material. Portanto, não se deve levar em conta apenas o prazer sensorial da droga, mas também, um certo prazer social provocado pela ascensão na comunidade, adquirida pelo empoderamento que o *"mundo do tráfico"* proporciona aos marginalizados[40].

No que tange ao uso do crack, as expressões são ainda mais preocupantes. Como já foi dito antes, essa droga tem grande potencial agressivo ao organismo, sendo considerada por Drauzio Varella (1999), na obra em que retratou a *"Estação Carandiru"* - a maior penitenciária da história do sistema carcerário brasileiro -, responsável por substituir o uso da droga injetável, também considerada altamente agressiva e viciante.

As imagens que se referem ao crack nas manifestações dos adolescentes estão associadas à morte, *"pasta morta"*, como se pode constatar na fotografia de uma das paredes.

---

[39] É dado o nome de aviãozinho às crianças e adolescentes que fazem entrega de drogas aos consumidores, e de olheiros para os que vigiam determinado território no que se refere às ações policiais. As crianças e adolescentes são utilizados por adultos sob forte apelo da impunidade, numa leitura equivocada sobre a inimputabilidade penal dos menores de 18 anos.

[40] Essas ponderações são relevantes já que dentre os atos infracionais praticados pelos adolescentes o enquadramento na prática de tráfico de drogas é bastante recorrente.

Fotografia 27 – Crack
Autoria: Vale (2007)

A gravidade do crack é acentuada não apenas pela transgressão face ao consumo de uma droga ilícita, mas sobretudo pelo perigo letal que oferece ao usuário, pois atinge o sistema nervoso central e cardíaco. Assim como a cocaína, é derivado da folha de coca, porém, seu efeito é mais intenso e menos duradouro, acelerando ainda mais o ritmo do consumo. Muito utilizado nas camadas populares por ser mais barato e reconhecido por seu poder de causar indiferença à dor, torna-se uma ameaça constante para a população infanto-juvenil, em especial àquela que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Essas reflexões me fazem lembrar o final de um dia de trabalho no Programa de Medidas Socioeducativas. O portão já se encontrava fechado quando eu deixava a instituição, e deparei-me, encostado nele, com um *"ex-adolescente"* conhecido pelas equipes profissionais desde a infância. Ele tinha vivência de rua e também passagens pela instituição de privação de liberdade. O jovem de 18 anos estava prestes acender um cachimbo de crack. Ao ser flagrado e questionado sobre sua ação por mim respondeu em tom provocativo: *"Fica aí tia pra vê você como é que eu me transformo"* e deu

continuidade ao seu ato. O fato de ele usar drogas na porta da instituição foi bastante expressivo, parecia tentar divulgar a situação na qual se encontrava.

> Sendo assim, não é de se estranhar que a drogadição tenha se transformado no sintoma emergente entre os adolescentes dos países industrializados. A droga encarna o objeto do gozo, um objeto real, do qual se pode tomar posse, que se pode introduzir no corpo abolindo momentaneamente toda a falta e instaurando em pouco tempo o imperativo da necessidade em lugar das moções de desejo. Drogadição e delinqüência: duas modalidades de recusa da castração produzidas em massa pela lei do mais-gozar que rege o laço social nas sociedades de consumo. (Kehl, 2004, p. 100)

Guattari (1979 apud Perlongher 1990) apontou que *"a identidade do toxicômano vai ser construída a partir de um saber exterior à experiência"*(p. 11), projeções feitas pela ordem social. Tais ponderações propõem reflexões sobre as formas encontradas para promover a modificação do *"estado da consciência"* pela juventude na contemporaneidade, e suponho que uma de suas tentativas é alterar o estado de mal-estar em que se encontram, mas são compreendidas como fraquezas no caráter, sob uma perspectiva moralizante. Portanto, o uso das drogas nessas condições é degradante não apenas pelo risco da morte física, mas, sobretudo, pelo o que faz em vida, que pode ser caracterizado como formas de morte simbólica.

Tema 8 - A VIOLÊNCIA E OS ATOS INFRACIONAIS:

O tema ora apresentado é bastante amplo e será abordado em relação à adolescência. Kehl (2004) ajudará a promover parte da reflexão pretendida ao enfatizar que há na atualidade um predomínio de uma cultura hedonista que tem na juventude seu ideal de ser e, que foi capaz de transformar o jovem (o adolescente) em consumidor de destaque em busca do mais-gozar, sendo que "*a vaga de adulto*" parece estar desocupada na atualidade:

> Na sociedade pautada pela indústria cultural, as identificações se constituem por meio de imagens industrializadas. Poucos são aqueles capazes de consumir todos os produtos que se oferecem ao adolescente contemporâneo – mas a imagem do adolescente difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais. Assim, a cultura da sensualidade do adolescente, da busca de prazeres e novas "sensações", do

> desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos os adolescentes. Do filhinho-de-papai ao morador de rua, do jovem subempregado que vive na favela ao estudante universitário do Morumbi (ou do Leblon), do traficante à patricinha, todos os adolescentes se identificam com o ideal publicitário do (a) jovem hedonista, belo (a), livre e sensual. O que favorece, evidentemente, um aumento exponencial da violência entre os que se sentem incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo. (KEHL, 2004, p. 93)

Na sociedade do consumo, na qual prevalece a premissa *"Eu compro, eu sou"*, o consumo pode assumir diferentes caminhos, o lícito e o ilícito, como no caso dos adolescentes autores de ato infracional, que muitas vezes roubam aquilo que não podem ter.

"Teenagização" é o nome dado por Kehl ao fenômeno que tem no aumento da delinquência juvenil um sintoma do conjunto da sociedade, em que o adolescente em conflito com a lei ou sem lei, *"é efeito de uma sociedade em que ninguém quer ocupar o lugar do adulto, cuja principal função é ser representante da lei diante das novas gerações."* (p. 96)

O preço dessa situação é cobrado em forma de desamparo e requer que o Estado autoritário faça às vezes dos adultos, quando era necessário que os adultos, principalmente os pais, confrontassem seus filhos, alegando que a alteridade existe e impondo limites à parte de gozo que cada um tem direito. Entretanto, a autora afirma que os adolescentes, ao tentarem encontrar na vida dos mais velhos uma perspectiva de futuro, se deparam com um *"espelho deformado de si próprios"*, podendo desencadear a angústia de castração diante do amortecido conflito de gerações e o imperativo da falta de limite.

O adolescente é um desafiador da Lei. A ausência da Lei em termos edipianos compromete o interdito do gozo. *"Só que ele precisa que a Lei se mantenha, tanto para dar sentido à rebeldia que reintroduz, confusamente, moções de seu desejo em relação ao Outro quanto para barrar os excessos que ele quer e não quer cometer"*. (p. 98, grigos meus)

> A fantasia de um mundo regido pelo gozo é ao mesmo tempo fascinante a ameaçadora. Do ponto de vista do indivíduo, parece um paraíso sem limites; por isso mesmo acena com os horrores da pulsão de morte. Do ponto de vista do laço social, o imperativo do gozo projeta no horizonte a imagem de uma luta de todos contra todos, uma sociedade de cada-um-por-si sem Lei e sem juiz, que amedronta o adolescente. Claro que é uma fantasia; o mundo em que vivemos não é uma selva regida pela lei do mais forte. No Brasil, essa ameaça é amplificada em razão da realidade social de exclusão e violência em que vivemos há décadas. (KEHL, 2004, p. 99)

Sobre a malandragem na adolescência, Kehl considera um aspecto político nesta atitude, na busca de valores que façam mais sentido no mundo injusto em que vivemos. Por outro lado, torna-se preocupante a identificação com os criminosos como *"símbolo de potência"*, conferido pela imagem que tem sido alimentada de diversas formas, sobretudo pela cinematografia que tenta dar visibilidade aos *"excluídos"*, como *"Carandiru"*, *"Cidade de Deus"* *"Tropa de Elite"*, - que com histórias baseadas em fatos reais contribuem para formatar identificações apropriadas pelos adolescntes contemporâneos: *"Os filmes que denunciam a miséria, a criminalidade, a violência policial são presas dessa contradição: ao tentar mostrar aquilo que a sociedade preferia ignorar, estão necessariamente espetacularizando o mal"*. (p.103).

Albuquerque (2004), ao abordar a produção de subjetividades e os processos de subjetivação, pondera sobre a contribuição dos chamados meios de comunicação de massa na formação da opinião pública, na construção de estilos de vida e nos modos de ver o mundo. Ela ressalta que a produção de subjetividades evoca um processo maior, que *"implica o campo subjetivo como um todo e não apenas sua parcela cognitiva-consciente"* (p. 96). Contudo, a mídia, para que alcance uma ressonância afetiva, sabiamente faz uso de mecanismos subliminares como estratégia e assume uma função de transmissão, pois como afirmou Freud:

> É importante lembrar que nosso psiquismo tem a capacidade de inscrever na memória percepções das quais não temos consciência, mas que ainda assim produzem efeitos, ou seja, integram o conjunto de fatores que modelam nosso modo de experimentar o mundo. (Freud, apud Albuquerque, 2004, p. 97)

É possível constatar *"que a violência confere poder, ainda que ilegítimo, a quem faz uso dela. Impotentes diante do caos social, adolescentes flertam com a fantasia de se tornar tão violentos (ou poderosos) quanto os bandidos que os intimidam."* (Kehl, 2004, p.103). Lembrando que, muitas vezes, se defrontar com a própria polícia pode ser tão perigoso quanto o embate com a criminalidade propriamente dita.

As fotos corroboram estas pontuações. Muito frequentes eram os desenhos nas paredes que retratavam armas, expressão máxima de instrumentos da violência. Por esses desenhos pode-se constatar a crença de que o armamento confere empoderamento na busca do gozo sem limites e sem Lei[41].

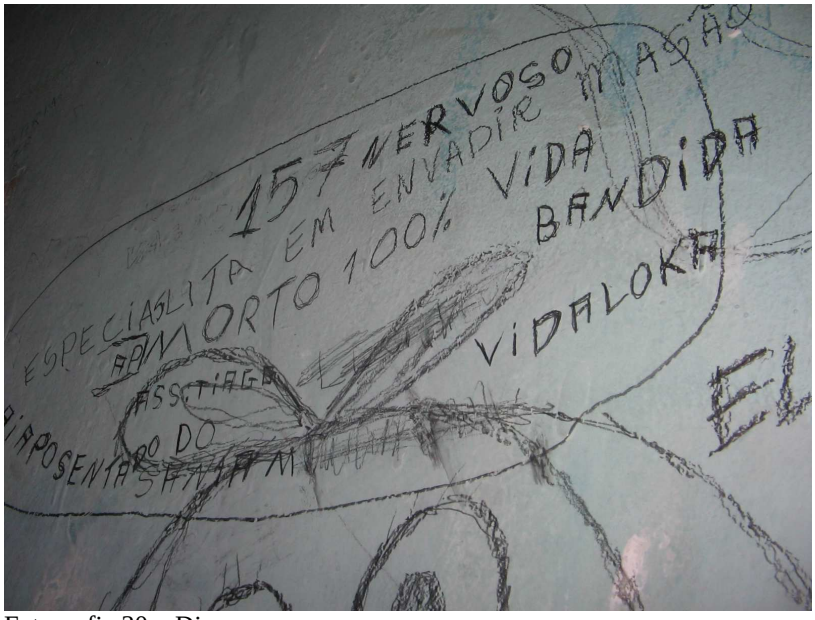
Fotografia 28 – Desenhos de armas
Autoria: Vale (2007)

Por todos os lados estavam menções ao Código Penal e legislações complementares.

[41] No grupo dos adolescentes descrito anteriormente eram freqüentes as conversas sobre armas; lembrem-se da fala de um deles: "... fiz 157 usando uma PT". Acrescento que no Programa das Medidas Socioeducativas, dentre as poucas oficinas oferecidas aos adolescentes, estava a de informática, sendo que no final das aulas os garotos podiam usar vinte minutos de consulta à internet. Dois tipos de site eram constantemente monitorados para que não fossem acessados dentro da instituição: os pornográficos e os mais procurados e mais preocupantes aos olhos da equipe técnica, aqueles relacionados às armas de fogo.

Fotografia 29 – Código Penal
Autoria: Vale (2007)

Os mais recorrentes eram o já referido 121 – homicídio; mas também, o 155, correspondente ao furto; 157, referente ao roubo mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa; 12, alusivo ao tráfico de drogas e 16, concernente ao porte de drogas. Os escritos da foto abaixo dizem: *"157 nervoso, especiaslita em envadir masão"*. A troca de letra apresenta uma des-lexia reveladora especialmente no que tange ao "invadir", que mais aproxima-se do "evadir" mansão. As duas possibilidades ocorrem simultâneamente.



Fotografia 30 – Dizeres
Autoria: Vale (2007)

Outros dizeres denunciam apreensões anteriores provocadas pela vivência na coordenação do grupo de adolescentes relatado: *"Morto 100% vida"* e *"Vida Bandida"*. Essas expressões nos fazem refletir sobre o paralelo entre vida e morte e na contradição e duplo sentido confrontado com uma vida bandida - entre a vida que se leva e a vida que se impõe.

Outras frases traziam a descrença na Justiça e na Segurança Pública ao alegar: *"Minha segurança eu mesmo faço"*, reforçando a necessidade de alternativas como a necessidade do porte ilegal de armas. Além de prover a própria segurança, reportavam à fraternidade e à ligação horizontal entre os pares em: *"É nóis no mundão ladrão"*, em que revelam que no mundo do crime um deve dar cobertura ao outro.

Existiam transcrições de pensamentos que exemplificam claramente a inversão de valores quanto ao considerado certo e errado e às condutas desviantes. As palavras diziam: *"Cuidado ladrão para não quebrar as pernas, na caminhada da vida olhe sempre onde pisa pra não cair em abismo"*, em que se pode interpretar que é preciso ter cautela na vida do crime, pois as falhas e vacilos podem significar o abismo, o fim.

Outra passagem: *"Quebrada da madrugada, de irmão pra irmão. Fiquei 1 ano e 2 meses preso tá ligado, sempre caminhei certo, sem pisar em buraco, mas um dia minha casa caiu"*. Há nessa passagem uma contradição lingüística, se sempre caminhou certo, como poderia a casa cair? Caminhou certo, mas apenas dentro das leis do crime que são o contrário das leis oficiais e os padrões de civilidade, em que se prioriza o respeito às propriedades privadas. Todavia, percebe-se que o sucesso permanente no crime é de difícil alcance, suas trajetórias são interrompidas e o abismo pode sim significar o confronto com a polícia, a privação de liberdade e até mesmo a morte. Os adolescentes sabem que o fim é cair nas malhas do mais forte, mas seguem no caminho da criminalidade e esperneiam rumo ao enquadramento na lógica penal.

Fotografia 31 – Desenho na parede
Autoria: Vale (2007)

Esse *"monstrengo"* me pareceu bastante assustado e assustador ao mesmo tempo, posição semelhante a que se encontram os adolescentes que precisam se mostrar agressivos como estratégia de sobrevivência. Mas, ao externalizar essa imagem, não permitem que seja percebido o quanto se sentem inseguros e desamparados, assim, cerram os dentes para o ataque enquanto tremem o queixo de pavor.

Tema 9 - O FENÔMENO DA RELIGIOSIDADE:

A manifestação da crença religiosa apareceu nas expressões gráficas e escrituras dos adolescentes. Como já havia dito antes, existe certa expectativa na figura divina como o verdadeiro juiz, capaz de impedir as injustiças mundanas.

> "A psicanálise, escreve Freud, nos fez conhecer a relação íntima entre o complexo paterno e a crença em Deus, nos mostrou que o Deus pessoal, pscicologicamente, não passa de um pai levado às nuvens, e nos apresenta cotidianamente o espetáculo de jovens que perderam a fé a partir do momento em que sobre eles desaba a autoridade do pai. É portanto no complexo parental que reconhecemos a raiz da necessidade religiosa" (Roudinesco, 2003, p.95)

Fotografia 32 – Palavras que clamam
Autoria: Vale (2007)

Esta frase localizada nos fundos da instituição reporta ao abandono. Os meninos encerrados no cárcere apelavam para a onipotência divina, que tudo vê e tudo escuta.

Fotografia 33 – Cristo
Autoria: Vale (2007)

A imagem de Jesus presente no alojamento, próximo à cabeceira de um leito, retrata um momento especial do calvário de Cristo. O filho de Deus-Pai, dentre outras violências, fora coroado com espinhos. Acusado de impostor, suas palavras não tinham crédito para as autoridades, pois não acreditavam que ele fosse filho de Deus. Brito, Ayres e Amendola (2006) afirmam que dentre as dificuldades apontadas pelos profissionais que atuam com adolescentes em privação de liberdade destaca-se a inexistência de uma *"preocupação em discernir a verdade sobre o caso que atendiam."* (p. 71). Muitos adolescentes alegam inocência e acreditam estar sendo punidos injustamente, mas, dentro do sistema carcerário impera a máxima de que todos são culpados, independentemente das circunstâncias em que a infração ocorrera. A Justiça dos homens e a Justiça divina são pautadas pelo confronto; enquanto a primeira prima pela *"apuração da verdade"*, sentença e punição, a segunda se orienta pelo perdão e misericórdia.

Fotografia 34 – Imagens
Autoria: Vale (2007)

Esta foto chama a atenção pela mensagem que a acompanha: *"Nem tudo que você vê é realidade"*. A imagem pode ser remetida às muitas tentativas de retratar o momento da ressurreição do filho de Deus. Com os braços abertos, nela Jesus não está crucificado, o que sugere seu caminho para a salvação. Mas se o que se apresenta não é realidade, o autor do desenho pode estar manifestando sua descrença diante da Justiça, da instituição, da família, da situação em que se encontra, enfim, do mundo em que se vive. Como afirmou Roudinesco (2003), a demanda por religiosidade é também demanda pelo complexo paterno; esta é uma denúncia da falta de credibilidade na Lei.

Fotografia 35 – Jesus
Autoria: Vale (2007)

Outra imagem indagadora e que sem dizer nada parece aguardar por um *"Juízo Final"* é a deste homem, cuja feição se assemelha muito à de Jesus.

Fotografia 36 – Bíblia
Autoria: Vale (2007)

As instituições totais, tais como as penitenciárias e hospitais psiquiátricos costumam receber equipes de missionários. A fragilidade na qual se encontram os internos lhes

torna mais suscetíveis à doutrinação, com expectativa de conseguir uma segunda chance e iniciar uma vida nova. As igrejas evangélicas merecem um destaque ainda maior por acolherem um grande contingente de pessoas com passagens pelo crime; muitas letras de rap já falam sobre isto. Dos casos que acompanhei, algumas vezes adolescentes conseguiram romper com a criminalidade, mas obediente aos preceitos doutrinários. Se deixam de praticar atos infracionais é possível verificar uma mudança em suas vidas, entretanto, não significa que estejam livres de outros tipos de amarras. É preciso investigar se é possível considerar que nesses contextos, de "salvação" pela religião, a demanda paterna foi atendida.

Tema 10 - O ESPAÇO DA ESCOLA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

As fotos atestam que na instituição existia o espaço da sala de aula, porém esse não era utilizado com regularidade. E tão pouco existia um fortalecimento da rede educacional, pois quando os adolescentes deixavam a internação enfrentavam grandes dificuldades para conseguir se matricular no ensino regular. Portanto, percebe-se que não se concretizava uma integração entre os sistemas de educação da instituição e da rede pública externa.

Fotografia 37 – Sala de aula
Autoria: Vale (2007)

Dentro da internação de adolescentes estava previsto um plano de atividades pedagógicas, entretanto, esse plano sofria pela falta de continuidade e mudanças constantes de acordo com as diferentes concepções das conduções dadas pelos diretores que passavam pela instituição. No caso em questão, é interessante notar que em doze anos de funcionamento do estabelecimento educacional de privação de liberdade passaram pelo cargo de direção mais de uma dezena de diretores, conferindo ao cargo alta rotatividade.

Na ocasião das minhas abordagens, os funcionários alegavam que os adolescentes se encontravam bastante ociosos, preferindo dormir durante o dia e passando a noite na companhia da televisão. De certa forma, os meios de comunicação de massa ocupavam grande parte do tempo do interno e na ausência da escola como espaço de formação, prevaleciam as trocas de conhecimento mútuo e o domínio da televisão como caminho de acesso à informação massificadora e colaboradora da alienação.

Fotografia 38 - Televisão
Autoria: Vale (2007)

O rádio era utilizado predominantemente para ouvir músicas de rap, que em sua maioria abordavam sobre o contexto de violência no país, realidade bastante conhecida pelos internos.

Fotografia 39 – Rádio
Autoria: Vale (2007)

O Hip Hop também pode ser compreendido como um importante instrumento de comunicação presente no universo dos adolescentes e uma resistência à cultura de

massa disseminada pela televisão. Reconhecido como movimento cultural que surgiu nas ruas como reação aos conflitos sociais e à violência sofrida por uma parcela da população que vive em condições de pobreza, seus conteúdos podem ser extremamente politizados. Muitas vezes é utilizado como instrumento de denúncia, o que confere uma postura crítica aos seus seguidores. Nos alojamentos dos internos, além dos grafites, – um dos pilares do Hip Hop, - existia a menção ao movimento social.

Fotografia 40 – Hip Hop
Autoria: Vale (2007)

Suas expressões ultrapassavam o limite dos alojamentos e se faziam presentes em todo o território institucional. Entretanto, essa poderosa cultura de reinvindicação era apropriada pelos adolescentes de forma um tanto quanto alienada, visto que seus conteúdos eram bastante brandos dentro da instituição.

Fotografia 41 – Muros e Hip Hop
Autoria: Vale (2007)

Ainda assim, contribuíam para a inserção da cultura da periferia dentro do espaço institucional.

Tema 11 - A ADMINISTRAÇÃO:

As instalações da instituição demonstram que tanto os adolescentes quanto os funcionários estavam entregues ao mesmo abandono diante da precariedade vigente. Há uma análise corriqueira no setor público referente às políticas de assistência social que diz que, *"se faz políticas pobres para pobres"*; na prática isso pode ser percebido pelas más condições de conservação em que se encontram o mobiliário e equipamentos utilizados por instituições que não têm prestígio social.

Fotografia 42 – Administração
Autoria: Vale (2007)

Encerro os temas apresentados pelas fotografias convicta de que os contatos com a instituição fechada, as fotos e as visitas, os últimos olhares, as últimas lembranças antes do fechamento daquela instituição foram elementos mobilizadores de angústias e questionamentos que me atormentaram. O fechamento de um ciclo que versava sobre a história de vários adolescentes e suas famílias, seus dramas, mas que também versava sobre mim, assistente social, pesquisadora e incomensuravelmente tocada pela impotência, invadida por uma nova potência que se efetivava na possibilidade de redizer e repensar tudo aquilo que era registrado no diário de campo e começava a delinear a pesquisa. Ficou evidente a importância de lançar o olhar investigativo para o adolescente, seu universo, sua vida.

4.6 - *Ato II* – "Sobrevivendo no inferno"[42]: os embaraços da rede institucional de atendimento - Júnior, de casa para o presídio.

A realização da análise documental de instituições que atenderam o caso de um dos personagens central deste trabalho, - **Júnior, adolescente em situação de risco pessoal e social em um município mineiro**, contribuiu para compor o cenário de um arranjo familiar, seu cotidiano e as formas como as intervenções técnicas são aplicadas.

Como descrito na metodologia, a escolha de Júnior como sujeito desta pesquisa aconteceu a partir dos atendimentos técnicos realizados por mim, na função de assistente social, no período de outubro de 2003 a fevereiro de 2008, com adolescentes em situação de risco, em especial com aqueles que se encontravam em conflito com a lei e que passaram pela internação na instituição que foi desativada no segundo semestre de 2007. Portanto, a figura da profissional-pesquisadora e narradora da história estará implicada, visto ter participado como um dos personagens que compuseram as tramas institucionais e que esteve vinculada ao exercício profissional em programas de proteção e medidas socioeducativas que atenderam Júnior e sua família.

A narração versa, essencialmente, sobre a história de Júnior, mas devo advertir que ela será atravessada pela apresentação de três *Intermezzos*, que têm a função de inserir discussões conceituais no texto. São inserções consideradas imprescindíveis para se compreender a forma como os fatos foram se apresentando na história.

Foi possível entrar em contato com documentos de diferentes instituições como o Conselho Tutelar, um programa de atendimentos de crianças e adolescentes em situação de rua, um programa de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, um programa de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e o presídio. Neste trabalho serão ressaltadas principalmente as análises

---

[42] "*Sobrevivendo no inferno*" faz menção ao título do CD de rap do grupo Racionais Mc's lançado em 1997, que será abordado no Ato III.

a partir de informações provenientes de dois programas de atendimento, que receberam os nomes de fantasia de **Programa Meninos de Rua e Programa Infância Vitimizada**. Essas instituições, que trabalharam mais profundamente com o caso, foram priorizadas pela relevância de seus registros, que se destacaram pela prática investigativa e volume de informações que contam sobre a dinâmica da família de Júnior.

Esta história discorre sobre a situação de risco/perigo que Júnior enfrentou durante a infância e adolescência. Na adolescência permaneceu em situação de rua até entrar em conflito com a lei, sendo que por determinação judicial experimentou as medidas socioeducativas e a vivência de reclusão. Atualmente encontra-se recluso em um presídio destinado aos adultos.

Júnior está com 21 anos, mas começou a ser atendido pelos equipamentos sociais da cidade desde os 12 anos. Contarei ao leitor uma cena vivida entre ele e eu, quando ele estava com 16 anos e, que fez com que esse fosse um dos muitos casos que deixou uma marca significativa na minha trajetória profissional. Trajetórias que se encontram e se misturam: as institucionais, profissionais e das vidas assistidas.

Assim como com Killer, havia sido construído um vínculo entre ele e eu - que tinha minha prática orientada pela pedagogia social de rua, a função de assistente social me conferia a posição de educadora social[43]. Após inúmeras turbulências institucionais no atendimento de Júnior, certa vez, no final da tarde, antes de encerrarmos o expediente, Júnior deixou uma carta sobre minha mesa e partiu. A carta anunciava:

> Tem uma coisa que eu acho que você não vai gostar de saber porque eu vou para a rua mas não fique triste porque **algum dia** eu vou melhorar isto eu tenho certeza você pode acreditar que **algum dia** eu vou ser um homem

[43] Refiro-me à posição de educadora, pois durante momentos de estudos da equipe profissional do Programa em que trabalhei, tivemos acesso a textos e apostilas que abordavam o trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes em situação de rua como *"Pedagogia Social de Rua"*, em uma clara aproximação com princípios da Educação Popular preconizados por Paulo Freire, como a relação dialógica, construção de vínculos de confiança e a leitura crítica do mundo a partir da própria realidade. (FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1985)

> muito feliz! **Ainda você vai acreditar em mim ainda eu vou ser muito feliz.** (grifos nosso) (Trecho da carta escrita por Júnior e deixada em minha mesa de trabalho em 2004)

O adolescente transmite incerteza no seu escrito. *"Algum dia"* equivale à indeterminação de quando sua felicidade ocorrerá, ao usar *"ainda"* para algo que já deveria ter sido, mas não foi, – o termo remete ao passado, porém Júnior o utiliza como perspectiva de futuro. Júnior redige com outra ordem de temporalidade.

Naquele dia ele não voltou para casa, voltou para as ruas, lugar em que viveu inúmeras dificuldades. Entretanto, ele finalizou a carta alegando que um dia ia ser um homem feliz - afirmação que merece consideração. Assim como no cartaz feito pelos adolescentes e nas fotos tiradas das paredes do cárcere, estava lá também em sua história: o desejo de vida por trás de caminhos mórbidos.

Essas lembranças revividas fizeram com que eu elegesse Júnior para ser o caso estudado em perspectiva longitudinal nesta pesquisa. Um adolescente que conheci quando atuava com meninos e meninas em situação de rua e que se tornou autor de atos infracionais, constituindo-se *"um eterno prisioneiro"* (Kiffer, 2006). A família de Júnior foi vítima de violência social e ele e os irmãos de violência doméstica intrafamiliar.

Esse jovem tem uma história marcada por diferentes situações de risco, ora sendo visto como vítima, ora como autor de sua própria condição. A partir da análise documental de algumas instituições foi possível identificar registros dos atendimentos com essa família desde o ano de 2001, relatando as intervenções que passaram a ser realizadas.

Em 2001 existia o **Programa Meninos de Rua**, ou seja, atendimento de crianças e adolescentes que usavam as ruas da cidade como espaço de moradia, sobrevivência e trabalho e expostos à drogadição, ao aliciamento, à criminalidade, à exploração sexual.

Nos arquivos deste Programa foi possível encontrar informações quanto à trajetória de vida de Júnior. Ele é o filho mais velho de Socorro[44], que engravidou aos vinte e sete anos e foi abandonada pelo parceiro que não quis ficar ao seu lado ao saber da gravidez.

Após o nascimento de Júnior, Socorro deixou a cidade onde morava com sua família. Veio para onde se passa esta história e conheceu um homem chamado Luiz, vinte e cinco anos mais velho. Ele assumiu Socorro e o seu filho primogênito que estava com três meses de vida. Juntos tiveram mais dois filhos, uma menina chamada Jeniffer e um menino chamado Alex. Após o nascimento dos dois filhos, o Sr Luiz registrou Júnior, que estava com cinco anos, como seu filho. Sr. Luiz, que na ocasião tinha cinqüenta e dois anos, já havia sido casado. Ele teve seis filhos com os quais não mantinha quase nenhum contato e alegava que o motivo da primeira separação fora o fato de ter sido traído pela ex-mulher. Morava sozinho até conhecer Socorro.

Embora Júnior já tivesse sido identificado pela equipe de abordagem de rua do **Programa Meninos de Rua,** o primeiro contato com a instituição foi feito quando Júnior estava com cuatorze anos. Ele contou que estava na rua há aproximadamente dois anos, ou seja, desde os doze anos. Disse que seu padrasto era um *"velho chato"* e que não suportava viver com ele, pois era *"alcoólatra"* e que sua aposentadoria ficava quase toda no bar, obrigando sua mãe, que trabalhava como empregada doméstica, a ser a principal responsável pelas despesas familiares. Júnior informou que nas ruas havia se tornado usuário de drogas lícitas e ilícitas, tais como o cigarro, a maconha e o crack.

A primeira vez em que ele participou dos atendimentos feitos pelo **Programa Meninos de Rua** foi levado por uma menina que também morava nas ruas. Suas famílias eram vizinhas, fazendo com que os dois já compartilhassem de vínculos comunitários feitos no mesmo bairro.

---

[44] Pseudônimo dado para a mãe do adolescente que sugere um pedido.

Os registros afirmam que ele estava limpo, com roupas bem cuidadas, sendo que naqueles dias estava em casa com sua família. O adolescente contou que começou a ir para as ruas com a idade aproximada de oito anos, porque o padrasto *"brigava muito"* com ele. No início voltava para casa e, finalmente, passou a ir cada vez mais longe de casa. Foi com aproximadamente onze anos que começou a fumar cigarro, passando respectivamente a usar maconha e depois crack. Encontramos o registro de um atendimento técnico com as seguintes informações:

> Durante a sessão disse que está difícil em casa, pois o padrasto sempre briga com ele, e depois briga com a mãe. Que quando briga com ele se sente muito triste e que quando o padrasto briga com a mãe sente raiva. (grifos nosso) (Registro técnico presente nos arquivos do programa Meninos de Rua, 19/11/01 – grifo nosso)

Esta passagem revela um sentimento de ambivalência que oscila entre tristeza e raiva. Aponta para a tristeza provocada pela rejeição paterna, ou seja, um pai que o assumiu oficialmente ao registrá-lo no cartório como seu filho, muito embora, tenha resistido ao exercício da paternagem e ao cumprimento de sua função parental paterna. Por outro lado, é possível perceber que esse sentimento de tristeza é transformado em raiva ao tentar proteger a mãe dos maus tratos do marido, podendo então descarregar todo o seu mal-estar diante desta situação. A mãe parece ser representada por ele como uma figura frágil, que precisa de sua proteção.

Júnior, também mantém uma postura ambivalente ao pensar na sua vida nas ruas, aponta o relatório: *"Ele fala que não sentia medo quando está nas ruas, depois voltava atrás e diz que sempre tinha um pressentimento de que uma "coisa ruim" estava chegando"*. A técnica, que aparentemente era uma psicóloga (pois não existe registro que possa identificar essa informação), interpreta levando-o a refletir que essa *"coisa ruim"* poderia ser o fim, a morte. Ele então diz que é por isso que resolveu tentar parar de usar pedra (crack) e então começou a falar de seus sonhos de voltar a estudar e se

tornar um gerente de banco. Nesse caso, a administração do dinheiro alheio pode sugerir a insatisfação sobre a forma com que o padrasto administra parte do orçamento familiar, que tem como conseqüência a subalternidade da mãe nessa relação, trazendo implicações para a qualidade do relacionamento da família, sobretudo entre mãe e filhos. Assim, quer cuidar das posses dele e dos outros.

Nesse atendimento, Júnior contou que sua mãe queria alugar uma casa para os dois morarem, mas que o padrasto não queria permitir que os irmãos fossem também. Ele afirmou que não queria deixar os irmãos, pois gostava muito deles. Júnior demonstrava seu vínculo fraterno com os irmãos e, por vezes, mantinha uma postura de defesa da mãe e dos irmãos frente às atitudes violentas do padrasto que, aos poucos, foram se revelando nesta história.

Os documentos dessa instituição continham um salto temporal de quase um ano no que se refere aos registros de atendimentos ao caso de Júnior. Mas eis que encontrei um relatório referente a uma abordagem domiciliar que teve como propósito sintetizar o caso. Um fragmento deste relatório, assinado pela coordenadora do **Programa de Meninos de Rua** e encaminhado ao **Conselho Tutelar**, dizia:

> ... Socorro trabalha como empregada doméstica, apesar de ser portadora de deficiência física e seu dinheiro é destinado à compra de alimentação e roupas para os filhos.
>
> Sr. Luiz às vezes trabalha, mas não contribui com as despesas, pois a casa é dele e é um favor que presta a Socorro.
>
> A relação é conflituosa, com agressividade e espancamentos pelo Sr. Luiz.
>
> Socorro apesar das orientações é extremamente submissa ao marido; tem medo dele e é eternamente grata ao mesmo, por ter aceito a ela e ao filho.
>
> Recentemente, Sr. Luiz expulsou Socorro do quarto desmontou a cama de Júnior e colocou Alex e Jeniffer para dormirem com ele, revezando as noites.
>
> Em uma das visitas domiciliares, Alex (estava com dez anos) estava somente na companhia do pai, nos recebeu trêmulo, com sudorese excessiva e custava a falar (estava apenas de cueca).
>
> Sr. Luiz demorou a nos atender, foi frio, mas diante da situação resolvemos entrar e sentar. Ficamos por algum tempo na casa, conversando com ele a respeito de Júnior. Saímos da casa, fomos até a casa de Jussara (menina que levou Júnior pela primeira vez ao

> Programa) e retornamos à casa de Júnior, usando como desculpas o fato de ver a mãe.
>
> A mãe já havia chegado; Alex estava vestido, calmo, alegre, risonho e sem gaguejar.
>
> Conversamos com Socorro sobre essa situação em sua casa, pedimos para que os meninos estudassem no mesmo horário e encaminhamos os mesmos para atividade de dança; ambos adoram dançar.
>
> O pai não aceitou a mudança de horário escolar, os meninos irem ao curso de dança e o encaminhamento de Alex no Centro de Formação.
>
> Socorro resolveu separar-se do marido, mas este ameaçou-a, dizendo que a mesma não poderia levar os filhos menores e caso isso acontecesse, ele suicidaria e, ainda, não aceitaria Júnior dentro de casa.
>
> Socorro mais uma vez retrocedeu, pois considerava que deve obrigação ao marido.
>
> Dessa forma, a ação do programa limitou-se; tentamos incentivar Socorro a participar do grupo operativo. Ela participou duas vezes e abandonou o grupo. Nesse decorrer de tempo, fizemos algumas observações verbais sobre a vida sexual na família.
>
> Socorro afastou-se do Programa e, nem ao menos nos telefonou como acontecia anteriormente.
>
> Diante do exposto, solicitamos ao Conselho Tutelar verificar a situação dessa família, objetivando beneficiar as crianças ali inseridas." (24/10/02 – grifos nossos)

Algumas passagens do relatório apresentado foram destacadas e são significativas. A primeira delas é o fato de o Sr. Luiz estabelecer uma relação de dominação com a família, pois como dono da casa, todos eram seus súditos, remontando-se às sociedades antigas, quando estava assegurado ao gênero masculino à posição de pai, marido e senhor, em que o poder paterno estava acompanhado da autoridade marital que detinha o poder absoluto de julgar e punir, conforme afirma Bandinter (1985). A postura autoritária de Sr Luiz reafirmava a posição de submissão de Socorro, fazendo com que a esposa lhe fosse eternamente grata por ele ter oferecido um teto a ela e ao filho sem pai. Além da obediência da mulher, Sr. Luiz também submete os outros filhos aos seus mandos e desejos. De acordo com Roudinesco (2003), esse *"chefe de família autoritário"* equipara-se ao *"Deus Pai"*- tema que será abordado mais adiante.

Sr. Luiz chega a desmontar a cama de Júnior, agindo de forma a consolidar simbolicamente a permanência do *"filho"* nas ruas, em outras palavras, simbolizando a

expulsão da ameaça à ordem do pai, pois Júnior era a única pessoa da família que tinha coragem de se rebelar frente aos abusos do pai.

O relatório também passa a evidenciar os indícios de relações incestuosas na dinâmica da família, em que o pai submete os filhos legítimos a abusos sexuais. Havia ainda a suspeita de que essa prática fosse tentada também contra o enteado.

Todos esses fatos foram vivenciados na intimidade familiar, o que garantiu durante algum tempo a omissão da mãe sem sofrer acusações externas. Porém, quando pressionada socialmente pela dimensão da vida pública que a permanência de Júnior nas ruas trouxe, Socorro reagiu negando os fatos e posteriormente, tentando se separar do marido. Ele por sua vez, lançou mão de todos os recursos que possuía e, intimidando a esposa, afirmava que ela perderia o acesso aos filhos menores, que ele se suicidaria e que não aceitaria Júnior dentro de casa. Mesmo morto? A construção do texto no relatório sugere isso na escrita. Esse ato falho da linguagem escrita ajuda a revelar o quanto o ***"paidrasto*[45]*",*** não havia adotado verdadeiramente Júnior como filho.

Resultou que Socorro, sem conseguir uma resolução da situação em que se encontrava sua família, afastou-se das atividades do Programa e assim, afastou-se também das intervenções técnicas, podendo então adiar o momento de se deparar com os segredos de sua própria família e tratar do delicado tema da violência doméstica e, em especial, da violência sexual intra-familiar.

Um mês após o envio desse relatório ao **Conselho Tutelar** a situação de Júnior diante do **Programa Meninos de Rua** havia se modificado devido à situação de conflito com a lei decorrente da prática de atos infracionais. Ele foi até o **Programa Meninos de Rua** e contou que estava gostando de participar do Programa de Medida

---

[45] É costumeiro o trocadilho que denomina as madrastas como má-drasta, quando existem dificuldades de relacionamento da mulher com os filhos do esposo. Uso o neologismo para criar o **"paidrasto"** no mesmo sentido, pois embora Sr. Luiz conste nos documentos de Júnior como seu pai, não passou de um padrasto que rejeitava a adoção do enteado.

Socioeducativa de Liberdade Assistida - **Programa Liberdade Assistida**. Mas, ele acrescenta que gostaria muito de voltar a freqüentar o **Programa Meninos de Rua**, pois dentre outros adolescentes, só ele havia sido impedido de participar deste, referindo-se aos colegas que em situação idêntica a dele, cumprindo medida socioeducativa, continuavam freqüentando normalmente as atividades das medidas de proteção. Ele se mostrava agitado e trêmulo. Afirmou que não estava usando drogas, mas apresentava sintomas de uma possível síndrome de abstinência. A permanência nas ruas contribuiu decisivamente para que Júnior modificasse a modalidade de atendimento que as políticas públicas passavam a ofertar para a posição social que passou a ocupar, ou seja, não mais o pobre menino de rua, mas a de adolescente autor de ato infracional.

A literatura confirma que é freqüente a prática de pequenas infrações praticadas por adolescentes em situação de rua como forma de sobrevivência e consumo:

> Às vezes não conseguem guardar os carros, nem sempre conseguem vender o que oferecem, quase sempre não conseguem nenhum serviço. E então pedem o pão, e catam o lixo, e tomam as prateleiras – e correm da polícia. Não são meninos e meninas na rua. São chamados de “de rua” – e de pivetes, marginais, trombadinhas e moleques. (SARAIVA, s/d, p. 16)

A partir do momento em que esses adolescentes passam a ser apreendidos pela polícia, o caminho é o de cumprimento das determinações judiciais e, no caso do não cumprimento das mesmas, os adolescentes têm a sua situação agravada, pois inicia-se um ciclo que envolve a internação, a liberdade assistida, o retorno para a família, o retorno para as ruas, o descumprimento da determinação judicial e a regressão para internação, em uma permanente situação de conflito com a lei.

O **Programa Liberdade Assistida** é mais rigoroso, pois existem regras que devem ser cumpridas como condição para a realização do atendimento, caso contrário, um relatório encaminhado ao **Juizado da Vara da Infância e Juventude** informando o descumprimento de regras pode significar revisão judicial e aplicação de uma medida mais severa, a internação.

Uma das exigências da medida socioeducativa de liberdade assistida é a permanência em casa pelo adolescente, pois a determinação judicial autoriza a saída de casa apenas acompanhado pelos responsáveis, exigência difícil de ser cumprida por um *"menino de rua"* que vive conflitos familiares no âmbito doméstico. Tal exigência pode agravar ainda mais a situação do adolescente, pois ela está fadada a não ser cumprida. Talvez por esta razão Júnior reivindicasse seu desejo de voltar a ser atendido pelo Programa de proteção social e não pelo Programa de medida socioeducativa. Entretanto, é importante considerar que além do interesse do garoto em participar de atividades com cunho mais educativo e menos punitivo, deve-se levar em consideração o laço social que o garoto estava demonstrando para com a instituição.

Quando questionado sobre a relação com a família, ele disse que não se entendia com o padrasto e que naquela data já haviam se agredido por causa do uso da bicicleta de seu irmão caçula - Alex, *"sua mãe havia autorizado a usar, mas o padrasto não queria deixá-lo pegar então ambos se atracaram e Júnior acertou um pedaço de madeira no padrasto"*, conforme descrito nos registros institucionais. Esta passagem demonstra as divergências na educação do adolescente, em que o *"paidrasto"* desautoriza as decisões da mãe nas suas tentativas de apoio ao filho, pois a bicicleta seria usada para que Júnior pudesse ir até os atendimentos do programa. A relação entre Júnior e o *"paidrasto"* alcança níveis de elevado conflito, culminando em agressões físicas e acirrando ainda mais a disputa entre ambos.

Mesmo tendo iniciado os atendimentos de medida socioeducativa, Júnior continuava sendo identificado como adolescente em situação de rua, o que lhe conferia a necessidade de dois tipos de atendimentos, desafiando as intervenções técnicas institucionais. Ao sair da internação na instituição fechada, com problemas familiares e uso nocivo de crack, acabava descumprindo as regras e voltando para as ruas, chegando

a chamar a atenção de autoridades locais. O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, por identificar o adolescente freqüentemente nas ruas, havia enviado uma solicitação de atenção especial à equipe técnica para que o garoto fosse atendido no **Programa Meninos de Rua**. Consta no relatório encaminhado a ele uma análise sobre o comportamento de Júnior.

> Nessa nova fase (cumprimento de determinação judicial), Júnior usou de chantagem emocional para entrar no Programa (referindo-se ao atendimento da situação de rua), dizendo não adaptar-se ao Programa da Liberdade Assistida, o que mobilizou até uma reunião entre os dois Programas. No entanto, definiu-se que o jovem utilizava esse argumento para não participar e nem cumprir a medida. O que gerou um relatório, que foi repassado ao juiz pela equipe da Liberdade Assistida. (Relatório Técnico, 27/03/03)

O relatório segue descrevendo episódios de condutas agressivas por parte do adolescente. Cita que Júnior ao ver os colegas do **Programa Meninos de Rua** matriculados na escola, também providenciou sua matrícula alegando ser atendido pela mesma equipe, mesmo tendo sido desligado do programa naquela ocasião. Seu desejo e atitude providencial para retornar a estudar precisavam ter sido mais valorizados, e não censurado como ocorreu. O agravante é que em três dias de aula Júnior se envolveu em uma briga com um aluno, quebrou vidraças, cadeiras, agrediu professores. A polícia foi acionada, mas Júnior havia evadido-se do local. O adolescente teve uma conduta repreensível, é fato, mas há que se considerar para além da aparência dos fatos.

4.6 1 - <u>Intermezzo I: A escola e sua (des)função de proteção</u>

Faz-se necessário esclarecer que o contato com o ensino regular e a cultura letrada para meninos e meninas em situação de rua muitas vezes são dificultados pela agressividade nas relações pessoais na sala de aula, uma vez que começa a haver uma incompatibilidade de idade (devido aos atrasos em decorrência da evasão e conseqüente repetência) e vivência entre os que passam pelas ruas e os que ficam em casa.

Júnior usou de informações parcialmente verdadeiras no intuito de barganhar uma vaga na escola, encaminhamento muito visado pelas equipes técnicas, pois o espaço escolar é considerado um importante espaço protetivo. Frente ao fracasso escolar é preciso reconhecer que a escola não é isenta de suas responsabilidades. Gregori, ao refletir sobre a relação existente entre meninos e meninas de rua e a escola, cita:

> Rizzini (1995) salienta que o comparecimento dos meninos de rua à escola é altamente irregular, sobretudo quando estão mais vinculados a uma vivência nas ruas. Contudo mesmo nesses casos, existe uma tentativa de estudar nos primeiros meses do ano: "o quadro é diferente no final do ano, quando maior parte já desistiu ou foi aconselhada pela escola a voltar no ano seguinte para tentar novamente". (Rizzini, 1995, p.95 apud Gregori, 2000)

O trecho descrito é comprovado no cotidiano das instituições, pois em nossas intervenções técnicas, era muito freqüente receber queixas dos alunos e de suas famílias quanto à dificuldade de conseguir vaga e realizar matrícula nas escolas de suas comunidades, sendo necessária, em grande parte das vezes, a nossa interferência apoiada pelo **Conselho Tutelar** e pelo **Ministério Público**. Via de regra, esses adolescentes já são conhecidos pelas instituições que resistem aos seus retornos.

> Por fim, a escola possui um sistema que contribui para o desestímulo: além de uma pedagogia que estimula a repetência (como já apresentado antes), há razões para outra ordem. Muitos meninos e meninas evadem da escola por brigas provocas, por rivalidades e ciúmes (uma desvalorização que ocorreria na escola) com colegas; brigas com a professora. A freqüência irregular acentua-se muitas vezes pela falta de passagem e de comida oferecida na escola. Enfim, há uma série de fatores econômicos e sociais indicando que o empecilho ao aprendizado passa a ser mais de caráter socioafetivo, com a presença da desconfiança e da rejeição social (Prates e Prates:1999), e a escola torna-se um espaço, que se fecha e é parte do trajeto do menino para as ruas. (Gregori, 2000 , p. 81)

O acesso à educação no Brasil ainda é muito precário. Segundo o UNICEF, que divulgou o relatório "*Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e Reduzir Desigualdades*" ainda existem 680 mil crianças na idade de 7 a 14 anos fora do ensino regular, das quais 450 mil são negras, reflexo de nossa formação sócio-histórica escravocrata. As crianças e

adolescentes que pertencem às famílias de baixa renda são as mais afetadas, tanto que é possível pensar na exclusão sócio-educacional.

> O Brasil tem 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. De cada 100 estudantes que entram no ensino fundamental, apenas 59 terminam a 8ª série e apenas 40, o ensino médio. A evasão escolar e a falta às aulas ocorrem por diferentes razões, incluindo violência e gravidez na adolescência. (UNICEF, 2009)

Para essas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, sem escolarização e qualificação, resta a prestação de serviços informais e subalternizados ou a improdutividade, contribuindo para a reprodução social do status quo.

> O acesso à educação é em geral apresentado pelos estudiosos como um dos principais fatores associados a melhores oportunidades no mercado de trabalho e, consequentemente, a melhor rendimento. Para um grande contingente da população, aumento da escolaridade é visto como o principal fator de mobilidade ascendente dos indivíduos. (Heringer e Miranda, 2005, p. 208)

Fora da família e da escola, depara-se com a infância fracassada, que é tão vítima do rompimento dos laços familiares, quanto vítima do processo de expulsão da escolarização, caracterizada pela reprovação, repetência, evasão e/ou exclusão e pela dificuldade de acesso a escolaridade. (Ferrari, 1995, p. 464)

Urge pensar na escola e os adolescentes em situação de risco, que freqüentemente são meninos e meninas que compõem as estatísticas da evasão escolar deste país, e que podem nos contar sobre a política educacional que vivemos que é também reflexo do mundo e suas relações de poder.

(Fim do Intermezzo I)

O comportamento agressivo e rebelde que contrariou as normas disciplinares da escola também aconteceu no **Programa Meninos de Rua**. Devido ao pedido feito pelo Secretário de Desenvolvimento Social, a equipe de abordagem de rua convidou o adolescente para comparecer ao Programa. Sua permanência durante o dia foi normal, no entanto *"antes de sair roubou um mamão e ao tentar roubar uma cartela de ovos foi advertido passando então a agredir funcionários, quebrou uma cadeira e foi*

imobilizado por um funcionário". Ao ser solto, Júnior pegou uma pedra e arremessou contra o educador chamado Manoel. Este fato gerou a segunda ocorrência policial sobre a agressividade de Júnior no Programa e a justificativa para o seu não atendimento, pois o relatório concluiu dizendo: *"Informamos que não temos estrutura física e pessoal para lidar com esse jovem. Júnior está nas ruas, mas não é nosso atendimento, pelo comportamento agressivo apresentado e por não ter e nem querer melhorar* (grifo nosso) (Relatório, 27/05/03)".

Desligá-lo alegando falta de condições e preparo da equipe para lidar com o adolescente é compreensível, mas a afirmação de que um adolescente que estava na rua não fosse atendido em um programa destinado exclusivamente para o atendimento de adolescentes na rua é bastante incoerente. Da mesma forma, afirmar que o adolescente "*não quer melhorar"* pode ser uma leitura bastante equivocada e cômoda para as equipes que se deparam com os limites e impotências de suas ações. Ao restringir a análise aos atos do adolescente e transferir a responsabilidade apenas para ele, se eximem de questionar a própria prática profissional e institucional e de admitirem a própria impotência.

Esse relatório foi seguido de uma ficha de desligamento com a data de 27/05/03 que apresentou como motivo o fato de o adolescente estar com *"mandato de busca e apreensão por cometimento de delito."* Foi a primeira vez em que o **Programa Meninos de Rua** oficializou que deixava de reconhecer Júnior como demandatário de seus serviços, posicionamento que se tornou recorrente, sempre tentando atestar e reforçar a periculosidade do garoto e deixando de atentar para seu desamparo.

Este garoto conseguiu o poder de amedrontar toda uma equipe de profissionais que, perplexos e impotentes, tinham suas intervenções paralisadas, enxergando apenas os sintomas manifestados nas atitudes violentas do adolescente. Quanto mais conheciam a

dura trajetória de vida do adolescente, distanciavam-se das necessárias análises técnicas que visam compreender o caso e mais faziam por afastá-lo do serviço, marginalizando-o e contribuindo para sua falta de acessos.

Uma rotatividade expressiva de profissionais que atuavam no referido programa, desde a coordenação até os membros da equipe técnica, inaugurou a possibilidade de uma nova tentativa de atendimento ao caso. Nesta mudança do quadro de funcionários, fui inserida na equipe técnica no final do ano de 2003.

Com pouco tempo de atuação no Programa, lembro que fui acompanhar a coordenadora em uma visita à instituição de privação de liberdade, a mesma que tenho descrito neste trabalho. O motivo da abordagem institucional era decorrente do fato de que alguns dos adolescentes em situação de rua atendidos por nós se encontravam reclusos na internação e íamos fazer uma espécie de reconhecimento dos mesmos. Esta passagem já contraria de imediato a antiga prática institucional de promover o desligamento do adolescente de rua dos atendimentos do Programa em virtude de sua situação de conflito com a lei, como ocorreu com Júnior. O adolescente não deixa de ter vivência de rua porque está praticando atos infracionais. Muito pelo contrário, a rua pode ser um agravante dessa prática, porque quando deixam a internação encontram dificuldades de permanecer com a família, voltando rapidamente para as ruas e sendo por nós identificados nas vias públicas. Tal dinâmica requer maior aproximação entre as equipes de atendimento, seja nos programas de proteção da situação de rua, seja nos programas de medida socioeducativa, desafio permanente para as redes de atendimento que continuam ilhadas cada uma com suas rotinas e dificuldades, *"padecendo do mal que deveriam sanar"* (Bleger, 1991).

Andando pela instituição, percorríamos os alojamentos. Minha coordenadora, que já conhecia os adolescentes, me apresentava os internos que tinham vivência de rua. Foi

quando conheci Júnior por trás das grades; ele estava na companhia de outro que sempre lia partes dos textos de rap que criava para os *"visitantes"* [46]. Júnior vivia nas ruas, em diferentes *"mocós"*, era fato, e isso fez com que ela me apresentasse a ele como a nova assistente social do **Programa Meninos de Rua**, pois houve de nossa parte um reconhecimento de que ele era parte de nossa demanda. Foi instigante para mim conhecer Júnior pessoalmente, pois já conhecia sua *"fama"* e o quanto ele era temido pelos funcionários. Senti-me desafiada diante daquele adolescente em atuar de maneira a buscar de alguma forma resultados diferentes e menos estigmatizadores. De alguma forma acreditei em novas possibilidades de intervenção – uma centelha de esperança.

Certo dia, realizando uma abordagem de rua, em um dos cruzamentos que fazia parte de nosso percurso pela cidade reconheci Júnior parado em um semáforo. O motorista parou e fui falar com o adolescente, pois naquela ocasião estávamos envolvidos em mobilizar o máximo possível de adolescentes considerados em situação de risco, para participar de um curso de qualificação profissional (um projeto que seria realizado pelo convênio entre a **Prefeitura Municipal** e uma grande **Instituição de profissionalização**. Aproximei-me e me identifiquei; ele estava *"impregnado de rua"*, quase no que chamo de *"mundo paralelo"*. Ouviu com certa atenção ao meu convite, quase mudo balbuciou que tinha interesse em participar do curso, ficou de aparecer, agradeceu e partiu para a prática de mendicância com o nítido interesse de usar drogas.

---

[46] Vanderlei, adolescente envolvido com cultura Hip Hop, escrevia textos, poemas. Falava sobre liberdade, amores familiares, beleza das mulheres. Enquanto esteve internado consegui autorização judicial para ele sair e se apresentar em um teatro, em um dia de Mostra de Trabalhos desenvolvidos com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Ele havia participado de oficinas de Grafite e Rap. No palco apresentou um rap de sua autoria. Ao sair da internação se envolveu ainda mais com o Rap, tinha como idéia trabalhar com crianças para que elas não "caíssem" na vida do crime. Enquanto esteve em acompanhamento de liberdade assistida consegui autorização e verba, do orçamento público destinado às políticas de atendimento à Infância e a Adolescência aprovado pelo Conselho Municipal da cidade, para viajar e gravar uma participação no CD que um grupo de Rap mais antigo e consolidado da cidade que ia gravar em um estúdio conceituado desta área. Seguiu o seu caminho com aquilo que é chamado no Hip Hop de "*juventude de atitude*".

Para espanto de todos Júnior reapareceu, surpreendendo até mesmo os antigos funcionários. Diferente da maioria dos outros meninos, Júnior freqüentava o **Programa Meninos de Rua (**quando estava em casa) como forma de preencher o seu tempo. Vinha alimentado, limpo e aberto às propostas de trabalho, apenas resistia ao tratamento da drogadição, pois se iludia de que tinha o controle da situação. Os outros adolescentes, na maioria das vezes, utilizavam o Programa quando estavam nas ruas, pois ali obtinham café-da-manhã, almoço e café-da-tarde, podiam tomar banho, assistir televisão. Só que para isso tinham que admitir uma proposta pedagógica e psicossocial que, quando não lhes agradava, boicotavam.

Sobre o caso de Júnior, passou a haver uma incompatibilidade na análise entre os membros da equipe, que ficou segregada: de um lado, os antigos funcionários que ocupavam cargos de monitor/educador e que, embora pudessem ter adquirido uma formação vivencial reforçada por cursos de capacitação oferecidos pela rede pública, julgavam que as atitudes de Júnior eram suficientes para crerem que o adolescente estava fazendo uma escolha e que não queria mudar sua vida. Do outro lado, estávamos nós, novos funcionários e membros da equipe técnica, que ao buscar maior compreensão sobre o caso e revestidos por certo status que a academia nos conferia, passávamos a ser vistos como ingênuos e inexperientes pela *"velha guarda"*, que já atuava há mais tempo na área da situação de rua e rejeitava o desafio de atender Júnior e sua família.

A volta de Júnior desencadeou um clima de desconforto na instituição. Eu sentia que era preciso lutar pelo direito de atendê-lo em uma instituição onde ele não era desejado pela maioria da equipe.

Lembro-me de um dia marcante. Atendendo à solicitação feita pelo **Conselho Tutelar,** estive em um grande **Hospital Público** para identificar um adolescente que

havia sido levado para atendimento durante a madrugada por ter sido baleado. Ele dizia se chamar Cleberson, mas a equipe de saúde desconfiava se tratar de um morador de rua que mentia sobre seus dados pessoais. Ao chegar à instituição me identifiquei e logo fui levada para ala de Pronto-Socorro. Ao percorrer o corredor repleto de macas com pacientes deitados surpreendi-me ao encontrar Júnior estirado em uma delas. Demorou poucos instantes para que eu percebesse que Júnior havia dado nome trocado no Hospital com medo de ser *"reconhecido"*, visto que ele possuía mandato de busca e apreensão policial. Consta no prontuário:

> Fiquei surpreendida, pois tratava-se de Júnior, que tem freqüentado o Programa. Segundo o adolescente, ele estava com um grupo de meninos na rua, em um lote vazio na chamada Favelinha do bairro onde costuma estar. Usavam crack quando uma viatura policial chegou. Júnior que teme por seu mandato de busca, assustado correu da polícia, foram disparados tiros em sua direção, sendo que um deles atingiu a sua perna direita. Conforme Júnior relata a própria polícia prestou-lhe socorro, porém no Hospital essa informação estava muito confusa. O que percebi é que a Polícia levou o adolescente até o Pronto-Socorro, mas não se identificou ou se responsabilizou pelo ato, talvez pela conseqüência, pois um adolescente havia sido gravemente ferido. Júnior havia passado por uma cirurgia para retirada do projétil alojado próximo de seu tornozelo e estava com a perna engessada. (Evolução feita por mim no prontuário de Júnior no dia 30/03/04)

Depois de ter sido *"despejado"* pela polícia no Hospital para receber o socorro necessário, o adolescente pareceu aliviado ao me ver no Hospital. Eu lhe disse apenas que ia levá-lo para casa. O hospital disponibilizou uma ambulância, sendo que eu o acompanhei como profissional responsável pelo caso. No caminho de casa ficamos nós dois na parte de trás da ambulância. Júnior parecia estar com um choro contido e me perguntou: *"Você não vai me falar nada?"*. Senti muita dificuldade diante de sua pergunta que me pareceu um pedido, o que eu poderia lhe falar que ele já não estivesse sentindo na pele? Com certo nó na garganta, discorri sobre a situação de risco que ele estava vivendo e sobre a possibilidade de um desfecho ainda mais trágico, questionando-o se ele se dava conta disso. Júnior então chorou afirmando seu desejo de mudança.

Sua inquietação era tamanha, que após apenas dois dias do ocorrido Júnior ligou para o **Programa Meninos de Rua** para que o motorista que buscava os meninos e meninas atendidos passasse também para pegá-lo em casa. Porém, além das orientações médicas que recomendavam quatro dias de repouso, seu atendimento estava sendo avaliado pela equipe de trabalho devido às dificuldades que se apresentavam diante do alto grau de comprometimento de Júnior com a criminalidade.

> Júnior não aceitou e veio sozinho para o Programa, arrastando sua perna engessada. Como o portão não foi prontamente aberto para ele, pulou o muro e afrontou os funcionários. Júnior forçou sua presença no Programa. Em conversa com a coordenadora e a assistente social, o adolescente expressou o desejo de freqüentar o Programa e fez o compromisso de melhorar o comportamento. (Evolução feita por mim no prontuário de Júnior no dia 02/02/04)

Sua insistência foi mobilizadora, mas o compromisso de mudança não foi sustentado, pois em pouco tempo se desentendeu com uma funcionária ao alegar que a entrega de laranjas após o almoço havia sido desigual, fato que tomou maiores proporções envolvendo outros funcionários que tentaram conter o novo rompante agressivo do adolescente. Ao olhar novamente para este episódio, parece evidente que não é possível mudar apenas o comportamento sem mudanças internas e externas capazes de minimizar o mal-estar que se sente.

Existia entre os funcionários um rigor excessivo quando se tratava de Júnior. Algumas vezes pude perceber que os funcionários desafiavam o adolescente, fazendo com que ele ocupasse sempre o lugar de rebelde e desafiador das regras, em um jogo de poder.

O prontuário do adolescente no **Programa Meninos de Rua** se transformou em verdadeiro campo de batalha entre o educador/monitor que fazia questão de reforçar o risco que era manter Júnior em atendimento (até porque o relacionamento entre Manoel e o adolescente era marcado pelo episódio de conflito entre ambos, conforme descrito anteriormente) e os que buscavam compreendê-lo para além dos seus atos, como eu

tentava fazer. Ao registrar as *"evoluções"* do adolescente, Manoel era incisivo ao descrever o comportamento transgressor de Júnior na instituição depois dos rompantes de agressividade do adolescente.

Após alguns episódios violentos de brigas e ameaças entre os adolescentes que reproduziam na instituição suas disputas por liderança assim como na rua, foi feita uma reunião de equipe geral que teve como desfecho a proibição da entrada de Júnior no Programa. Ele teve seu direito de freqüentar as atividades internas suspensas e foram oferecidas atividades externas como natação, capoeira, que aconteciam em outros locais. Também seriam mantidos os atendimentos psicossociais domiciliares. O adolescente reagiu contra a decisão conforme descrito pelo funcionário Manoel:

> Júnior chegou no Programa Meninos de Rua por volta das 10 hrs. A coordenadora e eu fomos até o portão para atendê-lo, pois estava suspenso seu atendimento interno. Júnior estava agressivo dizendo que não iria freqüentar atividade externa e que iria entrar e entrou, mesmo sem nossa autorização em atitude de invasão. A coordenadora, a pedagoga e eu chegamos num consenso de que seria viável chamar a Polícia Militar. A coordenadora ligou na Vara da Infância e Juventude e foi orientada a chamar mesmo a Polícia. A coordenadora o fez e por volta das 10:30 a P.M chegou e levou Júnior para a internação, pois o mesmo estava com mandato de busca e apreensão. (Evolução feita por Manoel no prontuário de Júnior no dia 03/05/04)

Esta passagem demonstra o quanto também podem ser violentas e contraditórias as próprias ações institucionais, em que um Programa de proteção de meninos (as) em situação de rua chama a polícia para os próprios adolescentes atendidos. Depois do ocorrido, os contatos entre Júnior e o **Programa Meninos de Rua** foram minimizados. Ainda assim, realizei uma abordagem institucional no **Programa Liberdade Assistida** a fim de discutir o caso. Fui informada verbalmente pela coordenadora sobre a trajetória de vida familiar conflituosa de Júnior; entretanto, ela fez revelações que ainda não haviam sido constatadas em nossas intervenções. Ela confirmou sobre a prática de abuso sexual de Sr. Luiz também contra o *"filho"* mais velho e demonstrou sua

indignação em relação à mãe, Socorro, que chegou a afirmar que preferia que o marido procurasse pela filha do que por ela.

Enquanto isso, paralelamente aos atendimentos de Júnior, outras intervenções psicossociais começaram a ocorrer. O **Conselho Tutelar**, embasado nas denúncias feitas pelo relatório produzido pela equipe do **Programa Meninos de Rua**, determinou o atendimento especializado em violência doméstica (inclusive violência sexual) contra a criança e o adolescente em outro Programa de proteção que chamei de **Programa Infância Vitimizada**.

O **Conselho Tutelar** fez uma notificação à genitora e ao genitor conforme descrito em documento escrito por este órgão. Na ocasião, a mãe negou toda e qualquer possibilidade de maus tratos pelo companheiro contra os filhos e a si mesma. Ela concordou apenas que o conflito entre o seu filho mais velho e o companheiro era antigo, como se ele nunca tivesse aceitado verdadeiramente a criança. Ela não acreditava na violência sexual por parte de seu companheiro, pois ele não tinha ereção. Essa passagem revelou que Socorro via o marido como um homem debilitado, pois posteriormente informou sobre o alcoolismo deste, infantilizando-o ao relatar que ele chegava a *"fazer xixi"* na roupa.

Deparar-se com a invalidez e a impotência revestida de abuso incestuoso contra as crianças dessa família me provocou incômodo, ao ficar frente a sentimentos capazes de desencadear a intolerância. A pedofilia, em geral, provoca nas pessoas indignação e repulsa por situações em que emergem traços de perversidade evidentes nos abusadores, trazendo impactos até mesmo sobre as pessoas que estudam o tema e trabalham diretamente com os casos das crianças violadas.

Impotências múltiplas se confrontavam face a um pai alcoolista e abusador. O alcoolismo era um fator agravante e dificultador na compreensão do mundo psíquico de

Sr. Luiz. E essa compreensão poderia ser ainda mais inacessível para os filhos diante do pai, pessoas ainda em fase peculiar de desenvolvimento e desprovidas de alguém que exercesse uma adequada função paterna como referência.

O pai, inebriado pelo álcool, ultrapassava suas fantasias partindo para a realização da violência. Impotente como pai e potencialmente violador dos direitos dos próprios filhos, confronta-se também com a impotência materna - uma *"mãe-cadáver"* - que nada vê e que de tão paralisada e alheia parecia morta ou sem vida frente à sua família e aos abusos que nela ocorriam. Contudo, mesmo sendo difícil romper com a perspectiva meramente criminalizadora, é urgente a necessidade de investimentos que busquem a construção de conhecimentos e métodos para a intervenção junto a esta população. Os abusadores, quando muito comprometidos, chegam a não ter consciência do mal que podem fazer e que exercem poder sobre suas vítimas.

A revista Psique – Ciência e Vida trouxe como matéria de capa em abril de 2008 a Pedofilia, e afirmou que o Brasil é o campeão de ocorrências, mas que há pouco conhecimento sobre as questões psíquicas que rondam os pedófilos. O diagnóstico impreciso e as concepções estereotipadas deixam de contribuir para o tratamento e controle da pedofilia, assim como a falta de estrutura do sistema penitenciário colabora para as dificuldades de responsabilização e posterior ressocialização.

O **Conselho Tutelar** orientou a mãe sobre as diversas formas de violência e sobre sua negligência frente a essas manifestações. Socorro defendeu-se alegando ter que trabalhar, pois o companheiro ajudava muito pouco com as despesas da casa. Já com o padrasto de Júnior a conversa foi muito difícil devido ao problema de audição que foi detectado no Sr. Luiz. Ele negou o abuso sexual contra os filhos alegando ser um homem religioso e disse que *"o que faz com os filhos é carinho"*, descaracterizando suas atitudes como abuso sexual. Mesmo alegando ser um pai carinhoso, ficou

constatado que ele não aceitava Júnior e que os filhos deveriam ser criados dentro do seu regime educacional autoritário. Quanto ao abuso sexual o documento informa:

> A conselheira observou que o genitor tem dúvidas sobre a masculinidade do filho menor, o incentiva a ter atitudes masculinas. A criança relata que o genitor pega em seu pênis e ele não gosta disso, fala para o genitor parar e ele não pára. Creio que a intenção do genitor é fazer aquelas "brincadeiras culturais" para fazer a criança virar macho.
>
> Com relação à menina, o abuso sexual é evidente, pois o genitor pega em seus seios e tenta passar a mão em sua genitália. A menina fala que o genitor afirma que já que os outros vão pegar que seja ele o primeiro.
>
> ... A menina dorme no mesmo quarto que os genitores, mas não consegue dormir direito, pois o genitor bebe e fica falando a noite toda. Afirmou que quer construir um quarto para a filha, mas creio que não o fará, pois tem medo que Júnior faça mal a sua filha (cometa algum abuso sexual).
>
> ... A adolescente queixou-se da implicância do genitor com relação ao irmão mais velho. O genitor sequer deixa os filhos conversar com o irmão, o genitor justifica-se afirmando que Júnior não é boa pessoa. Faz de tudo para Júnior ir para a rua. Parece que Júnior os protege da violência do genitor.
>
> A genitora é negligente ou não tem mais energia para lutar contra o genitor. O caso foi encaminhado para uma ONG de atendimento da violência contra a mulher, haja vista que ela sofre violência por parte do companheiro. A genitora relata que já tentou ir embora para sua cidade natal, mas ele não deixa. Ela gostaria de cuidar sozinha dos três filhos sem o companheiro." (grifos nossos) (Fragmentos de solicitação de acompanhamento feita pelo Conselho Tutelar ao Programa de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência doméstica, 02/05/03)

O relatório expressou a dificuldade da conselheira tutelar em verificar a veracidade da denúncia. Foi possível perceber, inclusive, cristalizado em sua escrita, o preconceito ao tratar do abuso sexual homossexual, pois identifica imediatamente o abuso sexual perpetrado contra a menina e, por outro lado, busca justificar na cultura machista as atitudes do genitor referente ao filho, alegando serem os seus atos brincadeiras na tentativa de "*tornar o filho macho*".

O relatório também confirmou a condição de Júnior no interior de sua própria família, em que o padrasto transfere parte de suas atitudes a ele, numa clara projeção que visa depreciar o caráter do *"filho"* que não tem o seu sangue, alegando que o enteado não é boa pessoa e que poderia tentar abusar da irmã, acusando-o de sentimentos incestuosos para com a irmã. O relatório revela que a menina dormia no quarto junto com os pais, o que pode ter facilitado que o pai, em suas fantasias ou para além delas, olhasse para a filha como era esperado que olhasse para sua mulher, fazendo com que ele tivesse ciúmes do contato da irmã com Júnior. A fala de Jeniffer denunciou que o pai acreditava ter direito a ser o primeiro o homem a tocá-la, mas o fato de ser o primeiro parecia não bastar, sua fixação fazia com que ele fosse o único, pois sua rigidez impedia que ela tivesse namorados, ou mesmo que desenvolvesse a amizade com o irmão mais velho. Jeniffer, monitorada pelo pai, perdia sua liberdade e era apropriada como um objeto a serviço do gozo paterno.

A partir desse encaminhamento do **Conselho Tutelar** foi iniciado o acompanhamento psicossocial pela equipe que trabalhava com violência doméstica, não para tratar da permanência de Júnior nas ruas, mas para verificar a violência doméstica. O primeiro relatório de intervenção social dessa equipe traz importantes informações para o desvelamento desta história:

> ... Em abordagem domiciliar, foi possível falar com os três filhos da Sra. Socorro. No momento da visita eles estavam sozinhos. Júnior confirma que é adicto, mas não quer nenhum tratamento. Afirma que não se relaciona bem com o Sr. Luiz devido as atitudes do mesmo, "que se alcooliza, chega em casa e implica com ele". Jeniffer confirma toda queixa já registrada no Conselho Tutelar, em que "seu pai passa a mão em sua genitália, seios", sempre tenta vê-la tomar banho. Alex diz que seu pai tira suas roupas e fica chupando seu pênis". Ambos relatam que são protegidos por Júnior, porque sua mãe mesmo sabendo das atitudes do pai, prefere não acreditar nos filhos. Diz que não tem como sobreviver sem o marido, e que sua família mora em outra cidade, e que não tem quem possa ajudá-la a cuidar dos mesmos." (Relatório da assistente social, 04/06/03)

O relatório informa que os filhos de Sr. Luiz estavam vivendo em um ambiente mais que de risco e sim em perigo constante, pois o genitor praticava violência sexual com Alex e Jeniffer, com a cumplicidade passiva da genitora. Foi sugerida ao **Conselho Tutelar** a abertura de um processo criminal contra o genitor e que a mãe recebesse advertência por ser negligente com os filhos e conivente com a situação de violência sexual. O caso permaneceu em acompanhamento pelo **Programa Infância Vitimizada.**

Não há registros de violências concretas perpetradas pela mãe em direção aos filhos, mas seu comportamento omisso apresenta o desafio de enfrentar a negligência. Ser ou não ser negligente apresenta a dimensão cultural que faz com que as pessoas tenham diferentes percepções sobre o que é, ou não é, o cuidado. De modo geral, a negligência é caracterizada pela omissão em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança e/ou adolescente. Socorro se apresentava negligente diante de seus filhos, tanto que sua postura levou Júnior a tentar assumir a função protetora esperada da mãe e da própria mãe.

Nas evoluções do prontuário havia um registro com a data de 23/07/03, ou seja, após aproximadamente um mês e meio dos depoimentos dos filhos do agressor que denunciavam os abusos sexuais. Em uma reunião do **Conselho Tutelar** a conselheira responsável pelo caso relatou que as crianças foram ouvidas pela **Promotoria de Justiça da Infância e Adolescência** em audiência. Jeniffer relatou que *"um dia seu pai passou a mão em seu seio"* e Alex não relatou quase nada, apenas que seu pai ficou olhando Jeniffer no banheiro. *"Devido às colocações de Alex e Jeniffer o Promotor não tomou nenhuma decisão mais urgente e o caso segue os trâmites normais"*, falou em reunião, a conselheira tutelar, de acordo com os registros institucionais. A informação dada pela conselheira tutelar provoca estranhamento. Alex não confirmou as situações abusivas que ele vivia na relação com o pai, mas Jeniffer o fez, o que deveria ter

provocado no representante do **Ministério Público** uma ação imediata, pedindo o afastamento do suposto agressor da casa em que habita a família.

4.6.2 - Intermezzo II: A escuta da criança e do adolescente pelo judiciário e os seus danos

A passagem descrita acima propõe questionamentos quanto à audição de crianças e adolescentes pelo judiciário, pois para o revelamento de questões íntimas e também podemos chamá-las de secretas, é necessário o estabelecimento de um vínculo de confiança que, na maioria das vezes, não é alcançado no formalismo de uma inquirição[47] judiciária, principalmente se a criança teme que sua fala acarrete conseqüências para pessoas que lhe são muito próximas em seu cotidiano.

Esse episódio propõe uma reflexão quanto à chamada metodologia *"Depoimento Sem Dano"* – DSD, que tem provocado polêmicas entre as categorias profissionais que compõem as equipes multidisciplinares do espaço ocupacional sociojurídico no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, como o Direito, a Psicologia e o Serviço Social. É urgente que as categorias profissionais aprofundem e aproximem suas discussões teóricas, com o objetivo de posicionar-se diante desta proposta metodológica.

O DSD foi implantado na 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre – RS, em maio de 2003. Consiste na substituição da audiência tradicional do Juiz com a criança ou adolescente vítima de abuso sexual, pela inquirição feita por outro profissional. Será feito o uso de recursos como câmeras filmadoras, microfones, receptores de som e equipamentos de gravação da audiência que permitam aos operadores do direito transmitir para o profissional em contato com a criança as

[47] Segundo o dicionário Aulete Digital (2009), por inquirição entende-se o ato de inquirir, ou seja, interpelar com perguntas uma testemunha, com caráter oficial, realizado por autoridade competente.

perguntas que devem ser dirigidas à suposta vítima. Diante dessa possibilidade, que tem sido considerada um modelo, é intenção chamar a atenção para o que estão pensando os psicólogos e os assistentes sociais que têm sido convocados a atuar na construção da implantação dessa metodologia em várias partes do Brasil, e que hoje tramita no Senado Federal como Projeto de Lei nº 7.524/06 com autoria da Deputada Maria do Rosário (PT- RS), que no caso de aprovação, deverá alterar conteúdos do Título VI do ECA, no que trata do *"Do acesso à Justiça"*.

O projeto tem como justificativa a promoção da proteção psicológica da criança e do adolescente vítima de violência sexual, evitando sua acareação com o acusado e a repetição de interrogatórios, o que levaria ao processo de revitimização da criança ou adolescente.

> Reportando-se a Furniss (1993), Dobke (2001) discorre sobre os danos primários e secundários causados às vítimas pelo abuso sexual, sendo os primeiros aqueles que envolvem diretamente esse tipo de violência, compostos pela sedução, interação sexual abusiva e pelo segredo que normalmente a envolve; os segundos são aqueles subseqüentes ao abuso (p. 23), causados por vários fatores, dentre eles os relacionados ao trauma e à estigmatização decorrentes da denúncia e das diversas vezes em que a criança é exposta ao ter que falar e/ou dar depoimento sobre o ocorrido – na escola, no Conselho Tutelar, na delegacia, no Judiciário (Fávero, 2008, p.11-12)

Reavaliar as práticas judiciárias desse processo é uma necessidade inquestionável; entretanto, crer que um depoimento dessa natureza possa ocorrer sem dano já confere à proposta o que Fávero (2008), autora da área do Serviço Social Judiciário, chamou de *"grande mágica para solucionar as dificuldades dos magistrados, promotores e advogados em conversar com crianças e adolescentes, e estabelecer limites jurídicos que impeça a revitimização"*. (p. 2)

> Tal cena pode levar a diversas leituras, e as relacionadas à busca da proteção, da ausência ou redução de danos já estão expostas neste texto. Todavia, outras se fazem necessárias: a criança e/ou adolescente não possuem o direito de saber claramente que as partes, incluindo defesa e acusação, e o magistrado, que tem o poder constitucional da decisão, podem causar-lhes danos, isto é, podem causar-lhes outros tipos de violência, por isso ficam isolados em uma sala, "espiando" sua postura, suas expressões, emoções e sua fala, por "modernos" meios tecnológicos? Nesse sentido, o DSD não

> encerraria uma grande contradição? Por que quem tem o dever "maior" de garantir a efetividade da proteção não pode estar face a face com a criança e o adolescente, para com eles dialogar? **Talvez a grande dificuldade não estaria aí – o exercício do diálogo, em vez do exercício do inquérito?** O exercício da autoridade legítima, o respeito pela competência e a horizontalidade no trato com o outro ser humano, em lugar da verticalidade ou do autoritarismo muitas vezes presentes no sistema judiciário? Se os profissionais da área do Direito podem observar/participar de toda a "inquirição" por meio da observação propiciada pela Câmara de Gesell ou áudio/vídeo, porque a criança não tem também o direito de vê-los (mesmo que por vídeo) e lhes dirigir a palavra? Por que as regras processuais não podem ser alteradas, por exemplo, para não expor crianças/adolescentes em um mesmo ambiente que o suposto abusador? Se a preocupação maior é de fato a proteção e não o cumprimento da formalidade dos aspectos processuais e a ação punitiva, por que não priorizar o investimento no trabalho interdisciplinar e articulado, inclusive instalando no mesmo espaço físico os diversos órgãos que compõem o sistema de justiça responsável pelas medidas protetivas à criança e ao adolescente? (grifo nosso) (Fávero, 2008, p.27)

Tais apontamentos merecem maior análise, pois, ultrapassando a ingenuidade e o problema com as ações desarticuladas, essa metodologia apresenta problemáticas no que diz respeito aos aspectos éticos e técnicos do trabalho ao se transformar em produção de provas contra o acusado. *"O termo revelação vem sendo aplicado para descrever uma intervenção, realizada por profissionais de Psicologia e do Serviço Social"* (Ayres, Brito e Amendola, 2006, p. 69), sob justificativa de que esses profissionais dispõem de recursos técnicos mais apropriados à escuta de crianças supostamente vítimas de violência sexual, com o objetivo de criar um ambiente facilitador que permita a criança revelar o abuso sexual sem culpa ou vergonha.

Ainda de acordo com as autoras citadas, esses profissionais apresentam-se como *"especialistas"* que possuem o saber sobre, delineando uma lógica em que a pessoa que necessita de proteção só a terá se revelar quem é que lhe fez o mal. Nessas condições, psicólogos e assistentes sociais encontram dificuldades em assegurar seu compromisso com o respeito à dignidade, à liberdade, à igualdade de direitos e à integridade do ser humano, ainda que este sujeito humano seja o abusador.

A intervenção é descaracterizada em seu caráter realmente protetivo para predominar a dimensão punitiva, tendo como conseqüência disfunções profissionais, pois tanto o

psicólogo quanto o assistente social deverão trabalhar na busca da produção de uma verdade.

> Marli Palma de Souza (2004, p. 1), em estudo que busca mapear "os contornos dos serviços de proteção a crianças e adolescentes que sofrem violência no âmbito familiar", assinala que o crescente número de denúncias que envolvem esse tipo de violência tem feito com que o estabelecimento de diagnóstico ocupe "significativa parcela de tempo dos profissionais envolvidos, em detrimento das ações protetoras", o que tem gerado "contextos" que não permitem que os usuários percebam os serviços como apoio e ajuda para rever e questionar alguns atos das famílias, impedir que se repitam através de uma proteção que não seja desqualificadora das funções familiares, mas capaz de preservar e resgatar potencialidades das práticas familiares cotidianas" (p. 11). (apud Fávero, 2008, p. 07)

A função que tem sido atribuída aos profissionais que compõem as equipe técnicas do judiciário faz romper com as atribuições construídas pelas trajetórias das profissões, em sua liberdade a autonomia. Tornar-se porta-voz dos operadores do direito, na tentativa de humanizar o inquérito, faz voltar ao princípio da Justiça Moderna, quando a posição de Juiz passou a incorporar outros técnicos para justificar suas punições, tornando o processo cada vez mais velado (Foucault, 1975). Crianças *"espionadas"* por magistrados parece não fazer sentido algum. É uma regressão, mais uma atitude velada contra a criança.

O acúmulo de procedimentos na procura pela verdade, diante de uma demanda urgente, faz com que os serviços passem a desqualificar suas propostas protetoras e cumprir com outras funções, como tem ocorrido na Justiça. Fávero (2008) afirma que, nas cenas costumeiras do Judiciário, o Estado Penal passa a imperar, levando para longe os ideários que alimentam intervenções em um contexto de Estado Social. A questão é tão determinante que provocou a necessidade de que os órgãos fiscalizadores da profissão fossem levados a posicionar-se diante do tema. O Conselho Federal de Psicologia - CFP e o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS não apóiam essa proposta metodológica. Em abril de 2008, o CFP, bastante combativo nessa questão,

lançou um manifesto em que o objetivo segundo, a Coordenadora Nacional de Direitos Humanos do CFP, é:

> ...alertar para os equívocos que os parlamentares estarão cometendo se aprovar o Projeto de Lei. O manifesto mostra claramente que o silêncio – provocado por uma situação traumática – é um recurso da criança para "calar o que ainda não tem condição de elaborar", momento esse que deve ser respeitado e não forçado por causa do tempo de um processo judicial, ou pela exigência de um depoimento sobre o fato traumático. (CASTRO, 2008, p.10)

Diante dessas argumentações é importante repensar a função do profissional que recebe informações confidenciadas em atendimentos técnicos, pois a relevância de sua fala ou da produção do seu parecer e laudos técnicos pode ser decisiva no combate à violação dos direitos da infância e juventude. Isso se conseguirmos ultrapassar as barreiras institucionais da rede de atendimento, pois ainda há uma significativa distância entre os profissionais da linha de frente, incluindo os conselheiros tutelares, técnicos de programas de atendimento de proteção e aqueles que atuam dentro do Judiciário. Na área da Infância e Adolescência ainda há pouco cruzamento de informações e não há prática de se realizar pareceres técnicos circunstanciados em avaliações anteriores, submetendo os *"infantes"* a repetidos procedimentos de busca pela verdade.

Outro ponto de estrangulamento das práticas de audição de crianças e adolescentes pelo Judiciário é revelador. Por que Alex e Jeniffer foram interpelados pelo promotor? Júnior, irmão mais velho e há mais tempo vivendo violências, chegando a viver nas ruas, não foi inquirido pela justiça. E tão pouco há registros de que na audiência ocorrida houve menção ao irmão Júnior e sua permanência nas ruas. O principal responsável por denunciar as condições de vida de sua família ao ***"pedir socorro"*** nas ruas, foi negligenciado institucionalmente, confirmando as ruas como um espaço de negação de direitos, favorecendo a criação de um novo código de sobrevivência que transgride as leis instituídas e o coloca à margem do sistema de proteção de direitos.

Na prática, percebe-se uma diferenciação na escuta das crianças, entre as consideradas *"crianças em perigo"* e as *"crianças perigosas"*[48], é o que diz o texto de Ayres, Brito e Amendola (2006). A oitiva das crianças no judiciário tem sido defendida como um direito fundamental, uma evolução jurídico-social que reconhece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Todavia, a escuta de crianças tem possuído diferentes pesos, dependendo da causa do julgamento.

> Ao centrar o foco em processos que requerem decisões relacionadas aos menores de idade, observamos que a fala destes vem sendo sistematicamente solicitada em determinadas situações como as que envolvem denúncias de abuso sexual e nas disputas de guarda decorrentes da separação conjugal dos pais, independente da idade das crianças. No entanto, a fala dos que cumprem medidas socioeducativas e dos que se encontram abrigados não aparece tão valorizada. (Brito, Ayres, Amendola, 2006, p. 68)

A *"menoridade pobre de cidadania"* é um tipo de responsabilidade que o Estado tem que assumir e que ocorre na forma de *"dominação de famílias pobres"* (Brito, Ayres, Amendola, 2006) [49]. Ao perpassar a análise sobre as condições de vida das pessoas, pode-se encontrar as relações de exploração, dominação e alienação. E, considerando a trajetória histórica da institucionalização de serviços sociais em uma perspectiva crítica, sabe-se que as ações foram instituídas como forma de controle social.

Não é tomado em consideração o fato de que as crianças ditas perigosas estão em perigo. Não estão apenas em situação de risco, vivem o eminente perigo, companheiro de todas as horas. Contudo, não são chamadas a falar:

> Entendemos, portanto, que adolescentes acusados de ato infracional permanecem sem o direito de serem ouvidos, principalmente quando se pensa que poderiam revelar descumprimento dos deveres do Estado, ou de seus representantes, quanto à garantia dos direitos juvenis (Ayres, Brito e Amendola, 2006, p. 71)

---

[48] Expressões utilizadas a partir da obra de Donzelot (1980, p. 92)

[49] A nota de rodapé que acompanha esses conceitos explicam sua origem apresentando uma interpretação interessante para apresentar o divergente conceito de exclusão social. Menoridade pobre de cidadania é um conceito empregado por Graffigma (1999): A pobreza da cidadania é não pertencer a uma comunidade na qualidade de membros plenos, isto é, a exclusão social" (p.41)

Como afirma Donzelot (apud Ayres, Brito e Amendola, 2006) a infância perigosa, por se constituir em uma ameaça social não deve se expressar:

> No segundo grupo, vozes caladas, sem eco, cujos pais, na maior parte das vezes, também já foram calados pelo aparelho de Estado, no qual o som de suas vozes não possui volume suficiente para se fazer valer, ou quem sabe, argüir sobre os direitos de suas crianças, retirando-as das amarras do Estado. (Brito, Ayres, Amendola, 2006, p. 72)

Não precisamos de um judiciário que atue apenas na punição como uma *"Justiça repressiva"*, mas sim, de um poder que possa determinar ações potencializadoras da proteção, reconhecendo a violação dos direitos infanto-juvenil e a importância da rede de proteção e do trabalho dos profissionais que integram a equipe técnica - não como rastreadores de depoimentos sentenciadores - como profissionais articulados com a interdisciplinaridade e a interistitucionalidade a fim de enxergar vidas e possibilidades diante das famílias atendidas.

(Fim do Intermezzo II)

Muitas convocações foram feitas para que a mãe comparecesse aos atendimentos agendados no **Programa Infância Vitimizada**, porém ela não comparecia e alegava para o **Conselho Tutelar** que era devido aos horários estabelecidos, incompatíveis com os de seu trabalho como empregada doméstica. Naquela ocasião, também informava que já estava freqüentando, por determinação judicial, as reuniões de acompanhamento das famílias atendidas por ONG responsável por um **Programa Liberdade Assistida**[50] por causa de Júnior, cuja sede ficava localizada mais próxima à sua residência.

A situação inversa ocorreu. A mãe participava de atividades desenvolvidas por uma equipe que focava a situação de conflito com a lei de Júnior e que por essa razão, não cuidava de maneira aprofundada da violência sexual presente no contexto familiar. As

[50] Existiam na cidade dois Programas de atendimento da medida socioeducativa de liberdade assistida, um administrado pelo poder público municipal e o outro administrado por uma ONG vinculada à Igreja Católica. Os adolescentes eram encaminhados pelo Fórum para aquele que ficasse mais próximo de sua residência como forma de facilitar a participação.

especialidades dos Programas de atenção à infância e à adolescência oferecem avanços, mas por outro lado, podem fragmentar ações e não concretizar o atendimento integral à família em sua totalidade.

Assim, quase nada mudou quanto à *"situação-problema"* (como era chamada pelos técnicos), levando a tomada de uma decisão pelo **Conselho Tutelar,** que, agendou uma data para o abrigamento provisório dos filhos mais novos, Jeniffer e Alex, em uma instituição.

A mãe justificava que havia providenciado um lugar para se mudar com os filhos, mas que os mesmos não queriam ir, pois era apenas um cômodo. Essa declaração revelou os agravantes objetivos trazidos pela questão material e a dificuldade econômica da família.

Diante da permanência da violência, que alarmou também a diretora da escola onde Alex estudava após a professora pegar um bilhetinho com a seguinte frase escrita por Alex: *"Todo dia eu dô e dou bem gostoso"* e da revelação de Jeniffer, que contou que chegou a ter relação sexual completa com o pai, o abrigamento foi concluído na data 01/10/03, quando Jeniffer e Alex estavam com cuatorze e onze anos, respectivamente.

Os registros afirmam que a mãe ficou desesperada, provocando surpresa de identificar manifestações de amor na *"mãe-cadáver"*, sempre tão inerte e resignada. Independente de sua negligência e omissão, que podem ser vistas como manifestações de não-amor, ela reagia revelando o desejo de não se separar dos filhos. Socorro conseguiu mobilizar apoio de sua patroa e também de pessoas ligadas à Igreja Evangélica freqüentada por ela, que então recorreram ao **Conselho Tutelar**. A Igreja se comprometeu a alugar uma casa para a família morar em um endereço que, por muito tempo, foi a sua morada.

As crianças ficaram abrigadas apenas por três dias. No prontuário, uma contradição chamou a atenção. *"Segundo a patroa de Socorro, Alex chorou muito para não ser abrigado*" e, segundo a funcionária do abrigo, ao sair: *"Alex chorou muito para não sair do abrigo, pediu para ficar na Instituição"*. A fragilidade de Alex apontou para a necessidade de acompanhamento psicológico.

As crianças retornaram para a escola e passaram a viver com a mãe em um novo endereço com a ajuda da Igreja que ofereceu também outras formas de assistência, como a doação de uma cesta básica e a mobilização para que a família obtivesse a doação de móveis e aparelhos domésticos. Usaram recursos como anúncios em uma rádio comunitária, e a família que não tinha para onde ir passou a receber artigos como a doação de dois fogões, dentre outros objetos.

Quanto ao conflito entre o "paidrasto" e o filho Júnior - personagens masculinos rivais desta história, o prontuário restringe-se a informar sobre Júnior que *"ele está vivendo na rua"*, quase como se fosse um problema inalcançável e "menor", diante de tantas questões delicadas a serem tratadas. O pai parou de freqüentar a casa e não repassou pensão alimentícia para os filhos.

O caso seguiu repetindo as tentativas de intervenção técnica. As marcações de atendimentos sociais e, principalmente os psicológicos, na maioria das vezes, não se concretizavam devido ao não comparecimento da família na instituição. O Serviço Social conseguia realizar algumas intervenções na modalidade domiciliar.

No começo do ano seguinte, em 2004, após aproximadamente quatro meses que após o abrigamento, a equipe do **Programa Liberdade Assistida** informou para o **Conselho Tutelar** que Jeniffer passou a ficar nas ruas até tarde, na companhia de meninos envolvidos com a criminalidade e que o genitor voltou a freqüentar a casa. Quando advertida quanto ao risco de estar nas ruas, a menina alegava que o seu irmão mais

velho vivia nas ruas, como se ao reeditar as atitudes de Júnior tentasse negar os riscos e justificar seu comportamento. Se o irmão mais velho podia ir contra as regras, ela poderia fazer o mesmo. Estas situações muitas vezes favorecem o sentimento de laço fraterno, que são importantes para a direção do filiarcado que se une contra a lei do pai.

Os orientadores voluntários da Igreja atuaram diante da situação e informaram para a equipe do **Programa Infância Vitimizada** que a permanência de Jeniffer na rua fora minimizada e que eles estavam assistindo a família dentro de suas possibilidades, com abordagens domiciliares duas vezes na semana e apresentaram as seguintes informações, conforme registro no prontuário:

> "Júnior continua na rua. Sr. Luiz visita esporadicamente a família, no momento ele não está repassando nenhum recurso financeiro para a família, ele segundo ela alega que "precisa reformar a casa para buscar a família de volta". A orientadora diz perceber o movimento que está ocorrendo de Dona Socorro retornar para o convívio dele. (Registro do prontuário em 16/01/04)

A informação descrita parece evidenciar que o Sr. Luiz utilizava simbolicamente a casa para seduzir Socorro. Porém, Socorro demonstrou uma força rara em suas ações ao resistir à continuidade dessa relação conforme registrado posteriormente em 29/01/04 sobre um contato telefônico realizado pelo **Programa Infância Vitimizada** à genitora.

> "Quanto ao Sr. Luiz disse que ele quase não visita os filhos, mas ontem ele foi no seu trabalho (o de Socorro) e disse que irá fazer um cômodo para ele mudar e para ela retornar para casa. Ela afirma que não irá , que agora sua vida está boa. Disse que os filhos estão bem até Júnior irá iniciar um curso no mês de Fevereiro[51], afirma que ele está freqüentando o Programa de atendimento à situação de rua. Ela pediu para a psicóloga lhe telefonar no trabalho" (Registro feito em 29/01/04)

Esta passagem no prontuário parece retratar o início do rompimento das amarras que haviam sido colocadas por Sr. Luiz. Ao rejeitar o canto da sedução da casa própria ainda que precária, reconheceu que sua vida estava boa ao lado dos filhos, de todos os

[51] O curso de qualificação profissional que Júnior iria começar referido pela mãe é o mesmo descrito no item que aborda o Programa de atendimento à situação de rua, quando eu fiz o convite para Júnior, que ainda se encontrava nas vias públicas.

filhos, pois com a ausência de seu companheiro, até mesmo Júnior voltava a aparecer nas cenas do cotidiano familiar. Mas, para evitar conclusões simplistas, é viável esclarecer que Júnior não conseguiu permanecer e freqüentar o curso de qualificação profissional (ele demonstrou dificuldades de permanecer em sala de aula durante quatro horas seguidas). Retornou para as ruas e para o uso de drogas após um breve intervalo de tempo, como costumava acontecer e como está descrito na evolução do dia 13/02/04. Se sua saída para as ruas no princípio foi um pedido de ajuda, foi agravada pelo comprometimento com a drogadição, que passou a dominar as atitudes do adolescente. Júnior saiu de casa furtando da dispensa um saco de arroz, como reclamou a mãe.

Após um ano da separação do casal houve audiência no Fórum para definição da pensão alimentícia que o Sr. Luiz deveria pagar para Socorro, fato registrado no prontuário em 11/09/04. A evolução também informa que naquele momento Alex estava rebelde e que queria voltar a morar com o pai – mais uma vez formas de ambivalência nos sentimentos em relação ao pai e abusador. Após aproximadamente um ano e meio de separação os contatos foram interrompidos, a filha Jeniffer era revoltada com o pai e não o visitava, sendo Alex, supostamente, o filho que mais sofreu abusos sexuais, aquele que ainda mantinha vínculo com o Sr. Luiz.

O prontuário mantém registros que informam sobre o acompanhamento do caso quanto as atividades desenvolvidas pelos filhos Alex e Jeniffer e pouco avançam nos registros referente aos atendimentos psicológicos, tão essenciais à elaboração dos conflitos vividos na dinâmica familiar.

Após inúmeras tentativas, foi possível realizar uma entrevista psicológica com a genitora em 29/04/05, da qual apresentarei algumas passagens indispensáveis para este trabalho, especialmente para o *Ato II*, que desnuda as relações familiares. A técnica responsável não assinou a evolução de modo que não é possível identificar sua

formação, mas registra que, durante a conversa, Socorro se mostrou atenta e participativa; no entanto, demonstrou *"desmotivação"* e *"indiferença"* frente aos problemas enfrentados por seus filhos.

A mãe conta que após dezesseis anos de convivência se separou do companheiro devido ao abrigamento dos filhos e fala que diante da situação *"me vi forçada a isso"*. Ou seja, ela reagiu não por desejo próprio, mas por pressão das instituições que lhe cobravam que não permanecesse conivente com as violências. Ela continuou: "*Não tinha coragem de me separar, achava que não dava conta"*, atestando seu sentimento de impotência diante do esposo e da vida.

Está registrado no prontuário o seguinte: *"A genitora diz que os filhos a procuravam para relatar sobre o abuso sexual por parte do pai"*, mas ela não se manifestava, mostrava-se passiva diante dos fatos *"não achava que era importante"*. A leitura chama atenção para essa revelação, pois a mãe, que no princípio negou a denúncia realizada para o **Conselho Tutelar** pelos próprios filhos, mentiu para acobertar o marido e a sua própria omissão. Mas, em atendimento psicológico, ela foi capaz de admitir o pedido de ajuda feito pelos filhos, sua negligência e até mesmo sua crueldade em não achar o fato importante. Reconhecer a sua *"culpa"* não desencadeou nela exatamente o que se pode chamar de uma postura de reparação, mas incontestavelmente é um ponto de partida necessário para refletir sobre a própria vida.

O atendimento seguiu para o reconhecimento das dificuldades de Socorro em exercer a sua função materna, em especial quanto à dificuldade de estar próxima e impor limites aos filhos. A postura da mãe contribuía para que os filhos tivessem posturas abusivas que os colocava em situação de risco, como quando Jeniffer ingeriu medicamento em uma tentativa autodestrutiva e potencialmente suicida, diante do namorado que a

abandonara. Ainda assim, mesmo diante de inúmeras turbulências, ela concluiu que a vida de todos estava melhor, mesmo diante de tantas repercussões negativas.

Entrar em contato com os registros documentais permitiu defrontar-me não só com Júnior, mas com sua família. Esse encontro trouxe à tona a necessidade de pensar sobre os vínculos parentais do adolescente, especialmente para o exercício da função materna e paterna, elementos determinantes na dinâmica familiar.

Proponho um aprofundamento da reflexão apoiada pelo uso do gênero como categoria analítica, lembrando que o gênero já foi utilizado como sinônimo de mulher quando as pesquisadoras feministas começavam a realizar seus estudos acadêmicos que buscavam desnaturalizar a condição da mulher na sociedade. Na atualidade é mais do que pensar apenas na mulher, é preciso pensar também nos homens e as posições ocupadas por ambos, já que o gênero tem como pano de fundo a análise das relações de poder estabelecidas na sociedade e as diferenças que são tornadas desigualdades. A diversidade permite ver homens e mulheres dentro de seu contexto social, levando em consideração os vários fatores que influenciam na formação da personalidade dos sujeitos. Ao privilegiar a pluralidade é preciso entender como categorias de gênero, além de homens e mulheres, também homossexuais, bissexuais e transexuais.

Diante do avanço percorrido na forma de se utilizar essa categoria, foi adotada neste trabalho a perspectiva que compreende gênero como categoria relacional, pois como destaca Costa (1994): *"Essa visão de gênero representa um avanço, pois leva em conta o contexto em que os indivíduos estão inseridos, as relações de poder, as crenças, as etnias, etc."* (p.161). Fatores esses que integram a parte constituinte da identidade dos indivíduos e que contribuem para a compreensão de como homens e mulheres se inserem no mundo.

4.6.3 - Intermezzo III: O Ventre, as cólicas da alma e a questão de gênero

[52]

Diz o dito popular que ***"ser mãe é padecer no paraíso"***. Parte-se da premissa de que ser mãe não é tarefa fácil, é sofrido o processo de padecimento. Contudo, sofrer no paraíso prevê certas compensações, pois o paraíso não é isento de prazer, uma vez que permeiam o nosso imaginário as idéias de paz e bem-estar. Pensar nas condições de vida dessa mãe chamada ***Socorro*** faz lembrar um texto com o título *"Por que ela simplesmente não vai embora?"* de Miller (1999). A autora apresenta situações em que mulheres permanecem em casa com o marido e os filhos, mesmo em um relacionamento

[52] A figura apresentada corresponde a *Medéia*, de Paul Cezanne (1879-1882). Eu tinha apenas catorze anos, era uma adolescente quando no colégio ingressei para o grupo de teatro TEAMAR (Teatro Amador Marista). Nosso brilhante e vanguardista diretor José Maria Madureira ousou montar uma cena sobre a trágica e humana história de *Medéia*, que foi encenada corajosamente em frente à matriz da Igreja Católica – a Catedral de Uberaba – MG. As cenas nunca foram por mim esquecidas, mas só agora são verdadeiramente compreendidas.

sob o abuso físico ou não-físico e demonstra que as respostas difundidas para esta questão podem ser típicas do preconceito e da falta de conhecimento.

Antes de falar destas razões, destaca-se que a violência doméstica pode ser compreendida como uma forma de comunicação que tem uma lógica perversa, tornando-se grave e traumática, pois é invertida, uma vez que é praticada por aqueles que deveriam estar protegendo e amando. Segundo Soares (1999), a visão da família como célula mãe da sociedade acabou gerando uma barreira no reconhecimento da violência doméstica, pois pensamos violência associada a pessoas desconhecidas. Porém, é exatamente dentro de casa que mulheres e crianças correm o maior risco de serem agredidas como demonstrou a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD/BR) apresentada pela autora. Contudo, atualmente, com a criminalização da violência que acontece no espaço doméstico, redefine-se o sentido da individualidade, dos direitos, das responsabilidades e das fronteiras de intervenção da vida pública e privada.

Retomando Miller (1999), há três explicações que costumam ser apresentadas para justificar a permanência da mulher e que "*revitimizam*" a vítima da violência. A primeira delas diz respeito à crença de que a mulher quer ser vítima da violência e encontra como explicação popular o masoquismo. Existe grande diferença entre submeter-se por razões diversas ao abuso e desejá-lo. E se deseja, é preciso questionar o processo histórico da construção deste desejo, visto que grande parte das vezes, pode ocorrer com o **sentido de culpa e punição**. Compreende-se desejo como a porção seqüestrada do real no sujeito (Herrmann, 2001, p.184).

A segunda explicação aponta para o desenvolvimento de um padrão de desamparo aprendido, em que a vítima submete-se à vontade do controlador por ser incapaz de fazer valer a sua vontade. Esta teoria também é considerada simplista por Miller, uma

vez que se compreendeu que há muito mais do que apenas impotência na submissão de uma mulher vítima de abusos. E a terceira que, por fim, considera que a mulher merece a violência, pensamento presente nos ditos populares machista, tais como *"o homem pode não saber por que está batendo, mas a mulher sabe o porquê de estar apanhando"*. Ou seja, o homem abusivo castiga a mulher que merece o castigo. Que ameaça existe em ser mulher, na condição feminina para ser constantemente castigada? Essa é uma questão que retomaremos adiante referente ao risco da *"irrupção do feminino"* (Roudinesco, 2003).

Frente a essas premissas e de forma mais específica e singular, podemos nos perguntar qual seria o motivo de Socorro ser castigada e ainda permitir violência também contra os seus filhos. Antes de tentar considerar esta questão a partir dos conteúdos descritos nos registros institucionais, vejamos o que mais nos diz Miller (1999) sobre a lógica da permanência da mulher em um lar com expressões da violência.

Segundo a autora, a mulher pode permanecer no relacionamento abusivo porque obtém algo que deseja como dinheiro, lidar com o medo da solidão e bem-estar dos filhos. Na família em análise, sabe-se que o agressor não garante o dinheiro em espécie, visto que a maior parte de sua aposentadoria é empregada em seu alcoolismo, porém este homem é capaz de oferecer um teto para esta mãe e seus filhos. O medo da solidão pode ser uma dimensão presente para Socorro que demonstra indícios de baixa auto-estima, porém o bem-estar dos filhos não era uma garantia, tanto que Socorro precisava ser uma ***"mãe-cadáver"*** para não reconhecer a situação de violência a que seus filhos estavam submetidos. O contexto familiar indica que esta mãe não dispunha de recursos para compreender a dimensão emocional como importante e restringia a noção de bem-

estar a uma residência, o que também não é pouco quando analisamos famílias que vivem no limite social da ausência de moradia.

Outro fator considerado diz respeito à sobrevivência, em que as mulheres se submetem à violência por considerar o abuso como *"pagamento"* pela sobrevivência. O despreparo, o trabalho subalterno, sua baixa auto-estima - que no caso da mãe do protagonista desta história, aparentemente está associada à sua deficiência congênita nas mãos; reforçado pelo sentimento de rejeição vivenciado quando foi abandonada pelo *"parceiro"* que a engravidou de seu primogênito, podem ser fatores decisivos entre o ficar e o partir, supervalorizando esse *"lar"* que paradoxalmente lhe traz (in)segurança e que não era tão doce assim.

No caso de deixar seu companheiro, a mulher precisa ter um lugar para se abrigar com os filhos. Muitas vezes esta mulher não tem familiares que possam lhe amparar como no caso de Socorro, que alegava que sua família morava em outra cidade, o que se torna um agravante, sobretudo para os casos de vulnerabilidade social decorrente de precárias condições sócio-econômicas. É fundamental uma maior divulgação e atuação de políticas públicas de proteção à família, capazes de promover a emancipação da mulher e romper com formas de dependência, como nos casos dos abrigos provisórios para as famílias vítimas de violência e os necessários serviços complementares, como apoio psicossocial à mulher e filhos, além de investimentos em formas de geração de renda e autonomia familiar. Os fatos narrados pela história comprovam o quanto Socorro viveu subjugada àquela condição de vida por não ter para onde ir com os filhos.

Existe, por outro lado, o que Miller (1999) chamou de *"medo subjacente"*, ou seja, medo que o abuso aumente caso ela fosse embora. É o que pudemos verificar neste caso, com as intimidações feitas por Sr. Luiz, ameaçando separar a mãe de seus filhos menores, anunciando que iria se suicidar e ainda não aceitar Júnior em casa. Idéias

como *"ele não vai me deixar em paz se eu for embora"* podem permear o imaginário feminino, muito embora já não exista uma verdadeira *"paz"* diante dos conflitos de família vividos.

O sentimento de culpa permite construir no imaginário feminino justificativas para o abuso, fertilizado por idéias sexistas e conservadoras tal como *"ela deve merecê-lo"*. Mais uma vez somos provocados a pensar nessa mãe, pois, é justamente esse sentimento de culpa que pode levar ao *"entorpecimento emocional"* (Miller, 1999). Devido aos abusos recorrentes, passa-se a pensar que já não dói tanto assim viver nessas condições e, como agravante da situação, pensar que seus filhos também são capazes de suportar essas formas de sofrimento. Depara-se com o cultivo e o apego ao que vou chamar de *"amor mórbido"*, com relações que não podem ser consideradas saudáveis sob o ponto de vista *"biopsicossocial"*.

Com o auxílio da Psicanálise, pode-se avançar ainda mais nesta análise. Algumas passagens dos relatórios apresentados foram destacadas e são significativas. A primeira delas é o fato de o Sr. Luiz estabelecer uma relação de escravidão com a família, pois como dono da casa, todos são seu súditos, fazendo com que a esposa lhe seja eternamente grata por ele ter oferecido a ela e ao filho sem pai um teto, sendo que o *"bastardo"*, além de teto recebeu também um nome. As chegadas de outros filhos seguiram as mesmas regras do pai.

Roudinesco (2003) fez o primoroso empenho em analisar a *"ordem familiar"* construída em tempos remotos e o seu caminho até a contemporaneidade, em que assistimos ao declínio da autoridade paterna e a escalada do poder das mulheres e a emancipação da subjetividade, em que vivemos o que a autora chamou de *"A Família em Desordem"*. Tendo como respaldo os estudos antropológicos de Lévi-Strauss, ela recupera apontamentos essenciais feitos sobre a vida familiar, identificada como

elementar e universal nas sociedades humanas. *"A família, ao repousar sobre a união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem, uma mulher e de seus filhos, é um fenômeno universal, presente em todos os tipos de sociedade"* (Roudinesco, 2003, p. 13). Nesse processo de organização da família, a proibição do incesto e de outros interditos se tornaram uma constância, mesmo em culturas cujos hábitos sexuais e educativos são muito diferentes dos da cultura ocidental. Esse fato foi decisivo para a passagem da natureza à cultura.

Desde Aristóteles, um dos maiores colaboradores na construção dos fundamentos da filosofia ocidental, a família, espaço da vida privada (oikos) oferece base para a vida pública na cidade (polis) e para isso, alguns valores e costumes deveriam ficar assegurados:

> Longe de construir um grupo, é organizada em uma estrutura hierarquizada, centrada no princípio da dominação patriarcal. Três tipos de relação, ditas "elementares", lhes são constitutivas: a relação entre o senhor e o escravo, a associação entre o marido e a esposa, o vínculo entre os pais e os filhos. (Roudinesco, 2003, p. 18)

Em tempos de deuses mitológicos e de monarquias construiu-se a imagem do Deus-Pai: *"Heróico ou guerreiro, o pai dos tempos arcaicos é a encarnação familiar de Deus, verdadeiro rei taumaturgo, senhor das famílias. Herdeiro do monoteísmo, reina sobre o corpo das famílias e decide sobre os castigos infligidos aos filhos."* (Roudinesco, 2003, p.21)

Ainda distante de esclarecimentos sobre a fecundação, a investigação do DNA, capaz de comprovar a paternidade, o Deus-Pai não era visto como um procriador; a paternidade só acontecia de fato pela fala. Em outras palavras, o peso estava sobre o ato da adoção feita por aquele *"que conduz pela mão"*, do reconhecimento público da filiação. A condição de genitor, decorrente da filiação biológica era totalmente desconsiderada caso não se seguisse do gesto e da palavra (Roudinesco, 2003). Portanto, para o direito romano, não interessava a paternidade natural, o *"pater"*, *"é*

aquele que designa a si mesmo como pai de uma criança por adoção" (p.21). Exatamente como o fez o Sr. Luiz com Júnior. Hoje, o ECA diz que uma adoção é irrevogável; entretanto, existem casos de devolução de crianças atestando as rejeições posteriores ao que chamo de *"pseudoadoção"*, localizando-a em uma zona de preconceitos contra o adotado, como ocorreu com Júnior quando o pai adotivo não sustentou seu ato de registrá-lo no papel com o gesto e a palavra nas ações cotidianas.

Se o pai era associado à figura monárquica de um rei e divina de Deus, resta saber qual era o espaço reservado às mães. Ainda que não houvesse preocupação com comprovações biológicas da descendência, a fidelidade da mulher ao seu marido era uma suposição imprescindível. Os filhos fora do casamento poderiam ocorrer apenas por parte do homem, e nesses casos não alterariam a ordem familiar, pois aconteciam fora da família. Pensar na possibilidade da infidelidade da mulher era altamente subversivo da ordem do pai, pois a introdução de um sêmem estranho poderia alterar o *"sangue da família"*. Essa prática desencadeou um fenômeno ainda muito presente nos dias de hoje, o das mães solteiras que criam seus filhos sem a participação paterna, como Socorro iria fazer se não tivesse encontrado o seu *"salvador"*. Portanto, Sr. Luiz não salvara Socorro da angústia da solidão, mas sim da ausência de um pai para seu filho.

Vieira (1984), em seu estudo que apontou para importantes precursores e pioneiros do Serviço Social destaca São Vicente de Paula, que pautado em uma doutrina social da Igreja, apresentou importante contribuição na assistência às crianças abandonadas durante o século XVII.

> Famílias já numerosas não podiam sustentar mais filhos, abandonavam os recém-nascidos nas portas das igrejas ou dos conventos, confiantes que alguma alma generosa cuidaria deles. Por outro lado, um relaxamento dos costumes e o exemplo das classes abastadas aumentavam o número de uniões ilegítimas e transitórias; quando a mãe não tinha o apoio do pai ou da família, a criança era abandonada e colocada à porta da igreja ou entregue a transeuntes. A discriminação que atingia a mãe – tida como "mulher perdida"

> – se estendia também ao filho dito **"bastardo"**, que carregava, assim, parte da culpa da mãe. (grifo nosso) (Vieira, 1984, p. 39)

Foram criadas casas para recolher estas crianças, que tinham como finalidade abrigá-las e colocá-las para adoção em famílias substitutas. Mas mesmo as Damas de Caridade orientadas por São Vicente resistiam a *"cuidar do fruto do pecado"* que *"aos olhos das pessoas da sociedade deste tempo, eram "criaturas indignas" e, portanto, não mereciam* atenção" (Vieira, 1984, p.39). Mas, São Vicente buscava a solidariedade cristã e afirmava: "*Estas criaturinhas, diz ele, pertencem a Deus, já que seus pais a abandonaram. Se as pessoas consideram uma honra cuidar dos filhos da nobreza, quanto mais nós, que somos destinados a servir os filhos de Deus"* (p.39). E sob o apelo da caridade consolidaram-se práticas de cuidado com a infância abandonada.

Sobre as mães, não era reconhecida a participação da mulher na fecundação, ela era vista como um receptáculo do sêmem[53] e uma nutriz necessária ao filho do pai. O eventual desejo da mulher em gerar um filho não era tomado em consideração:

> A ordem da procriação deve respeitar a ordem do mundo. Penetrada pelo homem deitado sobre ela, a mulher ocupava seu verdadeiro lugar. Porém, se a posição se inverter, a ordem do mundo será pervertida. (Roudinesco, 2003, p. 24)

Nesse sentido, era necessário que o pai protegesse o filho do "*mundo dos instintos"* e do *"apetite passional"* representados pela mãe. *"Dividido para melhor ser unificado, o princípio monárquico exerce uma dominação sem partilha sobre a ordem materna, a fim de que nenhuma irrupção do feminino possa extrapolá-la"* (Roudinesco, 2003, p. 27). A irrupção do feminino era temida como uma subversão à ordem do pai, a ginecocracia significava um empoderamento das mulheres e o perigo delas se libertarem da sujeição moral à ordem marital. O feminino era identificado como fonte de desordem, com suas feitiçarias, potencial sedutor e valorização da subjetividade.

---

[53] Diante do desconhecimento sobre a fecundação, Maurice Gondelier mostrou que nos Baruia da Nova Guiné o esperma valoriza os homens e o sangue menstrual desvaloriza as mulheres (apud Roudinesco, 2003, p.25)

Tais apontamentos vão ao encontro do estudo realizado por Bandinter (1985) ao refletir sobre o mito do amor materno, em que houve uma *"desvalorização dada à maternidade em toda a Idade Média e mesmo na Antiguidade como relacionada à ênfase no poder paterno que acompanha a autoridade marital"* (Moura, 2004, p. 45)[54]. Bandinter (1985) considera que o gênero feminino fora *"vítima da maternidade"* (p. 20), sendo que a maternidade não era uma escolha e sim um destino. A mulher era prisioneira do poder masculino na posição de *"Pai, Marido e Senhor"* e condenada às tarefas domésticas. Sobre a afetividade familiar a mulher foi condicionada ao amor materno como característica fundamental ao seu papel no seio da família, ignorando sua resistência neste processo, e enquanto que, ao homem era delegada a obrigação de prover o sustento da família, assegurava-lhe também o direito de participar da vida pública e política, que possibilitava o desenvolvimento individual e independente, garantindo-lhe assim o poder e o saber.

Bandinter (1985) segue descrevendo a condição da criança frente à indiferença materna, e demonstra as interferências dos discursos moralizadores e médicos que forçaram a naturalização de conceitos e práticas relacionadas à maternagem a partir do século XVIII e principalmente no século XIX, na construção e conquista do amor materno em defesa da criança e combate à mortalidade infantil que ameaçava a demografia européia da época. Sua obra chama a atenção para o quanto a maternidade pode ser uma imposição na vida das mulheres, sendo que nesses casos, os sentimentos de indiferença, rejeição e resistência passam a ser ocultados e negligenciados. A valorização da *"mulher-mãe"* e a *"rainha do lar"* passou a evocar respeito e poder ao feminino, mas desde que não ultrapassasse o domínio doméstico. Afastar-se das novas

[54] Moura e Araújo(2004) fazem uma recuperação histórica sobre a maternidade e os cuidados maternos e consideram a importância do estudo de Bandinter (1985).

responsabilidades femininas passou a produzir sentimento de culpa, que só podia ser explicado como *"desvio"*, *"anormalidade"* ou *"patologia"*. É preciso ponderar:

> Parte-se pois da idéia de que, historicamente, o valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações que as concepções e práticas relacionadas à maternagem apresentam são produzidas por uma série de agenciamentos sociais, dentre os quais os discursos e práticas científicas assumem um importante papel. (Moura; Araújo, 2004, p.45)

Moura e Araújo (2004) seguem afirmando que para enfatizar o poder paterno o homem era *"percebido como superior à mulher e à criança, diferença essa concebida como inerente à natureza humana, que o dotaria pois, de uma autoridade natural sobre a esposa e os filhos."* (p. 45). Pautava-se na teoria da inferioridade, que entre humanos também atravessa questões como as relações desiguais de origem étnico-racial.

A dominação do pai prevaleceu até final do século XIX, quando Revoluções que discutiam valores como a democracia, conseguiram comprometer a estabilidade da monarquia e o ideário do Deus-Pai. Instaura-se o Estado e inicia-se a transição da família tradicional, que tinha como principal objetivo assegurar e transmitir o patrimônio, para o princípio da chamada família moderna. Construída sobre o alicerce do amor romântico, a escolha dos casamentos valorizava o amor conjugal e a reciprocidade do sentimento como critério determinante. Mas é um tempo que trouxe também a divisão do trabalho entre marido e mulher, sendo que a mulher acumulou tarefas domésticas aliadas ao seu recrutamento para o mundo do trabalho. Tal conjuntura fez com que o Estado colaborasse com a responsabilidade de cuidar das crianças. *"A atribuição da autoridade torna-se então motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães de outro"* (Roudinesco, 2003, p. 19).

Ainda de acordo com Roudinesco, as mulheres tiveram que enfrentar muita resistência e conservadorismo quanto ao princípio de sua participação, já que a

dominação do masculino sobre o feminino era a regra básica para a construção da relação os entre sexos:

> Do mesmo modo foi preciso atribuir-lhes uma função de sexualização do laço social. Elas permitiram pensar a história da família sob a categoria não apenas da diferença sexual – o masculino contra o feminino e vice-versa – mas também da contradição entre duas formas de dominação econômica e psíquica: paternalocentrismo de um lado, maternalocentrismo de outro. (Roudinesco, 2003, p.36)

O pai, para recuperar a organização da soberania patriarcal torna-se o patriarca do empreendimento industrial, longe da figura de um Deus, torna-se mais real do que simbólico. *"A ordem familiar econômico-burguesa repousa portanto em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos"* (Roudinesco, 2003, p.38). Para que seja respeitado será um pai justo, que levará em consideração a promulgação dos Direitos do Homem e do Cidadão. Trará como inovador o reconhecimento de que todo filho – *"ilegítimo, adulterino ou abandonado – tem direito a uma família, a um pai e uma mãe"* (p.39), revolucionando princípios no que tange à paternidade adotiva.

Ao pai havia sido dado o poder de julgar e punir com a correção paterna, direito este abolido em 1935. Esse pai, ao passar a ser questionado e cobrado pelas suas atitudes, vê-se "*mutilado"*, enfraquecido em seu poder, pois ao cometer erros e injustiça, deve ele também receber uma punição – aplicação da lei, assim como as mulheres e os filhos. *"É assim que a substituição do poder de Deus pai pelo do pater familias abre caminho para uma dialética da emancipação cujas primeiras beneficiárias serão as mulheres*[55]*, e depois delas as crianças"* (idem, p.40). Mas é claro que foram sustentados alguns discursos contra-revolucionários:

---

[55] Partindo do pressuposto de que o patriarcado é uma forma tardia de organização social e que sucedeu a um Estado primitivo de tipo matriarcal, Friederich Engels, deu uma valiosa contribuição para os estudos da família com sua obra *"A origem da família, da propriedade privada e do Estado"* e *"via assim, no advento do patriarcado, a grande derrota do sexo feminino e a criação da luta de classes – a mulher se tornando, na família burguesa, "o proletário do homem""* (apud Roudinesco, 2003, p. 42).

> A restauração da monarquia passa aliás, para eles, pela reafirmação do poder paterno: para retirar o Estado das mãos do povo, comenta-se nesses círculos, é preciso tirar a família das mãos das mulheres e das crianças (Roudinesco, 2003, p. 42)

É preciso estar atento para o fato de que a mutilação do pai vai tomando maiores proporções, à medida que as violências silenciosas vão se publicizando e as tristes histórias de família passam a ser envolvidas pelo sentimento de revolta e o desejo de vingança. A história mitológica de Édipo contada pela Filosofia é exemplo da destruição da ordem familiar, transformada em complexo por Freud, passa a ser um dos mais importantes sustentáculos da teoria das estruturas psíquicas.

Na Europa a constituição do sentimento familiar acompanhou a instauração do Estado Moderno e as revoluções liberais. Especificamente no Brasil, a condição de colônia retardou esse processo.*"Nesse movimento, promoveu-se uma "reeuropeização" dos costumes coloniais pela transposição, para o Brasil, de hábitos relativos a uma cultura gestada na Europa."* (Moura; Araújo 2004, p.48). Na família colonial, da mesma forma havia a valorização do patriarca, sendo que os demais membros estavam ao seu serviço. No Brasil, assim como na Europa, foi necessário *"formatar"* a mãe higiênica no ataque ao aleitamento mercenário que supostamente contribuía para a mortalidade infantil:

> O comportamento comum da sociedade da época, de recusa ao aleitamento materno, foi codificado também no Brasil como uma infração às leis da natureza, o que permitiu não somente a culpabilização das infratoras, mas um sentimento de anomalia. Além disso, a insistência quanto à amamentação permitiu que se regulasse a vida da mulher, confinando-a por um longo período ao ambiente doméstico... Também aqui, os cuidados maternos passam a ser valorizados e esse novo olhar sobre a criança possibilitou a manifestação do "amor materno", que tornou-se não somente desejável como "natural"[56]. (Moura; Araújo, 2004, p.49)

Moura e Araújo (2004) apontam que a psicologia e a sociologia pós-freudiandas, analisando e valorizando a relação mãe-bebê como *"decisiva"* para o desenvolvimento

---

[56] O século XIX assistiu a adaptação do modelo da família burguesa européia à sociedade colonial brasileira, adquirindo com a ajuda dos médicos higienistas locais um *"colorido tropical"*. (Moura, Araújo, 2004, p.49)

da criança, contribuíram para a ênfase na construção do papel materno. Entretanto, Roudinesco (2003) possibilita o alerta de que Freud foi uma espécie de Nostradamus:

> Se Freud pôde transferir para uma nova ordem simbólica a antiga soberania patriárquica foi certamente porque permanecia ligado à tradição da família dita "autoritária". Mas via nela também a fonte de rebeliões futuras. E não se enganava, uma vez que ela ia se tornar, no século XX, o pivô de uma partilha incessante entre a autoridade e a liberdade, entre a vinculação e autonomização, entre a repressão dos instintos e o advento do desejo, entre o grupo e o indivíduo, entre a submissão e o conflito. (Roudinesco, 2003, p.94)

Quanto mais avançamos historicamente para a contemporaneidade mais nos deparamos com a diversidade de arranjos familiares, sendo que a transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais complexa frente à disseminação de separações e divórcios. Novos modelos de parentalidade ficam em evidência diante das recomposições ou monoparentalidade familiar. E há ainda que considerar a introdução de tecnologias contraceptivas, pois alterou substancialmente as formas de controle da fecundidade.

> Se por um lado as mulheres de todas as camadas sociais recorreram a diferentes técnicas contraceptivas, mais ou menos eficazes, e se o aborto era freqüente, por outro lado o infanticídio e abandono permaneciam, há séculos, os dois meios mais correntemente utilizados para controle de fecundidade. (Roudinesco, 2003, p.99)

O declínio da paternidade favoreceu ao complexo tutelar controlar as famílias em seus *"desvios"* (Donzelot, 1986, p. 47 apud Moura, 2004, p.47). De acordo com a classe social a que pertenciam a presença do Estado passa de um *"governo das famílias"* para um *"governo através das famílias"*. *"Nas camadas populares da sociedade, a ausência paterna e o descumprimento de suas funções foram progressivamente assumidos pelo Estado através de suas instituições"* (Moura, 2004, p.48), por meio das políticas sociais de intervenção, respaldadas pelos discursos técnicos de médicos higienistas seguido de pedagogos, psiquiatras, psicólogas, psicanalistas, assistentes sociais -*"que através de suas intervenções, contribuíram para a construção de normativas destinadas a regular a vida familiar e individual"* (p.48).

Sabe-se que dentre as políticas públicas reivindicadas pelo movimento feminista está a medida de saúde pública que assegura às mulheres o direito sobre o próprio corpo e descriminaliza a interrupção voluntária da gravidez, contribuindo para repensar as relações de gênero. O aborto legalizado disseminado em dezesseis países, localizados principalmente no hemisfério norte, é considerado um avanço por muitos, entretanto, a polêmica em torno da questão ainda traz repercussões dentro do próprio movimento.[57]

Knibiehler (2007) afirma que nos anos 1970 existiram algumas intelectuais que defenderam a maternidade, mas que ainda assim, tentar juntar de um lado as mães e de outros as feministas provoca nela o sentimento de *"estar sentada entre duas cadeiras"* e que, nesta tentativa, foi marginalizada e contestada como intelectual, pois estava convencida de que a maternidade continuaria a ser o elemento central da identidade feminina. Sua formação como historiadora e vivência como mãe permitiram a ela sustentar que ser mãe não era apenas um *"desabrochamento narcísico"*, mas na mesma medida, é uma *"função social"*. Ela acrescenta que *"a transmissão da identidade sexual é muito mais difícil para as mulheres do que é para os homens"* e que essa diferença se deve à própria vocação da espécie humana:

> O que uma mãe ensina a sua filha é que seu corpo inteiro está profundamente engajado na reprodução da espécie. Em outras palavras, está engajado num campo que beira o sagrado e que não conseguimos laicizar por completo. Os médicos podem ter explicado o processo de concepção, gestação e parto nos mínimos detalhes, mas o investimento no nascimento humano é tão grande que ele ainda é sagrado, e com ele, é sagrada a mãe. (Knibiehler, 2007, p. 10)

O que considero relevante ressaltar na fala da autora refere-se a uma reflexão em torno da prática do aborto ao responder a seguinte questão: *"Mais de 30 anos após a Lei Veil, na França, que autoriza a prática de aborto, as mulheres realmente se*

---

[57] O Jornal a "Folha de São Paulo" de 04/03/07 – Caderno Mais, trouxe a entrevista com a feminista francesa Yvonne Knibiehler, que lançou o livro *"Quem cuidará das crianças?"* em 2007. Segundo a matéria traduzida pela Folha de São Paulo e originalmente divulgada no jornal francês "Le Monde", a autora e militante acusou o movimento feminista de negligenciar o papel da maternidade ao longo da história.

apropriaram do domínio sobre sua própria fecundidade?" (Le Monde – Folha de São Paulo). Knibiehler polemiza que a liberdade de dar à luz ou não a um filho inscrita na lei tem relevante importância no plano simbólico, *"mas essa liberdade jurídica ficará no plano formal se não existir a liberdade psicológica"*.

Ela utiliza a contraposição de dados e diz que na Holanda – país que possui a lei mais liberal em matéria de aborto, em contrapartida, possui o menor índice de abortos no mundo, comprovando que as duas coisas não são contraditórias, a mulher pode possuir o direito de optar por não ser mãe quando engravida e ainda assim desejar ser. Já na França, o número de interrupções voluntárias de gravidez (IVG) é elevado e afirma que isso é decorrência do quanto não se esclarece suficientemente que o aborto é também um sofrimento físico e moral: *"Enquanto a IVG continuar a ser vista pelas mulheres como símbolo de libertação, elas a sofrerão sem protestar, por mais desagradável que seja"*, tanto que são freqüentes os depoimentos que revelam sobre as marcas psíquicas desse processo.

A perspectiva de gênero sempre recebeu grandes contribuições dos grandes passos e tropeços do Movimento Feminino, e mesmo sob o risco de oscilar entre renovação e conservadorismo aos olhos de muitos, considero imprescindível a ponderação da referida autora sobre o tema aborto, que conclui na tentativa de aliar igualdade à maternidade:

> O que realmente espero é que aquelas – e aqueles – que se disserem feministas no futuro compreendam que **é preciso, sim, ajudar as mulheres a não ser mães quando elas não querem ser, mas que também é preciso ajudá-las quando elas desejam ter filhos.** (grifo nosso) (Knibiehler, 2007, p. 10)

O posicionamento da feminista francesa vem ao encontro com as preocupações desse trabalho, que se debruça principalmente sobre a realidade brasileira. Muitas mulheres, em especial aquelas oriundas das camadas populares, quando tiveram os seus filhos, e

são as principais responsáveis por prover o sustento familiar, enfrentam inúmeras dificuldades na criação dos mesmos. Distantes de seus lares passam menos tempo em contato com suas crianças e adolescentes, que por sua vez ficam entregues às políticas sociais, por vezes precárias e excludentes.

Moura e Araújo (2004) destacam que a liberdade adquirida pela mulher deve ser considerada uma conquista, já que hoje é possível exercer sua sexualidade desvinculada do matrimônio, decidir e planejar sobre a maternidade, adiá-la até o momento que se considera propício às circunstâncias de sua vida, de interromper a gravidez por meios seguros[58], mas contrariando a conclusão das autoras que afirmam que é possível optar por viver a maternidade sozinha sem que isso signifique uma condenação social (p. 53), ainda depara-se com situações em que o exercício da maternidade pode ser considerado uma sobrecarga à mulher ou mesmo um castigo.

Ao passo que ia revisitando a história da família em foco um caminho ia se delimitando ao demonstrar que, se interromper vidas durante a gravidez é um dilema humano, gerar a vida e cuidá-la pode ser tanto quanto. A compreensão a respeito de uma mãe como Socorro não é simples. Retorno ao caso para apresentar as **práticas abortivas de um filho nascido**.

Socorro, esta mulher e mãe que simplesmente não ia embora era eternamente grata ao companheiro por tê-la aceitado com um filho que era de outro homem. Deve-se atentar para a sociedade em que vivemos, que tem valores conservadores e patriarcais

---

[58] Embora na ilegalidade, mulheres desafiam a lei em países como o Brasil. A Revista Veja de janeiro de 2009 trouxe como capa a matéria *"Aborto – Os médicos rompem o silêncio"*, em que aborda que a decisão das pacientes de interromper a gravidez já prevalece sobre os dilemas éticos, religiosos e científicos e afirmam *"sem muita precisão que os especialistas acreditam que chegue a um milhão o número de abortos realizados anualmente no Brasil de modo clandestino."* (p. 69) Trata-se de uma questão relevante à saúde pública visto que a as complicações decorrentes de uma interrupção malfeita representa a quarta causa de morte materna, sendo que em um passado recente os dados eram ainda mais alarmantes. Acredita-se que a redução estatística em termos de ocorrência de abortos e suas conseqüências na década de 80, que chegou a alcançar cerca de quatro milhões de casos/ano, em grande medida deve-se ao aperfeiçoamento dos métodos contraceptivos e a disseminação no país de políticas públicas de planejamento familiar, entretanto, com grande ênfase à distribuição da chamada *"pílula do dia seguinte"* ou de *"emergência"* que passou a ser distribuída pelo Ministério Público desde 2002.

enraizados, em que um filho fora do casamento é considerado ilegítimo, sendo que a moral cristã durante muitos anos o considerou *"fruto do pecado"*. Socorro, então, através desta postura em princípio identificada como gratidão, pagava o pecado imaginário. Nesse sentido, a gratidão era tanto pela aceitação de seu pecado quanto pela possibilidade de pagá-lo, em nível imaginário. Mas tal aceitação não é garantia de redenção, pois apenas o ato de batismo – aceitação no reino do pai, é que possibilita a absolvição. O batismo implica o reconhecimento simbólico do pai, o que não ocorreu com Júnior que era filho do pecado e não do pai.

Socorro era eternamente agradecida ao homem que aceitou o seu pecado – Júnior, que ao nascer não foi absolvido do pecado original como ocorre com os cristãos. Ela havia sido abandonada pelo pai biológico de seu filho e foi recebida dentro da casa de outro homem em uma atitude *"generosa"* deste.

Este mesmo homem que foi capaz de uma atitude generosa também é o perpetrador de violências contra esta mulher, contra o filho que ele registrou e os filhos que gerou. A mulher pode permanecer em uma relação como esta por acreditar, mesmo que de forma inconsciente, que merece ser castigada, sendo o motivo do castigo o sentimento de culpa que carrega consigo. Sr. Luiz foi a penitência da mãe cumprida por toda a família.

No caso de Socorro, sua tentativa foi de na luta pela sobrevivência, proteger-se e proteger o filho do desamparo social e psíquico. Assim, submeteu a ambos a outras formas de desamparo, como aceitar as agressividades do companheiro que também ocorriam contra o primogênito ou por causa dele. Violências estas, em uma relação de poder extremamente desigual, do homem contra a mulher e da *"pessoa grande"* contra uma criança, que teve como conseqüência a saída de Júnior para as ruas ainda na

infância, como na passagem em um dos relatórios se referindo ao pai: *"Ele faz de tudo para Júnior ir para a rua"*.

Neste sentido, após nossa cultura apropriar-se da construção do amor materno, quando não acontecem os cuidados necessários quanto à criação de um filho, ainda assim podemos pensar em uma **postura abortiva** da mãe que não consegue defender a sua cria. Socorro permitia a realização de práticas abortivas de um filho já nascido, uma vez que os ataques do *"paidrasto"* visavam à interrupção da vida de Júnior naquela família, e fazia com que este fosse para as ruas, fragilizando o vínculo entre mãe e filho, que chegavam a passar meses sem se ver.

Este questionamento propõe a hipótese de uma autopunição por parte da genitora que não conseguia ser uma *"mãe suficientemente boa"* para o filho, conforme os apontamentos de Winnicott (1982). Seu sentimento de culpa de ter tido um filho fruto do pecado atrelado à noção de gratidão ao homem que a *"salvou"* da imoralidade, (mas que por outro lado a *"condenou"* a uma dinâmica familiar violenta) fez com que ela se tornasse negligente e omissa frente ao abuso do companheiro com relação aos filhos. Ela assumiu uma postura passiva e conivente com esse processo de violências, legitimando a prática e concedendo uma perversa autorização. Júnior assumiu a função de defender os irmãos mais novos dos abusos do Sr. Luiz, mas como não tinha força para isso, foi para as ruas e este espaço público acabou por trazer visibilidade às relações violentas desta família. Ele conseguiu de maneira tortuosa denunciar e buscar ajuda contra os abusos de poder do pai. Júnior se tornou uma espécie de *"mártir"* da família e nas ruas, colocou a sua vida em sacrifício em nome de um ideal - a tentativa de salvar os seus irmãos e a sua mãe.

Como nos demonstra Freud (1929), Júnior acabou se tornando um objeto de expiação da mãe, que permitia que o dito *"pai"*, que mais se aproximava da figura de

um *"carrasco"*, o submetesse às suas violências como forma de Socorro declarar o seu agradecimento e obediência ao seu *"Senhor"*. Júnior se tornou uma oferenda em um ritual quase satânico, em que a mãe oferecia o filho ao *"pai às avessas"*, lembrando Roudinesco (2003) novamente quanto ao complexo paterno e a crença em Deus. Se o ideal de pai, pessoal e psicologicamente, pode ser entendido como um homem levado às alturas, o contrário disso seria um carrasco levado às profundezas do inferno. O uso do termo satânico e a dicotomia entre Deus e Diabo – o anjo caído, foi utilizado devido às presenças dessas imagens no universo familiar onde a presença de uma *"cultura crente"* suscita extremos como o Deus-Pai e o Demônio-"Padrasto" que tenta os homens de bem. Lembro de outro dito popular que diz: *"Deus é Pai, não é padrasto"*. Quando desaba a autoridade do pai, os jovens perdem a fé, e podem fugir e atacar o *"Coisa Ruim"*.

Socorro: uma mulher que precisava ser compreendida. Seria ela uma *Medéia* perdida nos labirintos da passagem histórica, que ora levam às identificações com posturas primitivas da idade antiga e medieval, ora é levada à era contemporânea e seu racionalismo e liberdade, transitando do mito para a realidade? Talvez sim. *Medéia* é uma das personagens mais *"terrivelmente fascinantes"* da mitologia grega que envolve sentimentos contraditórios e intensamente cruéis. Existem algumas versões sobre o mito, sendo muito reconhecida a de Eurípedes, dramaturgo grego, que escreveu a peça teatral no ano 431 antes de Cristo, momento que o teatro retratava os acontecimentos e mitos, e era utilizado para promover a educação dos homens, principalmente para a sociedade ateniense.

O papel da mulher foi discutido nesta peça de maneira bastante trágica, pois ao abordar o conflito entre razão e sentimento, tocou em tabus que não cabiam na imagem de feminilidade, como a ira, a violência e a vingança. Rinne (1988), ao analisar o mito

de *Medéia* destaca que faz parte da obra de Eurípedes ser trágica, com o objetivo de provocar uma catarse, trazendo à consciência sentimentos reprimidos. Os sentidos podem ser recalcados pelo conhecimento objetivo e racional, mas sempre estão presentes na forma de desconforto e angústia.

Foi almejado por Eurípedes revelar a situação da mulher, que tomada de emoção, sem seus direitos respeitados e entregue aos abismos da própria alma, opõem-se ao poder e dominação do homem racional e decide resolver as suas mágoas com as próprias mãos. *Medéia,* que do grego significa *"aquela que dá o bom conselho",* era uma princesa da Cólquida (localizada na atual República da Geórgia) famosa por seus poderes mágicos de cura. Ela contrapõe-se ao próprio pai para ajudar o grego Jasão a conquistar e roubar o velocino de ouro (presente dos deuses que atraia prosperidade a quem o possuísse). Após salvar a vida do herói, fugiu com ele para a Grécia, deixando os bárbaros rumo à civilização. Mais tarde, após anos de matrimônio, Jasão a abandonou para casar-se com outra princesa mais jovem e bela, e permitiu que seu novo sogro, rei de Corinto, exilasse *Medéia* e os filhos. Irada e com sede de vingança rebela-se ao ser abandonada pelo homem que amava depois de muito ter se dedicado a ele.

Apresenta-se o retrato psicológico de uma mulher carregada de amor e ódio. Humilhada e exilada, com seus poderes mágicos *Medéia* trama uma sucessão de mortes. Mata a rival e o pai dela, o Rei. Ao vir ao seu encontro e temendo pela segurança dos filhos Jasão depara-se com a cena: *Medéia* havia matado os próprios filhos. Sua maior vingança foi retirar a descendência do homem que a abandonara por conveniências.

> No entender da nossa cultura, uma mãe preferiria matar-se ou deixar-se matar a permitir que acontecesse algo aos próprios filhos. O infanticídio é a mais extremada transgressão a que uma mulher chegaria, o crime mais hediondo que ela praticaria. Teria tido o drama de Eurípedes a mesma força se Medéia não fosse apresentada como infanticida? (Rinne, 1988, p. 11)

Segundo a citação de Rinni, pode-se dizer que Socorro, assim como Júnior, era uma transgressora. Foi uma mulher que praticou a mais alta transgressão feminina, a de permitir que aconteça algo aos filhos, assim como *Medéia*, mas que o faz como forma de vingar-se do homem, pai de seus filhos. Socorro pareceu não reconhecer sua ira mas vinga-se de si mesma através de uma forma masoquista de expiação da culpa.

Ao ultrapassar todos os limites da condição humana feminina, a história de *Medéia* incomoda a ponto de ser rejeitada e mergulhada no esquecimento. Porém, *Medéia* não foi só uma infanticida, mas é certo que demonstrou sua força por meio de uma *"fúria delirante"*, ao protestar contra sua vitimização face ao egoísmo masculino e privilégios da dominação masculina, representados por Jasão e o Rei que a exila. Era uma mulher forte e contestatória. Algumas produções sobre o mito, como o filme *"Medéia – A feiticeira do amor"*, do polêmico diretor italiano Pier Paolo Passolini, nos anos 1970, são cuidadosas ao produzir a cena em que a mãe mata os filhos e o faz com amor, com delicadeza, pois após lhes dar um carinhoso banho, os faz dormir para só depois concluir seu plano de vingança. O ódio estava sendo despejado contra o pai e não contra os filhos, que se tornaram os instrumentos de *Medéia*.

Rinni (1988) enfatiza que Eurípedes foi reputado o primeiro autor a defender os direitos da metade oprimida da humanidade, quando as mulheres eram tratadas com muito pouca diferença em relação aos também abusivos tratos para com os escravos. A autora relembra as palavras de *Medéia* ao iniciar a sua vingança: *"Que ninguém me considere inferior e débil, amante do repouso, mas do tipo oposto..."* (Rinni, 1988, p. 12), desvendando sua postura combativa encoberta pela brutalidade de seu ato.

Medéia nos auxilia a compreender Socorro. A primeira foi uma esposa repudiada e uma estrangeira perseguida, tal qual a segunda. A mãe de Júnior foi abandonada pelo homem a quem se entregou, restando a ela o desafio de enfrentar sozinha diante da

família e de uma sociedade provinciana conservadora o desafio de gerar e assumir um filho que foi concebido pelos dois. Diante desta imposição em sua vida, assim como *Medéia,* tornou-se uma estrangeira, pois na posição de mãe solteira abandonada não suportou o regime da moralidade e os preconceitos, deixou sua cidade de origem com um recém-nascido no braço. Na nova cidade juntou-se a um homem que podia lhe oferecer um teto e se tornou perseguida pelas equipes técnicas de Programas de atendimento, em decorrência de uma perversa situação de violência a que seus filhos estavam submetidos com o seu consentimento. (grifo nosso)

Acredita-se que Medéia fora tomada por uma incomensurável carga de amor e ódio, sentimentos contraditórios que também poderiam estar presentes em Socorro, a *"mãe-cadáver"* que nunca demonstra o que sente e se sente. Procuro compreender a já referida fala da profissional que atendeu Socorro e atestou sua *"desmotivação"* e *"indiferença"* diante dos problemas enfrentados por seus filhos e me pergunto se os sentimentos ambivalentes de ódio e amor seriam capazes de se anular mutuamente a ponto de deixar aquela mãe inerte diante da vida, neutralizada e passiva diante da avassaladora vida.

As análises em torno do mito da *Medéia* continuam me instigando rumo ao aprofundamento da questão posta sobre a mulher, sobre Socorro. Após pensar no *"Deus-Pai"* é preciso encarar a *"Deusa-Mãe"*:

> A figura ambivalente de Medéia é o símbolo de um período de transição do matriarcado para o patriarcado. Da sua passagem, ou, mais exatamente, de seu rebaixamento de deusa da cura e da sabedoria para a feitiçaria poderosa, inteligente e ameaçadora, e, por fim, esposa ciumenta e infanticida, pode-se deduzir como a feminilidade dotada de poder foi desvalorizada e vista como demoníaca na mesma proporção do crescimento do poder patriarcal... Como, porém, interiorizou a imagem de uma criatura pálida e frágil da cultura androcêntrica, sua raiva contra essas ofensas é expressa através de depressão e ódio a si mesma. (Rinni, 1988, p.13)

Esta passagem conecta-se com a autora Roudinesco (2003), ao abordar a *"irrupção do feminino"* e seus desdobramentos nas relações de poder entre os sexos. Ainda nessa

direção, Rinni (1988) pergunta-se se a produção de Eurípedes ao tratar do mito da *Medéia* não poderia ser também a manifestação da fantasia do medo masculino de quando a mulher recusa o papel que é a ela destinado no mundo patriarcal e dá livre curso aos seus sentimentos, inclusive à sua ira. A *Medéia* que atravessou gerações por séculos a fio, assim como Socorro, por vezes perdeu seu espírito de resistência e poder de decisão. Mas Rinni considera que vivemos na atualidade uma nova fase de transição, ou como prefere Roudinesco (2003), uma fase de irrupção que não pode mais ser contida e reprimida. Segundo Rinni (1988) essa fase não apresenta apenas indícios destrutivos, mas também os produtivos quanto à relação entre os sexos. A emergência do processo democrático tem possibilitado reconquistar competências femininas apagadas pelo patriarcado; entretanto, muitos efeitos da cultura androcêntrica continua atuando no inconsciente. Para enfrentar esses resquícios é preciso alcançar o que a autora chamou de auto-afirmação, e que Socorro não demonstrava:

> Faltam com freqüência às mulheres as condições fundamentais, externas e internas, para que realmente aproveitem a margem de liberdade que, teoricamente, está à sua disposição; faltam-lhe, antes de tudo a autoconfiança e o sentimento do próprio valor. (Rinni, 1988, p.15)

Ao renunciar a tudo para seguir o seu homem, vendo o sentido da própria vida nas mãos dele, a mulher pode reagir com raiva contra o homem e contra a sociedade que a induziu a esse papel. Mas como os sentimentos que permeiam a vingança não são esperados do feminino, visto que as qualidades femininas e masculinas continuam polarizadas em nossa cultura, acontece um processo de recalcamento/repressão: *"é provável que ela volte sua agressão para o interior e caia numa depressão autodestrutiva"* (Rinni, 1988, p.18). Muitas mulheres só se libertam efetivamente quando percebem a urgência em se despir desses "ideais" de feminilidade, *"se quiserem sobreviver como seres humanos"* (p.18*).*

Socorro apresentava traços deprimidos-melancólicos, não reagia diante das atrocidades vividas, sufocava internamente sua *Medéia* e recalcava seus sentimentos em um mundo difícil de ser habitado, seja internamente ou externamente. Ainda assim, é possível identificar um momento de virada, em que Socorro encontra brechas para romper com os padrões instituídos.

Sem saída e pressionada pelas instituições (Conselho Tutelar, Ministério Público, Programas de Atendimento) ela não sucumbiu em aceitar e lamentar o triste fim de sua tragédia. Salva pela Igreja com casa e comida, essa mulher desatou o nó da dominação do Sr. Luiz ao mobilizar a comunidade com a qual tinha contato para sair de casa, providenciar um novo lar, recuperar os filhos abrigados e um pouco de autonomia em sua vida, já que posteriormente negou as investidas de Sr. Luiz para voltar para casa e reconstituir a família tradicional, patriarcal e violenta, afirmando que a vida estava boa depois da separação.

Pode-se considerar que a vingança de Socorro foi abandonar o marido que buscava fugir da solidão, e que morreu pouco tempo depois, morando sozinho, por causa de sua saúde já fragilizada. Porém, Socorro não conseguiu fugir totalmente das condições de vida do seu passado como fez *Medéia* que seguiu sozinha. Socorro permaneceu não só diante de suas próprias feridas e cicatrizes, mas também das *"seqüelas"* deixadas na vida de seus filhos. Por vezes, tenho a impressão que ela foi movida pela ira provocada pela ameaça de perder os filhos, mas depois de resolvida esta questão e depois da morte de Sr. Luiz, volta à cena a *"mãe-cadáver"*, como o sangue novamente frio nas veias diante do mundo. Júnior, o herói não reconhecido, continuou distante do universo familiar, encerrado nas instituições totais e abandonado pela mãe que continuava a praticar as práticas abortivas de um filho vivo.

O mito de *Medéia* foi inspirador para pensar sobre esta mãe, esta mulher. Ele foi adaptado para a realidade brasileira pela clássica peça de Chico Buarque e Paulo Pontes, *Gota D'água* (1975), que retrata a dura realidade brasileira em contexto de extrema pobreza. Nas palavras de Buarque e Pontes (1975) *"Gota D'água, a tragédia, é uma reflexão sobre esse movimento que se operou no interior da sociedade, encurralando as classes subalternas"* (p. xv). Alves (1975) ao pensar sobre as personagens criadas pelos autores, diz na contracapa da obra:

> Com esses personagens traçaram um quadro bem sucedido, de uma realidade que é toda nossa, mas que é também por extensão, a realidade de todos os pequenos desse mundo, aqueles que **sofrem na carne** as contradições e as injustiças de uma sociedade sorridente, mas implacável com seus humilhados ofendidos. (grifo nosso) (Alves, 1977, contracapa de Buarque e Pontes 1975)

Para transpor *Medéia* para a realidade brasileira foi preciso considerar em grande medida o injusto processo de empobrecimento brasileiro e a existência social concreta das classes subalternas, como afirmam os autores da *Gota D'água*. Estas análises retomam o desejo original dessa pesquisa que foi, sob enfoque ampliado, compreender a repercussão da questão social na subjetividade.

Tomo emprestado de *Joana* – A *Medéia* moderna e brasileira de Buarque e Pontes (1975), sua descrição sobre a ***vida em carne* viva** ao fabricar o seu veneno, que tentei representar para o leitor ao narrar a história de vida de um adolescente em conflito com a lei:

> Tudo está na natureza
> encadeado e em movimento –
> cuspe, veneno, tristeza,
> carne, moinho, lamento,
> ódio, dor, cebola e coentro
> gordura, sangue, frieza,
> isso tudo está no centro
> de uma mesa e estranha mesa
> Misture cada elemento –
> Uma pitada de dor,
> uma colher de fomento,
> uma gota de terror
> O suco dos sentimentos,
> Raiva, medo ou desamor,
> produz novos condimentos,

> lágrima, pus e suor
> Mas, inverta o segmento,
> intensifique a mistura,
> temperódio, lagrimento,
> sangalho com tristezura,
> carnento, venemoinho,
> remexa tudo por dentro,
> passe tudo no moinho,
> moa a carne, sangre o coentro,
> chore e envenene a gordura
> Você terá um ungüento,
> uma baba, grossa e escura,
> essência do meu tormento
> e molho de uma fritura
> de paladar violento
> que, engolindo, a criatura
> repara o meu sofrimento
> co'a morte lente e segura
> (Buarque; Pontes, 1975, p. 160)

Uma distinção precisa ser apontada na obra à brasileira. Diferentemente da tragédia grega, em que *Medéia* após vingar-se matando os filhos foge para outro reino, Joana compartilha com os filhos do bolo que ela mesma havia preparado e envenenado. Morrem-se lentamente mãe e filhos na história, assim como ocorre muitas vezes nos cotidianos das famílias brasileiras.

(Fim do *Intermezzo III)*

Sigo, novamente amparada pelos registros documentais que auxiliam a concluir a situação atualizada da família. Mais um ano se passou e em 2006 o caso é assumido por outro técnico de referência, sendo que outra assistente social passa a propor as intervenções. Seu primeiro registro atualizou a situação dos filhos de Socorro.

> Em contato telefônico com o pastor da Igreja este informou que Júnior está preso na Colônia Penal, Jeniffer teve um bebê recentemente e Alex está bem, estudando e freqüentando a Igreja juntamente com sua mãe. (21/03/06)

A citação afirma que Alex, irmão caçula vítima de abuso sexual e que chegou a desejar viver com o pai-abusador estava bem, já que estava freqüentando a Igreja e a Escola, sinalizando sua abnegação que na moral religiosa diz respeito à renúncia da própria vontade. Enquanto que, com os filhos *"desgarrados"*- contestadores da ordem

do pai[59], o status pejorativo assume o foco, visto que Júnior havia sido conduzido para o sistema prisional de adultos e Jeniffer havia se tornado mãe, sem planejamento, aos dezessete anos.

Em pouco tempo, nos registros institucionais de 23/03/06, a aparência de bem-estar de Alex é substituída por uma preocupação com sua aprendizagem, alerta feito pela vice-diretora da escola onde o menino estudava e confirmado pela mãe que afirmou que o filho tem apresentado um *"comportamento estranho"*. Alex não demonstrava dificuldades de aprendizagem, mas sim um déficit, pois não dominava pré-requisitos necessários para cursar a série em que se encontrava. Os profissionais que estavam acompanhando o caso no **Programa Infância Vitimizada** avaliaram que as seqüelas deixadas em seu desenvolvimento escolar estavam relacionadas aos conflitos emocionais vivenciados na infância, quando o pai ainda era vivo, e que bloqueavam o desenvolvimento de Alex na escola. Novamente as orientações foram para que a responsável levasse o filho para atendimento psicológico atrelado ao necessário reforço escolar.

Em meados de 2007, foi então a vez do caçula acentuar as preocupações a seu respeito: permanência nas ruas, baixa freqüência na escola, freqüentar um centro espírita para o qual foi levado por um *"colega"* e manifestar sua homoafetividade.

A religiosidade é um aspecto importante a ser considerado, pois ao freqüentar um centro espírita, Alex rompe com a tradição evangélica da família. Quanto à orientação sexual, Alex chegou a comentar em atendimento psicológico sua preocupação, perguntando à psicóloga se a causa de ter se tornado *"gay"* fora devido aos abusos sexuais sofridos na infância pelo pai, revelando o quanto o vivido ainda permeava sua vida e seu imaginário.

---

[59] Júnior e Jeniffer demonstravam sua rebeldia contra o pai, o que pode ser considerado saudável, reagir diante formas de violência e opressão. Enquanto Alex, sustentava uma certa passividade diante das condições de sua vida.

Nos prontuários de 2008 é possível identificar registros da realização dos atendimentos psicológicos que apresentam a seguinte consideração quanto ao filho caçula desta história:

> observa-se que as dificuldades que mais o afligem são relacionadas à falta de referências parentais. O genitor (abusador) é falecido, o irmão mais velho está detido na colônia penal, e a irmã, conforme relatos, se envolve em relações promíscuas. A genitora por falta de recursos internos, baixa auto-estima e sentimentos de inferioridade assume postura fragilizada, falta de autoridade e distanciamento emocional dos filhos. (Psicóloga, sem data registrada)

A passagem acima foi um discurso recorrente nas análises técnicas, onde o pensar sobre essa mãe sempre era motivo de preocupação. Esta família e esta mãe sempre conseguiram mobilizar empenhos técnicos diante de suas demandas. Socorro tinha uma postura fragilizada, expressa inclusive no seu corpo físico que era magro, curvado, de tez pálida, fazia o uso constante de óculos com lentes muito grossas, cabelos esbranquiçados, vestimentas discretas e muito humildes, seu olhar era sofrido, sua voz era baixa e seus gestos eram curtos como quem procurasse não chamar a atenção para sua deficiência e para si. Talvez passasse pelo mundo sem ser notada. Essa aparência extremada de fragilidade invocava para a urgência de investigação do mundo interno, onde a *Medéia* fora enterrada e em seu lugar *"zumbizava"* a *"mãe-cadáver"* com o seu peculiar e trivial distanciamento emocional dos filhos. Socorro seguia plugada[60] em uma história de aceitação com relação a sua situação e a de seus filhos.

O *Ato II* se encerra com essa tônica incessante travada entre mães e pais, fazendo o uso do gênero como lente de análise na análise das relações sociais. No *Ato III*, as entrevistas possibilitaram meu reencontro com Júnior, a ênfase no filho *"bastardo"*.

---

[60] Utilizo a expressão plugada, em tempos de virtualidade, pela força do que representa. Socorro está conectada, mas é como se estivesse "fora do ar", "não está respondendo" ao que vive, segue como mãe-cadáver.

4.7 - *Ato III* – "Só quem veio de lá": o reencontro e as lembranças reativadas pelas entrevistas

A análise documental descrita no *Ato II* contribuiu muito para apresentar a trajetória da história da vida de Júnior, pois consultando os registros de instituições que atenderam o caso foi possível compor o cenário familiar e o contexto de pobreza em que o protagonista vivia. Concluída esta etapa, urgia a importância de ouvi-lo para saber das condições de sua existência atual.

Para contatar Júnior foi necessário me certificar de seu paradeiro, visto que sua dinâmica de vida envolvia a rua e a privação de liberdade. No mês de maio de 2008 eu o vi na prática de mendicância nos semáforos da cidade; ele estava com vinte e um anos de idade. Ao vê-lo vivenciei sentimentos ambivalentes entre a felicidade - por encontrá-lo em liberdade e um enorme pesar por revê-lo na degradante condição em que estava, entre as grades e as ruas. Quando o vi, ele aproximava-se da janela do motorista para pedir dinheiro alegando que desejava voltar para sua cidade de origem; - argumento falso, mas muito costumeiro nas falas de quem utiliza a mendicância como forma de acessar alguma renda. Sentada no banco do passageiro e assistindo a cena levei algumas frações de minuto para reconhecê-lo, uma vez que acreditava que ele estava preso. Tive a certeza de que era ele, com a mesma aparência cadavérica de sempre, apenas estava mais crescido. Em outubro de 2008, alguns meses mais tarde, quando realizava entrevistas para esta pesquisa, não sabia se ele continuava nas ruas ou se já havia sido reconduzido para a internação. Fui ao encontro de sua família em busca desta informação.

Naquela manhã, ao tocar a campainha da casa da família que demorou a responder, fui atendida por Jeniffer, que estava sozinha e eu acabava de tirar do sono. Ela não me reconheceu de imediato, depois de aproximadamente três anos, mas após eu me

identificar, prontamente foi abrindo o portão, enquanto ainda se espreguiçava e despertava para as questões que minha presença levava a acordar. A casa já não era a mesma de quando eu estava acompanhando o caso pelo serviço público, mas ainda era modesta e continuava bem cuidada.

Para iniciar a conversa expliquei à Jeniffer sobre a razão da minha visita, pois era importante distinguir que eu não estava ali como uma profissional do serviço público, mas como pesquisadora. Falei do meu interesse em entrar em contato com Júnior. Jeniffer foi receptiva e me atualizou sobre as notícias da família. De imediato ela confirmou que Júnior estava preso. Explicou que, na passagem dos anos de 2007 e 2008, por ocasião do Natal, ele havia adquirido o benefício de sair da prisão em algumas situações, o que ela chamava de *"saídão"*, e que mais tarde eu compreendi o que era.

Contou que Júnior na época estava bem, trabalhando, visitando a família, mas que, em uma dessas saídas, ele havia tido uma recaída no uso de drogas e não retornou para a instituição na data prevista. Ficou na condição de foragido (provavelmente coincidindo com a ocasião em que eu o vi nas ruas) até ser novamente apreendido praticando atos infracionais. Jeniffer acrescentou que havia aproximadamente três meses que o irmão havia sido reconduzido para a prisão e que ninguém da família tinha ido visitá-lo, mas que Júnior já havia escrito uma carta para a mãe.

O caçula, Alex, continuava a *"dar trabalho"* com a escola, com a troca de religião e sofria os julgamentos de sua postura delicada, que apontava para a construção de sua subjetividade voltada para elementos do feminino. Ela, Jeniffer, tinha tido um bebê que, naquele momento, estava sendo cuidado pela família do pai, seu antigo namorado. A mãe, como sempre, estava no trabalho e quando chegava ao final do dia às vezes ainda ia para os cultos da Igreja.

Certificada sobre o paradeiro de Júnior, passei a tomar as providências necessárias para conseguir uma autorização para adentrar na instituição prisional. Depois de adquirida a autorização do juiz da Vara de Execução Penal, entrei em contato com o presídio. Para conseguir agendar e conversar com o diretor da instituição precisei recorrer a insistentes telefonemas.

No dia 03/11/08, marcarmos uma entrevista para a manhã do dia seguinte. Cheguei pontualmente às 10 horas da manhã e vi que na fila do presídio havia muitos familiares, em sua maioria mulheres que aguardavam para a sua revista e dos artigos que levavam para os familiares reclusos e, imediatamente, pensei na situação de Júnior – retido e sem visitas e agrados que amenizem a vida no cárcere.

Para entrar no cárcere de extrema segurança, a funcionária da guarita da recepção certificou-se na direção sobre o meu agendamento com o diretor, posteriormente acionou pelo rádio (walk talk) um guarda, que veio me buscar e acompanhar até a administração do presídio. Atravessamos diversos portões e cadeados precisaram ser abertos para permitir nossa passagem. Pude caminhar pelo pátio e observar os inúmeros pavilhões que existiam, os internos que passavam por nós estavam sempre algemados com as mãos para trás, acompanhados por guardas e com a cabeça baixa, sem encarar as pessoas que encontravam pelo caminho. Imersa em uma linguagem metafórica e plena em simbolismos desencadeadas pela análise documental, imaginei que eu havia conseguido adentrar para além dos portões, nas profundezas de um verdadeiro **inferno** e estava prestes a ter contato com **aqueles que vêm de lá**, como no caso de Júnior.

Precisei aguardar até as 11 horas, pois o diretor estava participando de uma reunião da Comissão Técnica de Classificação - CTC, na qual todas as áreas técnicas faziam uma avaliação personalizada de cada preso para ver a possibilidade de emitir para o juiz um parecer favorável à progressão de medida. Enquanto aguardava, soube pelos oficiais

administrativos da instituição que, naquela ocasião, o presídio já contava quase o dobro de internos, refletindo a realidade brasileira de superlotação prisional.

Apresentei ao diretor a proposta do meu estudo e a autorização do juiz da Vara de Execução Penal. Ele ouviu com atenção, foi gentil e afirmou que: *"O sistema prisional como um todo não vê com bons olhos essas iniciativas"*. Questionei o porquê desta posição e ele afirmou que existia receio de que *"alguma coisa errada"* viesse à tona, mas que devido ao jeito transparente dele de trabalhar, ele se sentia tranqüilo, pois em sua administração, se um funcionário errasse deveria ser penalizado, pois era maior de vinte e um anos. Falou sobre sua equipe, mas não pareceu se incluir no risco de errar – ocorreu-me que se tratava do **diretor do inferno**, representante máximo da lei daquele lugar. Ele solicitou a presença da diretora de atendimento da instituição para me conhecer e orientou que ela me atendesse naquilo que fosse necessário à pesquisa.

Ainda em minha presença, ele relatou detalhes da vistoria denominada *"pente fino"*, em que são lançadas bombas de efeito moral *"que é só pra acordar, porque só faz barulho"*, disse o diretor. Afirmou que em apenas oito segundos a cadeia fica totalmente dominada e acrescentou que esses procedimentos são necessários quando a instituição está ameaçada pela *"imoralidade"*. Afastada há algum tempo do contato com as instituições, em especial as fechadas, esta fala me provocou estranhamento. Pude tomar consciência de que minha entrada naquele lugar só estava sendo permitida pelo diretor do inferno, pois minha presença não oferecia grandes riscos à lógica de funcionamento do imperioso cárcere.

O diretor solicitou que trouxessem a pasta com as informações de Júnior. Ele examinou-a folha a folha e fez uma recapitulação dos atos infracionais praticados pelo interno, bem como, de seus atos de indisciplina no presídio. Constava lá que um dia Júnior desacatou um guarda da instituição, chamando-o de covarde. Fiquei imaginando

os motivos para isso. Sim, porque covardia é uma ação que denota medo, perversidade, ato traiçoeiro ou o que a pessoa faz contra outra sem defesa. Exige o mínimo de reflexão imaginar a razão de Júnior fazer uma acusação destas a um funcionário do presídio. O diretor falava comigo como quem advertia sobre o *"tipo de elemento"* com o qual eu iria tratar. Ao ver a foto de Júnior ele me preveniu para a possibilidade do interno em se negar a participar, pois tinha na sua memória a lembrança de que Júnior não confiava no sistema, nunca queria falar e não se deixava ajudar. Esclareço a ele que já existia um vínculo profissional anterior com o interno, o que me fazia acreditar que ele aceitaria o convite de colaborar para esta pesquisa.

A data da primeira entrevista com Júnior estava sendo combinada para a semana seguinte quando o diretor me perguntou se eu gostaria de conversar com Júnior naquele momento. Ele considerou que eu ganharia tempo aplicando o Termo de Consentimento para a realização das entrevistas. Sem titubear, respondi que sim. Ele mandou chamá-lo e pediu para que eu fosse conduzida para uma das salas que funcionava dentro de uma espécie de ambulatório de saúde da unidade prisional. Fiquei apreensiva, Júnior sequer sabia da minha presença e do motivo de ser tirado da cela em pleno horário de almoço.

Encontramo-nos na porta da sala do ambulatório de saúde do presídio, ele olhou sem entender e quando lhe cumprimentei percebi que ele me reconheceu depois de pelo menos três anos e meio sem contato algum. Júnior sempre foi um garoto bonito e é assim que ele estava, forte e com aparência saudável, diferente de quando está nas ruas, ficando sempre muito magro, olhos fundos e sujo como um zumbi.

Nós dois entramos em uma sala que tinha apenas uma mesa e assumimos as posturas tradicionais: ele do lado de lá da mesa e eu do lado de cá. A sala tinha uma porta com um visor de vidro que permitia ao guarda fazer a vigília do lado de fora. Fiquei muito

incomodada ao constatar que Júnior estava desconfortável; algemado com as mãos para trás tinha dificuldades de apoiar as costas na cadeira.

Expliquei que eu não esperava reencontrá-lo naquela situação e imediatamente ele me perguntou se eu estava trabalhando no presídio. Disse que não e aproveitei para contar das mudanças em minha vida, que eu não estava atuando como assistente social no serviço público, que atualmente trabalhava como professora e que estava realizando uma pesquisa. Afirmei que esperava que ele pudesse ser um parceiro, porque desta vez, era eu quem precisava de sua ajuda. Continuei falando sobre o projeto do mestrado e apresentei-lhe o tema: "O Cárcere na Adolescência". A palavra cárcere pareceu chamar-lhe muita atenção, não sabia se por conhecer ou desconhecer o seu significado. Tentei traduzir tudo para uma linguagem mais acessível.

Ele ouvia com muita atenção e em nenhum momento demonstrou resistência quanto à minha proposta. Contou que já estava com 21 anos, era um homem, não era mais *"menor de idade"*, mas dentro da casca adulta existia em seu olhar uma carência de menino, uma tristeza já reconhecida por mim.

Contei que eu o havia visto em maio de 2008 no semáforo do cruzamento de duas avenidas da cidade e que ele estava muito magro, chegando a me preocupar. Nesse instante ele reagiu e tentou se defender, veementemente afirmou que não era ele, que ele não ia mais para o semáforo há muito tempo, isso era coisa de antigamente de quando era um menino de rua.

Insisti dizendo que tinha sido, provavelmente, durante um dos *"saidão"*, como sua irmã me contara. Esse foi o momento mais tenso de nosso encontro, em que eu trago o passado das ruas que ele nega. Naquele momento, preferi não insistir no assunto sobre tê-lo visto nas ruas. Ao vê-lo com medo e negando os acontecimentos temi que ele se sentisse acuado. Não adiantava forçar quando não fosse desejo dele revelar-se.

O diretor do presídio esclarecera que Júnior havia adquirido o direito de ter cinco saídas para casa com duração de sete dias, ou seja, uma semana trabalhando fora da cadeia cinco vezes durante aproximadamente seis meses e que em uma delas não voltou mais e precisou ser recapturado pela polícia.

Júnior perguntou se eu tinha falado com sua família e eu disse que sim, para saber onde ele estava. É indescritível o brilho que passou pelos olhos dele ao pensar na família, alegrou-se e me perguntou sobre a irmã Jeniffer com um sorriso:

- Ela tá trabalhando num tá?

Eu respondo:

- Estava...

Ele estranha:

- Numa lanchonete no shopping não é?

Eu disse:

- Não, então mudou de trabalho.

Esclareço a ele que ela estava trabalhando na política por causa da campanha eleitoral municipal, que estava distribuindo panfletos junto com a equipe de certo candidato a vereador, mas que agora estava estudando para prestar um concurso público.

Júnior pareceu frustrado, ele estava desatualizado, afastado do cotidiano familiar e preso a uma instituição burocratizada, que de dentro de seus muros desconecta a vida dos internos com suas raízes exteriores, fazendo com que eu tivesse mais notícias sobre sua família do que ele próprio.

Continuei contando que também tinha visto o Alex – o caçula, e que ele estava aguardando uma vaga para fazer curso profissionalizante em uma tradicional instituição da cidade, que trabalha com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Nesse momento, Júnior ficou alegre novamente ao receber notícias do irmão, o menorzinho, que tanta história sofrida também tinha. Sobre a mãe, logo adiantei: *"Sua mãe eu não vi"*. Quando estive na casa de Júnior não encontrei Socorro e senti que ele estava *"abandonado na instituição"*, depois de aproximadamente três meses de retorno para o cárcere.

Ele retomou e justificou com uma costumeira fala de apoio à genitora:

- *Ela chega tarde do trabalho.*

Novamente esclareci que íamos conversar sobre fatos passados de sua vida. Ele advertiu que a cadeia estava acabando com sua memória. Ali comecei a pensar no por que a cadeia ajuda a não lembrar. Talvez para não utilizar parte do tempo de reclusão alimentando as dores. Considerei junto com ele que poderia ser um exercício de relembrar sua história, mas que esta conversa poderia trazer à tona algumas lembranças que não seriam fáceis. Ele interrompeu quase *"rindo de si mesmo"* (semelhança com Killer, adolescente assassinado), e disse como quem já está acostumado a sofrer, que nisso não havia problema algum porque na sua história só tinha coisa triste. Eu perguntei provocando uma reflexão:

- *Só, Júnior?*

Ele disse decidido:

- *Só.*

Silêncio breve.

Júnior me contou sobre os seus *"saidão"*, que nas atividades externas estava trabalhando em uma ONG parceira do presídio sem ganhar nenhuma remuneração – modelo de reeducação do sistema prisional brasileiro, em que a força de trabalho do detento é explorada com conseqüente apropriação feita do valor do trabalho do condenado. Júnior se queixou do duro trabalho de fabricar tijolos em que não ganhava

nada em troca e preferiu parar. *"Fez os corre lá no Fórum"*, como disse, para que saísse dessa ONG, para outra que para ele parecia oferecer melhores condições de trabalho.

Em meio a mais alguns comentários breves, fiz os encaminhamentos necessários para que a nossa entrevista formal acontecesse no próximo encontro. Li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e destaquei que uma cópia ficaria em sua pasta no presídio.

Chamei o guarda e pedi que ele destrancasse a algema para que Júnior pudesse assinar o documento, que aproveitou para dizer que elas estavam muito apertadas e mostrou o quanto seus punhos estavam vermelhos e marcados. Acreditei que ele teria as mãos livres para assinar o documento, mas o guarda prendeu as algemas novamente, dessa vez com as mãos para frente. Esses procedimentos de segurança foram bastante incômodos para mim, deram-me a nítida noção do tratamento que ele estava recebendo.

Júnior levantou-se da cadeira para assinar e caprichou na letra dizendo que "*para que ela fique bonita eu preciso escrever devagarzinho"*, demonstrando com essa fala sua falta de treino com a escrita. Na presença do guarda nos despedimos. Antes de virar as costas para ser conduzido de volta para o pavilhão onde ficava sua cela, ele disse:

- *Satisfação em te ver*.

Sensibilizada por reconhecer ainda a presença do vínculo, disse que também sentia muito prazer em revê-lo, e percebi que um importante passo havia sido dado. Júnior havia recebido com disposição a proposta de participar da pesquisa. Retomávamos um interstício da história de um menino de rua e uma assistente social que se encontravam novamente restabelecendo a relação de campo transferencial. Acredito que a passagem de tempo sem nos ver provocou um intervalo latente importante em nosso vínculo, mas que oferecia desafios.

Em seu trabalho de doutorado, Broide (2006) abordou a população em situação de rua e prisões. Ele afirmou que a situação de rua, assim como todas as situações limite de vida, exige da pessoa uma intensa defesa contra a dor e o desamparo. Para que aconteçam as intervenções profissionais, é necessário que haja o vínculo entre o profissional e o sujeito em situação de risco, para que a partir do laço, ocorra uma diminuição da defesa contra a dor e o desamparo, que freqüentemente é permeado por histórias de perdas e violências. Feito isso, o sujeito poderá se revelar. Nesse empenho, o vínculo provocado entre o profissional e o sujeito torna-se uma grande ameaça, pois para a pessoa em situação limite de sobrevivência entrar em contato com sua história pode ser uma experiência de dor insuportável. A relação transferencial torna-se a viabilizadora da vazão dada ao sofrimento, trazendo à tona fragmentos da história das pessoas, o que faz com que o técnico, e no meu caso, a profissional-pesquisadora, passe de continente para provocadora da dor. Por essas razões é preciso pisar com muito cuidado no território do outro durante as entrevistas.

A proposta da entrevista solicitava ao Júnior que ele entrasse em contato com sua história de vida, que por sua vez trazia a dor e o desamparo ao retomar sua família. Nas palavras de Broide, *"penetrar nesse mundo é como entrar em um elevador de vidro, no qual se pode ver claramente como são os planos diferentes, o mundo do implícito, do latente."* (2005, p. 22). A partir das entrevistas eu esperava olhar mais de perto o mundo interno de Júnior, pois do mundo externo eu já era uma telespectadora há algum tempo.

No dia da entrevista, ao chegar ao presídio, fui conduzida para falar com a diretora de atendimento. Ela solicitou que Júnior fosse levado para uma das salas de atendimento jurídico, lugar diferente de onde aconteceu nosso primeiro encontro (ambulatório de saúde). Questionei o uso das algemas e ela justificou que, por medida

de segurança, ele seria mantido algemado, mas que eu poderia solicitar que ele usasse as algemas para frente, o que amenizaria seu desconforto.

Enquanto aguardava que os agentes fossem buscá-lo para conduzí-lo para a referida sala tive em mãos suas pastas institucionais. Uma pasta penal que, continha informações quanto ao processo penal e outra, com os registros dos atendimentos técnicos realizados no presídio que respaldam a avaliação do comportamento do detento, com possibilidades de justificar a *"aceleração da pena"* devido ao bom comportamento segundo a perspectiva da docilização dos corpos proposta por Foucault (1975).

Sobre a pasta penal adianto que o ato infracional que assumia maior destaque e fazia com que Júnior fosse encaminhado para um sistema prisional para adultos referia-se a dois assaltos. Ele, na companhia de um adolescente, ambos de bicicleta, abordaram duas vítimas. A primeira foi uma moça que, caminhando pela calçada, falava ao celular, e foi surpreendida pelos dois que fingiram estar armados. No segundo caso, eles abordaram um rapaz, imobilizando-o, e tomaram-lhe o dinheiro que estava no bolso, R$ 14,00 reais. Foi considerado agravante o fato de terem feito ameaças às vítimas, dizendo que se algo de ruim lhes acontecesse voltariam para se vingar. Os jovens procuraram um lugar que pensavam estar fora de perigo, mas foram apreendidos em flagrante pela polícia, ainda com o celular e o dinheiro em mãos. Na delegacia, admitiram ter realizado os *"delitos"* com o objetivo de comprar drogas. Foram reconhecidos pelas vítimas, o que deu início a um processo criminal.

Foi possível perceber que a situação de Júnior foi agravada por seu comportamento durante o *"saidão"*; - pois quando transgrediu as regras e não retornou para instituição, ficou na condição de foragido, chegando a receber uma pena de mais de dez anos.

Já na pasta de atendimentos técnicos, deparei-me com registros de uma história que conheço bem: os conflitos familiares, o padrasto alcoolista e violento, a evasão escolar,

a ida para as ruas, a fase da experimentação e o uso nocivo de drogas. Na pasta não havia riquezas de informações, não mais do que os programas de atendimentos de crianças e adolescentes informavam. Fui interrompida depois de uma longa espera e, avisaram-me que Júnior estava chegando.

Dirigiram-me para as salas de atendimentos jurídicos. O setor era bastante movimentado e com um ar de impessoalidade. A sala era pequena e menos privativa do que a primeira. Tinha um vidro em que os guardas ficavam debruçados, observando-nos e ouvindo a conversa a menos de um metro de distância. Antes de começarmos a conversar, tanto ele quanto eu ficamos pouco à vontade com o guarda encostado no vidro que, lentamente, foi perdendo o interesse e se afastando um pouco mais. Como houve atraso para iniciar a entrevista perguntei a ele:

- *O que você estava fazendo? A entrevista está te interrompendo em alguma atividade?*

- *Estava escrevendo uma carta para um amigo.*

Essa informação me sensibilizou. Eu sabia do interesse de Júnior por escrever cartas, costume tão pouco usual nos dias de hoje. É também uma prática que se remete à origem da idéia desta pesquisa – memórias, lembranças, registros do cárcere.

Lembrei a ele da carta que ele havia escrito para mim e que guardava comigo, mas ele não se recordava muito bem. Aproveitei a oportunidade para falar o porquê da minha escolha ao procurar justamente por ele. Expliquei que foi pela situação em que o conheci, - em que sua condição de vida desafiava as instituições e as intervenções técnicas ao acumular as premissas em que se deve **amparar um menino de rua e combater um marginal.**

A conversa seguiu para uma questão central: a necessidade de termos uma relação de confiança que priorizasse a verdade. Retomei o fato de tê-lo visto no semáforo, achei que era importante. Ele, menos defensivo, contou que antes de voltar para o presídio

estava vivendo com uns *"manos"* em um barraco, em um bairro central da cidade onde havia prática intensa de criminalidade, incluindo o tráfico de drogas. Reconsiderou o fato de estar nas ruas dizendo que não se lembrava de ter ido para o semáforo, mas assumiu que estava usando drogas e que poderia ter mesmo acontecido. Neste instante, Júnior pareceu ter sido pego em flagrante mais uma vez, lágrimas apareceram no canto dos seus olhos e seu esforço foi muito grande para não derrubá-las. Eu disse que não estava ali para julgá-lo, mas que me interessava por sua vida como ela realmente era, e não pela criação de um personagem diferente dele. Acredito que mais um passo havia sido dado, a tentativa de estabelecer um diálogo claro que visasse um desvelamento e não o ocultamento dos fatos e sentimentos.

Continuei tentando esclarecer sobre a intenção da pesquisa e percebi que realmente Júnior não sabia o que era a palavra *cárcere*. Para que ele compreendesse contei sobre como surgiu a idéia da pesquisa. Falei dos autores pensadores do cárcere ou em cárcere, homens que começaram a escrever sobre a prisão enquanto estavam presos. Pareceu-lhe fazer muito sentido, ficou interessado e me contou que estava escrevendo letras de rap. Pediu permissão para cantar uma e eu concordei de imediato. Ele estava demonstrando seu potencial criativo em outras formas de linguagem.

Gostaria muito de ter reproduzido aqui a letra de seu rap, mas como Júnior sonhava em gravá-la um dia não quis ferir o seu direito autoral, de modo que no futuro sua identidade pudesse continuar preservada. A letra do rap falava sobre a sua mãe – *"A minha coroa"* – como cantou. Também contava sobre sua história de criança que apanhava do padrasto bêbado, ia para as ruas e *"caía"* no crime e na prisão. Chamou a atenção o fato de o rap ser, essencialmente, uma forma de homenagear a sua mãe que *"agüentou as pontas"* com os filhos ao lado de um marido alcoolista, autoritário e abusador.

Socorro era vista pelos órgãos e programas de proteção às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social como uma mulher omissa e negligente por não proteger os seus filhos das violências psicológicas, físicas e sexuais do homem com quem vivia, – a *"mãe-cadáver,"* como foi nomeada por mim. Ao tentar homenagear a mãe, Júnior talvez pudesse se sentir mais digno, em uma vida degradante e dentro de um lugar que usurpa com algumas possibilidades de vida. Forjando uma mãe honrada e construindo para si um lugar diferente dos ocupados pelos *"filhos da puta"* e abandonados no mundo, Júnior se distanciava das lembranças tristes e amargas. Nesse sentido sim, talvez a cadeia estivesse acabando com sua memória, pois ao perder o contato com sua família e ao se distanciar de suas lembranças evitava o sofrimento. Enaltecia a mãe que sequer havia ido vê-lo preso. Abandonado em sua vida e na instituição, criava recursos de defesa para minimizar a sua dor.

Ele contou que havia aproximadamente três meses que regressara para o presídio, sendo que na data da entrevista ainda não havia recebido visitas de ninguém, a não ser a minha. Senti a relevância deste fato, e reconectei-me ao episódio do hospital quando Júnior fora baleado. De alguma forma, estive presente em momentos difíceis da vida dele, em situações em que o abandono torna-se ainda mais evidente.

Sempre absolvendo a postura materna ele declarou que - "*não tem importância a minha mãe não ter vindo me visitar na cadeia, pois quando ela vier vou mesmo pedir para que não volte mais"*, legitimando uma postura já assumida pela genitora. Pergunto o porquê desse pedido. Ele disse que achava que tinha que *"pagar"* sozinho pelo que fez e que era muito sofrido receber visitas na cadeia, eximindo a família de sua importante função e também de sua co-responsabilidade sobre sua situação.

Contraditoriamente à sua fala, ele havia tomado a iniciativa de contatar a sua família, enviando uma carta para a mãe, na qual solicitava que ela arranjasse um advogado para

entrar com um pedido à justiça para que ele fosse encaminhado para uma comunidade terapêutica para o tratamento de sua drogadição.

Falamos sobre o seu pai de origem e ele declarou ausência de informações sobre esta figura. Disse saber pouco ou quase nada da história, desconhecendo até mesmo como foi que sua mãe o conheceu. Não se sabe se Socorro teve mais notícias desse homem ou se tinha informações sobre o seu paradeiro. O pai de Júnior foi mesmo aquele que ficou com sua mãe, o registrou, passou a criá-lo e o expulsou de casa. Tanto que Júnior falou durante a entrevista: ***"é o meu pai porque me registrou, mas sempre foi pra mim um padrasto".***

4.7.1 - <u>Intermezzo IV: O retorno do príncipe destronado</u>

[61]

[61] Este desenho acompanha a matéria *Sonhos de um Menino de Rua* de Garret presente na revista Caros Amigos – A cultura da periferia – Ato I (2000), quem o assina são Mike e South para 1DASUL Capão – São Paulo – SP.

A distinção entre as figuras de pai e padrasto, já tratadas anteriormente, é reveladora e preciosa. Pensar o pai psicanaliticamente implica em pensar na figura simbólica que promove e sustenta a lei. Para Júnior, pensar no padrasto é pensar no contrário. É pensar naquele que transgrediu a lei e, ao invés de oferecer proteção, desconstruiu sua autoridade parental em decorrência das violências praticadas contra o enteado na infância e na adolescência – períodos de grande importância na elaboração do complexo de Édipo e na internalização de um referencial paterno. Esta consideração estabelece relação com a seguinte passagem do texto de Nasio (1999), que tem como objetivo contribuir para a leitura freudiana:

> Para o menino o pai se apresenta sob três imagens diferentes: amado como um ideal, odiado como um rival e desejado como um objeto sexual: o essencial do Édipo masculino são as vicissitudes da relação do menino com o pai, e não como se costuma acreditar com a mãe, pois é no vínculo perturbado com o pai que reside à causa mais freqüente da neurose do homem adulto. (Nasio, 1999, p. 66-7)

Pode-se encontrar com freqüência a associação entre a postura do adolescente transgressor e o histórico de relacionamentos conturbados entre pai e filho e suas rivalidades. Sobretudo, quando nessa relação existe ausência de reconhecimento do pai pelo filho.

A palavra **bastardo** é bastante significativa para este trabalho. Ao tentar resgatar a carga de sentidos que ela agrega foi necessário procurar por seu significado semântico. De modo geral, o que se encontra nos dicionários da língua portuguesa é pautado na ilegitimidade, ou seja, no filho nascido fora do matrimônio e que, por esse motivo se degenerou, *"perdeu ou não apresenta as qualidades supostamente melhores ou mais puras da sua espécie ou de sua categoria"*, como afirma o Dicionário Aulete Digital (2009). E ainda, no Dicionário Aurélio Digital encontra-se: *"Que não é de raça pura:* cão bastardo*"*, colaborando para a construção da desvalorização social do significante **bastardo.**

Ao atentar para a relação da palavra bastardo com os demais signos da linguagem estabeleci uma aproximação entre os significantes **bastardo e infante**. Ariès (1978) utiliza a expressão "*les enfants*" para se referir as crianças em sua historiografia da origem do sentimento da família em relação à infância, visto que anterior à construção do sentimento moderno em relação à infância praticava-se com freqüência o infanticídio e o abandono. Consultando os dicionários encontram-se sentidos associados, e mesmo complementares para essas palavras - conteúdos imprescindíveis para esse trabalho e expressivos para a teoria psicanalítica. Para o termo infante o Dicionário Aulete Digital (2009) aponta como significado que a palavra deve ser utilizada para se referir a quem está na infância, e em termos históricos, era utilizada para se referir ao príncipe sem direito ao trono nos reinos de Portugal e Espanha; portanto, fala-se de um filho não herdeiro da coroa de seu pai. Sem direito à coroa, a descendência não se comprova e esse filho fica despossuído do nome do pai, tanto que a recusa paterna em assumir o filho contribuiu muito para o abandono de crianças que passaram a ser vistas como o **fruto do pecado** devido à moral cristã. Júnior era um filho sem direito à coroa e ao trono de seu pai, era o fruto do pecado.

Por pecado compreende-se a falta, o erro, a transgressão e a violação dos preceitos religiosos, o que leva à *"danação da alma do pecador e a condenação aos castigos eternos"* (Dicionário Aulete Digital, 2009). A história de Júnior revela que ele não era filho do pai, mas filho do pecado de sua mãe, e por essa razão não havia sido aceito no reino de seu pai, o batismo não cumprira com sua função de reconhecimento simbólico e perdão quanto ao pecado original. Se era filho do pecado, trazia as marcas de seu pai – o demônio, sendo sua herança, o inferno.

Nascer trazendo consigo a marca do pecado acabava por condenar Júnior ao inferno, universo reservado ao demônio e a quem cede às suas tentações - os pecadores.

Por este motivo, Júnior, assim como sua mãe, dedicava sua vida à expiação, cumprindo penas na tentativa de purificar-se, como quando declarou que deveria pagar sozinho pelo que fez e preparar-se para não ceder mais às tentações do demônio. Neste contexto, pode-se dizer que príncipes destronados passam a sobreviver no inferno.

Percorrendo a trajetória de vida de adolescentes autores de ato infracional há em grande medida a prática do abandono em contexto de miséria e certamente, uma grande dificuldade de Júnior era acreditar que deveria pagar pelo abandono familiar e social que sofrera. O pagamento de suas *"condutas desviantes"* se dava na mesma moeda, pois achava justo pagar pelo abandono sofrendo abandono novamente nas instituições. Dessa forma, cumpria permanentemente a **pena do abandono** independente de grades**,** seja institucionalizado pela reclusão, ou em liberdade, distante de sua família e preso às ruas.

Confrontar o céu e o inferno, Deus e o demônio, requer apreensões diversas. Durante o período que pude acompanhar vidas de adolescentes em conflito com a lei aprendi a ouvir expressões da cultura marginal[62] para compreender as formas de abandono vivido por eles. O principal veículo de comunicação foi o Movimento Hip Hop, especialmente nas letras de rap cantadas e sempre citadas pelos adolescentes em nossas conversas. O rap é um poderoso divulgador da cultura marginal e contribuiu imensamente para acessar o universo vivido pelos adolescentes em conflito com a lei em condições de miséria, tanto que a letra de rap escrita por Júnior no presídio tinha conteúdos que se assemelhavam muito com as letras de grupos já consagrados.

Merece destaque o CD intitulado ***"Sobrevivendo no inferno"*** do grupo de rap Racionais Mc's lançado em 1997. A produção foi considerada como um Cd Manifesto

[62] Em 2000 a revista Caros Amigos publicou a edição *"Literatura Marginal – A cultura da periferia – Ato I"* que apresentou autores que não têm visibilidade, acesso à mídia e às livrarias. O Editorial assinado por Ferréz chamava-se *Manifesto de Abertura* e protestava sobre a importância da divulgação da arte marginal produzida nas periferias do sistema, uma vez que na história do Brasil quase não existem documentos que registrem que a periferia fez e faz arte, e que portanto, os *"excluídos sociais"* foram jogados no limbo cultural de um país.

em que o grupo emprestou sua voz aos que ***"vieram de lá"*** do inferno (título desse *Ato*); e abordam temas como a desigualdade social, miséria e racismo no Brasil.

O elemento inovador na produção deste CD foi a aproximação do grupo com a linguagem religiosa e os confrontos travados entre o céu e o inferno, ao falar sobre o cotidiano da população em contexto de marginalidade. Os Racionais apresentaram no CD uma linguagem simbólica que também emergiu nesta pesquisa ao defrontar-se com a história de Júnior.

Uma das primeiras faixas recebe o nome de "*Genesis*":

> Deus fez o mar, as árvore, as criança, o amor.
> O homem me deu a favela, o crack, a trairagem, as arma, as bebida, as puta.
> Eu?! Eu tenho uma bíblia véia, uma pistola automática e um sentimento de revolta.
> **Eu tô tentando sobreviver no inferno**. (grifo nosso)
> (Racionais, 1997)

Após apresentar as contradições entre o profano e o mundano como a origem da violência, o grupo apresenta o rap "*Capítulo 4, Versículo 3*", que retrata um perfil costumeiro entre aqueles que podem ser reconhecidos como sobreviventes do inferno, vítimas da injustiça social e da violência urbana:

> 60% dos jovens de periferia
> sem antecedentes criminais
> já sofreram violência policial
> a cada 4 pessoas mortas pela policia 3 são negras
> nas universidades brasileiras
> apenas 2% dos alunos são negros
> a cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo
> aqui quem fala é primo preto **mais um sobrevivente...** (grifo nosso)
> (Racionais, 1997)

Em um ritmo forte e pouco melódico os versos seguem enfatizando: ***"Não tive pai, não sou herdeiro",*** denunciando a dura condição de pessoas que crescem com a falta da função paterna, ou seja, a falta do interdito e da lei simbólica, mas deparam-se com o rigor das leis sociais, muitas vezes comprometendo a manutenção de laços sociais com a sociedade por meio de suas instituições. Para compreender as posturas transgressoras,

mais uma vez a ênfase recaiu sobre o demônio: *"irmão o demônio fode tudo ao seu redor... te oferece dinheiro, conversa com calma, contamina seu caráter, rouba seu caráter e depois te joga na merda sozinho"*- referindo-se às tentações e propostas de alívio para enfrentar o inferno em vida.

Já os versos de *"Tô ouvindo alguém me chamar"* focaliza a dimensão da infância que cresce em meio ao desamparo:

> Lembro que um dia o Guina me falou.
> **Que não sabia bem o que era amor.**
> **Falava quando era criança**.
> Uma mistura de ódio, frustração e dor.
> De como era humilhante ir pra escola.
> Usando a roupa dada de esmola.
> De ter um pai inútil, digno de dó.
> Mais um bêbado, filho da puta e só.
> Sempre a mesma merda, todo dia igual
> Sem feliz aniversário, Páscoa ou Natal
> (grifo nosso) (Racionais, 1997)

Considerando que todo detento foi criança um dia, no que diz respeito especificamente ao cárcere, a letra *"Diário de um detento"*, uma das faixas mais divulgadas do disco, é incisiva ao apresentar uma fórmula potecializadora da fabricação do autor de atos infracionais.

> Cada detento uma mãe, uma crença.
> Cada crime uma sentença.
> Cada sentença um motivo, uma história de lágrima,
> sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio,
> sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.
> Misture bem essa química.
> Pronto: eis um **novo detento**. (grifo nosso)
> (Racionais, 1997)

Ainda de acordo com a contribuição oferecida pelos sobreviventes do inferno é indispensável apresentar a associação estabelecida entre miséria e criminalidade na canção *"Periferia é periferia"*, que dentre outras questões apresenta o crack como dizimador das populações pobres. Muito embora, sabia-se que não é possível estabelecer generalizações.

> Muita **pobreza**, estoura a **violência**...
> Nossa raça está **morrendo mais cedo**...

> Não me diga que está tudo bem...
>
> Verdade seja dita...
>
> Ninguém é mais que ninguém, absolutamente, **aqui quem fala é mais um sobrevivente.** (grifos nossos)
> (Racionais, 1997)

Esse sobrevivente, ao pensar em uma *"fórmula mágica da paz"*, sonha com um mundo que pudesse interromper as injustiças e violências na construção de uma cultura pacifista. Entretanto, o rap *"Mágico de Oz"*, não deixa de ser trágico ao afirmar: ***"A minha liberdade foi roubada, minha dignidade violentada"*** (grifo nosso) e questiona: *"... é preciso morrer pra DEUS ouvir minha voz, ou transformar aqui no mundo mágico de Oz"* – apontando para a impossibilidade de alcançar a paz em uma sociedade que impõe condições infernais de vida, sendo a liberdade possibilitada, paradoxalmente, apenas pela morte.

A história de Júnior é similar à de muitos outros adolescentes em conflito com a lei citados nas letras de rap e que sobrevivem no inferno. Chegaram a ser representadas na cinematografia brasileira, a começar pelo clássico *"Pixote – A Lei dos Mais Fracos"* de 1981. Reconhecido como um dos filmes mais premiados do cinema brasileiro, foi dirigido por Hector Babenco retratando a vida de uma criança que foi abandonada pelos pais e viveu na rua. A sinopse do filme afirmou sobre Pixote: *"Esteve internado em reformatórios e isto só ajudou na sua "educação", pois conviveu com todo tipo de criminoso e jovens delinqüentes que seguem o mesmo caminho"*. Aos onze anos de idade, sobrevivendo nas ruas, Pixote se tornou um pequeno traficante de drogas, cafetão e assassino - era autor de diversos atos infracionais.

Outra produção do cinema nacional que retratou a trajetória dos **filhos da rua,** foi também muito polêmica e essencial para esta pesquisa. Em 2008, o diretor Bruno Barreto produziu o filme *"Última Parada 174"*, ficção criada para contar a história real de Sandro, menino de rua do Rio de Janeiro que sobreviveu à chacina da Candelária e,

em 2000, sozinho e com um revólver trinta e oito, sequestrou um ônibus, fez alguns passageiros reféns e ganhou as telas dos principais noticiários. As últimas horas de vida de Sandro foram televisionadas pela imprensa, permitindo que milhões de pessoas pudessem acompanhar a tragédia que culminou na morte de uma jovem professora refém e na morte do adolescente infrator. Mas ao contar essa história a mídia omitiu a trajetória de Sandro, o que o filme se encarregou de fazê-lo, em um ambiente marcado pela violência, pobreza e a falta de perspectivas. A obra descreve o percurso de vida do adolescente permeado por perdas e abandono.

A história de Sandro descrita em *"Última Parada 174"* é para mim bastante familiar, pois ao acompanhar adolescentes em situação de risco pessoal e social foi recorrente o encontro com adolescentes que utilizaram as ruas para sobreviver, enveredando-se pela marginalidade e o mundo do crime com **desfechos trágicos**. Um dos temas centrais da obra é a relação mãe-filho e a ausência paterna – como frequentemente encontra-se na realidade desses meninos.

A produção desse filme me sensibilizou de maneira especial. Assistindo as faixas extras do filme, como o *making off*, pude acessar os comentários e sentimentos da equipe de produção do filme que iam ao encontro das minhas apreensões como pesquisadora.

O diretor, Bruno Barreto, inicia falando sobre o cenário das ruas do Rio de Janeiro onde viviam os meninos de rua, seus protagonistas. Ele enfoca o cenário real e opressivo da cidade com seus grandes monumentos arquitetônicos, um visual *"facista"* sobre os meninos, que transforma crianças e adolescentes em *"ratos"*. Nesse sentido, pode-se pensar não só em adolescentes transgressores, mas em uma cidade transgressora, colaboradora da violação dos direitos humanos e peculiares da infância e adolescência.

Dentre vários aspectos que poderiam ser destacados, ressalto o posicionamento do referido diretor ao afirmar que buscou demonstrar como uma criança virou um inimigo público. Para isso, fez uso de uma estética que visava desconstruir o objetivo e o subjetivo. Ele enfatizou que o *"vetor principal do filme é* ***mostrar que existe inocência no inferno"*** (grifo nosso) e acrescentou que nunca se emocionou tanto fazendo um filme. Neste ponto, o filme e esta dissertação de mestrado se tornaram convergentes ao reconhecer que esses meninos **vivem em condições infernais**. Antoine Héberlé, francês responsável pela fotografia do filme rodado no Brasil, endossou as palavras do diretor ao dizer sobre Sandro e tantos outros adolescentes com histórias similares: *"Ninguém pode julgar, ninguém pode entender sem conhecer a história dele."*- o mesmo se aplica para Júnior.

Por fim, o *making off* chamou a atenção para a postura de Sandro, que para sobreviver à Chacina da Candelária[63] precisou se fingir de morto entre os corpos dos companheiros atingidos pelos tiros que haviam sido disparados. Essa passagem ensina que que no entendimento da rua, o adolescente tem que se passar por morto para continuar vivo. Tornam-se o que posso chamar de morto-vivo ou zumbi, como já havia dito anteriormente.

A compreensão da vida de sujeitos sociais singulares permite acessar o universo de todo um segmento social, como no caso dos adolescentes autores de ato infracional em contexto de pobreza e miséria no Brasil. Mesmo sem generalizações, as vidas singulares contribuem para a análise do coletivo e das classes sociais, como afirma Silva (1995, p. 70).

---

[63] A Chacina da Candelária foi um episódio ocorrido no Rio de Janeiro em 1993. Durante a madrugada, policiais militares, possivelmente contratados para realizar uma limpeza no centro histórico da cidade, abriram fogo contra dezenas de crianças e adolescentes que dormiam em frente à Igreja da Candelária. Vários foram os feridos, sendo que seis menores e dois maiores morreram. Um de seus sobreviventes, Sandro Barbosa do Nascimento, voltou aos noticiários da mídia mais tarde como o responsável pelo seqüestro do ônibus 174.

Pixote, Sandro, Júnior, Killer e tantos outros adolescentes brasileiros sobrevivem em um verdadeiro inferno social e psíquico, em que os atos infracionais praticados por eles os responsabiliza por sua condição de **pecadores** devido à transgressão das leis simbólicas e jurídicas, derivando dessa situação a inerente vida dedicada à expiação, na qual ora pagam pelos pecados em vida com risco de morte, ora pagam com a própria morte. Dentre tantos aspectos, esses adolescentes protagonistas tiveram em comum em suas trajetórias de vida as instituições pelas quais passaram, dentre elas o cárcere juvenil. Torna-se imprecindível atentar para o trabalho de vida e morte desenvolvido nessas instituições, o que permite transitar das singularidades para a grupalidade.

Kaes (1991) ao pensar sobre as instituições, ressalta três fontes de sofrimento humano: a natureza, o próprio corpo e as relações sociais. Dentre essas fontes, objetiva-se sublinhar o sofrimento de origem social. Para isso, é preciso promover a articulação entre o indivíduo e a instituição (ou grupo). O autor destaca a quarta ferida narcísica descoberta depois de Copérnico, Darwin e Freud:

> Foi-nos necessário admitir que a vida psíquica não está exclusivamente centrada num inconsciente pessoal, que seria uma espécie de propriedade privada do sujeito individual. Paradoxalmente, uma parte dele mesmo, que o mantém na sua própria identidade e que compõe o seu inconsciente, não lhe pertence propriamente mas às instituições sobre as quais se apóia e que se mantêm por esse apoio. (Kaes, 1991, p.5)

Conforme o referido autor, a instituição é a formação da sociedade e da cultura, opondo-se àquilo que é estabelecido pela natureza, são instituídas pela lei e pelo costume dos homens. Inscrita na permanência a instituição regula as relações sociais, preexiste e se impõe a nós na contemporaneidade e dessa forma, realiza funções psíquicas múltiplas, fazendo parte de nossa psique. É urgente o entrelaçamento entre a singularidade e a grupalidade, pois o sofrimento nem sempre é solucionado na história singular, visto que muitas vezes está perpassado pela rede de vinculação e laços sociais estabelecidos via instituição com a sociedade. Segundo Freud (1929), em Mal-estar na

civilização, o homem civilizado trocou uma parte da felicidade possível por uma parte de segurança. Entretanto Kaes ressalta as consequências para quem transgride o instituído:

> Ter-se a notado a acuidade cruel da análise de Freud a respeito dos limites da proteção que pelo direito a comunidade concede a seus membros em troca de uma parte de felicidade possível: ela só garante aos indivíduos a segurança da lei na medida em que eles assumem o próprio lugar e que contribuem para a sua manutenção e para o seu desenvolvimento. **Quem lhe é estranho pode vir a ser submetido pela força bruta: encontra-se, literalmente, fora da lei.** (grifo nosso) (Kaes, 1991, p. 24)

Em convergência ao exposto, Bleger (1991) afirma que o ser humano antes de ser uma pessoa, é sempre um grupo, sua personalidade é grupo, por essa razão, deve-se combater as heranças associacionistas e mecanisistas que supõem que os indivíduos existem isoladamente, sob pena de rejeitar o humano em nós desconsiderando a parcial responsabilidade da estrutura social.

> A sociedade tende a instalar uma clivagem entre o que se considera como sadio e como doente, como normal ou anormal. Assim se estabele uma clivagem muito profunda entre ela (a sociedade "sadia") e todos aqueles que, como os **loucos, os <u>delinquentes</u> e as prostitutas acabam produzindo desvios e doenças que, supõe-se, não tem nada a ver com estrutura social.** A sociedade se autodefende não dos loucos, dos delinquente e das prostitutas, mas de sua própria loucura, de sua própria delinquência, de sua própria prostituição; dessa maneira, ela os coloca fora de si mesma, ela os ignora e os trata como se lhe fossem estranhos e não lhe pertencessem. Isso se dá através de uma profunda clivagem. Essa segregação e essa clivagem são transmitidas pelos nossos instrumentos e pelos nossos conhecimentos. (grifo nosso) (Bleger, 1991, p. 50)

Esses instrumentos e conhecimentos estão expressos nas estruturas institucionais e, dentre elas, reflito sobre aquelas que promovem a clivagem dos adolescentes em conflito com a lei.

Tendo reconhecido que a instituição está presente em nós, é preciso abordar o que propõe Enriquez (1991), ao afirmar que sem as instituições nenhuma civilização seria possível. O autor destaca que por um lado, as instituições são pacíficas e funcionam sob a égide de regras consensuais. Têm como papel essencial a regulação social global, tendendo a formar e socializar indivíduos, assim sendo, "*toda instituição tem vocação*

para encarnar o bem comum" (p. 53), tornando-se um modelo de fraternidade. Porém, Enriquez alerta que "*fugindo da morte, nos precipitamos para ela"* (Enriquez, 1967, p. 304 apud Enriquez, 1991, p. 54). Pode-se assim dizer que, devido à preservação de estados estáveis e de recusa à criatividade, a instituição promove um "*narcisismo de morte"* (Green, 1983 apud Enriquez, 1991), não impedindo a violência fundadora de sua emergência, ultrajada de violência legal, postula-se como lei, estabelecendo interdições e o sentimento de culpa, definindo a esfera do sagrado e do profano. (Enriquez, 1991, p 55)

Enriquez acrescenta que a violência parece ser "*substancial"* para a vida institucional, e que nem sempre as instituições favorecem a busca pela verdade, mas sim as lutas pelo poder. Portanto, a análise sobre o trabalho da morte nas instituições é indispensável na busca por compreender por que o "*rosto amável da morte"* ressoa tão facilmente na instituição.

> Ela deverá elucidar as metamorfoses, os processos de substituição, de deslocamento e de metaforização que fazem com que a instituição brinque sempre de quem ganha e perde, uma vez que a morte pode estar presente fora do lugar que tendencialmente lhe designa e uma vez que a vida pode avançar pelo mesmo caminho tomado pelo anjo da morte. (Enriquez, 1991, p. 56)

Nesse sentido, o trabalho da pulsão de morte na origem de processos vivos pode redundar no "*des-ser*" mortífero (Enriquez, 1991, p. 78). Seria prudente e vital ver problemas onde só se identificava comportamentos adapatados, "*condenaria"* a instituição a identificar seus problemas, a tentar tratá-los, exigindo de seus membros novas posturas; assim, a morte na instituição se apresentaria sob a face da desestruturação-reestruturação, da auto organização, da angústia compartilhada e superada (p.79). Contudo, uma instituição que não enfrenta sua pulsão de morte com vida pode ser considerada uma instituição falida, como no caso das prisões que visam recuperar os deliquentes e acabam por aperfeiçoá-los como apontou Foucault (1985).

O documentário *"A Casa dos Mortos"* de Débora Diniz (2009) é uma importante denúncia sobre como as instituições totais são destituídas de humanidades. Ao analisar esta produção, Lionço (2009) afirma que na obra há um esforço etnográfico de dar voz aos sujeitos institucionalizados em Manicômios Judiciários, estabelecendo metáforas reais como a empregada por Lima Barreto ao usar a expressão *"cemitério dos vivos"*. A realidade é satânica e sádica, uma vez que tem como horizonte a reabilitação psicossocial, entretanto, prioriza as medidas burocráticas de sustentação da ordem social. Portanto, é instrumento para discussão política por propor a passificação dos corpos e a perda do direito sobre a própria história e ressignificação dos atos dos internos.

Pensar nas instituições implica em refletir sobre os limites institucionais. É preciso encarar as impotências e fracassos da instituição que repercutem diretamente sobre as intervenções profissionais, sobretudo, em instituições que são a representação imaginária do próprio inferno, como os cárceres que executam a pena do abandono. Nos serviços, os profissionais são levados a estabelecer pactos, e ao estabelecer pactos com os representantes da hierarquia institucional do inferno, percebo que na história aqui contada, a personagem de fada madrinha, que sonhava encenar como profissional-pesquisadora ficou aniquilada. Para acessar Júnior no presídio foi preciso que eu recorresse a vínculos que já trazia de outras instituições que tecem a rede de atendimento, e que também haviam falhado na tentativa de alterar o desfecho trágico de Júnior.

(Fim do Intermezzo IV)

Sobre o padrasto, informei a Júnior que eu tinha acesso a muitas informações de sua família e que seu irmão caçula ainda era atendido pelo **Programa de combate à**

violência sexual doméstica. Júnior ficou atônito diante do tema, em um misto de surpresa e apreensão.

Diante do comentário provocativo, ele relembrou um dia em que estava na rua e voltou para casa sem ser visto e, flagrou o padrasto tendo relações sexuais *"com uma pessoa"* no banheiro. Júnior não revelou a identidade da pessoa, mas descreveu como uma menina da vizinhança. Ele não contou para ninguém o que havia visto, revelando apenas mais tarde para sua mãe. Após esta introdução, avançou um pouco mais e lembrou que certa vez ficou sabendo que o padrasto estava tentando *"mexer"* com a sua irmã. Ele veio em casa para *"tirar satisfação"* e ficou de *"tocaia"* no corredor da casa em frente para atacar o padrasto desprevenido, mas não conseguiu, e foi desmobilizado pelos vizinhos. Júnior nunca tinha abordado este tema comigo anteriormente. Ele foi muito delicado ao expor Jeniffer e não houve revelação alguma que pudesse envolvê-lo e ao seu irmão também, sendo que prevaleceu o silêncio quanto a esses fatos. O tema não teve continuidade, senti certa retração e afastamento em Júnior. Ele se calava sobre temas com os quais não conseguia lidar.

Sobre a sua ida para as ruas, ele relembrou fatos e contou que, quando ainda era muito pequenino, todos na família iam para a Igreja; porém, com o passar do tempo, seu padrasto passou a deixar de ir para ficar bebendo, passando a abusar cada vez mais do álcool. A partir do alcoolismo do padrasto, Júnior passou a relatar também sobre as violências que sofria, sob uma aparente condicionalidade entre o uso do álcool e o comportamento violento do pai.

Júnior chegou a relembrar uma cena em que, após apanhar, foi amarrado pelo *"paidrasto"* em uma cadeira no quintal da casa onde morava. Era uma criança sem condições de se defender ou reagir com igualdade frente ao abuso do poder do adulto. Júnior foi retomando alguns episódios de violência e relatou que um dia, em uma

atitude extremada, ele chegou a enfiar uma faca de cozinha no abdômen do Sr. Luiz e fugiu para rua, sempre solicitando ajuda da vizinhança ou de conhecidos para se esconder, mas foi reconduzido para casa. Sr. Luiz teve o ferimento tratado.

A descrição deste episódio reativou em mim a lembrança de uma conversa que tivemos durante um atendimento no Programa Meninos de Rua. Ele chegou a dizer que ia para as ruas para evitar os problemas com o padrasto quando pressentia que alguma coisa ruim ia acontecer. Resta saber qual problema especificamente ele esperava evitar, uma vez que quando não era evitado provocava reações de extrema brutalidade. Penso que não se tratava de um pressentimento propriamente dito, como ele afirmou. Júnior, como afirmavam as equipes técnicas, agia como um protetor de sua família contra as agressões do Sr. Luiz, assim como também defendia a si mesmo, mas quando isso não era possível a rua era um refúgio para sua impotência.

Ao tentar identificar quando começou a ir para as ruas, Júnior recuperou em sua memória registros mais antigos do que os registros documentais das instituições pesquisadas, que afirmavam que aos doze anos ele começara a ir para as ruas. Ele relatou que passou a sair de casa por volta dos nove anos de idade. Da primeira vez dormiu no quintal da casa de um antigo vizinho e em pouco tempo começou a ir para lugares mais distantes. Sua mãe no começo ia a sua procura, mas muitas vezes não conseguia encontrá-lo.

É importante esclarecer que os laços de convivência estabelecidos nas ruas podem ser intensos, tendo em vista a *"luta pela sobrevivência"* compartilhada; portanto, não se pretende aqui afirmar, de maneira simplista e reduzida, que na rua são geradas relações desprezadas socialmente. Muitas vezes é nas ruas que as pessoas refazem os laços de familiaridade e cooperação mútua, tais como guetos, gangues, bandos. Winnicott (1982) considera que o adolescente passa a procurar por uma estabilidade externa que não foi

encontrada no âmbito doméstico e que ao roubar ou praticar atos infracionais tem como subjacente a procura pela mãe e pelo pai que o sustente, ou seja, que reafirme as regras.

Quando Júnior falou sobre dormir nas ruas, relatou que nem sempre dormia na rua. Algumas vezes era acolhido e dormia na casa de Dona Antônia, uma senhora do bairro onde ficavam as "bocas de fumo" que ele costumava freqüentar. Ela quis adotá-lo, chegando mesmo a pedir isso à Socorro. Este episódio que tratava da possibilidade de adoção era inédito para mim e fora revelado durante a entrevista, uma vez que esta passagem foi ignorada pelas equipes técnicas que não tomaram conhecimento destas relações, em que Dona Antônia fora como uma segunda mãe para Júnior e tinha grande importância em sua memória. Socorro não aceitou a proposta. Diante da atitude de sua mãe, Júnior se sentiu amado e declarou para mim o amor que sentia por Socorro pelo fato dela não ter desistido de ser sua mãe, muito embora praticasse pouco o exercício da maternagem em relação ao filho que crescia nas ruas.

Sobre o falecimento do padrasto, ele seguiu dizendo que: *"não tinha mais o ódio que sentia guardado no coração"*. Relembrando afirmou que, após a morte de Sr. Luiz passou a ter muitos pesadelos com o padrasto, não dormia bem e começou a ficar aterrorizado por esse sentimento negativo, que estava lhe fazendo mal e atraindo coisas ruins. Rezou com fé para afastar esses sentimentos e se sentir em paz.

A morte física e concreta do padrasto possivelmente desencadeou em Júnior uma confusão de sentimentos que podem ser compreendidos sob a teoria psicanalítica. Se antes no mito do Édipo contado por Sófocles, desejava-se a morte do pai, já em Hamlet, a trágica história de Shakespeare analisada por Freud, apresenta um filho que sente *"escrúpulos e remorso"* (Freud, 1999, p.426 apud Roudinesco, 2003, p. 67). Édipo é reconstruído com a ajuda de Hamlet, contribuindo para aprimorar a formulação do

Complexo de Édipo freudiano a partir do sentimento do filho culpado, torturado pela sua consciência.

> "O caso Hamlet, escreve Jean Starobinski acompanha o paradigma como uma sombra." Se de um lado o Édipo de Sófocles é inconsciente, isto é, de uma eficácia simbólica que escapa ao sujeito, o Hamlet de Shakespeare é uma consciência aflita, um ator, um personagem culpado de ter um inconsciente. (ROUDINESCO, 2003, p. 67)

Perguntei a Júnior se ele considerava que existia algum responsável pela sua ida para as ruas e ele afirmou que sim, o demônio. Ele dizia que: *"não fui forte o suficiente para não ceder às provocações do demônio, que se aproveita de minha cabeça fraca"*. Tanto que seu desejo era ser internado em uma comunidade terapêutica para ouvir mais a palavra de Deus nas atividades evangelizadoras: *"se eu continuar aqui, quando eu sair posso ter uma recaída"*. Estranhei a fala, esperava uma associação da sua ida para as ruas com o padrasto. Será a imagem desse padrasto, também satanizada? O demônio pode representar o padrasto carrasco ou o inverso.

Durante a minha atuação profissional no acompanhamento das medidas socioeducativas, em alguns casos vi o Juiz da Vara da Infância e Juventude conceder a alternativa aos adolescentes privados de liberdade de permanecerem reclusos em instituições de tratamento para drogadição; porém, tal procedimento é incomum no sistema prisional dedicado aos adultos. Nesse sentido, compreende-se o pedido de Júnior na carta escrita à mãe, na esperança de que a intervenção de um advogado em seu processo pudesse providenciar que o juiz da Vara de Execução Penal tivesse a mesma postura que o juiz da Vara da Infância e Juventude que *"negociava"* com os adolescentes a alternativa de tratamento à reclusão. Se a figura do juiz pode desempenhar a função de *"pai simbólico"*, Júnior esperava por um pai conciliatório.

Pode-se refletir sobre as falhas das instituições de reclusão, que muitas vezes conseguem promover uma abstinência forçada, mas que não propõe verdadeiramente uma superação da relação de dependência, fazendo com que os sujeitos em processo de

"recuperação" quanto ao uso de drogas estejam vulneráveis ao retomar o contato com o mundo exterior.

Interessa salientar a presença da religiosidade na vida de Júnior. O amparo divino parecia ser um lugar onde Júnior poderia contar sempre, com a possibilidade do perdão e a promessa do recomeço de uma nova vida. Pode-se pensar se neste caso a religiosidade entra em cena como uma possibilidade de busca pela ordem simbólica, assim como é a busca da lei através do sistema judiciário. Um "*pai simbólico*" que não preveja simplesmente o interdito, com leis e penalizações, mas um pai que simbolize a lei do amparo, do acolhimento, dos braços abertos e do perdão.

Questiono suas recaídas. Júnior contou que quando estava em casa, com o passar do tempo, começavam as *"tentações"* e ele passava a procurar qualquer motivo para justificar uma briga ou desentendimento para posteriormente ir para as ruas e retomar o contato com a droga. Lembrei-me inclusive de uma de suas tentativas de permanecer em casa e sem o uso do crack quando ele era atendido no Programa Meninos de Rua. Contou-me sobre esse episódio quando eu o acompanhei em uma consulta ao ortopedista na rede de saúde pública para tratar do joelho ferido em um atropelamento que sofrera - procedimento de urgência que Socorro não tinha feito. Em casa, o apetite ficava aguçado, já que sem a droga costumava recuperar o peso, mudando até mesmo sua imagem física que se tornava mais saudável. Sua mãe se queixava nos atendimentos de que quando Júnior estava em casa o gasto com comida ficava elevado, que um saco de arroz não durava o quanto costumava durar, sendo este um dos variados motivos que levavam aos desentendimentos. Certa vez ele saiu de casa carregando um saco de arroz (sustento de sua família), provavelmente para trocar por drogas; porém, ao atravessar uma avenida foi atropelado por uma moto ainda no seu bairro e achou que aquilo era um aviso pra não voltar pra rua.

Ele narrou que nos últimos tempos em que esteve fora de casa ia semanalmente visitar a família, sempre muito cuidadoso para não ser apreendido pela polícia já que se encontrava foragido e com mandato de busca e apreensão. Como sempre teve o desejo de ajudar a mãe, que vivia modestamente do salário de empregada doméstica, passou a levar utensílios para ofertar à família. Eram, de modo geral, artigos que pudessem colaborar no sustento da casa. Pergunto se Socorro sabia da origem desses artigos. Ele disse que sim, mas que ela sempre o questionava sobre onde tinha arrumado as coisas que levava, e ele sempre respondia evasivamente que "por aí". Júnior afirmou que percebia nela certa tristeza, porém, aceitava do filho o fruto de uma vida colocada em risco.

Finalizou relatando a ocasião em que teve que fugir da polícia saltando os muros do quintal da casa de sua mãe. Enfatizou a apreensão dela por temer que o filho fosse apreendido pela polícia. Fatos como esse contribuem para que a mãe seja alvo de críticas por acobertar o comportamento transgressor do filho; entretanto, podemos compreender a postura de Socorro tanto como permissividade, como impotência e culpa diante da situação instaurada na vida de seu primogênito.

O encontro encerrou-se com uma enorme preocupação de minha parte. Eu conhecia muito sobre a vida de Júnior e realizar a pesquisa contribuiu para experenciar movimentos desruptivos que ampliavam a capacidade de compreensão sobre a família dele, a posição social ocupada pelo adolescente autor de ato infracional em nossa sociedade e as instituições que o privaram de liberdade. Mas fiquei imensamente espantada com tamanha alienação percebida em Júnior. Ao tentar acessar a dimensão psíquica e identificar as formas de subjetivação percorridas por ele deparei-me com os impactos do fenômeno da religiosidade, expressos em uma guerra espiritual travada contra o demônio, e não contra as violências de família e injustiça social, como era

esperado por mim. É impressionante notar que ele acreditava que estava pagando pelo o que fez, e se o que fez foi *"cair em tentação"* como descreveu, estava necessariamente pagando por seus pecados. Era um pecador e no seu imaginário precisava ser responsabilizado por isso, recebendo as penitências resignadamente, uma vez que se deixava influenciar pelo *"mau espírito"*. Sua sujeição a sua trajetória de vida que o levou ao cárcere isentava totalmente sua família, a sociedade e o Estado de sua co-responsabilidade.

4.8 – *Ato Final* – Considerações sobre uma história que não chegou ao fim

O tom fúnebre das histórias dos adolescentes que em vida anunciam sobre morte concreta e simbólica merece destaque. Assim como no livro de Gabriel Garcia Marquez – *"Crônica de uma Morte Anunciada"* (1981), personagens como Killer e Júnior, adolescentes autores de ato infracional, têm suas vidas marcadas por prenúncios da morte. Na obra do consagrado autor colombiano a morte é eminente, e mesmo com o conhecimento de todos não foi possível salvar a vida do personagem de um desfecho trágico.

Muitas cenas de violência mostradas pela mídia e que envolvem adolescentes, reacendem o debate diante da proposta da redução da maioridade penal para dezesseis anos. Os argumentos postulam-se na imaginada brandura do ECA; entretanto, os adolescentes cumprem pena nomeadas de medidas socioeducativas desde os 12 anos de idade, sendo que a internação em estabelecimento educacional – privação de liberdade, pouco se distingue do universo prisional dedicados aos adultos. Cumprem a pena devido ao abandono do Estado igualmente transgressor, no qual impera a lei da indiferença, sobretudo, com o advento do neoliberalismo, que não prioriza políticas sociais capazes de assegurar direitos da criança e do adolescente, como de real prevenção das situações de risco como postulado no texto constitucional. A família que abandona seus filhos e descumpre deveres do poder familiar é nomeada de negligente e fracassada. Por fim, a sociedade exime-se do debate e não exige do poder público o cumprimento de suas competências.

Nesse sentido, endosso as palavras do promotor de Justiça José Heitor dos Santos (2009), ao repudiar a proposta de rebaixamento da maioridade penal no Brasil que, se aprovada, configurará um *"crime hediondo"*, praticado contra milhões de crianças e

adolescentes que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social. A proposta transfere a responsabilidade para os adolescentes e esconde a falta da família, do Estado e da sociedade. O promotor considera ainda que, a redução da maioridade penal não diminuirá a criminalidade, a exemplo do que já ocorreu em outros países do mundo, pois a cadeia-cárcere não é um instrumento eficiente para a redução da violência.

A defesa contra a redução da maioridade penal não significa propor a redenção de adolescentes em conflito com a lei e autorizar seu ato infracional, uma vez que se parte do reconhecimento que o interdito tem função essencial na organização da vida psíquica e social. Mas expor o adolescente cada vez mais cedo ao contágio carcerário, ou seja, condená-lo mais cedo ao cenário infernal das cadeias de *"gente grande"*, não garante ser uma solução mais viável.

Pensar em príncipes destronados ingressando precocemente no cárcere parece induzir a necessidade de reduzir sempre mais a tal maioridade e logo, não só adolescentes estarão aprisionados, mas a própria infância.

Como forma de evitar recorrer aos aparatos repressivos e correcionais do Estado é necessário um grande investimento na família, independente de seus diferentes formatos assumidos na contemporaneidade. É preciso enfrentar o desafio de repensar as práticas profissionais sob a perspectiva transdisciplinar e interinstitucional, elaborando políticas sociais capazes de promover intervenções técnicas potencializadoras do fortalecimento dos laços parentais. Ações impotentes colaboram para o estrangulamento dos vínculos, permitindo que os adolescentes sejam herdeiros de um mundo cão.

> Para além do complexo e de suas derivações psicológicas contemporâneas, os heróis imaginados por Sófocles, Shakespeare ou Dostoiéviski, depois transferidos por Freud para o psiquismo individual, esclarecem um dos aspectos mais sutis da invenção psicanalítica: a correlação que ela estabelece, no final do século XIX, entre o sentimento do declínio da função paterna e a vontade de inscrever a família no cerne de uma nova ordem simbólica, encarnada não mais por um pai despojado de sua potência divina, depois reinvestido no ideal econômico e privado do *pater famílias*, mas por um **filho que se tornou pai porque teria recebido como herança a**

> **grande figura destruída de um patriarca mutilado**. (grifo nosso) (Roudinesco, 2003, p.86)

Quando a infância é negada ou reprimida, reflete diretamente na adolescência caótica que prepara o adulto emergente. Levando em consideração o ensinamento freudiano sobre o retorno do reprimido, a adolescência roubada e encarcerada está expressa na sina do príncipe destronado, que teve roubadas a inocência e a fantasia durante a infância.

Na tentativa de evocar o belo recupero a imagem do Pequeno Príncipe (Antoine de Saint Exupéry,1984), livro que equivocadamente é reconhecido como literatura infantil. A história narra sobre um "principezinho" que, desacompanhado de pai e mãe, aprende e ensina sobre a vida, enquanto tenta sobreviver perdido em um deserto. No final, a morte simbólica do Pequeno Príncipe acaba por eternizá-lo na memória dos leitores. Trata-se de uma fábula que tem muito a dizer aos adultos e contribui para a compreensão de que no adulto – e eu, acrescento, na adolescência – coabita a infância. Que nossas práticas profissionais não contribuam para o aniquilamento dos príncipes que, em condições adversas, tentam sobreviver no deserto da negação de direitos humanos.

Bicho de Sete Cabeça

(Zé Ramalho, Geraldo Azevedo e Renato Rocha)

Não dá pé
Não tem pé, nem cabeça
Não tem ninguém que mereça
Não tem coração que esqueça
Não tem jeito mesmo
Não tem dó no peito
Não tem nem talvez ter feito
O que você me fez desapareça
Cresça e desapareça...
Não tem dó no peito
Não tem jeito
Não tem ninguém que mereça
Não tem coração que esqueça
Não tem pé, não tem cabeça
Não dá pé, não é direito
Não foi nada
Eu não fiz nada disso
E você fez
Um Bicho de Sete Cabeças...
Não dá pé
Não tem pé, nem cabeça
Não tem ninguém que mereça (Não tem ninguém que mereça)
Não tem coração que esqueça (Não tem pé, não tem cabeça)
Não tem jeito mesmo
Não tem dó no peito (Não dá pé, não é direito)
Não tem nem talvez ter feito (Não foi nada, eu não fiz nada disso)
O que você me fez desapareça (E você fez um)
Cresça e desapareça... (Bicho de Sete Cabeças)
Bicho de Sete Cabeças!
Bicho de Sete Cabeças!
Bicho de Sete Cabeças!

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. B. (2004). Produção de subjetividades, processos de subjetivação. In: *Formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Espaço Brasileiro de estudos psicanalíticos.

ALVES, M. (2007). *A estrutura de uma peça de teatro.* Acesso disponível em http://marcosalves.arteblog.com.br. Realizado em outubro 2009.

AREIAS, A. (1983). *O que é a capoeira?* São Paulo: Brasiliense.

ARIÈS, P. (1978). *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

AYRES, L. S. M.; AMENDOLA, M.; BRITO, L.M.T. (2006). *A escuta de crianças no Sistema de Justiça*. In: Psicologia e Sociedade. v. 18.

BADINTER, E. (1995). *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BIRMAN, J. (2003). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BHABHA, H. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

BLEGER, J. (1991). O Grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: *A instituição e as instituições – Estudos Psicanalíticos.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

BLOSS, P. (1979). A concretização adolescente: uma contribuição à teoria da delinquência. In: *Transição Adolescente*. Artes Médicas. Porto Alegre.

BOSCHETTI, E. (2007). Seguridade Social na América Latina após o dilúvio neoliberal. Observatório da Cidadania. São Paulo: Cortez

BOCK, A. M. B. (2007). A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.* Jun. 2007, vol. 11, nº. 1, p. 63-76.

BRANDÃO, E. (2007). Nietzsche: tipos psicológicos. In: *Mente, Cérebro e Filosofia.* vol.4. São Paulo: Duetto Editorial.

BRAVO, M. I. S. (1996). *Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais.* São Paulo: Cortez.

BROIDE, J. (2006). *A Psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias*. São Paulo: Tese de doutorado PUC-SP.

BUARQUE, C; PONTES, P. (1977). *A Gota D'água.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CALLIGARIS, C. (2000). *A adolescência*. Coleção Folha explica. São Paulo: Publifolha.

CASTRO, A. L. S. (2008). CRP é contra "Depoimento sem Dano". In: *Jornal do Conselho Federal de Psicologia*, maio.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. (2002). Lei Federal de 05 de outubro de 1988. In: *Coletânea de Leis*. Belo Horizonte:CRESS, .

COSTA, C. L. (1994). "O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas"- In: *CADERNOS PAGU*, vol. 2, 1994. p.141-174.

COSTA, M. R; PIMENTA, C. A. M. (2006). *A violência: natural ou sociocultural?* São Paulo: Paulus.

COUTO, B. R. (2006). *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez.

DALMOLIN, B.M; LOPES, S. M. B; VASCONCELLOS, M. P. C. (2002). A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. In: *Saúde e Sociedade*. Vol. 11. São Paulo: APSP.

DELEUZE, G. (1992). *Conversações: 1972 – 1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

DERRIDA, J. (2000) *Gramatologia***.** Tradução de Mirian Schnnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DICIONÁRIO AULETE DIGITAL. Disponível em http://www.auletedigital.com.br. Acesso realizado em Agosto 2009.

DICIONÁRIO AURELIO DIGITAL. Disponível em http://www.dicionariodoaurelio.com. Acesso realizado em Agosto 2009.

DINIZ, D. (2009). *A casa dos mortos.* Documentário.

DONZELOT, J. (1980). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.

ENRIQUEZ, E. (1991). O Trabalho da Morte nas Instituições. In: *A instituição e as instituições – Estudos Psicanalíticos.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. (1998). *Lei Federal nº. 8069, de 13 de julho de 1990.* São Paulo: Saraiva.

EXUPÉRY, A. S. (1984). *O Pequeno Príncipe*. Rio de Janeiro: Agir.

FALCÃO, M. do C. (2006). Os Direitos (dos desassistídos) Sociais. São Paulo: Cortez.

FÁVERO, E. T. (2008). *Parecer Técnico*. São Paulo: CEFESS.

FERRARI, D.C.A. (1995). Elaborando, implementando e avaliando programas de atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. In: Azevedo, M.A & Guerra, N.A. (Orgs.), *Apostila do II Telecurso de especialização na área de violência doméstica contra crianças e adolescentes*. São Paulo, LACRI/IPUSP (Mimeografando), p. 518-542.

FUNABEM. (1976). *Diretrizes e Normas para a Aplicação da Política de bem-estar do Menor*. Rio de Janeiro, Funabem.

FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREUD, S (1929). (1997). *O Mal-estar na civilização.* In: Edição Standard das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1913). (1997). *Totem e Tabu*. In: Edição Standard das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FOUCAULT, M. (1977). *Vigiar e Punir – História da Violência nas prisões*. Petrópoli,: Vozes.
_____. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

GARNAULT, J. (1966). *As estruturas elementares da reificação*. Internacional Situacionista nº 10, 1966. Tradução por dada–suprareal–situ. Disponível em: http://br.geocities.com/anopetil/estruturas.htm. Acesso em 16 de julho de 2007.

GOFFMAN, E. (1977). *Manicômio, conventos e prisões*. São Paulo, Perspectiva, 1977.

GOLDENBERG, G, W. (1991). *Psicologia jurídica da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

GREGORI, M. F. (org.). (2000). *Desenhos Familiares – Pesquisa sobre famílias de crianças e adolescentes em situação de rua*. São Paulo: Alegro.

GUARESCHI, N. M. F; HILLESSHEIM, B; CRUZ, L. (2005). *Infância e Políticas Públicas: Um olhar sobre as práticas psi.* In: Revista Psicologia e Sociedade. Vol.17, nº 03, set/dez 2005.

GUARESCHI, P. (2002). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* Petrópolis: Vozes.

GUATTARI, Félix. (1990). *As três ecologias***.** Campinas, SP: Papirus.

GUERRA, Y. (2005). O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas. In: *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social,* Ano 2, n°3. Disponível em http://www.assistentesocial.com.br.

HALL, S. (1995). *A Questão da Identidade Cultural.* Tradução Antonio Augusto Arantes. Campinas:IFCH/UNICAMP – nº18 Dezembro.

HERINGER, R; MIRANDA, D. (2005). As cores da desigualdade de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, C; SCALON, C. (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

HERRMANN, F. (1997). O mundo em que vivemos. In: *Andaimes do Real: Psicanálise do Quotidiano.* Porto Alegre: Artes Médicas.

_____. (1994). Mal estar na cultura e a psicanálise do fim do século. In: *Perturbador mundo novo – história, psicanálise e sociedade contemporânea*; São Paulo, Escuta.

_____. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (2003) Psicanálise e Política. In: *Revista Trieb*. Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, vol II, n.2, p.235-263.

_____ a. (2004). *Apesar dos Pesares – breve contribuição ao estudo da obesidade*. II Jornada Psicanalítica sobre Transtornos alimentares, SBPSP.

_____ b. (2004). Pesquisando com o método psicanalítico. In: *Pesquisando com o método Psicanalítico.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (1997). *Clínica Psicanalítica*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

_____.(1999). *O que é Psicanálise: para iniciantes ou não*. São Paulo: Ed. Psique.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. (1998). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Cortez.

IBGE. (2007). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em http://www.ibge.gov.br. Consulta realizada no dia 12/11/07.

INSPEÇÃO NACIONAL ÀS UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI. (2006). *Relatório das visitas realizadas simultaneamente em 21 estados brasileiros e no Distrito Federal, no dia 15 de março de 2006.* Org. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Federal de Psicologia.

IPEA. (2007). Instituto de Economia Aplicada. Disponível em http:/WWW.ipea.gov.br. Consulta realizada no dia 13/11/07.

KAES, R. (1991). Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In: *A instituição e as instituições – Estudos Psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

KAHM MARIN, I. S. (2002). *Violências*. São Paulo: Escuta/Fapesp.

KEHL, M.R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In: Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação, Instituto Cidadania. São Paulo: Perseu Abramo.

KIFFER, A. (2006). *Corpo, memória, cadeia: o que pode o corpo escrito?* In: Alea, vol 8, nº2. Rio de Janeiro.

KNIBIEHLER, Y (2007). Quem cuida das crianças? In: *Folha de São Paulo, Caderno Mais*, 4 de março de 2007.

KNOBEL, M. (1989). *A Síndrome da Adolescência normal.* In: Alberastury, A.; Knobel, M. Adolescência Normal. Porto Alegre: Artes médicas.

LIPOVETSKY, G.(2004). *Os tempos Hipermodernos*. Tradução Mário Vilela. 1ª ed. SãoPaulo: Editora Barcarolla.

LIONÇO, T. (2009). Manicômios Judiciários: de que se trata? In: *III Seminário sobre Violência – Diferentes Olhares: debates sobre a segurança pública*, organizado pelo Centro de Referência em Violência e Segurança Pública – CeVio, Uberlândia - MG

LOWENKRON, T. (2005). A investigação psicanalítica está ameaçada de extinção. In: *Revista Brasileira* de Psicanálise, vol. 34. Rio de Janeiro.

MAPA DA VIOLÊNCIA (2006). Disponível em http:// www.oei.org.br/mapadaviolência.pdf, acesso em 25 setembro 2007.

MARCILIO, M. L. (2002). A FEBEM de São Paulo: passado e presente. In: *Violência e Criança*. São Paulo:Cortez.

MARTINELLI, M.L.(1993) *Serviço Social: identidade e alienação*. 3.ed. São Paulo: Cortez.

MAURETTI, V; TITTONI, J. (2008). Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. In: *Psicologia e Sociedade.* V.19, nº 3.

MEIRELLES, C. (1953). *Romanceiro da Inconfidência*. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

MEZÂNCIO, M.S. (2004). Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. In: *Psicologia em Revista*, vol.10, nº 15. Belo horizonte.

MILLER, M. S. (1999). Por que ela simplesmente não vai embora? *In: Feridas Invisíveis - Abuso Não-Físico Contra Mulheres*. São Paulo: Summus.

MILLER, W.R; ROLLNICK, S. (2001). Entrevista Motivacional – Preparando as pessoas para a mudança de comportamentos adictos. Porto Alegre: Artemed.

MINAYO, M. C; SOUZA, S (Org.), (1994). Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes.

_____; E. R. (2003). *Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

MONTAÑO, C. E. (1997). O Serviço Social frente ao Neoliberalismo: Mudanças na sua base de sustentação funcional ocupacional. In: *Serviço Social e Sociedade*. n° 53. São Paulo: Cortez.
MOREIRA, V. D. (1997). *Graça e Gramsci, corpos adoçados pelo amaro da intolerância.* Feira de Santana: Sitentibus.

MORIN, E. (2000). *A religião dos saberes.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MOURA, S. M. S. R.; ARAÚJO, M. F. (2004). A Maternidade na História dos Cuidados Maternos. *In: Psicologia, Ciência e Profissão*. vol. 24. Brasília: CFP

NASIO, J. D. (1999). *O Prazer de Ler Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

NETTO, J. P. (1991). Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. In: *Cadernos ABESS.* n.º 4, Cortez, São Paulo.

_____. (1996). Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade*. n° 50. São Paulo: Cortez.

NEVES, A. S. (1999). O Psicólogo e o Paciente-Instituição: Considerações Teóricas Acerca da Intervenção. In: *Psicologia Ciência e Profissão*: São Paulo.

OEI. (2007). Organização dos Estados Ibero-Americanos. Disponível em http: www.oei.org.br. Consulta realizada no dia 13/11/07.

ORTIZ, F. S. G. Serviço Social e Método. (2005). In: *2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil.* UNOESTE-São Paulo, 2005.

OSÓRIO, L. C. (1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas.

OUTEIRAL, J. O. (1994). *Adolescer - Estudos sobre adolescência.* Porto alegre: Artes Médicas.

PERLONGHER , N. (1990). Droga e êxtase. Comunicação apresentado no III Congresso Internacional sobre Toxicomanias nos Estados Unidos.

PSIQUE – Ciência e Vida. (2008). *Pedofilia: Monstro ou Doente?.* Ano III, nº 27. São Paulo: Escala.

PONTES, R. (2002). *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

PRIORE, M. D. (2000). *História das Crianças no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.

RAICHELIS, R. (2005). *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez.

RINNE , O. (1988). *Medéia – O Direito à Ira e ao Ciúme*. São Paulo: Cultrix

RODRIGUEZ, S. A. (1988). Na transição à democracia**.** In: *A Psicanálise de sintomas sociais*. RODRIGUEZ, S. A.; BERLINK, M, T (Orgs.). São Paulo: Escuta.

ROUDINESCO, E. (2003). *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SANTOS, B. de S. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. 5ª ed. São Paulo: Cortez.

SANTOS, J. H. (2009). Redução da maioridade penal. In: Âmbito jurídico. Disponível em http//ÂmbitoJurídico.com.br, acesso realizado em setembro de 2009.

SANTOS, M. A. C. dos. (2004). *Criança e Criminalidade no início do século.* In: Priore, M. del. História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto.

SARAIVA, T. (s/d). *Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos de Rua*. UNICEF.

SILVA, M. O. S. (1995). *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez.

THIOLLENT, M. (1987) *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária.* 5ª ed. São Paulo: Polis.

TIBA, I.(1996). *Disciplina: limite na medida certa.* São Paulo: Gente.

TRASSI, M. L. (2006). *Adolescência-violência: desperdício de vidas*. São Paulo: Cortez.

VIEIRA, B. O. (1984). *Serviço Social – Precursores e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Agir.

VARELLA, D. (1999). *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras.

VOLPI, M. (2001). *Sem Liberdade, Sem Direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente***.** São Paulo: Cortez.

_____. (1997). *Adolescentes privados de liberdade: A Normativa Nacional e Internacional & Reflexões acerca da responsabilidade penal.* São Paulo: Cortez.

UNICEF. (2007). Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em http://unicef.org.br. Consulta realizada no dia 15/11/07.

WACQUANT, L. (1999). *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

WINNICOTT, D. W. (1982). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC.

Anexos

ANEXO A

Roteiro Temático para as Entrevistas

Sujeitos: ex-internos da instituição de privação de liberdade durante a adolescência
-A vida do entrevistado;
-Família;
-A situação de conflito com a lei;
-Memórias da reclusão;
-Relacionamento com os funcionários;
-Relacionamento com outros internos;
-Família e a privação de liberdade;
-Visitas;
-Função educativa da instituição;
-Direitos previstos no ECA;
-Violências;
-Projeto de vida;
-Sentimentos durante a internação.

Sujeitos: familiares de ex-internos da instituição de privação de liberdade
-A vida do entrevistado;
-Família;
-A situação de conflito com a lei;
-Memórias do período da reclusão;
-Trabalho institucional com as famílias;
-Família e a privação de liberdade;
-Visitas;
-Função educativa da internação;
-Direitos previsto no ECA;
-Violências;
-Expectativas em relação ao familiar interno;
-Sentimentos durante a internação.

Sujeitos: ex-funcionários da instituição de privação de liberdade desativada
-A vida do entrevistado;
-Família;
-A situação de conflito com a lei;
-Memórias da reclusão;
-O trabalho institucional;
-Função educativa da internação;
-Trabalho com os adolescentes;
-Trabalho com as famílias;
-Principais dificuldades do trabalho;
-Relacionamento entre os internos;
-Direitos previstos no ECA;
-Violências;

ANEXO B
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa "O Cárcere na Adolescência: Ressonâncias de um Trajetória", sob a responsabilidade da pesquisadora Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale, mestranda no curso de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Uberlândia, orientada pela Profª. Dra. Anamaria Silva Neves.

Nessa pesquisa estamos buscando entender as diversas representações tecidas por diferentes sujeitos institucionais sobre as vivências de reclusão e cárcere de adolescentes.

Na sua participação, você responderá a um roteiro temático de perguntas que será gravado. Após a transcrição das gravações para a análise, as mesmas serão destruídas para segurança do participante, de modo a não permitir sua identificação.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum ônus ou ganho financeiro para participar da pesquisa. Da mesma forma destacamos que, essa pesquisa não oferece riscos, sendo os benefícios a sua contribuição para pensar a realidade proposta pelo o estudo.

Você é livre para parar de participar a qualquer momento sem nenhum prejuízo para sua pessoa. Uma cópia desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará em sua posse. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa você poderá entrar em contato com os responsáveis.

Ao aceitar participar desse estudo, tomei conhecimento de que:

a) Serei entrevistado e responderei a questões relacionadas à minha vida;

b) A entrevista, com duração de cerca de uma hora e meia, será gravada em áudio;

c) Caso não me sinta à vontade com alguma questão, posso deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo para mim;

d) Sei que as informações fornecidas por mim poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e que minha identificação será mantida sob sigilo, isto é, não haverá chance de meu nome ser identificado, assegurando meu completo anonimato;

e) Devido ao caráter confidencial, as informações registradas serão utilizadas apenas para os objetivos desse estudo e, por isso, autorizo a gravação das entrevistas;

f) Estou consciente de que não há risco significativo em participar desta pesquisa. Minha participação é inteiramente voluntária e não sofri qualquer forma de pressão para colaborar com o estudo;

g) Estou informado (a) de que qualquer momento eu posso me retirar da pesquisa sem sofrer penalização alguma.

Eu, _____, aceito voluntariamente participar da presente pesquisa. Fui esclarecido (a) de que minha participação pode auxiliar a pesquisadora a compreender melhor a realidade em que vivo, meus sentimentos e minha história de vida. Recebi cópia deste termo de consentimento, compreendi os esclarecimentos feitos e concordo com os tópicos acima.

-Assinatura do participante: _____

-Assinatura do pesquisador responsável: _____

-Local e data: _____

Contato:

Professora orientadora: Dra. Anamaria Silva Neves
Mestranda: Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Instituto de Psicologia - UFU
Av. Pará, sem nº , bloco 2C, sala 2C04, Campus Umuarama
Telefone: 3218 2701

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFU
Av. João Naves de Ávila, 2121, bloco J, Campus Santa Mônica
Telefone: 3239 4531

ANEXO C

Universidade Federal de Uberlândia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
Av. João Naves de Ávila, nº 2160 - Bloco J - Campus Santa Mônica - Uberlândia-MG –
CEP 38400-089 - FONE/FAX (34) 3239-4531

ANÁLISE FINAL Nº 005/08 DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PARA O PROTOCOLO REGISTRO CEP/UFU: 317/07

Projeto Pesquisa: "O cárcere na adolescência: Ressonâncias de uma trajetória".

Pesquisador Responsável: Anamaria Silva Neves

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:
a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Data para entrega do **Relatório Final: Dezembro/2008**

SITUAÇÃO: PROTOCOLO DE PESQUISA APROVADO.

Uberlândia, 25 de janeiro 2008 .

Profa. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado
Coordenadora do CEP/UFU

Orientações ao pesquisador
(Para parecer Aprovado ou Aprovado com Recomendações)

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e). O prazo para entrega de relatório é de 120 dias após o término da execução prevista no cronograma do projeto, conforme norma da Res. 196/96 CNS..